

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Laura Schneider de Lima

**ALIMENTANDO UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: o papel do BRICS no atual
sistema agroalimentar internacional**

Belo Horizonte

2025

Laura Schneider de Lima

**ALIMENTANDO UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: o papel do BRICS no atual
sistema agroalimentar internacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Lourdes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo César Souza Ramos

Área de concentração: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.

Belo Horizonte

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

L732a	Lima, Laura Schneider de Alimentando um mundo em transformação: o papel do BRICS no atual sistema agroalimentar internacional / Laura Schneider de Lima. Belo Horizonte, 2025. 173 f. : il. Orientador: Leonardo César Souza Ramos Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 1. Produtividade agrícola - Relações econômicas exteriores. 2. Agroindústria - Países do BRICS. 3. Hegemonia. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Relações econômicas internacionais. 6. Capital (Economia). I. Ramos, Leonardo César Souza. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.
-------	--


SIB PUC MINAS

CDU: 382.4

Laura Schneider de Lima

ALIMENTANDO UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: o papel do BRICS no atual sistema agroalimentar internacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Lourdes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.

Prof. Dr. Leonardo César Souza Ramos – PUC MINAS (Orientador)

Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite – UEPB (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Fabiano Escher – UFRRJ (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Javier Vadell (Banca Examinadora – Suplente)

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

Para todos aqueles que se fizeram presente, e, por isso, me fizeram.

AGRADECIMENTOS

Nunca somos um, e, mesmo se fôssemos, não haveria espaço nem tempo suficiente para agradecer todos aqueles que nos tornaram um pouco mais de nós mesmos. Na tentativa de cumprir tal tarefa, inicio agradecendo a Deus e tudo e todos aqueles que abençoam e guardam meu caminho. Agradeço também à minha família, que sem eles nada disso seria possível. Aos meus pais, Jania e Ademir, por desde cedo me ensinarem que a educação é a melhor opção. Ainda que muitas vezes essa os tenha sido negada, vocês sempre me incentivaram a buscar o conhecimento, mesmo que isso significasse mais de mil quilômetros longe de casa. À minha irmã, Julia, que, mesmo seguindo caminhos distintos, sempre me apoiou nas minhas escolhas, assim como o Lucas. Vocês são meu maior tesouro e minha maior inspiração. Agradeço também ao João, por ser meu companheiro de toda hora, no mais puro significado do termo. Por, além de dividir a vida comigo, compartilhar os interesses, as preocupações, as reflexões, os dias ruins e os dias bons. Por ter me incentivado a ir mais longe, a buscar os melhores caminhos e me ajudar a ver que sou capaz. A melhor vida é vivida do seu lado.

Ao meu orientador, Leonardo, por todo apoio e incentivo na elaboração desta pesquisa. Seus ensinamentos dentro e fora de sala de aula foram essenciais para esse estudo e serviram como verdadeira inspiração para mim. À (CAPES) pelo apoio à realização dessa pesquisa, e demais programas públicos de fomento à educação, fortalecidos em momentos raros da história brasileira, que desde a graduação viabilizaram meu percurso acadêmico. E, tratando deste percurso, agradeço ao professor Daniel, por ter me orientado e auxiliado desde cedo a olhar para o internacional sem esquecer de onde estou. Agradeço também ao corpo docente da PUC Minas, colegas e colaboradores, e todos aqueles professores – de dentro e fora do mundo acadêmico – que, de alguma maneira, me inspiraram e moldaram quem sou.

Aos meus amigos de sempre que, mesmo distantes, fizeram valer os anos de amizade e compartilhamento verdadeiro de cada alegria. A saudade de casa foi amenizada por vocês, mesmo a distância. Aos amigos dessa caminhada, agradeço por terem trazido mais sentido aos últimos anos, não apenas dentro de sala de aula, mas também (e principalmente) fora dela. Ana, Igor, Emny, Raul, Marina, obrigada por me inspirarem, me ensinarem e terem sido verdadeiros pontos de felicidade nessa trajetória. Por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente me auxiliaram ao longo de toda essa etapa. Se “ensinar é impossível e aprender é improvável, o que resta é [*realmente*] o encontro”.

*A história é um profeta com o olhar voltado para trás:
pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.*
(Galeano, 1971, p. 12)

RESUMO

A presente dissertação busca analisar a agenda agroalimentar dos países do BRICS, a fim de averiguar de que forma ela se expressa no papel do bloco no atual sistema agroalimentar internacional. Utiliza-se como recorte analítico as três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea, a citar: (a) acumulação de capital; (b) reprodução social; e (c) poder político. Tais problemáticas representam a atualização das chamadas questões agrárias clássicas marxistas, construções teóricas sobre a relação do homem com o campo no atual sistema capitalista. Com o avanço da globalização e da mercantilização dos alimentos, o sistema agroalimentar internacional passa a ser entendido como uma das arenas de disputa internacional de poder, fazendo com que suas dinâmicas próprias reproduzam relações mais amplas da atual ordem internacional e sejam passíveis de transformações, a partir de um contexto de crise. Sendo o BRICS considerado um relevante bloco para a reforma da atual ordem, buscar-se-á compreender qual é seu papel no setor agroalimentar internacional a partir deste olhar de transformação. Neste sentido, será apresentada a discussão neogramsciana sobre hegemonia, que, juntamente com as teorias para o sistema agroalimentar, sustentam a presente análise. Após caracterizado a atual ordem agroalimentar, serão analisados cada país do BRICS, a fim de identificar as principais características de suas agendas para o setor, com base nas três problemáticas. Por fim, será problematizada o papel e atuação do bloco no que tange o sistema agroalimentar internacional. Neste ponto evidencia-se a relevância crescente do BRICS para a atual ordem enquanto espaço de agência, reunindo, até 2024, cinco dos principais países para o setor. Apesar dessa relevância, porém, as agendas agroalimentares se expressam de maneira tensionada no papel do bloco, fazendo com que não seja possível considerá-lo como agente uno para o sistema agroalimentar, uma alternativa à hegemonia vigente. Ainda assim, o adensamento institucional do BRICS reforça seu papel de terreno fértil para a mudança, onde países com diferentes objetivos buscam novas formas de cooperar para o tema, construindo consensos mais adequados para o Sul Global, de forma mais ampla.

Palavras-chave: BRICS; sistema agroalimentar internacional; hegemonia; neogramscianismo; Sul Global.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the agri-food agenda of the BRICS countries, in order to assess how it is expressed in the bloc's role within the current international agri-food system. The analysis is based on three key issues of the contemporary agri-food question: (a) capital accumulation; (b) social reproduction; and (c) political power. These issues represent an updated formulation of the so-called classical Marxist agrarian questions – theoretical constructs that examine the relationship between humans and the countryside within the current capitalist system. With the advancement of globalization and the commodification of food, the international agri-food system has come to be understood as an arena of international power struggles. Its internal dynamics reproduce broader relations of the current international order and are subject to transformation, especially in times of crisis. Considering that BRICS is regarded as a relevant bloc for the reform of the current order, this study seeks to understand its role in the international agri-food sector from a transformative perspective. To this end, the dissertation engages with the neo-Gramscian debate on hegemony, which, alongside agri-food system theories, provides the theoretical foundation for the analysis. Following the characterization of the current agri-food order, each BRICS country will be examined to identify the main features of their agendas for the sector, based on the three aforementioned issues. Finally, the role and performance of the bloc in relation to the international agri-food system will be critically discussed. At this stage, the growing relevance of BRICS in the current order as a space of agency is highlighted, bringing together – up to 2024 – five of the most important countries in the sector. Despite this relevance, however, the agri-food agendas are expressed in a tense and fragmented way within the bloc's role, making it impossible to consider it as a unified actor in the agri-food system or as a clear alternative to the prevailing hegemony. Nevertheless, the bloc's increasing institutional consolidation reinforces its potential as fertile ground for change, where countries with different objectives seek new forms of cooperation on this issue, building more suitable consensus for the Global South in a broader sense. This research is characterized as an exploratory small-n case study, supported by document analysis.

Keywords: BRICS; international agri-food system; hegemony; neo-Gramscianism; Global South.

RESUMEN

La presente disertación tiene como objetivo analizar la agenda agroalimentaria de los países del BRICS, con el fin de examinar de qué manera se expresa en el papel del bloque dentro del actual sistema agroalimentario internacional. Se utiliza como recorte analítico tres problemáticas centrales de la cuestión agroalimentaria contemporánea: (a) acumulación de capital; (b) reproducción social; y (c) poder político. Estas problemáticas representan una actualización de las denominadas cuestiones agrarias clásicas marxistas, construcciones teóricas sobre la relación del ser humano con el campo en el actual sistema capitalista. Con el avance de la globalización y la mercantilización de los alimentos, el sistema agroalimentario internacional ha pasado a entenderse como uno de los espacios de disputa de poder internacional, cuyas dinámicas internas reproducen relaciones más amplias del orden internacional vigente y son susceptibles de transformación, especialmente en contextos de crisis. Considerando que el BRICS es visto como un bloque relevante para la reforma del orden actual, se busca comprender cuál es su papel en el sector agroalimentario internacional desde esta perspectiva transformadora. En este sentido, se presentará la discusión neogramsciana sobre hegemonía, que, junto con las teorías sobre el sistema agroalimentario, fundamentan el presente análisis. Tras la caracterización del orden agroalimentario actual, se procederá al análisis de cada país del BRICS, con el objetivo de identificar las principales características de sus agendas para el sector, con base en las tres problemáticas mencionadas. Finalmente, se problematizará el papel y la actuación del bloque en lo que respecta al sistema agroalimentario internacional. En este punto, se evidencia la creciente relevancia del BRICS dentro del orden actual como un espacio de agencia, reuniendo, hasta 2024, a cinco de los principales países del sector. A pesar de esta relevancia, sin embargo, las agendas agroalimentarias se expresan de forma tensionada en el papel del bloque, lo que impide considerarlo un actor único en el sistema agroalimentario o una alternativa clara a la hegemonía vigente. No obstante, el fortalecimiento institucional del BRICS refuerza su papel como terreno fértil para el cambio, donde países con diferentes objetivos buscan nuevas formas de cooperación en la materia, construyendo consensos más adecuados para el Sur Global en un sentido más amplio. La investigación se caracteriza como un estudio de caso exploratorio de n-pequeño, acompañado de análisis documental.

Palabras clave: BRICS; sistema agroalimentario internacional; hegemonía; neogramscismo; Sur Global.

RÉSUMÉ

La présente dissertation vise à analyser l'agenda agroalimentaire des pays du BRICS, afin d'examiner comment celui-ci se manifeste dans le rôle du bloc au sein du système agroalimentaire international actuel. L'analyse repose sur trois problématiques centrales de la question agroalimentaire contemporaine: (a) l'accumulation du capital; (b) la reproduction sociale; et (c) le pouvoir politique. Ces problématiques constituent une actualisation des questions agraires classiques marxistes, théories portant sur la relation entre l'être humain et la terre dans le système capitaliste contemporain. Avec l'avancée de la mondialisation et la marchandisation de l'alimentation, le système agroalimentaire international est désormais compris comme un espace de lutte pour le pouvoir international, où ses dynamiques internes reproduisent des relations plus larges de l'ordre mondial actuel et peuvent être transformées dans un contexte de crise. Le BRICS étant considéré comme un acteur important pour la réforme de cet ordre, cette recherche cherche à comprendre son rôle dans le secteur agroalimentaire international dans une perspective de changement. Dans ce cadre, la discussion néogramscienne sur l'hégémonie est mobilisée, conjointement aux théories du système agroalimentaire, pour fonder l'analyse proposée. Après avoir caractérisé l'ordre agroalimentaire actuel, chacun des pays du BRICS est analysé afin d'identifier les principales caractéristiques de leurs agendas dans ce secteur, en se basant sur les trois problématiques mentionnées. Enfin, le rôle et l'action du bloc dans le système agroalimentaire international sont interrogés. À ce stade, il convient de souligner la pertinence croissante du BRICS dans l'ordre mondial actuel en tant qu'espace d'agency, réunissant, jusqu'en 2024, cinq des principaux pays du secteur. Malgré cette pertinence, toutefois, les agendas agroalimentaires s'expriment de manière tendue dans le rôle du bloc, ce qui empêche de le considérer comme un acteur unifié du système agroalimentaire ou comme une véritable alternative à l'hégémonie en place. Néanmoins, le renforcement institutionnel du BRICS conforte son potentiel en tant que terreau propice au changement, où des pays aux objectifs divers cherchent de nouvelles formes de coopération sur la question, en construisant des consensus plus adaptés au Sud global dans un sens élargi. Cette recherche se caractérise comme une étude de cas exploratoire à petit n, appuyée sur une analyse documentaire.

Mots-clés: BRICS; système agroalimentaire; hégémonie; néogramscisme; Sud global.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação dialética de forças em uma estrutura.....	25
Figura 2 – Relações dialética das esferas de atividade em uma hegemonia.....	27
Figura 3 – Valor total (em bilhões de dólares) na produção no setor agropecuário dos países do BRICS.....	32
Figura 4 – Quota de mercado das empresas ligadas à produção da cadeia de fornecimento de soja estabelecida no Brasil em 2020 (em %).....	91
Figura 5 – Produção, exportação e importação de produtos agrícolas no BRICS em 2023 (em bilhões de dólares).....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos regimes alimentares internacionais.....	38
Quadro 2 – Projetos aprovados das áreas de Transporte, Infraestrutura, Água e Saneamento e Preservação Ambiental por países do BRICS.....	142
Quadro 3 – Segurança alimentar nos países do BRICS em 2022.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD	ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIKS	All India Farmers Union
AoA	Acordo sobre Agricultura
APMC	Agricultural Produce Market Committee
ARP	Agricultural Research Platform
BRIC	Brazil, Russia, India and China
BRICS	Brazil, Russia, India, China and South Africa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ChemChina	China National Chemical Corporation
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNADC	China National Agricultural Development Group Corporation
COFCO	China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation
DHE	Dragon Head Enterprises
DR	Doutrina Russa
DSA	Doutrina de Segurança Alimentar
ECE	Estratégia de Comércio Exterior
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDC	Emerging Markets and Developing Countries
EUA	Estados Unidos da América
EVA	Empresas de Vilas e Aldeias
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FCI	Food Corporation of India
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free on Board
GT	Grupo de Trabalho
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDZ	Industrial Development Zones
iPES	International Panel of Experts on Sustainable Food Systems

ITC	Indian Tobacco Company
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSSL	Mahindra Shubhlabh Services
NDB	New Development Bank
NCLR	National Council for Land Reforms
NFSA	National Food Security Act
NPFNS	National Policy on Food and Nutrition Security for South Africa
NREGA	Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act
OCDE	Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Partido Comunista Chinês
PDS	Public Distribution System
PMCG	Política de Preço Mínimo de Compra de Grãos
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
SADC	Southern African Development Community
SASAC	State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council
Sinograin	China Grain Reserves Corporation Group
SLLDP	State, Land Lease and Disposal Policy
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SRF	Sistema de Responsabilidade Familiar
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UPA	United Progressive Alliance
USDA	United States Department of Agriculture

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 RAÍZES TEÓRICAS: Perspectivas críticas sobre hegemonia e o sistema agroalimentar internacional contemporâneo	22
2.1 O debate neogramsciano nas RI	23
2.1.1 A questão da hegemonia e sua relação com a intersubjetividade	26
2.1.2 Possibilidade de transformação inspirada em Gramsci: caminhos da revolução passiva.....	29
2.2 O debate agroalimentar e seus florescimentos: principais contribuições teóricas sobre a relação agroalimentar internacional.....	31
2.3 Das raízes às folhas: o avanço da contribuição marxista no debate da questão agrária.....	39
2.4 Do campo ao chip: principais características e atores do sistema agroalimentar internacional dos últimos anos.....	47
2.5 Conclusão.....	52
3 CULTIVANDO ALIANÇAS: a agenda dos países do BRICS no sistema agroalimentar – Parte 1.....	54
3.1 Rússia	55
3.1.1 Acumulação de capital.....	56
3.1.2 Reprodução social	61
3.1.3 Poder político.....	63
3.2 China	67
3.2.1 Acumulação de capital.....	68
3.2.2 Reprodução social	75
3.2.3 Poder político.....	78
3.3 Conclusão.....	81
4 CULTIVANDO ALIANÇAS: a agenda dos países do BRICS no sistema agroalimentar – PARTE 2.....	83
4.1 Brasil	84
4.1.1 Acumulação de capital.....	85
4.1.2 Reprodução Social.....	92
4.1.3 Poder político.....	95
4.2 Índia	100
4.2.1 Acumulação de capital.....	101
4.2.2 Reprodução social	105
4.2.3 Poder político.....	107
4.3 África do Sul.....	112
4.3.1 Acumulação de capital.....	113
4.3.2 Reprodução social	117
4.3.3 Poder político.....	119
4.4 Conclusão.....	123
5 SEMENTES DA MUDANÇA: Uma análise sobre as transformações na ordem hegemônica a partir do BRICS	126
5.1 Entre diferenças e consensos: a discussão agroalimentar a partir das Cúpulas do BRICS	127

5.2 Desenvolvimento na prática: a cooperação para infraestrutura agroalimentar via NDB	140
5.3 BRICS e as três problemáticas: análise da transformação, rupturas e continuidades.....	144
5.4 Conclusão.....	150
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	161

1 INTRODUÇÃO

A análise do sistema agroalimentar é, historicamente, parte dos estudos rurais e de desenvolvimento agrário, uma vez que incorpora elementos que vão desde a produção de alimentos até seu consumo final. Para as Relações Internacionais (RI) essa discussão tendeu a se limitar aos debates sobre transações comerciais do setor, negociações entre Estados e a inserção destes no mercado internacional de alimentos. Porém, a partir da ascensão de novos parâmetros de globalização nos anos 1980, o sistema agroalimentar transborda também para diferentes frentes do campo das RI. Ao trazer consigo elementos sociais, de lutas políticas e disputa por poder, o conceito chama atenção para aqueles que buscam compreender de que forma as relações internacionais no setor são construídas e como, em última instância, elas podem apresentar tendências mais amplas do sistema internacional.

O conceito de sistema agroalimentar é, na realidade, um conceito bastante amplo. Sua base em estudos agrários aponta para elementos que vão desde o acesso à terra até a distribuição e preparo dos alimentos, passando por formas de processamento e abastecimento (Costa et al, 2021). Avançando nesta definição, atores, instituições, processos e tecnologias envolvidos em todas as etapas do setor fazem parte também dos sistemas agroalimentares, evidenciando, portanto, o foco na produção, consumo e circulação de bens alimentares por todas as cadeias nacionais e internacionais (Wilkinson; Goodman, 2017; Escher; Wilkinson, 2019). Ao trazer este debate para o campo das RI de fato, destaca-se o seminal trabalho desenvolvido por Harriet Friedmann e Philip McMichael (1989) e suas elaborações teóricas sobre “regimes alimentares”. Este conceito faz referência à outra relevante abordagem teóricas das Relações Internacionais, desenvolvida por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, a Teoria de Sistemas Mundo.

A abordagem de Friedmann e McMichael chama atenção para as relevantes transformações do sistema agroalimentar internacional a partir dos processos de acumulação capitalista, conforme discorrido pela teoria sistema-mundista. A busca por compreender tais dinâmicas a partir de diferentes ciclos hegemônicos integra ao estudo dos sistemas agroalimentares o elemento do poder, vinculado sob o aspecto da luta de classe, especialização geográfica e disputas interestatais, por exemplo. A partir de tal noção é que une-se o estudo agroalimentar com o estudo da ordem internacional, buscando compreender de que forma o primeiro impacta as transformações ocorridas no segundo. E é neste momento que as teorias críticas das RI, mais especificamente, a abordagem neogramsciana, surge como instrumento adequado para a análise aqui proposta.

Reconhecida pela sua máxima coxiana de que “teoria é sempre para alguém e para algum propósito” (Cox, 1981, p. 128, tradução nossa¹), as abordagens neogramscianas estão dentro das chamadas Teorias Críticas das Relações Internacionais, que privilegiam o questionamento da ordem estabelecida e não a manutenção do *status quo* – como as teorias de solução de problemas. Neste sentido, reconhece-se o caráter político de tal abordagem, uma vez que essa está conectada à prática e pretende, notadamente, transformá-la. Representando um entendimento dialético da realidade, a abordagem neogramsciana possibilita seu entendimento como formada simultaneamente pela materialidade e subjetividade, o que avança sob a lógica de reconhecer a ordem estabelecida como formada socialmente e passível, portanto, de transformação. Para além da razão ontológica da escolha teórica aqui realizada ao tratar de transformações hegemônicas, conceitos como revolução passiva e intersubjetividade surgem como benefícios de tal abordagem.

Ainda do ponto de vista ferramental para a análise pretendida, as três problemáticas para a questão agroalimentar contemporânea, conforme estabelecido por Escher (2020), surgem como recorte analítico para o estudo. Baseadas em questões clássicas para a literatura marxista sobre o setor agrário – em seu sentido político, sociológico e econômico – que foram discutidas por autores como Marx, Engels, Kautsky, Lenin, Bukharin e Preobrazhensky, as três problemáticas para a questão contemporânea representam a tentativa de atualização das antigas abordagens marxistas, buscando agregar a complexificação observada no setor com o avanço do sistema capitalista. Nesse sentido, as novas problemáticas agroalimentares aqui consideradas são: (a) *acumulação de capital* e ligações intersetoriais, tecnológicas e financeiras do agronegócio; (b) *reprodução social* e a transição nutricional e mercantilização dos alimentos; e (c) *poder político* e influência das classes sociais rurais no Estado e nas políticas públicas agrárias/alimentar/rural. O uso desse esquema interpretativo é entendido como alinhado à abordagem neogramsciana utilizada aqui como base teórica, uma vez que engloba também aspectos materiais, ideacionais e institucionais para a análise do sistema agroalimentar internacional.

A partir de tais premissas, o recorte feito é dado por meio do estudo do BRICS e seu papel na atual ordem agroalimentar, conforme demonstrado pelo título da presente pesquisa. A escolha pelo agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul² se deu a partir do entendimento de que o BRICS se caracteriza, devido sua própria origem formal, como um dos

¹ *Theory is always for someone and for some purpose.*

² Para o presente estudo, não foram considerados os novos membros, incorporados a partir do segundo processo de *outreach* do bloco, em 2024. Neste caso, apenas os países mencionados serão considerados ao longo da análise.

principais atores na busca de transformações da ordem internacional. Isso porque, desde sua formação, em 2009, a reforma dos modelos de governança vigentes é a intenção conjunta central de seus membros, sendo caracterizado inclusive como um “rival ocidental” (Van der Pijl, 2017). Assim como outras potências emergentes, o BRICS tem buscado formas de inserção na economia política internacional que respondam melhor aos seus próprios interesses, buscando participar efetivamente deste processo e alterá-lo para um modelo menos desigual internacionalmente (Secches et al, 2020).

Além disso, no que tange ao desenvolvimento, o BRICS possui papel importante na arquitetura internacional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Parte de um processo de mudança no caráter da CID, o agrupamento representa a inclusão cada vez mais significativa de práticas de cooperação Sul-Sul, que são colocadas em contraposição ao modelo de cooperação ocidental estabelecida pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, a OCDE. Concomitante ao objetivo comum do bloco no que diz respeito a cooperação – fortalecer a integração de países do Sul Global para que juntos possibilitem a reordenação da governança política e econômica internacional – está o fato do BRICS não possuir uma agenda consensual sobre questões mais práticas, o que dificulta sua caracterização como um bloco monolítico neste sentido (Besharati; Esteves, 2015). Por essa razão, uma investigação partindo do particular para o todo se demonstra acertada para compreender melhor o BRICS enquanto espaço de agência na atual ordem internacional, considerando o surgimento de possíveis alternativas e/ou transformações a partir dele, mesmo que tão heterogêneo. Neste sentido, visando o entendimento sobre as transformações do sistema agroalimentar sob a égide do capitalismo a partir da relevância dada ao bloco nesta atual ordem, se levanta a seguinte pergunta: *Como a agenda agroalimentar dos países do BRICS se expressa no papel do bloco no atual sistema agroalimentar internacional?*

A partir de tal questionamento é levantada a hipótese de que a agenda se materializa de modo dialético no papel do bloco para o atual sistema agroalimentar internacional, refletindo a contradição do sistema capitalista contemporâneo. Isso porque, ao mesmo tempo em que a heterogeneidade estrutural do agrupamento o transforma em espaço de agência – e não em ator coeso para o tema agroalimentar – tal caracterização auxilia na construção coletiva de alternativas para o atual sistema em um contexto de crise da ordem hegemônica. Nesse sentido, as tensões entre agendas dos países do bloco se dão principalmente pelo posicionamento desigual na divisão internacional do trabalho – algo que avança para além do setor agroalimentar, de maneira mais ampla – e assimetrias internas e externas de poder, como

diferentes processos para construção de políticas para o tema e capacidade de negociação a nível internacional com demais atores relevantes.

Dialecticamente, tais características fazem com que o BRICS se torne um espaço de construção de consensos mínimos que, ainda que não represente ação conjunta para o tema, permite a readequação da atual ordem de acordo com interesses de seus membros. Essa possibilidade ganha força no contexto de crise da ordem hegemônica, marcada pela fragilidade da governança global, pela politização da segurança alimentar, pela concentração de poder nas grandes corporações agroalimentares e pela crescente desigualdade no acesso à alimentação. Assim, a contradição dialética entre fragmentação e articulação coletiva pode ser entendida não como um obstáculo à agência do BRICS, mas sim como sua própria condição de existência e atuação nesse campo.

Para que a hipótese apresentada seja colocada em prova, a pesquisa pretende analisar a agenda agroalimentar dos países do BRICS, a fim de averiguar de que forma ela se expressa no papel do bloco no atual sistema agroalimentar internacional. Para isso, serão apresentadas as principais características do chamado novo sistema agroalimentar internacional, bem como as três problemáticas da questão contemporânea³ relacionada a ele – utilizadas como ferramenta analítica para o presente estudo – para que seja possível uma caracterização geral do atual sistema e de seus principais atores. Por conseguinte, será discutida agenda de cada um dos países membros do BRICS no sistema agroalimentar internacional, a fim de compreender suas principais ações e estratégias sobre o tema. Por fim, será problematizada a atuação do bloco no que tange o sistema agroalimentar internacional, para que seja possível identificar construções coletivas que representem continuidades ou rupturas com a ordem hegemônica ocidental.

Inserido na linha de pesquisa de Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais, o presente estudo integra esforços mais amplos de compreender o papel do Sul Global na atual ordem hegemônica, neste caso, dos países emergentes aqui representados pelo BRICS. Ao considerar essa ordem em crise, momento propício para (re)construção de novas dinâmicas no sistema internacional, a pesquisa aqui proposta pretende auxiliar também no entendimento de tensões mais amplas, que avançam para além do setor agroalimentar. Por essa razão, uma reflexão crítica sobre as possibilidades de construção de uma ordem internacional mais equitativa em termos de acesso à terra, à alimentação e ao desenvolvimento, se coloca lado a lado a reflexão do futuro do sistema internacional e suas transformações. Além disso, a escolha

³ Essas problemáticas podem ser expressas como: (a) acumulação de capital; (b) reprodução social; e (c) poder político no setor agroalimentar. Tais conceitos são desenvolvidas por Escher (2020) e serão mais profundamente trabalhadas na subseção 2.3 desta pesquisa.

deste tema se explica a partir de uma crença e compromisso pessoal com tais transformações, afinal, “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” (Boff, 2017). Como pesquisadora do Sul Global, nascida em um país agroexportador, reconheço desde cedo a urgência em pensar em um desenvolvimento verdadeiro, capaz de superar estruturas e relações desiguais construídas ao longo do tempo. Esta pesquisa, portanto, não apenas investiga um objeto considerado relevante para a área das Relações Internacionais, mas também parte de um lugar político que reconhece a ciência como instrumento de transformação.

O presente trabalho se apresenta como estudo de caso exploratório de n-pequeno aliado à análise documental. Com base em Gerring (2017), estudo de caso exploratório é aquele que pretende conhecer qual é a razão de um resultado conhecido, buscando identificar fatores que presumivelmente possuem influência fundamental em uma série de desfechos. Neste sentido, pesquisadores comumente trabalham de trás para frente a partir de um resultado conhecido, neste caso, iniciou-se a reflexão a partir da relevância dos países BRICS, individualmente, no sistema agroalimentar internacional. Para isso, foram escolhidas como ferramenta analítica, com base na literatura existente, as três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea. A partir destas, as categorias de análise consideradas foram: (a) processo de transição agrária e (b) acumulação de capital no setor agroalimentar, referentes à problemática de acumulação de capital; (c) transição nutricional, referente à problemática de reprodução social; (d) políticas públicas para o setor agroalimentar e (e) relação política entre atores, referente à problemática de poder político.

A partir de tais categorias, o estudo analisa qualitativamente documentos e literatura existente sobre o processo de transição agrária de cada um dos países, considerando a conversão do sistema produtivo, e dados a respeito do crescimento da produção agropecuária. Acerca da acumulação de capital no setor agroalimentar, são incorporados elementos de concentração de terra, participação no mercado e principais atores do setor. Sobre transição nutricional, são consideradas as mudanças alimentares de cada país com base na literatura e pesquisas recentes sobre o tema, bem como informações disponíveis da situação da segurança alimentar e nutricional em cada caso. Por fim, ao discutir políticas públicas para o setor agroalimentar, são analisadas as principais políticas de cada para o setor, além de possíveis relações entre a classe agrária e o poder público.

Avançando para além da análise individual de cada país, o papel do BRICS enquanto bloco será analisado a partir de três frentes, a citar: (a) construção de consensos mínimos de atuação no atual sistema agroalimentar a partir de uma análise de conteúdo das suas declarações

anuais de Cúpula, a fim de identificar e traçar a situação ideacional do bloco no que diz respeito a produção, negociação e distribuição de alimentos; (b) influência na transformação prática do atual sistema agroalimentar internacional partindo da análise qualitativa de projetos aprovados sob o guarda-chuva do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), buscando identificar iniciativas materiais de cooperação agroalimentar entre os membros ou por eles guiadas; (c) por fim, será feito um balanço dos principais resultados encontrados a nível individual, buscando identificar possíveis convergências ou distanciamentos entre os países no que tange as três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea. O trabalho se caracteriza, portanto, como uma análise multimétodo, já que será realizado a partir de dados em matriz (quantitativa) aliados aos não matriciais (qualitativos) através de análise formal (quantitativa) conjuntamente à informal (qualitativa). Para realização da análise de caráter mais quantitativo (dados de produção, exportação, importação, etc.), o estudo utiliza estatística descritiva para visualização e resumo dos dados encontrados.

Destarte, a pesquisa apresentada ao longo desse trabalho está estruturada da seguinte forma: em primeiro lugar serão apresentados os principais embasamento teóricos em que o presente estudo está alicerçado. Dentre eles as contribuições neogramscianas para o estudo da hegemonia e de suas transformações, principalmente aquelas desenvolvidas por Cox (1981; 1989; 1995), Morton (2007) e Ramos (2012). A ênfase dada neste primeiro momento é na base da teoria coxiana, inspirada em Gramsci, bem como nas contribuições a respeito da revolução passiva e transformação hegemônica. Ainda no capítulo 2, serão apresentados os principais florescimentos das teorias que circundam a análise de sistemas agroalimentares, principalmente aquelas desenvolvidas por Friedmann e McMichael (1989), Escher (2020) e (Wilkinson; Goodman, 2017). Nesta etapa pretende-se esclarecer qual é o entendimento a respeito do sistema agroalimentar internacional contemporâneo, assim como sua formação ao longo dos anos. Além disso, este capítulo incorpora as principais contribuições marxistas clássicas para o setor, que, vistas em perspectiva, serviram como a base para a construção e/ou “readequação” das três problemáticas. Por fim, o capítulo pretende discorrer ainda sobre algumas das principais tendências do atual sistema, buscando caracterizar a ordem agroalimentar vigente.

Em um segundo momento, inicia-se a análise individual de cada país, buscando compreender quais são os principais aspectos de sua agenda para o setor. A fins analíticos, os países foram separados em dois blocos distintos – chamados transformadores e mantenedores – buscando evidenciar aqueles considerados como mais capazes de guiar transformações dentro do bloco. Neste sentido, o capítulo 3 discute quais foram os resultados encontrados para os

casos de China e Rússia no que tange as três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea a partir das categorias de análise aqui estabelecidas. Já no capítulo 4, a discussão segue com a análise do segundo bloco de países do BRICS, os chamados mantenedores. Neste momento, Brasil, Índia e África do Sul são debatidos a partir das três problemáticas, conforme feito com China e Rússia.

O capítulo 5, por fim, é destinado para a análise do papel do bloco no atual sistema agroalimentar internacional a partir das agendas dos países membros para o tema, resgatando os principais achados das seções anteriores. Nesta etapa são aprofundadas as relações com a abordagem teórica utilizada, buscando analisar quais são os impactos do bloco na atual ordem, sua adesão as principais tendências identificadas e a possibilidade de construções alternativas e transformadoras do sistema a partir de seus membros. Para isso, são apresentadas as principais considerações das cúpulas anuais do BRICS, identificando o “posicionamento subjetivo” do bloco e a criação de novos entendimentos sobre a questão agroalimentar. Em seguida, são mencionados os principais projetos aprovados no NDB relacionados ao setor e, por fim, apontadas as principais aproximações e distanciamentos entre os países do bloco no que diz respeito às três problemáticas.

Finalmente, o capítulo 6 traz algumas considerações finais sobre a análise realizada, bem como os principais caminhos abertos a partir dessa pesquisa. Sabendo da profundidade da questão tratada e da complexidade do objeto deste estudo, reforça-se a necessidade contínua de aprofundamento de debates como o aqui proposto. Destarte, considerando o mundo atual como um mundo em transformação, essa pesquisa busca situar-se ao lado de tantas outras que auxiliam na compreensão do atual sistema internacional, para que assim seja possível identificar o papel de seus principais atores e, finalmente, construir de maneira conjunta alternativas que visam a transformação da realidade.

2 RAÍZES TEÓRICAS: PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE HEGEMONIA E O SISTEMA AGROALIMENTAR INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

O estudo das ordens internacionais são, tradicionalmente, objeto daqueles que pensam sobre as relações internacionais. Apesar das contribuições sobre como se dá a ordem internacional oriundas de teorias *mainstream* – as teorias de solução de problemas –, as chamadas Teorias Críticas são aquelas que auxiliam a questionar e refletir sobre a ordem existente. Tradicionalmente associadas ao trabalho desenvolvido por Robert Cox em meados

dos anos 1980, com destacada influência do italiano Antonio Gramsci⁴, as Teorias Críticas das RI destacam a possibilidade de transformação da ordem internacional a partir do materialismo histórico, elemento que será discutido mais profundamente neste capítulo.

Ao pensar sobre a ordem internacional contemporânea e sobre as transformações guiadas por países como os BRICS, tal abordagem surge, portanto, como guia neste processo. Além disso, tratando-se de uma análise a respeito do atual sistema agroalimentar internacional, recuperações teóricas sobre o tema – como a noção de regimes alimentares de Friedmann e McMichael (1989) – bem como discussões do avanço das questões agrárias, avançando das questões marxistas clássicas para as três problemáticas agroalimentares contemporâneas, se fazem necessárias. A partir disso, este capítulo tem como objetivo discorrer sobre os pontos centrais de cada contribuição teórica, entendidas como basilares para a construção do presente estudo.

Na subseção 2.1 será apresentado o debate neogramsciano nas Relações Internacionais, seu principal arcabouço teórico, tendo como foco os conceitos de hegemonia e revolução passiva. Na subseção 2.2 será debatido o conceito de sistema agroalimentar e as principais contribuições da noção de regimes alimentares. Por fim, será discutido na subseção 2.3 o avanço das questões agrárias no campo, partindo das elaborações marxistas clássicas para as três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea, utilizadas como base metodológica para o presente estudo. A seção 2.4 será destinada para as principais conclusões teóricas do capítulo.

2.1 O debate neogramsciano nas RI

Fazendo parte da ampla gama de construções teóricas pertencentes à chamada Teoria Crítica⁵, as abordagens neogramscianas surgem de forma mais destacada no campo das Relações Internacionais a partir da década de 1980, com o seminal trabalho de Robert Cox. Inspirados nas obras do italiano Antonio Gramsci, as abordagens neogramscianas são tratadas no plural uma vez que, apesar de seguirem premissas e preocupação semelhantes, não são entendidas como interpretações homogêneas e/ou consensuais. A heterogeneidade das contribuições neogramscianas se deve, entre outras coisas, pela fragmentação do conteúdo das

⁴ É a partir de tal influência que essa abordagem teórica das relações internacionais passou a ser chamada de neogramsciana. Além de Robert Cox, autores como Stephen Gill e Adam Morton se destacam como autores que atuam na “atualização” do pensamento de Gramsci para o contexto internacional das últimas décadas.

⁵ Convencionou-se chamar de Teoria Crítica todas aquelas que, conforme estabelecido por Cox (1981, p. 129), “não consideram como garantidas as instituições e relações sociais e de poder, mas se questionam a respeito de sua origem”. Neste sentido, abordagens marxistas, feministas e pós-coloniais são incorporadas também na Teoria Crítica. Apesar disso, porém, o termo utilizado ao longo do capítulo está relacionado à teoria gramsciana.

obras de Gramsci⁶. Originalmente pouco sistematizada, a recuperação das contribuições do autor italiano feita por teóricos neogramscianos se torna ainda mais importante para pensar a utilidade de sua obra para o campo das Relações Internacionais contemporaneamente (Morton, 2007). Aqui, serão destacadas as leituras de Gramsci feitas por Robert Cox.

Importa, portanto, destacar o papel central da teoria neogramsciana na atualização dos conceitos de Gramsci, seja para seu uso analítico ou prático. A respeito deste último ressalta-se o caráter eminentemente político de toda teoria, aspecto destacado pela máxima coxiana de que “teoria é sempre para alguém e para algum propósito” (Cox, 1981, p. 128, tradução nossa⁷). Esta afirmação reforça o entendimento dialético presente nas abordagens neogramscianas – e das Teorias Críticas, no geral – uma vez que entende a realidade como formada simultaneamente pela materialidade e subjetividade, aspecto que será discutido ao longo do capítulo. A estrutura de poder e forças sociais não são, portanto, previamente determinadas, e por isso é necessário reconhecer as consequências e o potencial transformador das teorias, afinal, essas estão intrinsecamente ligadas à realidade e são, por isso, “implicadas na esfera da ação prática” (Nunes, 2012, p. 18). Nesse sentido, a abordagem neogramsciana se coloca contrária às teorias *mainstream* que tendem a se apresentar como teoricamente neutras e individualmente separadas da construção teórica.

A partir disso, entende-se que toda teoria é sempre parte de uma perspectiva definida no tempo e espaço, e uma série de fatores sociais e políticos interferem na forma em que o sujeito enxerga o mundo. A ontologia social, deste mesmo modo, é historicamente estabelecida, e tem na história uma preocupação relevante para se pensar o passado e o futuro por meio do engajamento com as críticas à realidade/ordem estabelecida e com as possibilidades de transformação desta. Conforme estabelecido por Cox (1981, p. 130, tradução nossa⁸), “o principal objetivo da teoria crítica é clarificar as alternativas possíveis”, onde uma certa dose de utopia atua em favor da construção de novos cenários ao mesmo tempo em que a compreensão do processo histórico é fundamental para a criação de possibilidades no contexto apresentado (Cox, 1981).

Robert Cox é considerado um dos principais autores neogramscianos devido o pioneirismo de seus escritos, servindo como inspiração também para intelectuais que

⁶ Destacam-se as contribuições presentes em seus Cadernos de Cárcere e alguns artigos conjunturais publicados. A respeito da fragmentação da obra de Gramsci, de acordo com Coutinho (2007 apud Ramos 2012), apesar de notável desagregação de conteúdo é possível observar “uma preocupação sistemática evidente” com a questão hegemônica.

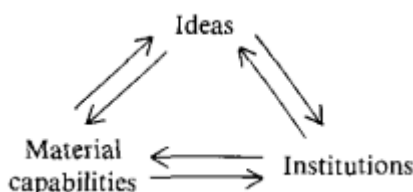
⁷ *Theory is always for someone and for some purpose.*

⁸ *A principal objective of critical theory, therefore, is to clarify this range of possible alternatives.*

posteriormente contribuíram para essa abordagem, como Adam Morton, Stephen Gill e Mark Rupert. Por essa razão suas contribuições são fundamentais para um maior entendimento da abordagem aqui trabalhada, que por vezes é reproduzida e atualizada em obras mais recentes pelos demais autores mencionados. Ainda a respeito da discussão teórica trazida por Cox (1981), destaca-se os diferentes momentos em que o uso de uma teoria é ou não beneficiado. De acordo com o autor, momentos de aparente estabilidade e relações de poder fixadas favorecem o uso de teorias de solução de problemas, uma vez que estas buscam responder às dinâmicas de poder já definidas. Já em momentos de crise da ordem, as teorias críticas surgem como mais favoráveis, pois auxiliam na construção de alternativas possíveis e no entendimento do processo de transformação.

Antes de adentrar na discussão da hegemonia e seu caráter intersubjetivo para as abordagens neogramscianas, destaca-se a importante relação dialética estabelecida por Cox entre estrutura e superestrutura. Símbolo do materialismo histórico marxista presente em sua obra, o conceito de bloco histórico captura a dimensão dessa relação entre o plano material e ideacional e está ele mesmo relacionado com a formação de uma hegemonia (Morton, 2007). Nesta relação é possível citar três categorias de forças recíprocas entre si que se retroalimentam, que, inspiradas na obra original de Gramsci, foram estabelecidas por Cox (1981) como: ideias, capacidades materiais e instituições.

Figura 1 – Relação dialética de forças em uma estrutura



Fonte: Cox, 1981.

Conforme demonstrado pela Figura 1, essas três forças se relacionam dialeticamente entre si, respeitando o princípio neogramsciano de equilíbrio entre subjetividade e objetividade. Para o autor, não existe sobreposição de ambos, sendo a economia e a realidade material determinadas e determinantes para uma ordem específica (Cox, 1981; Ramos, 2012). Nesse sentido, **ideias** são entendidas como significados intersubjetivos e imagens coletivas da ordem mundial, noções sociais que ditam expectativas de comportamento e hábitos em sociedade; **capacidades materiais** representam os recursos acumulados e a riqueza que permite tal

acumulação; e **instituições** são a junção das duas forças anteriores, que auxiliam na estabilização de uma determinada ordem e podem ganhar força própria de legitimação de relações de poderes (Cox, 1981; Morton, 2007).

Portanto, a partir da recuperação teórica feita pelos neogramscianos é possível compreender o surgimento de diferentes blocos históricos ao longo da história do modo de produção capitalista. O bloco histórico representa momentos em que as três forças de uma estrutura estão em alto nível de acordo político, mas que não necessariamente representam uma hegemonia – com a ideologia de uma classe universalizada. Nesse sentido, o conceito de bloco histórico se relaciona com a consolidação de um tipo específico de relações sociais domesticamente – incorporando ideias, capacidades materiais e instituições – mas que, ao se estabelecer para além das fronteiras internacionais, se torna uma hegemonia de fato. A partir disso, trataremos agora sobre o conceito de hegemonia e intersubjetividade na teoria neogramsciana.

2.1.1 A questão da hegemonia e sua relação com a intersubjetividade

Conforme estabelecido previamente, uma das maiores contribuições neogramscianas para as Relações Internacionais está centrada na discussão sobre hegemonia. Indo além do conceito estabelecido por teorias de resolução de problemas, que tem como foco o aspecto material do poder – considerando os campos econômicos e militares, principalmente – o conceito neogramsciano de hegemonia incorpora também elementos intersubjetivos. Neste sentido, o poder material/econômico passa a ser visto não como único elemento explicativo da hegemonia, mas sim como base para estabelecimento do consentimento de forma mais ampla. A hegemonia nestes termos é entendida, portanto, como a transformação de interesses específicos em interesses gerais, um processo constantemente articulado pelas classes dominantes de determinada ordem (Morton, 2007; Ramos, 2012).

Robert Cox avança nesta classificação ao determinar que a estabilidade das ordens mundiais pode ser explicada, na realidade, a partir do conceito de hegemonia, já que este é

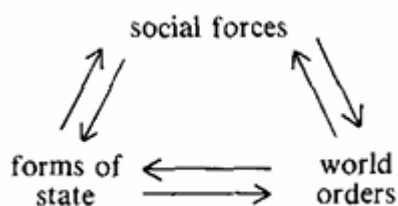
baseado numa conjunção coerente ou encaixe entre uma configuração do poder material, a imagem coletiva predominante da ordem mundial (incluindo certas normas) e um conjunto de instituições que administram a ordem com uma certa aparência de universalidade (Cox, 1981, p. 139, tradução nossa⁹).

⁹ *Based on a coherent conjunction or fit between a configuration of material power, the prevalent collective image of world order (including certain norms) and a set of institutions which administer the order with a certain semblance of universality.*

Este entendimento incorpora, como mencionado, elementos de intersubjetividade que vão além da ideia convencional das teorias de Relações Internacionais sobre dominação hegemônica. Ao destacar a importância de noções compartilhadas sobre relações sociais no processo hegemônico – com a inclusão de instituições e ideias (e capacidade materiais) ao esquema de estrutura histórica – estes autores não apenas colaboram para um entendimento mais profundo sobre a ordem internacional, mas também auxiliam na reflexão sobre formas alternativas que podem surgir (Morton, 2007).

A respeito disso, considerando a abordagem de blocos históricos e as forças que nele interagem apresentados anteriormente, Cox (1981) expande seu esquema para tratar sobre a hegemonia em um nível mais amplo, como pode ser observado na Figura 2:

Figura 2 – Relações dialética das esferas de atividade em uma hegemonia



Fonte: Cox, 1981.

As esferas de atividades podem ser entendidas como estruturas que se relacionam também de forma dialética, estando interligadas em sua estabilidade e em suas transformações. Neste sentido, mudanças em um desses níveis representam alterações nos demais, criando possibilidades de transformação de todo bloco histórico e da hegemonia estabelecida. Neste esquema, **forças sociais** são entendidas como a organização da produção, os padrões de produção estabelecidos; **formas de Estado** é como os Estados se organizam internamente; e **ordem mundial** representa a configuração de forças entre os Estados, a forma em que “as coisas acontecem” (Cox, 1981; 1989).

Como discutido anteriormente, não há hierarquia entre os níveis da hegemonia e todos se retroalimentam neste sentido. Portanto, os padrões de produção – lidos no esquema como “forças sociais” – servem como marco inicial para análise de uma estrutura hegemônica, mas não a resumem. Ao fugir de uma lógica puramente economicista, Cox (1989) entende a produção a partir de um sentido mais amplo, “não é resumida à produção de bens físicos utilizados ou consumidos. Ela cobre a produção e reprodução de conhecimento e das relações sociais, morais e institucionais que são pré-requisitos da produção de bens físicos” (Cox, 1989,

p. 39, tradução nossa¹⁰). O entendimento a respeito de um bloco histórico passa, portanto, por uma maior compreensão sobre as instituições e ideais que o compõem.

Sobre isso, o materialismo histórico-dialético surge novamente como metodologia de análise coerente para as transformações hegemônicas. Para Cox (1995), toda estrutura contém aspectos de congruência e coerência entre si, mas também possui elementos de conflito e contradição. É pela existência dessas contradições que mudanças na ordem se tornam possíveis, uma vez que o desenvolvimento dessas últimas pode representar uma transformação completa da estrutura antes estabelecida. Além disso, ressalta-se a importância da intersubjetividade na formação (e transformação) das estruturas históricas, já que é essa intersubjetividade que formam ideias e instituições. Conforme estabelecido por Cox (1995, p. 33, tradução nossa¹¹):

A ontologia que define o “mundo real”, o mundo das realidades não físicas que moldam nossa existência, é sustentado por significados intersubjetivos derivados de longos anos de experiência coletiva. Esse sentido intersubjetivo da realidade não é um pressuposto de idealismo filosófico. Essas entidades intersubjetivamente constituídas têm sido criadas pelas respostas humanas coletivas às condições materiais da existência humana ao longo de períodos de tempo.

Sendo assim, a intersubjetividade para a teoria neogramsciana se torna parte fundamental do conceito de hegemonia. A construção de um bloco histórico hegemônico, que perpassa o que seria o nível nacional de uma estrutura, requer o exercício de uma “direção intelectual e moral” por parte da classe dominante. De acordo com Ramos (2012, p. 118), o consenso, apesar de não excluir por completo o uso da coerção, é o responsável pela “direção política” de uma estrutura hegemônica. A universalização da ideologia da classe dominante representa, portanto, o controle e subordinação de outros grupos sociais, que com ajuda de instituições culturais atua para dominar política e culturalmente esses grupos, sem aparentar reproduzir interesses de uma classe específica.

Outro ponto fundamental para se pensar a formação de uma estrutura é seu reconhecimento histórico, sua temporalidade. Ou seja, o estabelecimento de uma hegemonia ocorre sob certas circunstâncias em um dado momento, é algo não-fixo (Mello, 2022). Tal noção permite uma discussão como a realizada por Bieler e Morton (2001) sobre as camadas

¹⁰ *It is not confined to the production of physical goods used or consumed. It covers the production and reproduction of knowledge and of the social relations, morals and institutions that are prerequisites to the production of physical goods.*

¹¹ *The ontology which defines the “real world”, the world of non-physical realities that shape our existence, is sustained by intersubjective meanings derived from long years of collective experience. This intersubjective making of reality is not a statement of philosophical idealism. These intersubjectively constituted entities have been created by collective human responses to the material conditions of human existence over long periods of time.*

de uma estrutura a partir de Cox, sendo elas: macroestrutura; mesoestrutura; e microestrutura. Estando essas também em níveis diferentes de “profundidade”, ou seja, quão profundas estão fixadas em uma sociedade, Cox considera o capitalismo como uma macroestrutura composta por mesoestruturas de mais fácil transformação, como sistemas de valores, padrões de consumo e estruturas sociais (Mello, 2022).

Após discutido brevemente de que forma se constrói uma hegemonia a partir da visão neogramsciana das Relações Internacionais, resta saber como se dá as possibilidades de mudança dentro desta visão. Ao incorporar considerações a respeito dos avanços e retrocessos da globalização na política mundial, Demuner e Mendonça (2020) discutem a adequação da abordagem neogramsciana para pensar a relação entre hierarquia, ordem e transformações a nível internacional. Ao corroborar com tal adequação, será agora apresentado uma breve discussão sobre as possibilidades de mudança nesta abordagem teórica.

2.1.2 Possibilidade de transformação inspirada em Gramsci: caminhos da revolução passiva

A partir da leitura neogramsciana a respeito da manutenção de uma hegemonia, ou seja, o processo em que uma classe dominante subordina as demais dentro de uma estrutura histórica específica, construiu-se também considerações sobre a transformação desta ordem hegemônica. Conforme discutido por Demuner e Mendonça (2020), no início dos anos 1980 – contexto em que abordagens neogramscianas se fortaleceram no campo – a ordem internacional sofreu uma série de mudanças profundas¹². Essas mudanças incitaram, entre outras coisas, o questionamento acerca da estabilidade da hegemonia estadunidense a partir do impacto da internacionalização da produção e da globalização de uma forma mais ampla. Para além de discorrer sobre aspectos mais profundos da globalização a partir da teoria neogramsciana, importa resgatar suas principais contribuições sobre as transformações hegemônicas, sendo essas o conceito de guerra de posição e revolução passiva.

Guerra de posição é considerada uma estratégia de luta política e social – destacando novamente a relevância política da abordagem teórica neogramsciana – em que se contrapõe às guerras de movimento, ou seja, um conflito direto ou revolução armada. De acordo com Morton (2007, p. 97, tradução nossa¹³), a guerra de posição “envolve uma luta na frente cultural de uma

¹² Entre elas é possível citar os eventos ocorridos ainda na década de 1970 como o fim do padrão ouro-dólar, a crise na balança de pagamentos estadunidense e os choques do petróleo (Demuner; Mendonça, 2020).

¹³ *This involved a struggle on the cultural front in civil society – to overcome the ‘powerful system of fortresses and earthworks’ – in an attempt to penetrate and subvert the mechanisms of ideological diffusion.*

sociedade civil – para superar o ‘poderoso sistema de fortalezas e fortificações’ – na tentativa de superar e subverter os mecanismos de difusão ideológica”. Neste sentido, uma guerra de posição é entendida como a contestação de estruturas institucionais que mantêm uma determinada ordem a fim de enfraquecer o controle das classes dominantes e construir um nível de conscientização para aquelas classes oprimidas (Gale, 1998).

O conceito de revolução passiva, por sua vez, é utilizado para descrever um tipo de mudança política onde um poder dominante adapta e concede algumas mudanças a fim de não romper completamente com a ordem estabelecida. De acordo com Ramos, revoluções passivas podem ser observadas em

sociedades que importaram ou foram forçadas a adotar alguns aspectos de uma nova ordem criada externamente sem abandonar completamente a velha ordem. Neste caso, a dialética revolução-restauração tende a bloquear uma vitória tanto das velhas quanto das novas forças sociais, o que demonstra que em tais sociedades a burguesia falhou em atingir a condição de hegemonia (Ramos, 2012, p. 123).

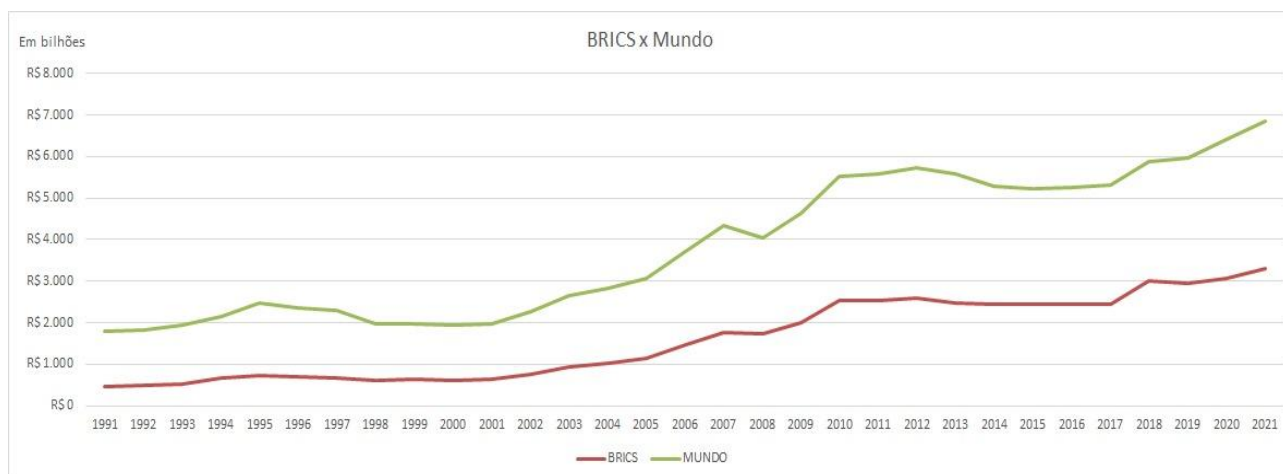
Morton (2007) classifica, neste mesmo sentido, que o processo da revolução passiva não é de um todo pacífico, mas significa uma reforma por meio da intervenção do Estado e/ou da inclusão de outros grupos sociais dentro de uma ordem hegemônica. Em relação à temporalidade histórica da revolução passiva, Passos (2023, p. 352) estabelece que essa se dá de forma muito mais lenta do que uma revolução radicalizada, já que uma “modernização conservadora que pode assumir vários formatos em termos de cooptação de demandas e setores subalternos sem que eles efetivamente tenham protagonismo em um processo”. Neste sentido, entende-se como revolução passiva mudanças historicamente relevantes, mas que não representaram alterações fundamentais na estrutura de poder estabelecida.

Sendo assim, exemplos de revoluções passivas contemporaneamente podem ser observadas com a solidificação do *status quo* neoliberal na arquitetura financeira global por meio do G20, que manteve as forças de poderes já estabelecidas mesmo com a inclusão de países do Sul Global ao grupo do G7/8 (Demuner; Mendonça, 2020). Apesar de consideradas transformações moleculares, movimentos como esses são entendidos como os caminhos da transformação no sistema internacional contemporâneo. A revolução passiva é, neste sentido, “contrapartida da hegemonia”, onde novas formas de sociedade são (re)construídas a partir de novas relações entre as formas de Estados, forças sociais e ordens mundiais, representando, portanto, alternativas à ordem hegemônica (Ramos, 2012). Esclarecidos alguns dos conceitos ligados à transformação dentro da perspectiva neogramsciana, serão apresentados agora as principais elaborações teóricas sobre sistemas agroalimentares.

2.2 O debate agroalimentar e seus florescimentos: principais contribuições teóricas sobre a relação agroalimentar internacional

Os alimentos e a produção agrícola ocupam parte significativa das dinâmicas internacionais contemporâneas. A partir de um mundo globalizado, negociações de produtos essenciais para o desenvolvimento humano – e consequentemente dos Estados – são feitas cotidianamente em todos os lugares do globo. Para além de sua função natural, que destaca a relevância dos produtos alimentares dada a necessidade fisiológica de sustento nutricional, este setor chama atenção também para sua importância econômica e política. Em relação a este primeiro ponto, os produtos agrícolas movimentaram mundialmente mais de 1,5 trilhão de dólares em importações e 1,4 trilhão de dólares em exportações no ano de 2022 (WTO, 2024). Neste mesmo ano, a produção total dos países do BRICS no setor agropecuário somou 3,3 trilhões de dólares, representando 48,17% da produção mundial, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Valor total (em bilhões de dólares) na produção no setor agropecuário dos países do BRICS.



Fonte: Elaboração própria (FAO, 2024).

Politicamente, a conexão do setor agroalimentar com o Estado se dá por meio da busca de legitimidade e autonomia deste. De acordo com Lima e Dias (2018, p. 279), a ameaça à soberania alimentar de um Estado tem gerado, historicamente, distúrbios sociais, fazendo com que dificuldades no acesso ao alimento sejam razões para questionamento do poder vigente; dito de outro modo, “alimentar o povo é uma fonte de legitimidade para o Estado”. Além disso, ainda que um país não possua produção suficiente para alimentar sua população, recai sob ele a responsabilidade de negociar internacionalmente este tipo de produto a fim de que todos tenham garantido o **acesso** aos alimentos com preços estáveis. De acordo com a FAO, é o acesso aos alimentos que garantem a segurança alimentar de um país. Apesar deste conceito ser considerado naturalmente flexível, ele tem suas origens ligadas à crise global de alimentos da década de 1970, o que explica o destaque dado ao fator **acesso** como fundamental para garantia de níveis alimentares seguros:

A segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm condições físicas, sociais e acesso econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que satisfaçam as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (FAO, 2003, p. 29, tradução nossa¹⁴).

Tal definição, apesar de ser considerada a mais reconhecida e divulgada internacionalmente, não é livre de questionamentos. A crítica a esta conceitualização está intrinsecamente ligada a ideia de que o mercado é capaz de solucionar o problema alimentar internacional, deixando de lado possibilidades domésticas mais sustentáveis e ligadas culturalmente à população em questão (Lima, Dias, 2018), bem como as disputas internacionais

¹⁴ Food security exists when all people, at all times, have physical, social and economic access to sufficient, safe and nutritious food which meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life.

de poder que podem limitar relações comerciais livres. Neste sentido, a consideração do mercado como agente fundamental para garantia da segurança alimentar vai de encontro à mercantilização capitalista dos alimentos, priorizando-os como bens comercializáveis somente. Ainda assim, estando a globalização como um fenômeno transformador das relações internacionais – e sociais, de forma mais profunda – é necessário pensar a segurança alimentar de maneira global – mesmo que sem o uso direto do conceito estabelecido pela FAO –, a fim de trazer para o debate a forma em que os Estados participam das dinâmicas agroalimentares atuais e como este sistema agroalimentar internacional se organiza.

Ao adentrar as discussões acerca do sistema agroalimentar, essas possuem uma forte base em estudos rurais e agroalimentares, não fazendo, historicamente, parte dos debates tradicionais conectados com o campo das Relações Internacionais. Apesar disso, a partir da globalização mais acentuada observada em meados dos anos 1980, tornou-se impossível não transbordar o tema agroalimentar para o debate internacional. Com grande influência do comércio entre Estados, bem como com o estabelecimento de parcerias e institucionalização de pautas alimentares, o setor agroalimentar tem adentrado a academia das RI de forma mais notável nos últimos anos. Ao pensar sobre este objeto, aportes teóricos específicos sobre este setor surgem como auxílio para compreensão mais profunda do tema, e, por essa razão, será discutido aqui os principais conceitos necessários para um maior entendimento sobre o sistema agroalimentar internacional.

Ao iniciar essa discussão, faz-se necessário definir o que significa dizer “sistema agroalimentar” e qual é sua peculiaridade enquanto aporte teórico. De acordo com Escher e Wilkinson (2019, p. 659), o sistema agroalimentar

[...] faz referência a um conjunto de atores e instituições, tecnologias e processos envolvidos na produção, circulação e consumo agroalimentar de uma economia, abrangendo os distintos elos e nós das suas cadeias e redes de mercadorias, desde o produtor primário até o consumidor final. Isso passa pelas indústrias de insumos e máquinas, o transporte, a agroindústria processadora, o comércio atacadista e varejista, os mercados local, doméstico e externo, o estado e suas políticas públicas, e as interrelações entre estes diversos componentes.

Desta forma, o termo sistema agroalimentar incorpora aspectos que vão além do produtivo e busca compreender – de diferentes modos, a depender da teoria utilizada – a forma e os impactos das relações entre os atores supracitados. Além disso, a contemplação de elementos econômicos, sociais e políticos de maneira conjunta colaboram para um melhor entendimento da dinâmica capitalista como um todo. O termo agroalimentar, utilizado de forma ampla pela literatura, representa, portanto, não apenas o debate em relação à **produção**, mas

também ao **consumo e circulação** de bens primários/agropecuários (Wilkinson; Goodman, 2017). Dentre as abordagens sobre o tema, destaca-se como seminal o trabalho realizado por Friedmann e McMichael (1989), trazendo a importante noção de “regime alimentar” para o debate.

O conceito de regimes alimentares tem como elemento fundamental a incorporação da política e da economia, que visa compreender a relação entre agricultura e alimentação dentro da lógica capitalista. Entendida também como um “momento de internacionalização” desse debate, tem como inspiração os pressupostos das chamadas Teorias de Sistemas Mundo. O trabalho realizado por McMichael e Friedmann joga luz sobre os conflitos de poder no setor agroalimentar, apresentando a relação entre disputas hegemônicas e o modelo de ordenamento do sistema produtivo, de circulação e de consumo (Escher; Wilkinson, 2019). Sendo assim, “uma definição clássica de regime alimentar inclui constelações de relações de classe, especialização geográfica e poder interestatal, que vinculam 'relações internacionais de produção e consumo de alimentos' a 'períodos de acumulação capitalista'” (Friedmann, 2009, p. 235, tradução nossa¹⁵).

A lógica de períodos de acumulação capitalista correspondendo à perspectiva de sistemas-mundo considera o início do capitalismo a partir da expansão colonial no século XV. Dentro desta visão, os regimes alimentares se relacionam diretamente com os ciclos hegemônicos internacionais e os períodos de transformação do capitalismo, que tem na transição hegemônica sua preocupação central. Neste sentido, seja a partir de uma visão exógena (como a trabalhada por Wallerstein), seja com uma visão mais endógena (como proposto por Arrighi e Silver)¹⁶, o foco para compreensão e caracterização da ordem internacionais se dá a nível sistêmico. Para Arrighi e Silver (2001, p. 36), as crises hegemônicas podem ser caracterizadas por três processos distintos e interligados: “intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; a escalada de conflitos sociais; e o surgimento intersticial de novas configurações de poder”. A ocorrência destes elementos configura, portanto, o início/fim de um novo ciclo hegemônico. Ao retornar para as discussões sobre o setor agroalimentar, autores dessa vertente periodizam três regimes alimentares ao longo da história, sendo o terceiro ainda em curso e sem consenso sobre suas características.

¹⁵ *The ‘classical’ definition of food regimes includes constellations of class relations, geographical specialization, and inter-state power (Friedmann 1993). Friedmann and McMichael (1989, p. 95) linked ‘international relations of food production and consumption’ to ‘periods of capitalist accumulation.’*

¹⁶ Isso significa dizer que Arrighi e Silver se colocam contrários à Wallerstein uma vez que o autor “internaliza as mudanças”, considerando que as propriedades do sistema hegemônico atuam coercitivamente sobre os atores e se modificam nesse processo. Já Arrighi e Silver evidenciam os “padrões cíclicos de repetição”, incorporando conflitos sociais no padrão estrutural (Martins, 2021).

Tratando brevemente acerca destes regimes, o primeiro diz respeito aos anos entre 1870 e 1914 e tem como potência hegemônica a Grã-Bretanha. Este período é caracterizado pela rápida expansão do comércio internacional, principalmente nas relações coloniais exercidas pelas grandes potências – com destaque, neste caso, para Grã-Bretanha – e pela ascensão do sistema de Estados-nação. A tecnologia para o setor era ainda bastante precária e a produção se baseava em processos artesanais e produção familiar. Outras potências da época como Estados Unidos e Alemanha utilizavam de políticas protecionistas para conter a hegemonia britânica neste setor, políticas estas que recaíam não somente sob alimentos, mas também sob recursos naturais/matérias-primas no geral (Wilkinson; Goodman, 2020; Friedman; McMichael, 1989).

Sobre a relação entre o mundo agrícola do século XIX e a indústria, Friedman e McMichael (1989) citam como características do primeiro regime agroalimentar internacional três pontos fundamentais, são eles: (1) a divisão internacional de produção a partir de vantagens comparativas; (2) início da demarcação da agricultura como um setor capitalista, porém ainda diferenciada da indústria; e (3) o surgimento do complexo agroindustrial, que vincula a agricultura à indústria. Sobre o primeiro tipo de relação, é chamada atenção para a especialização ricardiana da produção agrícola também em Estados colonizadores – e não apenas nas colônias – devido diferenças climáticas e de organização social nestes, o que sustentou uma nova fase de desenvolvimento industrial a nível internacional. A respeito do segundo tipo de relação, os autores destacam a “industrialização da agricultura” principalmente devido seu foco ao comércio externo, com crescente substituição dos insumos agrícolas consumidos neste primeiro regime, que passaram a ser caracterizados como insumos químicos e mecânicos propícios para agricultura extensiva. Por fim, a terceira relação clarifica a internalização da complementariedade entre o comércio industrial e agrícola nos recém-formados Estado-nação, não havendo, portanto, a substituição da produção agrícola neste regime, mas sim uma lógica de complementariedade (McMichael, Friedman, 1989).

O segundo regime alimentar, por sua vez, contempla os anos de 1945 até 1973/1985 e tem como potência hegemônica os Estados Unidos. O tipo de produção químico e mecânico ganham ainda mais força neste regime e alimentos processados tornam-se mais consumidos pela população mundial, favorecidos também pela integração das antigas colônias ao sistema internacional. Seguindo um modelo fordista de acumulação de capital neste setor, dá-se preferência por alimentos mais baratos e ricos em proteínas passíveis de serem consumidos em massa. De acordo com Wilkinson e Goodman (2020), frutas e açúcares são os principais

produtos que se mantêm ao “modelo colonial” de produção neste regime, já que os demais passaram para um “modelo industrial” de produção.

O elemento geopolítico ganha também força neste período, tendo em vista o fim da 2ª Guerra Mundial e emergência da Guerra Fria. Em relação ao sistema agroalimentar internacional neste contexto, destaca-se o estabelecimento da *Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954* nos Estados Unidos, conhecida como PL 480, que previa a ajuda alimentar para países arrasados pela guerra e/ou desastres naturais. Para além disso, porém, é chamado atenção para o objetivo central da PL de reduzir os excedentes agrícolas estadunidenses, estando a ajuda alimentar alinhada com a estabilização dos preços para subsídio dos produtores agrícolas do país e alheia ao processo de possível dependência dos países periféricos nesta relação de ajuda (Wilkinson; Goodman, 2020; Friedman; McMichael, 1989; Bernstein, 1996).

A respeito deste último ponto, apesar da tentativa de John Kennedy de direcionar o plano para longe do seu aspecto econômico-estratégico – neste caso, da redução de excedentes – que fora o foco do Dwight D. Eisenhower, seu antecessor na presidência e quem iniciou tal projeto, foram instauradas aos acordos de ajuda alimentar cláusulas condicionais de reformas do setor agrícola¹⁷ do país beneficiado, mesmo que estes seguissem características e recursos domésticos para sua reestruturação. Neste sentido, mesmo com os condicionamentos impostos, não houve uma generalização do modelo agroalimentar estadunidense a nível internacional. Tais condicionamentos podem ser entendidos como formas de mitigar o receio estadunidense de enfraquecer o comércio agrícola de muitos de seus aliados, como Canadá e Grã-Bretanha, e auxiliar na emergência de uma Revolução Verde internacional no setor agroalimentar, mesmo que heterogênea (EUA, [s.d.]; Wilkinson; Goodman, 2020).

Ainda a respeito do segundo regime, importa destacar a complexidade das consequências observadas deste período de ajuda alimentar internacional. Conforme discutido com Wilkinson e Goodman (2020), apesar do notável enfraquecimento da agricultura dos países periféricos – em virtude dos subsídios estadunidenses para este setor –, não é possível caracterizar de forma generalista este processo, uma vez que muitos destes países se beneficiaram durante o período de ajuda alimentar a partir de reformas domésticas institucionais. O setor agrícola de países como os do BRICS se fortaleceu neste contexto, o que

¹⁷ Ainda de acordo com publicação do Departamento de Estado dos Estados Unidos, outros interesses estratégicos do país durante PL 480 eram: (1) o redirecionamento dos gastos dos países auxiliados para o setor militar e de segurança estadunidense; e (2) negociação de acordo alimentares como forma de dissuadir outros países à negociarem com adversários dos EUA, como a Rússia. Ver mais em USA ([s.d]) e Public Law 480: “better than a bomb”(1987).

permitiu a ascensão de potências agroalimentares como Brasil e China. Neste ponto é chamada atenção pela incapacidade da teoria de regimes alimentares para diferenciar as dinâmicas agroalimentares internacionais mais recentes e compreendê-las em suas complexidades. Por fim, é chamada atenção também para a sobreposição dos setores industriais e alimentares de forma mais destacada neste regime, com a criação de complexos de carne intimamente conectados à produção de soja e aos setores farmacêuticos, químico e petrolífero¹⁸ (Friedman; McMichael, 1989).

A respeito do terceiro regime, este é construído a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, e tem como característica fundamental a ascensão da China no cenário internacional. Apesar de não situar a potência chinesa como hegemonia do atual ciclo, nem o uso de sua moeda como padrão financeiro internacional – como o que ocorreu nos períodos anteriores – a participação da China altera de forma definitiva o ordenamento agroalimentar contemporâneo. De acordo com Escher (2020), um novo regime surge a partir da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Acordo sobre Agricultura (AoA, na sigla em inglês) em 1995. Sob uma lógica neoliberal, tais acontecimentos colaboram para a liberalização dos mercados e para a financeirização do setor. Assim, corporações transnacionais passaram a ser atores fundamentais nesta lógica, passando a integrar não apenas a produção agrícola, mas também a distribuição, aplicação de tecnologias, investimento externo direto em terras e fusões em países emergentes. O papel de grandes centros capitalistas e países ricos em produção agroalimentar se evidencia neste contexto. Por se tratar de um regime ainda em disputa em termos teóricos e acadêmicos, este será mais bem caracterizado na seção 2.4 ao tratar do sistema agroalimentar contemporâneo.

A fim de sistematizar a discussão aqui realizada, o Quadro 1 apresenta os principais pontos da caracterização dos regimes conforme pensado inicialmente por Friedman e McMichael (1989). Porém, em consonância com o discutido anteriormente, nota-se algumas críticas possíveis à abordagem realizada pelos autores. Assim como as críticas dirigidas às Teorias de Sistema-Mundo, a noção de regimes alimentares é entendida por alguns como geradora de um efeito generalizador, que consideram regimes/ciclos como fechados e deixam de contemplar as variações nas estruturas estabelecidas (Niederle; Wesz Junior, 2018). Além disso, Wilkinson e Goodman (2020) consideram haver foco exagerado nas rupturas e transições

¹⁸ Respectivamente, estes setores seriam importantes para produção agropecuária por (1) fornecerem antibióticos para criação extensiva de gado e demais animais, (2) fornecerem conservantes para alimentos processados e (3) participarem da produção conjunta de farelo de soja (Friedman; McMichael, 1989).

hegemônicas, o que negligencia as continuidades históricas entre os regimes agroalimentares, bem como as situações de multipolaridade no atual sistema capitalista.

Quadro 1 – Resumo dos regimes alimentares internacionais

	1º Regime Alimentar	2º Regime Alimentar	3º Regime Alimentar
Período	1870 – 1914	1945 – 1985	1990 – <i>hoje</i>
Potência/líder	Grã-Bretanha	Estados Unidos	China
Governança	Impérios coloniais	Estados nacionais	Corporações transnacionais
Padrão monetário	Ouro-libra	Dólar-ouro	Dólar-flexível
Paradigma tecnológico	Artesanal	Mecânico e químico	Biotecnologia, inteligência artificial, <i>big data</i> e tecnologias de comunicação
Principais produtos	Produtos básicos, complementariedade com a produção industrial	Alimentos mais baratos para consumo em massa, básico + processados	Alimentos conveniente e flexíveis, para alimentação em casa e fora, básico + processados (com também opções saudáveis)
Movimentos contendores	Trabalhadores	Agricultores	Consumidores

Fonte: Elaboração própria (Escher; Wilkinson, 2019).

Por esta razão, apesar de auxílio relevante para discussão agroalimentar contemporânea, se faz crescente a necessidade de superação da noção estática de regimes alimentares, passando a considerar, portanto, a existência de múltiplos regimes no sistema agroalimentar internacional. Ainda que a abordagem de regimes sirva positivamente para se pensar a evolução do sistema como um todo, somente ao considerar a “[...] diversidade das trajetórias agrárias e das variedades da paisagem institucional existente” é que se faz possível ir além de uma análise puramente diacrônica, atingindo uma caracterização adequada e atualizada do sistema agroalimentar (Wilkinson; Goodman, 2020, p. 278, tradução nossa¹⁹). Além disso, uma análise crítica neste sentido colabora para a quebra de uma visão eurocêntrica de mundo, incluindo na história do sistema agroalimentar os processos desenvolvidos no Sul Global, que influenciam e são influenciados por este sistema. Por fim, considerar as diferenças regionais e nacionais permite também compreender melhor o papel e o “futuro político e econômico” destes países emergentes (Niederle; Wesz Junior, 2018; Wilkinson; Goodman, 2020). A proposta do presente estudo corrobora, portanto, com esta noção.

Além de situar o debate de regimes agroalimentares dentro do campo das RI, importa uma mais detalhada apresentação sobre as três problemáticas da questão agroalimentar

¹⁹ [Reconnaître la] diversité des trajectoires agraires et la variété du paysage institutionnel existant...

contemporânea, que surge como premissa para a análise aqui proposta. Anteriormente a isso, porém, destaca-se a existência de três questões clássicas para a literatura marxista sobre o setor agrário, que são utilizadas como base para a “atualização” das três problemáticas contemporâneas. Por essa razão, será apresentado a seguir a evolução do debate sobre a questão agrária e rural no capitalismo.

2.3 Das raízes às folhas: o avanço da contribuição marxista no debate da questão agrária

Conforme supracitado, as problemáticas da questão agroalimentar contemporânea estão assentadas nas discussões agrárias marxistas e em como autores clássicos dessa vertente costumam diferenciar seus estudos sobre este tema. Seguindo a tese de Escher (2020) inspirado em Bernstein (1996) e Akram-Lodhi e Kay (2010), os sentidos clássicos sobre o setor rural e a agricultura no marxismo se atualizam e formam o que hoje é nomeado “as três problemáticas da questão contemporânea do sistema agroalimentar”, ferramenta analítica utilizada na presente pesquisa. Sendo, porém, necessário compreender mais a fundo sua origem e inspiração, importa dissertar a respeito das questões agrárias clássicas em seus três sentidos, sendo eles: sentido político, sentido sociológico e sentido econômico ou, dito de outro modo, a política rural, a reprodução rural e a acumulação rural, conforme sistematizado por Byres e desenvolvido posteriormente por Bernstein (1996)²⁰.

Para iniciar tal discussão, é preciso resgatar a importante noção de que a terra é considerada, sob a perspectiva marxista, um bem transformado em mercadoria a partir de objetivos específicos para o estabelecimento da sociedade capitalista, fazendo parte da base de tal sociedade em conjunto com o trabalho e a moeda. Deste modo, a questão agrária/agroalimentar busca compreender, desde sua origem, questões que vão além da pura produção agrícola em si mesma, mas sim situá-las nas relações criadas a partir do capitalismo e da mercantilização dos produtos agroalimentares. Dada a complexificação deste problema, tem-se então a necessidade de estudo das funções políticas, sociais e econômicas desempenhadas no campo/espço rural, sua relação com demais setores econômicos e as disputas de poder que dele emanam (Magaldi; Melazzo, 2002).

²⁰ Importa destacar a existência de um debate Byres-Bernstein a respeito da construção analítica para se observar a transição agrária no capitalismo, ponderando a relevância de experiências passadas para criação de modelos de transição. Ainda que no presente texto tenham sido utilizadas as contribuições de Bernstein (1996) como evoluções do elaborado por Byres (1991 apud Bernstein, 1996), Byres (2016) clarifica alguns dos principais equívocos feitos pelo autor de seus textos. Por utilizar como ferramenta analítica a construção teórica de Escher (2020), que une as abordagens de Byres e Bernstein com as contribuições de Friedman e McMichael (1989), entende-se que discussões mais profundas a respeito das divergências entre Byres e Bernstein fogem do escopo da pesquisa.

Não visando o esgotamento da discussão realizada por cada um dos autores, pretende-se aqui apresentar o que são os três sentidos da questão agrária clássica marxista – bem como suas possibilidades de estudo – a partir da literatura existente sobre a sistematização mencionada (Bernstein, 1996; Escher, 2022; Akram-Lodhi; Kay, 2010). Assim sendo, acerca do sentido político tem-se como elemento fundamental para os estudos a aliança camponesa e as políticas rurais direcionadas a este grupo. Sobre este ponto, considera-se que as principais contribuições são fornecidas por Marx e Engels ao desenvolverem notas sobre a acumulação primitiva e reestruturação de classes sob o capitalismo. Neste sentido, o campesinato surge como força política relevante, importante para produção capitalista e para a população da sociedade capitalista de forma mais geral. Além disso, a união entre proletariado e campesinato surge como fundamental para rompimento da ordem capitalista, que, se colocando como força contrária à burguesia e aos latifundiários, deveriam juntos lutar pelo socialismo.

O sentido político da questão agrária clássica destaca a preocupação primordial dos europeus marxistas no final do século XIX, que buscavam o poder político de países que, mesmo em vias de industrialização, continuavam a possuir grande parcela da população na região rural – os camponeses. As forças sociais no campo eram, portanto, relevantes para a construção política da sociedade de forma geral. Engels contribui ao trabalho previamente desenvolvido por Marx ao discorrer sobre a estrutura de classes no sistema capitalista e o papel do campesinato nesse contexto. Para o autor, os camponeses da Europa continental – objeto de análise do Engels – estavam sujeitos a novos tipos de contradições devido o desenvolvimento capitalista, o que lhes fornecia novas possibilidades de alianças políticas com as classes urbanas. Além disso, Engels destaca que a industrialização nessas regiões não havia sido feita a partir de uma total transformação capitalista da produção agrícola, com surgimento de capital agrário e mão de obra assalariada, o que reforça o aspecto heterogêneo das forças sociais do campo nesta época e a necessidade de diálogo para formação de alianças (Bernstein, 1996).

Do ponto de vista sociológico, a reprodução rural e a estrutura de classes surgem como elemento fundamental para o estudo. Kautsky e Lenin surgem como expoentes dessa temática, já que ambos buscavam compreender as transformações na vida camponesa decorridas da consolidação das relações capitalistas de produção a partir de 1890. Neste sentido, a relação entre capital-trabalho para produção da mais-valia chegou no campo de forma a transformar as relações de propriedade e incentivar o predomínio da grande propriedade privada. Lenin observa tal movimento na Rússia em 1880 e destaca a ascendente mercantilização agrícola a partir da industrialização, o que minava a manufatura rural e a pequena produção. Assim como

para Kautsky, Lenin tratou o processo de industrialização capitalista no campo como o responsável pela formação do capital agrário, central para sua análise sociológica (Akram-Lodhi; Kay, 2010; Bernstein, 1996).

Ainda a respeito das mudanças sociais ocorridas no campo a partir do capitalismo, os autores destacam como fundamental o processo de diferenciação de classes, ocorrido no que Friedman e McMichael (1989) classificam como o primeiro regime alimentar internacional. Lenin tratava a industrialização agrícola como responsável pela polarização inexorável no campo, devido o avanço da acumulação capitalista e mercantilização dos bens alimentares. A respeito da mercantilização, destaca-se neste movimento o processo de diferenciação qualitativa entre as propriedades rurais que possuíam diferentes objetivos – a citar: subordinação ao mercado, acumulação de capital e subsistência – devido, entre outras coisas, ao fortalecimento do mercado internacional em um mundo imperialista. Kautsky, por sua vez, fornece contribuições relevantes sobre a noção de subordinação da agricultura ao capital industrial, já que a produção agrícola extensiva capitalista superaria as capacidades técnicas e financeiras desta. Outro elemento fundamental para o autor é a ligação entre a questão agrária e o mercado imperialista global, já que este, devido sua alta competitividade, atribuiu ainda mais relevância à classe rural nas sociedades capitalistas. Isso ocorre devido à contradição do regime alimentar da época, em que ao mesmo tempo em que a produção agrícola passou a possui menor importância na economia de forma geral, os produtores rurais passaram a ser politicamente mais importantes (Escher, 2022; Akram-Lodhi; Kay, 2010).

Ainda numerosos, esses “novos camponeses” foram objeto para políticas protecionistas criadas pelos Estados, que pretendiam manter seus produtos nacionais diante à competitividade internacional; este ponto reforça ainda a tese leninista a respeito da competição interimperialista da época. Sendo assim, as relações sociais no campo – e consequentemente, nos centros urbanos – foram transformadas a partir da industrialização e mercantilização da produção agrícola. Explicitando o caráter durável dessa relação, Kautsky esclarecia em suas contribuições sobre este tema que tal processo não seria transitório, e a relevância das classes agrícolas poderia ser mantida ao longo do tempo (Akram-Lodhi; Kay, 2010; Bernstein, 1996). Tal elemento pode ser percebido ainda contemporaneamente ao pensar a relevância política dos setores agropecuários mesmo em sociedades altamente industrializadas.

Por fim, o sentido econômico da questão agrária clássica é discutido especialmente por Bukharin e Preobrazhensky e diz respeito à transformação estrutural do que seria a “economia do campo”, com mudanças na forma de acumulação de capital e de possibilidades de

industrialização agrícola. Neste sentido, Escher (2022) salienta que a transferência de excedentes agrícolas – como trabalho, alimentos e demais recursos naturais, por exemplo – era a principal questão em debate. Para essa discussão, recupera-se a noção de que a agricultura era entendida como a capaz de gerar os excedentes necessários para transformação estrutural da economia, já que ela é capaz de produzir recursos para além de suas próprias necessidades. Nesse sentido:

Esse "excedente agrícola" pode fornecer os bens físicos, financeiros e salariais necessários para realizar o projeto de desenvolvimento. Além disso, o excedente agrícola pode crescer à medida que novas técnicas e tecnologias agrícolas são introduzidas no campo. Ao facilitar um processo de acumulação de bens físicos, financeiros e salariais, o excedente agrícola pode se tornar a base do surgimento do capital, tanto na agricultura quanto na indústria. Também permite a "liberação" de mão de obra da agricultura para uso na indústria à medida que a capitalização da agricultura ocorre (Akram-Lodhi; Kay, 2010, p. 193, tradução nossa²¹).

Com base nisso, Bukharin previa a necessidade de aliança entre campesinato e classe trabalhadora também do ponto de vista econômico, para a transformação socialista. Essa aliança deveria ser pautada no consentimento da classe rural em participar do projeto de desenvolvimento socialista, produzindo excedentes agrícolas necessários para o avanço das cidades e indústrias. Ciente, porém, da possibilidade de que tal produção gerasse novas formas de capital agrário e competição no campo, Bukharin defendia um processo gradual e contínuo de transformação estrutural ao socialismo. Preobrazhensky, por sua vez, previa a imposição de métodos de coerção para aumentar uma industrialização mais pesada de forma rápida, com a apropriação estatal dos excedentes agrícolas para o financiamento de tal transformação. Apesar das divergências, ambos os autores forneceram contribuições relevantes para se pensar o papel econômico da produção agroalimentar no sistema capitalista – e em sua possível transformação ao socialismo – e seu caráter desenvolvimentista (Escher, 2022; Akram-Lodhi; Kay, 2010).

Em suma, nota-se a pluralidade de temas e perspectivas que incorporam as questões agrárias clássicas para o marxismo. Apesar disso, porém, é destacada a possibilidade de organização analítica como forma de representar um conjunto coerente de contribuições teóricas e uma preocupação histórica a respeito da participação do setor agrícola/rural na sociedade e economia capitalista. Assim sendo, a partir dessa explanação é possível concluir a

²¹ *This 'agricultural surplus' can provide the physical, financial, and wage goods needed to undertake the development project. Moreover, the agricultural surplus can grow as new agricultural techniques and technologies are introduced into the countryside. By facilitating a process of accumulation of physical, financial, and wage goods the agricultural surplus can become the basis of the emergence of capital, both in agriculture and in industry. It also allows the 'release' of labour from agriculture for use in industry as the capitalisation of agriculture takes place.*

pertinência e a complexidade deste tema para as relações sociais e, contemporaneamente, para as relações internacionais de forma mais ampla. A relevância do setor agrícola e alimentar perpassa as transformações do sistema capitalista e se coloca, ainda hoje, como imbricados de influência a nível social, político e econômico.

As elaborações feitas por autores marxistas têm contribuído, até os dias atuais, para a pesquisa deste tema a partir da criação de ferramentas analíticas sensíveis à complexidade da questão agroalimentar. O processo de industrialização na sociedade capitalista não significou, portanto, de nenhuma forma o fim da questão agrária, algo já percebido pelos teóricos clássicos do assunto. Apesar da manutenção de sua relevância teórica, os novos processos do sistema agroalimentar internacional contemporâneo destacam a necessidade de atualização ou readequação desta ferramenta (Akram-Lodhi; Kay, 2010; Bernstein, 1996).

Recupera-se, neste mesmo sentido, o já exposto por Bernstein (1996) acerca do perigo de fechamento analítico ao se observar a questão agrária/agroalimentar. Isso significa dizer que, considerá-la encerrada devido ao processo de industrialização, sem sua atualização analítica ou pelo simples esquecimento, pode reforçar uma noção determinista dos processos de desenvolvimento capitalista observados até então. Isso implica na consideração de que transformações ocorridas para fora do padrão central do sistema, notadamente dos países do Norte Global, seriam consideradas inválidas ou qualitativamente inferiores. O autor relaciona este perigo às contribuições feitas pelo dependentistas sobre desenvolvimento, que já chamavam atenção para a ineficiência analítica da importação de modelos fechados à periferia. À vista disso, a inobservância de uma atualização teórica das três problemáticas da questão contemporânea do sistema agroalimentar internacional impossibilitaria uma compreensão profunda das diferentes formações sociais, políticas e econômicas na periferia do sistema, bem como suas trajetórias e consequências, o que reforça a necessidade desta readequação para o estudo do BRICS contemporaneamente.

Os esforços realizados por Terence J. Byres e posteriormente desenvolvidos por Bernstein (1996) podem ser entendidos como parte desse processo de atualização e readequação das contribuições marxistas para a questão agrária/agroalimentar contemporânea. Byres expande seu foco de pesquisa e incorpora a investigação de países fora do eixo ocidental, considerando experiências históricas diversas sobre o processo de transição agrária no capitalismo, dando prioridade à Índia – país que obteve especial atenção do autor ao longo de sua carreira. Além disso, a releitura crítica do marxismo clássico feita por Byres permitiu o desenvolvimento de análises comparativas que considerassem a diversidade dos casos “bem-

sucedidos” de transição agrária, bem como a obtenção de resultados para discorrer sobre os desafios e perspectivas de desenvolvimento para países periféricos a partir do setor agrícola/alimentar, ainda que não tenha pretendido criar “novos modelos fechados” e tipologias específicas de transição agrária (Byres, 2016).

Bernstein (1996) contribui ainda ele mesmo para a questão contemporânea agroalimentar uma vez que introduz novos atores relevantes para o sistema internacional que devem ser considerados, a exemplo das grandes corporações do agronegócio. De acordo com o autor,

No capitalismo moderno, o "interesse agrário" não é esgotado pelos agricultores (pequeno-burgueses ou capitalistas), mas também compreende o peso do agronegócio corporativo que pode tanto "dominar" os agricultores quanto apoiar certas condições de sua reprodução, política e ideologicamente, bem como economicamente. A base econômica do vínculo entre agricultores e capital agroindustrial na constituição política do "interesse agrário" é, obviamente, as formas de integração vertical dos primeiros nos circuitos do segundo (Bernstein, 1996, p. 50, tradução nossa²²).

A exemplo disso, Bernstein (1996, p. 51) relaciona a associação entre os produtores de grãos nos Estados Unidos e o capital corporativo integrado da agricultura do país, representado por grandes multinacionais do agronegócio. Essa união resultou, entre outras coisas, uma forte coalizão política que se combinou com os objetivos estratégicos do país de uma forma mais geral, que é capaz de organizar a exportação de excedentes agrícolas estadunidenses de acordo com os interesses do país a nível doméstico e internacional. Além disso, o autor chama atenção para a contradição do sistema capitalista presente também no setor agroalimentar. Seguindo a noção de perigo de fechamento analítico da interpretação marxista da questão agrária – inspirado também nas contribuições dependentistas sobre o tema – o autor destaca o constrangimento sofrido pelos países periféricos no que tange o desenvolvimento a partir da agricultura. Apesar de não defender predeterminações do “desempenho” de uma economia, o autor reconhece a relevância de elementos estruturais no processo de transição agrária de um país da periferia de acordo com seu posicionamento na economia internacional.

Além disso, são reforçados elementos já presentes em Byres sobre a impossibilidade de reprodução de “caminhos históricos de transição”, já que os mecanismos que causam esta transformação não podem ser recriados do mesmo modo, o que implica na “necessidade de uma

²² *In modern capitalism, the 'agrarian interest' is not exhausted by farmers (petty bourgeois or capitalist) but also comprises the weight of corporate agribusiness which may both 'dominate' farmers and support certain conditions of their reproduction, politically and ideologically as well as economically. The economic foundation of the link between farmers and agroindustrial capital in the political constitution of 'the agrarian interest' is, of course, the forms of vertical integration of the former in the circuits of the latter.*

problemática ampliada e modificada da transição agrária/industrialização na periferia do imperialismo contemporâneo, uma reformulação de suas *análises*” (Bernstein, 1996, p. 51, tradução nossa²³). Sendo assim, o autor estabelece como necessário considerar três processos distintos, mas que se relacionam entre si, são eles: (a) a localização do país na economia internacional capitalista; (b) os padrões de estrutura e mudança agrária; e (c) as formas e graus de industrialização. Apesar de não pretender que uma análise comparativa feita com base nestes processos seja capaz de gerar modelos e guias de desenvolvimento – sejam eles positivos ou negativos – o autor defende tal abordagem como forma de reconhecer diferenças entre as experiências históricas de industrialização e desenvolvimento.

Seguindo esta mesma lógica, mais recentemente Escher (2020; 2022; 2023) desenvolve uma atualização desta ferramenta analítica para a questão agroalimentar. Superando o termo “agrário”, conforme utilizado pelos autores marxistas clássicos e por Byres e Bernstein, Escher incorpora em sua análise o termo “sistema agroalimentar”, compreendido como referência à complexificação deste sistema nos anos recentes, conforme discutido na subseção 3.1 desta pesquisa, e à uma análise mais sistêmica deste setor, conforme trazido por Friedman e McMichael (1989). Combinando ambas as abordagens – sendo a primeira com foco em vias de transição a nível nacional e a segunda a partir de características mais estruturais do sistema internacional – o autor considera não apenas o processo produtivo do sistema agrícola e alimentar, mas também sua circulação e consumo. Partindo desta noção, são estabelecidas como as três problemáticas contemporâneas: (a) a acumulação alimentar; (b) a reprodução alimentar; e (c) a política alimentar, destacando a importância deste setor enquanto gerador de produtos essenciais para o desenvolvimento humano: os alimentos. De acordo com o autor,

a “acumulação alimentar” trata do modo a partir do qual o capital dos impérios alimentares (corporações de agronegócio, indústrias de alimentos e grande varejo) expande, hierarquiza e ordena seus domínios sobre os sistemas agroalimentares nacionais globalizados e responde às resistências oferecidas pelos atores sociais e forças que desafiam as suas ações de controle e apropriação. A “reprodução alimentar” concerne ao modo com que os agricultores e consumidores têm seus meios de vida afetados pela acumulação, tomam consciência da situação e buscam criar formas de autonomia e controle social sobre os mercados convencionais e criar novos mercados por meio de práticas e valores não unicamente mercantis e fetichizados. E a “política alimentar” reflete as lutas sociais e alianças mais amplas entre produtores, consumidores e outros atores relevantes na construção de projetos políticos capazes de ativar ações coletivas, institucionalizar instrumentos de intervenção pública, contrabalançar a correlação de forças e construir um novo bloco histórico visando modificar as regras que moldam o sistema agroalimentar. (Escher, 2020, p. 58).

²³ [...] *the need for an expanded and modified problematic of agrarian transition/industrialisation in the periphery of contemporary imperialism, a reformulation of its analytics.*

Dito de outra forma, é possível resumir as três problemáticas contemporâneas sobre a questão agroalimentar em: (a) *acumulação de capital* e ligações intersetoriais, tecnológicas e financeiras do agronegócio; (b) *reprodução social* e a transição nutricional e mercantilização dos alimentos; e (c) *poder político* e influência das classes sociais rurais no Estado e nas políticas públicas agrárias/alimentar/rural. O uso desse esquema interpretativo da economia política se faz acertado ao pensar em uma análise integral do tema, contemplando aspectos sociais, políticos e econômicos do presente objeto (Escher, 2020).

Ainda que tal abordagem seja realizada para fins puramente analíticos, uma vez que na prática as três problemáticas se relacionam e se encontram entrelaçadas entre si, a divisão teórica auxilia na criação de categorias analíticas a serem observadas no processo de transformação do atual sistema agroalimentar internacional. Assim sendo, a acumulação de capital é a problemática que diz respeito ao papel do setor agroalimentar na economia do país, bem como as relações desempenhadas pelas empresas do agronegócio a nível interno e externo. Para analisá-la de forma empírica, foram estabelecidas as categorias de (a) processo de transição agrária e (b) acumulação de capital no setor agroalimentar.

A problemática da reprodução social, por sua vez, auxilia no entendimento dos processos de transformação nas dietas da população de um país e a forma em que a mercantilização dos alimentos impactam neste padrão de consumo, por essa razão, estabeleceu-se como categoria analítica a ser investigada a (c) transição nutricional e consumo. Por fim, o poder político trata das relações entre as classes rurais, assim como possíveis conflitos que elas façam parte, e das políticas públicas para segurança alimentar e desenvolvimento agroalimentar de forma mais ampla (Escher, 2023). Pensando nisso, foram estabelecidas como caminhos a serem investigados as (d) políticas públicas para o setor agroalimentar, e (e) relação política entre atores.

Estabelecida, portanto, a discussão teórica por trás da ferramenta analítica utilizada para a presente pesquisa, importa agora caracterizar o atual sistema agroalimentar internacional contemporâneo destacando a relevância de pesquisa empírica sobre este tema (Byres, 2016). Ainda que este não seja classificado como um terceiro regime de forma definitiva pela literatura existente sobre o tema (Escher, 2020; Wilkinson; Goodman, 2020), o sistema agroalimentar que emerge no século XXI possui peculiaridades que lhes fornece um caráter distinto daquela ordem observada até o final dos 1990. Por essa razão, a próxima subseção se ocupará de discutir quais são tais peculiaridades, os principais (e novos) atores que emergem deste atual sistema agroalimentar e de que forma este se relaciona com a ordem internacional dos últimos anos.

2.4 Do campo ao chip: principais características e atores do sistema agroalimentar internacional dos últimos anos

O processo de globalização pode ser entendido como um dos grandes pilares da transformação no sistema agroalimentar internacional. Conforme apresentado no Quadro 1 deste capítulo, é a partir dos anos 1990 que este processo pode ser mais notavelmente observado nas dinâmicas agroalimentares internacionais. A internacionalização deste setor e a integração das cadeias produtivas de *commodities* e alimentos processados deu espaço a um sistema ainda mais conectado, o que gera desafios e oportunidades para aqueles países situados para além do eixo Ocidental, tradicionalmente hegemônico neste setor. A ascensão do neoliberalismo, a crise de 2008, a intensificação da crise climática e a pandemia de coronavírus em 2020 são apenas exemplos de eventos que intensificaram tais transformações. Pensando nisso, é necessário discorrer sobre o atual formato do sistema agroalimentar internacional e refletir sobre uma possível caracterização geral, ainda que este esteja em constante alteração e represente, ele mesmo, novas dinâmicas internacionais mais amplas.

Conforme discutido por Escher (2020), a criação e fortalecimento da OMC em meados dos anos 1990 e a construção do Acordo sobre a Agricultura (AoA) dentro da organização tiveram significativos impactos no sistema agroalimentar recente. A liberalização de produtos, abertura de mercados e flexibilização das normas para investimentos internacionais são citadas como principais mudanças observadas nesse período, algo já previsto pelo documento. Além disso, aprovação comum sobre questões fitossanitárias e apoio à produção agrícola interna de cada país também são objetos do acordo estabelecido entre os membros da OMC. O AoA previa ainda a redução de subsídios nacionais para produtos agrícolas, a fim de que fossem evitadas distorções no comércio desses bens e fosse mantido um nível adequado de competição internacional – incentivada a partir de medidas para exportação destes produtos (Brasil, s.d).

Este caráter liberalizante observado no setor no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 se conecta ao momento econômico do sistema internacional de forma mais ampla, com ainda o impacto de modelos neoliberais e processos acentuados de financeirização da economia. O setor agroalimentar não se absteve deste movimento, e, com um afastamento da produção real, as *commodities* passaram a ser negociadas no mercado futuro de derivativos – o que fez com que seus preços se tornassem significativamente voláteis. Além da influência percebida pela financeirização do setor, destaca-se a cada vez maior complexidade *per se* da formação de preços no setor agroalimentar, uma vez que estes dependem de condições de transporte,

armazenagem, comércio, empresas agroindustriais, cooperativas de produtores etc. Ademais, a financeirização do setor agroalimentar pode ser percebida também pela criação de índices de investimento internacional no mercado futuro de *commodities*. Este movimento gerou uma diferença de quase vinte vezes entre as transações com estoque físico e as transações financeiras de mercado futuro, chegando este último a um valor total de US\$ 450 bilhões no início dos anos 2000 (De Paula et al, 2015).

Ligado a este movimento está o aumento constante dos preços dos alimentos internacionalmente, fator que tem aumentado também as manifestações públicas ligadas ao acesso e à qualidade da alimentação, bem como o aumento da insegurança alimentar real. De acordo com dados da FAO (2023), 10,9% da população total mundial entre os anos de 2021 e 2023 estavam em situação grave de insegurança alimentar, o que representa um aumento de 3% em relação aos anos de 2014 até 2016. De acordo com McMichael (2009), a inflação nos preços de alimentos dos últimos anos escancara o processo neoliberal de precarização do trabalho e da desvalorização dos salários a nível mundial. O autor diferencia este processo aos regimes alimentares anteriores, onde os preços dos alimentos eram forçosamente diminuídos pelos Estados a fim de baratear também os valores dos salários. O atual regime, a partir das considerações de McMichael – se torna, assim, um regime corporativo, onde a relação entre valor de alimentos e força de trabalho se encontram distanciados e representam, em suma, as contradições capitalistas contemporâneas. Neste sentido, apesar de trazer consigo elementos relevantes dos regimes anteriores, o atual momento se diferencia ao ter como princípio organizador o mercado. Diferente dos períodos anteriores, regidos por impérios e Estados de forma mais estratégica, no atual momento do setor agroalimentar internacional os Estados conduzem suas ações com base no mercado internacional.

Essa ideia corrobora com a visão de Bernstein (1996) a respeito da reestruturação transnacional dos setores agrícolas, onde são as grandes corporações que passam a regular a produção, comércio, processamento e regulação agrícola. Sendo assim, a relevância dessas empresas neste novo sistema agroalimentar internacional pode ser observada em diferentes frentes. Para Escher (2020, p. 51), essas empresas se classificam como verdadeiros impérios alimentares uma vez que

Elas passaram a dominar não só as indústrias a montante e a jusante da agricultura, mas principalmente os grandes canais de distribuição do comércio varejista (revolução dos supermercados); a apropriar e aplicar sistematicamente biotecnologias e novas tecnologias da informação e transporte; a emular discursos convergentes com a política ambiental e a saudabilidade, buscando espaços de valorização com alimentos de qualidade e orgânicos, marcas próprias e produtos funcionais; a incentivar processos de certificação e rastreabilidade corporativas; a segmentar e diferenciar produtos e

estratégias de marketing; e a realizar investimento direto externo na compra de largas porções de terra (global land grabbing) e ativos de empresas (fusões e aquisições) em países em desenvolvimento.

Segundo dados do relatório “*Who’s tipping the scales?*” do Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (iPES, na sigla em inglês), a concentração do setor agroalimentar internacional pode ser observada em diferentes etapas do processo produtivo. Em relação às sementes utilizadas, 58% do mercado internacional está sob domínio de 6 empresas; já os produtos agroquímicos/agrotóxicos, utilizados para controle de doenças, tem seu mercado dominado em 78% do total por também 6 empresas. Na etapa de transporte e distribuição o cenário se repete, sendo 4 empresas responsáveis entre 70 e 90% do total de grãos negociados internacionalmente e 10 empresas varejistas responsáveis por 11% do total do consumo mundial de alimentos finais (Anderson et al, 2023).

A soberania das corporações transnacionais na governança deste possível terceiro regime agroalimentar é entendida como uma tendência a partir da reestruturação produtiva deste setor e das transformações também dos hábitos alimentares a nível internacional. Se no segundo regime trabalhado por Friedman e McMichael (1989) o consumo de doces e alimentos processados teve um aumento significativo, sendo este período caracterizado por “alimentos rápidos”, é possível citar o terceiro regime como o regime da carne. O carnificação das dietas permitiu a criação de um complexo soja-carne a nível internacional, com relevante participação da China e de países agroexportadores do Sul Global, notadamente o Brasil, que requer produções extensivas não apenas da carne, mas também de ração animal (muitas vezes, feita à base de soja). A ascensão chinesa a este sistema agroalimentar internacional integrado se deu de forma mais destacada a partir de 2001, com a entrada do país na OMC e a abertura de seus mercados. Como parte do rápido processo de urbanização e desenvolvimento econômico do gigante asiático, além de sua imensa população – chegando a 1,4 bilhão de pessoas em 2023 (Banco Mundial, 2024) – a busca por proteína do país tem alterado significativamente as relações internacionais do setor agroalimentar dado o poder de sua demanda (Escher, 2020).

O aumento do consumo (e da produção) pecuária da China implicou, necessariamente, no aumento da necessidade de soja, principal produto para produção de rações animais. Conforme discutido detalhadamente por Escher e Wilkinson (2019), o estabelecimento do “complexo soja-carne Brasil-China” constitui como um dos principais elementos

transformadores recentes do sistema agroalimentar internacional, que tem como guia a China²⁴. Apesar dos incentivos domésticos que causaram o aumento da produção da soja no Brasil no início do século XXI, a produção brasileira é hoje majoritariamente destinada para exportação, sendo a China seu principal parceiro comercial. De acordo com dados disponíveis a respeito do início de 2024 (janeiro-junho), a soja configura como 93% do total exportado para China no setor agropecuário, somando 20,2 bilhões de dólares em seis meses. Já em relação às exportações totais do Brasil para a China, 39% referem-se à soja, destacando o papel central do grão nas relações comerciais sino-brasileiras (Brasil, 2024a). Apesar da dependência mútua neste complexo, há uma melhor tendência para China, já que esta possui outras fontes de oferta, diferente do Brasil, que tem no país asiático sua demanda majoritária (Escher, 2020).

Ainda que outros países possam ser considerados hoje, atores centrais para o sistema agroalimentar internacional, China e Brasil são citados como grandes negociadores de *commodities* internacionalmente tendo em vista a consideração do complexo soja-carne como uma das principais tendências do atual cenário. Esse movimento tem impacto não somente a etapa comercial do sistema agroalimentar, mas também nos investimentos para produção dos bens alimentares. A China se posiciona internacionalmente como grande investidor agropecuário – principalmente em países do Sul Global, aqueles tradicionalmente agroexportadores – passando de compradores de terras produtivas em outros continentes na primeira década dos anos 2000 para uma política mais focada em investimentos, fusões e aquisições de empresas estrangeiras, conectadas à ideia de *going out* do país (Escher; Wilkinson, 2019).

Deste modo, reforça-se a relevância da demanda da China no atual sistema agroalimentar internacional, já que, em apenas dez anos, a importação chinesa da soja brasileira passou de 30% do total produzido para 75%, entre 2003 e 2013 (Oliveira, Schneider, 2015). Além disso, o país se destaca por meio de suas empresas transnacionais do agronegócio, muitas delas estatais, como a *China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation*, COFCO na sigla em inglês, que será mais bem discutida no capítulo 4 do presente estudo. Com grande investimento e políticas de incentivo do Estado chinês, a COFCO chegou a atingir, em 2021, receitas de 41 bilhões de dólares, configurando como uma das principais empresas do setor internacionalmente (COFCO International, 2021). Portanto, apesar de ainda não ser possível afirmar a respeito de uma transformação total do sistema alimentar internacional liderada pela

²⁴ Utiliza-se o termo guia, neste momento, devido ao dissenso na literatura sobre a classificação da China como hegemonia de um possível terceiro regime alimentar, dada a ausência do uso de sua moeda como padrão financeiro internacional, conforme apresentado na primeira subseção deste capítulo.

China, a reordenação do atual regime pode ser observada através da forma em que o país se posiciona internacionalmente e se relaciona com os demais países agroexportadores, em sua maioria parte do Sul Global (Wesz Jr., Escher, Fares, 2023).

Para além da carnificação das dietas e do estabelecimento do complexo soja-carne a nível internacional, outras tendências do atual sistema agroalimentar merecem ser destacadas. De início, é chamada atenção para o aumento do impacto dos movimentos sociais neste sistema, que organizados na sociedade civil buscam cada vez mais alternativas alimentares saudáveis e de alta qualidade. Conforme estabelecido por Escher (2020), apesar deste momento histórico ser caracterizado pela força das grandes corporações do agronegócio, esses “movimentos contendedores” advogam a favor de uma reconexão entre agricultura, sociedade e natureza. Incentivados também pela alta dos preços dos alimentos, conforme discutido por McMichael (2009), esses movimentos organizados são engajados politicamente, e denunciam os impactos da produção extensiva para a saúde (pelo uso indiscriminado de agrotóxicos) e para o meio ambiente (tendo em vista os prejuízos ambientais e climáticos observados). O impacto de organizações e movimentos da sociedade civil neste caso, considerados uma força “contra-hegemônica” do atual sistema, pode ser percebida através do aumento de números de feiras orgânicas, hortas comunitárias e alimentos com selos de qualidade, bem como a defesa de pautas como segurança alimentar, reforma agrária e práticas agroecológicas (Rose; Lourival, 2019; Escher, 2020).

A partir dessa transformação crítica em relação ao tipo de produção agroalimentar a nível internacional, iniciada pela denúncia de movimentos da sociedade civil europeia em relação ao uso de agrotóxicos nos alimentos, Wilkinson (2023, p. 39) destaca uma outra tendência do atual sistema: “o *mainstreaming* dos valores propagados pelos movimentos sociais nas suas críticas estéticas e éticas ao sistema agroalimentar dominante”. Isso significa dizer que, ao mesmo tempo em que consumidores passaram a prezar cada vez mais por alimentos saudáveis, de alta qualidade e confiança, as grandes empresas têm aderido às práticas correspondentes a tais demandas, mesmo que para fins unicamente comerciais/financeiros. Neste sentido, observou-se um movimento de ressignificação por parte das grandes corporações transnacionais do agronegócio, que visam atrair este tipo de consumidores.

As empresas agroquímicas se apresentam como empresas das “ciências da vida”; as *tradings*, como empresas de insumos nutricionais, as empresas alimentares, como empresas de nutrição e saúde, e o setor de varejo, como empresas a serviço do consumidor. Compromissos com a sustentabilidade, o clima, produtos frescos, cadeias curtas, “*clean labels*” e condições dignas de trabalho perpassam todos os setores (Wilkinson, 2023, p. 40-41).

Além disso, o avanço tecnológico garantiu mudanças também nos tipos de produtos ofertados para essa nova demanda. Distanciando-se da agricultura tradicional, uma vez que este movimento é fundamentalmente urbano, é possível notar um aumento significativo no cultivo de alimentos em clima controlado e substituição de proteína animal para proteína celular, por exemplo. Muitas *startups* têm surgido neste contexto de transformação, com foco no desenvolvimento de biotecnologia e com alto nível de investimento internacional, conforme tratado detalhadamente por Wilkinson (2023). Para além desse movimento “alternativo” de produção, o desenvolvimento de alta tecnologia causa impacto também nos setores “tradicionais” da produção agroalimentar, incorporando desde a etapa produtiva até a venda em varejo. A digitalização da produção tradicional, *machine learning* e inteligência artificial são exemplos de avanços tecnológicos que podem ser observados desde o campo – com uma nova geração de máquinas agrícolas e aparelhos de captação em tempo real da qualidade do solo, por exemplo – até o momento da venda e consumo de alimentos – com o lançamento de novos aplicativos de entrega e diferenciação por marcas/selos de qualidade por meio da propaganda.

Por fim, é possível considerar que o atual sistema agroalimentar internacional observa um momento de grandes transformações. Tendo com base na caracterização aqui realizada, destacam-se cinco principais tendências do atual sistema: (a) liberalização de mercados e ascensão de um regime corporativo, guiado por grandes empresas do setor; (b) carnificação de dietas e a consolidação do complexo soja-carne; (c) organização de movimentos sociais que prezam por alimentos de qualidades e sustentáveis; (d) engajamento de grandes empresas com as demandas do consumidor, ainda que com objetivos estratégicos financeiros; e (e) alto nível de avanço tecnológico, percebido em todas as etapas do sistema. Além disso, nota-se a relevância da China enquanto ator principal, que impacta o mercado internacional por meio de sua significativa demanda. Sendo assim, a partir do cenário construído corrobora-se com Wilkinson e Goodman (2020) a respeito da necessidade de considerar a existência de múltiplos regimes no sistema agroalimentar internacional. Superando a lógica sistema-mundista de periodização fechadas em si mesma, o atual sistema é entendido como múltiplo e diverso, trazendo movimentos contraditórios representando, assim, o próprio sistema internacional capitalista.

2.5 Conclusão

Conforme discutido, abordagens teóricas ligadas à teoria crítica das Relações Internacionais fornecem contribuições ímpares para se pensar a ordem internacional,

hegemonia e transformação. A Teoria Neogramsciana auxilia no sentido de compreender mais profundamente as alterações no sistema internacional, pensando mudanças em diferentes níveis dentro do setor agroalimentar. A respeito dos aportes fornecidos pelos neogramscianos, destacam-se os conceitos de hegemonia, revolução passiva e bloco histórico. Tendo como base o materialismo histórico, chama-se atenção para a materialidade enquanto formadora das estruturas de poder ao mesmo tempo em que essa está dialeticamente relacionada com o campo da subjetividade e das ideias. A partir disso, o estudo da economia política se faz possível por meio do estudo da materialidade de uma estrutura, as formas em que uma determinada ordem está organizada no campo internacional. Uma análise histórico-materialista recupera também o caráter político de toda teoria, já que prevê as possibilidades de transformação e mudança dentro de uma hegemonia (Cox, 1981; Nunes, 2012).

Em relação aos estudos focados no sistema agroalimentar internacional, foi possível recuperar conceitos-chave para o estudo aqui proposto e apresentar de forma ampliada a evolução das ferramentas analíticas utilizadas – neste caso, das três problemáticas agroalimentares contemporâneas. A partir dessa recuperação, foi possível concluir a respeito da complexidade e abrangência do termo sistema agroalimentar, uma vez que este engloba, conforme exposto por Escher e Wilkinson (2019, p. 659), “um conjunto de atores e instituições, tecnologias e processos envolvidos na produção, circulação e consumo agroalimentar de uma economia, abrangendo os distintos elos e nós das suas cadeias e redes de mercadorias, desde o produtor primário até o consumidor final”.

Além disso, foi possível elucidar a respeito de um dos principais esforços analíticos sobre o tema, construído por Friedman e McMichael (1989), que relaciona os períodos de acumulação capitalista com o surgimento de regimes alimentares periodizados. Apesar das críticas a esse modelo de análise, das quais são consideradas aqui como argumentos relevantes e válidos para o estudo do tema, a noção de regimes alimentares serve positivamente para uma melhor compreensão da evolução histórica do sistema agroalimentar internacional. Empregando este modelo – ainda que concorde com a ideia de “múltiplos regimes” de Wilkinson e Goodman (2020) – foram apresentadas as principais características dos regimes até aqui, bem como o levantamento de elementos do que se conveniu chamar “terceiro regime alimentar”, que ocorre a partir dos anos 2000 até o presente momento. Apesar do dissenso a respeito de sua classificação enquanto um regime, estando ele mesmo em processo de transformação, o período que inaugura o século XXI no sistema agroalimentar internacional

possui tendências específicas e, guiado pela China, traz novas (e relevantes) dinâmicas a este cenário, as quais merecem atenção e destaque.

Conclui-se também, a partir da sistematização dos três sentidos clássicos da questão agrária marxista e do seu avanço e atualização nas três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea, a importância de um estudo abrangente, que incorpore os impactos econômicos, políticos e sociais no setor agroalimentar sob a égide do capitalismo. Neste sentido, um maior entendimento a respeito das construções marxistas clássicas sobre o tema galgou o caminho para uma compreensão sensível às transformações recentes do sistema agroalimentar internacional. Com base nisso, considerando adequado o seu uso para análise do papel do BRICS no atual sistema, importa agora discorrer sobre a agenda dos países do bloco no cenário que se constrói.

3 CULTIVANDO ALIANÇAS: A AGENDA DOS PAÍSES DO BRICS NO SISTEMA AGROALIMENTAR – PARTE 1

Conforme demonstrado até aqui, as transformações globais em curso afetam as dinâmicas de poder estabelecidas nos mais diversos setores, a incluir o sistema agroalimentar internacional. A ascensão do BRICS neste contexto de transformação chama atenção para a reconstrução de uma ordem pós-atlantista das relações internacionais, onde formas alternativas de poder emergem e passam a ser considerados fundamentais para as dinâmicas estabelecidas. Neste sentido, o BRICS representa o fortalecimento de tal reordenação, que, liderada pela China, expõe novas formas de cooperação e relações entre Estados. Ainda que não possua agenda consensual sobre temas diversos – incluindo aqueles relacionados ao setor agroalimentar – o bloco atua conjuntamente para a reestruturação da governança global. Originado pelo desejo de construir uma ordem mais multipolar, mesmo sem representar uma ruptura sistêmica de fato, o estudo do BRICS colabora para a compreensão de como se dá tal reordenamento (Abdenur; Folly, 2015; Vazquez, 2021).

As crises que se somaram ao final dos anos 1990 podem ser entendidas como causadores de um maior debate internacional a respeito dessa necessidade de revisão sobre a governança global. A participação dos países denominados emergentes nas discussões sobre o rumo da economia mundial se tornou, deste modo, cada vez mais necessária, o que resultou na posterior criação do G20 e na progressiva participação de membros observadores no G8 a partir dos anos

2000²⁵ (Ramos et al., 2018; Kahler, 2013). O processo de institucionalização do BRICS corresponde à esta mesma lógica, já que, desde o primeiro diálogo – a nível ministerial em 2006 – o bloco tinha como propósito o adensamento da cooperação política e econômica entre os países membros e a reforma da governança global. Após a primeira cúpula oficial de chefes de Estado do BRIC²⁶, em 2009, estes objetivos ganham força através da inclusão de temas ligados ao desenvolvimento, educação e segurança (Abdenur; Folly, 2015).

O debate acerca do setor agroalimentar no BRICS se insere também a partir do histórico e das características de seus membros. Ainda que com muitas divergências internas, os países do bloco possuem dimensões continentais, uma grande população e significativa capacidade de produção agrícola. De acordo com dados disponibilizados pela FAO (2025a), os países do BRICS são responsáveis por 51,67% do valor total produzido no setor agrícola no mundo, já que juntos produzem cerca de 2,6 trilhões de dólares em produtos agrícolas – contra um pouco mais de 5 trilhões da produção mundial. Além disso, estudos recentes demonstram a relevância dos países do bloco como não apenas produtores, mas também consumidores e responsáveis pela circulação de bens alimentares.

A partir disso, com base nas três problemáticas apresentadas no capítulo 2, serão discutidas a seguir a agenda dos países do bloco no atual sistema agroalimentar, com considerações a respeito dos processos de acumulação de capital no setor agroalimentar, transição nutricional e políticas públicas. A fins analíticos, os países foram divididos entre transformadores e mantenedores, buscando evidenciar aqueles considerados mais capazes de guiar transformações dentro do bloco. Neste sentido, tomando de início os países transformadores, serão apresentadas a seguir as principais considerações sobre Rússia e China.

3.1 Rússia

Considera-se aqui a impossibilidade de tratar a Rússia como um país periférico, já que, ocupa historicamente uma posição de grande relevância nas dinâmicas internacionais. Com uma população de cerca de 142 milhões de habitantes e extensão de 17 milhões de km², ocupando 1/9 da superfície terrestre, a grandiosidade russa pode ser percebida também em relação ao setor agroalimentar, considerando aspectos muito próprios da sua estratégia política e econômica, principalmente nos anos recentes. Exemplo disso pode ser observado a partir de seus

²⁵ A noção de G8+5 incluía como membros observadores Brasil, Índia, China, África do Sul e México (Ramos et al., 2018), incorporando de forma tangencial nos debates econômicos o que viria a ser os BRICS a partir de 2009.

²⁶ Que na época não contava com a participação da África do Sul, já que esta entra oficialmente no bloco em 2011 e renomeia o agrupamento para forma que este é conhecido atualmente (BRICS).

posicionamentos geopolíticos e de segurança, a citar a invasão à Ucrânia em 2022. Durante as duas primeiras décadas do século XXI a produção agrícola russa cresceu cerca de 1.054%, passando de 742 bilhões de rublos, no ano 2000, para 8,5 trilhões em 2020. (ROSSTAT, 2023). Apesar do conflito na Ucrânia ter gerado impactos negativos para o setor, a Rússia segue sendo uma grande produtora e exportadora de bens alimentares (Escher, 2023).

Possuindo 13% de seu território ocupado por terras agrícolas, o país seguiu aumentando sua produção e produtividade agroalimentar desde 2020, com o início da invasão ao território ucraniano. Incentivada também pela crescente imposição de sanções por parte de países ocidentais – relevantes exportadores de alimentos – a Rússia enfrenta, nestes últimos anos, a tarefa de diversificar seus parceiros no setor e aumentar seus níveis de autossuficiência (ROSSTAT, 2023). Neste sentido, conforme discutido por Lima e Dias (2018), a Doutrina Russa para o setor alimentar está estritamente conectada com estratégias de segurança mais amplas do país, bem como a sua definição de soberania. Pensando nisso, importa analisar os principais elementos do setor agroalimentar russo com base também no importante papel desempenhado pela política de autossuficiência alimentar no país.

Internacionalmente a relevância da Rússia pode ser observada ao longo de todos os regimes alimentares, seja por seu papel como grande exportadora de grãos e trigo – sendo, durante o início da Primeira Guerra Mundial, responsável por quase 40% do total de trigo comercializado internacionalmente – seja por seu papel de consumidora de produtos oriundos do Ocidente a partir dos anos 1980. Atualmente a Rússia é a terceira maior produtora de trigo do mundo, ficando atrás somente de China e Índia, com valor total de 24,6 bilhões de dólares em 2022. O trigo é, para o país, o produto mais exportado, com total de 17,8 milhões de toneladas produzidas também em 2022 (FAO, 2025a). Ainda que não se enquadre como uma grande exportadora de bens alimentares, se comparada aos demais países do BRICS, a Rússia integra parte importante do atual sistema agroalimentar internacional. A fim de investigar de que forma se dá essa relevância, serão apresentados a seguir as principais características do país no que tange as três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea. A partir disso será possível conjecturar a respeito da agenda da Rússia no atual sistema e de que forma os interesses do país podem ser observados na atuação conjunta do BRICS.

3.1.1 Acumulação de capital

A transição pós-comunista ocorrida na Rússia gerou, entre outras coisas, impactos na forma em que o Estado intervinha política, econômica e socialmente no país, sendo o setor

agrário também afetado por essas transformações. Durante os anos pós-Revolução de 1917, o Estado russo definia não somente a produção e comercialização de alimentos com base em metas e objetivos de planos anuais e planos quinquenais, mas também regulava as relações com a terra e as políticas rurais sociais. Ainda em 1917 foi instaurada a reforma agrária comunista, coletivizando toda e qualquer propriedade rural privada, o que, com o passar dos anos, seria intensificado por meio de uma série de legislações e políticas estatais. Neste período foram criadas as fazendas estatais (*sovkhosy*) e coletivas (*kolkhozy*), que eram utilizadas como base para industrialização e urbanização soviética. Mesmo com as políticas liberalizantes de Gorbachev entre 1988 e 1989, que permitiam o arrendamento de terra rural, por exemplo, a propriedade privada no campo continuou a ser ilegal por todo o país até o fim da União Soviética, em 1991 (Wegren, 2007).

A partir de 1992 pôde ser observado na Rússia uma retirada do Estado no que tange as discussões agrárias, fazendo com que não houvesse, no período pós-comunista, uma liderança central forte ou políticas específicas para o setor devido a escolha política do Estado naquele momento. Este movimento pode ser entendido como parte fundamental da “terapia de choque” ocorrida no país, que visava a liberalização da economia russa a partir dos anos 1990, mas que acabou por desorganizar o setor agroalimentar e desintegrar a estrutura de bem-estar social em vigência até então (Wegren, 2007; Escher, 2023). As privatizações no setor agroalimentar não foram, porém, realizadas de forma tão intensas como em outros setores da economia russa. De acordo com Escher (2023, p. 55), “a agricultura e o sistema agroalimentar não foram articulados de imediato ao novo regime de acumulação”, movimento que passou a ser observado somente a partir de 2002, durante o segundo governo de Vladimir Putin, influenciado principalmente pelo *boom* das *commodities* e aumento das demandas interna e externa. Além disso, observou-se neste período a construção de uma política nacionalista de reestruturação do Estado russo, liderado por Putin.

A partir desse movimento de abertura e reformas dos anos 1990 e 2000, a estrutura agroalimentar russa passou a integrar novos atores, entre eles as chamadas *agroholdings*. Apelidadas também de “*oligarkhozy*”, devido serem propriedade de conhecidos oligarcas russos, as *agroholdings* na Rússia são as principais possuidoras de terras agrícolas no país, bem como os maiores produtores de *commodities* e comida processada. Neste sentido, para além dos impactos de fatores econômicos na ascensão dessas empresas do agronegócio russo – a citar a competitividade interna dos produtos nacionais e o *boom* das *commodities* internacionalmente nos anos 2000 – fatores políticos e tecnológicos são considerados fundantes para a mudança da

estrutura produtiva do setor agroalimentar na Rússia. Isso ocorre por um duplo movimento, sendo o primeiro a conexão dos proprietários das *agroholdings* com o Estado e o segundo o acesso à agrotecnologias “globais”, advindas de países como Estados Unidos e Europa (Escher, 2023; Wengle, 2021).

Deste modo, apesar de notável retirada do Estado do setor agroalimentar a partir dos anos 1990 devido às reformas de liberalização da economia russa, pode-se mencionar uma retomada do planejamento e participação estatal por meio de investimentos para grandes fazendas e políticas de favorecimento a seus proprietários no início dos anos 2000. Atendo-se, neste momento, ao primeiro ponto, destacam-se os subsídios estatais focados nas grandes produtoras de alimentos com aumento anual desde 1999. Além disso, políticas de reestruturação de dívidas no início dos anos 2000 permitiu que grandes fazendas tivessem seus débitos cancelados ou seus prazos de pagamento estendidos, e, até 2004, 45% de todas as grandes fazendas fecharam acordos com o Estado para tal reestruturação. Outro ponto fundamental para o acúmulo de capital neste setor foi a abertura aos investimentos estrangeiros para grandes produtores agroalimentares, que triplicaram entre os anos 2000 e 2005 e quintuplicaram entre 2004 e 2013. A criação de bancos agrícolas nacionais e simplificação de taxas e impostos auxiliaram também a expansão deste tipo de produção (Wegren, 2007; Wengle, 2021).

Aspectos a respeito do financiamento deste setor no início do século são relevantes para compreensão do surgimento e fortalecimento das *agroholdings* uma vez que, após a possibilidade de privatização de terras rurais, o principal obstáculo para isso era a ausência de capital e maquinário adequado para a produção agroalimentar, fazendo com que o setor não fosse visto como uma atividade lucrativa naquele momento. Apesar de não haver dados claros a respeito da compra de terras agrícolas por essas empresas, estima-se que as 10 maiores *agroholdings* na Rússia detinham 380 mil hectares de terra cada, em 2020, o que indica a concentração do setor por parte destes atores (Wengle, 2021). Além disso, de acordo com Escher (2023), em 2016 foram identificadas 1.063 *agroholdings*, sendo 85 estatais e 978 privadas e, destas últimas, 6,3% eram controladas por capital estrangeiro. Neste mesmo ano, essas empresas foram responsáveis por metade dos lucros e vendas totais das grandes empresas agropecuárias no país.

As *agroholdings* destacam-se na produção de grãos, beterrabas (para açúcar), óleos vegetais e gado, sendo esta última uma cadeia significativamente integrada verticalmente. Prodimex, Rusagro, Miratorg, Cherkizovo são exemplos dessas companhias, sendo a Prodimex a maior produtora de açúcar da Rússia, responsável por mais de 15 refinarias e com produção

de cerca de 1,5 milhões de toneladas em 2019, fornecendo açúcar para grandes empresas do setor como Coca-Cola e Pepsi. No setor de carnes, Miratog é a maior produtora de carnes de porco e a segunda maior de aves; em 2017 sua capacidade de abate suíno chegou a 520 cabeças por hora. Assim como Cherkizovo e demais produtoras de proteína animal do país, a empresa se destaca por um alto nível de integração vertical ao longo da cadeia de produção, perpassando “do campo ao balcão”²⁷. Conforme análise sobre as principais *agroholdings* russas realizada por Wengle (2021), grande parte de suas grandes empresas do setor agroalimentar buscam sua expansão nos mercados internacionais e o estabelecimento de parcerias com países fora do eixo ocidental.

Para além das chamadas *agroholdings*, a estrutura produtiva russa é formada também por empresas familiares especializadas menores, geralmente voltadas à produção para o mercado interno. Apesar de sua relevância produtiva, juntamente com as *agroholdings*, nota-se que a maioria da população rural na Rússia é formada por produtores familiares que, por meio do arrendamento de sua produção para empresas agrícolas maiores, continuam a possuir pequenas propriedades de terra e produzir também para seu consumo próprio. A comercialização dos excedentes produzidos por esses atores representa 1/3 da produção total do país, ainda que a maioria deles não encontre apenas na agricultura sua principal atividade econômica. Ou seja, grande parte dos produtores familiares de bens alimentares, que sustentam também grandes empresas do setor, alinham suas atividades agrícolas com empregos não agrícolas (Escher, 2021).

De acordo com dados do *Russian Statistical Yearbook* de 2023, “organizações agrícolas” eram responsáveis por 60,1% do total produzido pelo setor agrícola no país em 2022, seguido de “produtores familiares de cidadãos” com 24,1% e pela produção “familiar camponesa”, com 15,8% do total. Reforça-se a soberania de organizações agrícolas maiores, como é o caso das *agroholdings*, na produção de carnes, açúcares e grãos; já a produção familiar de cidadãos se destaca pela produção de batata, vegetais e mel. Por fim, a produção familiar camponesa possui produção mais focada em sementes de girassol e lã (ROSSTAT, 2023).

De forma mais ampla, a Rússia é uma grande produtora de bens alimentares como trigo, beterraba sacarina, leite cru e cevada, totalizando uma produção de, respectivamente, 104, 48, 32 e 23 milhões de toneladas em 2022 (FAO, 2025b). Internacionalmente, porém, o país não configura como maior exportador de nenhum destes produtos, o que indica o alto nível de

²⁷ Slogan utilizado pela empresa Miratog, referindo-se à sua capacidade de produção de carnes em todas as etapas da cadeia (Wengle, 2021).

consumo doméstico destes. Conforme mencionado anteriormente, a Rússia foi, durante vários anos, um produtor/comercializador essencial para o sistema agroalimentar internacional, a citar seu papel histórico na produção de trigo durante a Primeira Guerra Mundial. Porém, este posto foi perdido para outros países com significativo setor agroexportador, como Austrália e Estados Unidos²⁸. Ainda assim, as exportações agrícolas da Rússia cresceram mais de 2.100% em duas décadas, passando de US\$ 1,6 bilhão exportado no ano 2000 para US\$ 35,8 bilhões em 2021. A participação dos produtos agrícolas no total de exportado de *commodities* também cresceu neste mesmo período, passando de uma participação de 1,6% para 7,3%²⁹ (ROSSTAT, 2023). De acordo com Escher (2021), mesmo na produção da soja – mercado em que a Rússia não possui tanto protagonismo – a produção e exportação cresceram, entre 2012 e 2020, 14% e 169%, respectivamente.

Juntamente com a Ucrânia, a Rússia é responsável por quase 30% das exportações de trigo e 80% das exportações de sementes/óleo de girassol. Além disso, o país é referência na produção de fertilizantes e agrotóxicos, detendo cerca de 15% do mercado internacional. Em 2021 o valor total dos fertilizantes russos exportados somou US\$ 12,5 bilhões. Nota-se que a alta nos preços de fertilizantes devido ao conflito na Ucrânia, iniciado em 2022, é entendida como parte fundamental do aumento dos preços de alimentos internacionalmente, o que coloca a Rússia como ator relevante para as atuais dinâmicas agroalimentares internacionais. Em relação aos principais destinos dos produtos agrícolas russos, destacam-se Turquia, China, Cazaquistão, Egito e Índia como principais parceiros em 2022 (Gomes, 2022; FAO; 2025b, Crise..., 2022). Em relação às importações russas, chama-se atenção para a alta demanda de soja – explicada pela sua produção crescente de proteína animal –, frutas, vinhos, óleo de palma e preparações alimentares. Peixes também compõe um dos principais produtos importados pelo país, somando, em 2021, 1,3 bilhão de dólares. Turquia, Brasil, China e Alemanha se destacam como os principais parceiros para importação na Rússia (FAO, 2025b).

Multinacionais estrangeiras fazem parte também do mercado agroalimentar russo, sendo empresas como Nestlé, PepsiCo, Coca-Cola e Danone importantes comercializadoras de bens alimentares no país. Destaca-se ainda que tais empresas decidiram permanecer na Rússia

²⁸ Estes são, respectivamente, os maiores exportadores de trigo do mundo, totalizando 28,7 e 20,9 milhões de tonelada em 2022. Seguidos por França e Canadá, a Rússia aparece como a quinta maior exportadora de trigo atualmente (FAO, 2025b).

²⁹ Destaca-se que “produtos minerais” se sobressaem entre as principais *commodities* exportadas, representando, em 2021, 56,4% do total (ROSSTAT, 2023).

mesmo após a invasão da Ucrânia em 2022³⁰. Acusadas de apoiar indiretamente os avanços de Vladimir Putin – mediante do pagamento de impostos e taxas federais – multinacionais do setor agroalimentar defendem sua permanência por meio da essencialidade de sua produção, o que pode ser problematizado criticamente a partir de suas declarações. De todo modo, empresas relacionadas ao setor agroalimentar representam 4 das 10 maiores multinacionais que ainda operam na Rússia em 2024, são elas: a estadunidense Pepsico, a francesa Auchan, a suíça Nestlé e a estadunidense Mondelez (Petrenko, 2024; Some..., 2022).

Por fim, conclui-se a respeito da relevância de um processo político-econômico bastante próprio da Rússia para a definição de sua estrutura agroalimentar no que tange a acumulação de capital. Tendo dois momentos definidores de sua transição agrária – a citar, o período de coletivização sob o regime comunista e o período de liberalização após reformas dos anos 1990 – é possível observar no caso russo a mudança da participação do Estado no setor agroalimentar do país. A retirada completa no início dos anos 1990 causou a desorganização do setor e seu relativo enfraquecimento, que foi resgatado paulatinamente após o *boom* das *commodities* e políticas de viés mais nacionalista/autoritário de Putin no início dos anos 2000. O favorecimento de grandes fazendas produtoras de alimentos, inclusive por parte do Estado, auxilia no entendimento da estrutura produtiva do país atualmente. O caso das *agroholdings* ilustra um setor bastante concentrado vertical e horizontalmente, sendo as relações políticas determinantes neste modelo produtivo. Além disso, percebe-se o fortalecimento do setor agroalimentar na Rússia, ainda que isso não represente sua participação nos *rankings* de exportação mundial. O aumento da produção e da produtividade russa, neste sentido, são entendidos como resposta à sua própria demanda – a partir do objetivo de autossuficiência – e de formas de lidar com as crescentes sanções impostas ao país, temas que serão tratados nas próximas seções.

3.1.2 Reprodução social

Com o fim da União Soviética a população russa experimentou transformações relevantes no que tange sua relação com a alimentação. Tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda, pode ser observado um avançado processo de transição nutricional na Rússia nos últimos anos, bem como a diferenciação dos hábitos alimentares de sua população de acordo com nível de renda e local. Para investigar tais transformações, serão apresentadas a seguir as

³⁰ As principais empresas relacionadas ao setor que se retiraram completamente do país após o início do conflito foram a rede de *fast food* McDonalds e a produtora de cerveja Carlsberg (Petrenko, 2024).

principais mudanças em relação ao acesso aos alimentos na Rússia, bem como aspectos centrais de sua transição nutricional.

Durante o biênio de 2014-2016, 8,2% da população total da Rússia estava em situação de insegurança alimentar severa ou moderada, o que representava um total de 11,9 milhões de pessoas. Na década seguinte, entre os anos de 2020-2022, esta porcentagem caiu para 5%, somando 7,2 milhões de pessoas, de acordo com dados fornecidos pelo próprio país. Isso aponta para o aumento de consumo diário das calorias mínimas necessárias por uma maior parcela da sua população. A isso pode também se relacionar o aumento do número de pessoas com acesso a uma dieta saudável na Rússia. Tendo sido observado um baixo aumento no custo desse tipo de alimentação no país, passando de 3,14 dólares por dia por pessoa em 2017 para 3,67 dólares por dia por pessoa em 2021, notou-se uma diminuição na taxa populacional daqueles incapazes de acessar uma alimentação saudável no país. Em 2017 cerca de 3% da população russa não tinha acesso a uma dieta saudável, o que representava 4,7 milhões de pessoas. Já em 2021, essa taxa passou para 2,6%, com uma diminuição de 1 milhão de pessoas no grupo dos que não são capazes de alimentar-se saudavelmente no país (FAO, 2023).

Apesar da Rússia ter vivido períodos de instabilidade de abastecimento e alimentação de sua população ainda no período pré-abertura de 1992, o cenário alimentar do país se transformou, a partir dos anos 2000, com o *boom* das *commodities* e a entrada de novos tipos de investimento no setor de forma mais ampla. Com o crescimento da economia a renda média da população russa aumentou e as taxas de desemprego diminuíram, o que colaborou para o acesso de uma alimentação digna por parte dos russos e a manutenção dos padrões alimentares no país (Escher, 2023).

O consumo diário médio de calorias na Rússia manteve-se estável, passando de 3.297 em 2010 para 3.382 em 2021, o que representa um crescimento de 2,5%. Além disso, houve um aumento no consumo de proteínas neste mesmo período – que passaram de uma média de 107 gramas consumidas para 114 gramas – e um aumento no consumo de gorduras, passando de 104 para 115 gramas (ROSSTAT, 2023). Esses aumentos, ainda que não representem uma mudança drástica no padrão alimentar russo, podem ser associados à ascensão das *agroholdings* e redes de *fast food* no país. De acordo com Wengle (2021), a entrada destas empresas no sistema agroalimentar russo representa mudanças na forma de preparo dos alimentos, citando o exemplo das salsichas caseiras *versus* nuggets de frango de franquias de restaurantes e lanchonetes, que passaram a compor o cotidiano da população russa. Tais companhias

agroalimentares influenciam, de acordo com a autora, não somente o que é produzido, mas também como é produzido.

Ainda assim, nota-se uma relativa estabilidade nas dietas russas, já que, ainda que o crescimento da economia e a urbanização do país tenham alterado o consumo de carnes e alimentos ultraprocessados, dados apontam para a manutenção do consumo de diferentes grupos alimentares, como proteínas, vitaminas e minerais. Apesar de não haver pesquisas claras sobre o consumo individual de alimentos, a fim de averiguar a transição nutricional de forma mais específica no país, dados da FAO (2025a) apontam para a estabilidade da disponibilidade destes grupos alimentares (com base em contas de utilização de oferta). Neste sentido, o processo de mudança das dietas e hábitos alimentares na Rússia encontra-se já em estágio bastante avançado.

Por fim, em relação aos modos de consumir bens alimentares na Rússia nota-se uma também estabilidade no país. Dados apresentados por Escher (2023) demonstram o aumento de 1,2% do orçamento de consumidores urbanos para consumo de alimentos fora de casa, passando de 3,7% do total em 2002 para 4,9% em 2018. No que tange a distribuição de alimentos no país, as cafeterias públicas e cozinhas comunitárias da antiga União Soviética deram espaço para uma ampla gama de redes de supermercados nacionais, formando uma estrutura oligopolista de distribuição. As principais firmas russas no setor do varejo são Magnit, X5 Retail Group, Lenta e Diksi, já entre as empresas estrangeiras destacam-se a francesa Auchan e a alemã Metro. Em 2018, as três maiores redes de supermercados controlavam 59% das vendas no país. Além da concentração na estrutura de distribuição e comercialização de bens alimentares, chama atenção também ao avanço da integração vertical das *agroholdings*, que passam a atuar também nos setores de distribuição e comercialização de produtos finais.

3.1.3 Poder político

O setor agroalimentar é considerado, para Rússia, um setor altamente estratégico para sua soberania nacional. Apesar de historicamente o Estado russo enxergar o “eixo ocidental” com desconfiança, prevendo, portanto, políticas que possibilitem a criação de alternativas às parcerias comerciais com estes países no que diz respeito ao setor agroalimentar, é possível identificar a intensificação de medidas de autossuficiência na Rússia nos últimos anos. Sendo um país de dimensões continentais com certa limitação ao avanço de sua produção agroalimentar – principalmente por razões naturais e climáticas – medidas em prol da segurança alimentar russa podem ser citadas como a principal política para o setor contemporaneamente.

A vulnerabilidade do país frente as crises internacionais de alimentos bem como as consequências das sanções aplicadas à Rússia após conflitos armados na Criméia e Ucrânia são entendidas como pontos de início para o fortalecimento de políticas para sua soberania alimentar (Lima; Dias, 2018).

De início, importa ressaltar que a visão russa para segurança alimentar difere daquela praticada pelo Ocidente, amplamente difundida pela FAO no início dos anos 2000, que chama atenção para o acesso aos alimentos – o que destaca a relevância do mercado internacional. Para Rússia, sua segurança alimentar está intrinsecamente alinhada com suas políticas de segurança de forma mais ampla, buscando na autossuficiência os mecanismos necessários para alimentar sua população. Nesse sentido, o país tem buscado, principalmente a partir de 2010, substituir importações de bens alimentares básicos e estabelecer relações de parcerias no setor de forma a priorizar aqueles países que são considerados aliados (Lima; Dias, 2018; Escher, 2021).

Para a construção de uma política de soberania alimentar consistente, elementos do sistema político russo chamam atenção como propulsores desse objetivo. Entre eles destaca-se a relação íntima entre Estado e oligarquias empresariais. Conforme mencionado anteriormente, o caso das *agroholdings* exemplificam tal relação, uma vez que essas empresas possuem uma série de benefícios e estímulos por parte do Estado russo para se desenvolverem e produzirem os bens necessários para a população russa. Essa proximidade é percebida na distribuição de recursos para o setor, já que, de todo o orçamento russo destinado a atores agroalimentares – valor próximo ao 0,5% do PIB do país – 85% têm como destino as grandes empresas agropecuárias. Neste mesmo sentido, 1% dos beneficiários receberam cerca de 40% do total de subsídios entre 2013 e 2020, sendo as *agroholdings* os principais destinos destes valores (Escher, 2023).

Além disso, Wengle (2021) define o termo tecnopolítica como central para a compreensão da economia política do setor agroalimentar da Rússia. Por possuir limitações naturais para a expansão de sua produção, o país aposta no avanço tecnológico na produção agrícola como forma de desenvolver o setor. O incentivo fornecido à tal avanço para as *agroholdings* é liderado pelo Estado, tanto pela abertura à importação de tecnologias estrangeiras como também para o desenvolvimento de tecnologias próprias nacionais, considerando sua relevância estratégica para a soberania alimentar do país. Assim, cria-se uma espécie de “barganha informal” entre o governo russo e as *agroholdings*, onde essas últimas reordenam seus objetivos corporativos com base nos objetivos políticos do Estado.

Neste sentido, as *agroholdings* representam peça importante para a política russa para o setor, se tornando aliados ainda mais relevantes a partir do governo de Putin. Ao mesmo tempo em que o governo auxilia tais empresas a se desenvolverem – e inclusive avançarem internacionalmente com os excedentes produzidos – as corporações russas do agronegócio apoiam politicamente o governo. Esse movimento pode ser entendido como um “cooptação patrimonialista” no setor agroalimentar, que auxilia na governança do setor e na cooperação mútua entre ambos os atores. Para além das *agroholdings*, é possível notar a ausência de políticas estatais para atores de menor produção, como aqueles parte da chamada agricultura familiar. Tal fator pode ser entendido a partir do desgaste da identidade camponesa após a descoletivização no início dos anos 1990, que enfraqueceu essa parcela do setor inclusive do ponto de vista organizacional – demandando políticas específicas ao Estado (Escher, 2021; 2023).

Ao adentrar nas diretrizes russas para o setor agroalimentar, destacam-se a Doutrina de Segurança Alimentar da Federação Russa (DSA), de 2010 e 2020, e os Programas Estatais de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura (de 2008-2012, 2013-2020 e 2021-2025). Em relação à Doutrina de Segurança Alimentar, esta definia, ainda em 2010, a quantidade mínima exigida da produção interna russa para a manutenção de níveis estáveis de segurança alimentar. Sendo fruto das significativas instabilidades internacionais de 2008, a primeira DSA russa pode ser resumida, de acordo com Lima e Dias (2018, p. 277) como visando “independência agroalimentar via modernização de complexos agroindustriais e formação de estoques”. Essa estabeleceu que produtos como grãos, açúcar, óleo vegetal, carnes, leite, peixes, batatas e sal deveriam ser produzidos quase que totalmente em território russo³¹. Apesar disso, tal Doutrina não era vista, até 2014, como de protecionismo extremo, já que as importações se mantiveram a níveis estáveis no período (Götz; Heigermoser; Jaghdani, 2022; Escher, 2023; Lima; Dias, 2018).

Após a invasão da Criméia, porém, o caráter da DSA de 2010 sofreu algumas alterações. A partir desse momento a Rússia proibiu a importação de bens alimentares de diversos países ocidentais, principalmente aqueles envolvidos nas sanções aplicadas após o conflito de 2014, como Estados Unidos, União Europeia e Canadá. Tal medida é entendida também como intensificadora da construção de parcerias alternativas ao eixo ocidental para o setor agroalimentar russo, aumentando as importações de países do Oriente Médio e China (Götz;

³¹ Separadamente a Rússia deveria atingir o domínio da produção de 95% dos grãos; 80% do açúcar; 80% do óleo vegetal; 85% de carnes e derivados; 90% de leite e laticínios; 80% dos peixes; 95% das batatas; e 85% do sal. Todos são considerados produtos basilares para dieta russa (Escher, 2023).

Heigermoser; Jaghdani, 2022). Com base no sucesso dos objetivos implementados pela Doutrina, de forma destacada pelo aumento da produção doméstica de bens alimentares, a Rússia estabeleceu, em 2020, uma nova DSA, com valores atualizados de cotas mínimas de produção nacional para produtos essenciais para dieta russa e a inclusão de novos – como frutas, legumes e sementes (Escher, 2023).

Outro elemento central da nova DSA é a incorporação de metas mais arrojadas no que diz respeito a participação russa nos mercados internacionais de alimentos. Para além da superação de medidas protetivas – essas se mantêm juntamente com a proibição de importação de alguns produtos – a Rússia prevê uma expansão no total exportado. De acordo com decreto assinado por Putin em 2018, as exportações russas deveriam chegar a US\$ 45 milhões até 2024, prazo que, devido consequências advindas da pandemia do coronavírus e do conflito na Ucrânia, foi adiado para 2030 (Götz; Heigermoser; Jaghdani, 2022). Tal medida é entendida como parte do objetivo de Putin, desde que assumiu o poder, de fortalecer a produção agrícola do país e possuir níveis adequados de “soberania econômica”, o que, com a modernização de seus complexos agroindustriais e criação de estoques faz com que o setor agroalimentar russo se torne satisfatoriamente independente (Lima; Dias, 2018).

Desse modo, internacionalmente a principal política russa para o setor destaca a importância do país para o sistema agroalimentar internacional. Ainda que fortemente sancionado, as medidas russas são caracterizadas como estratégicas do ponto de vista político, pensadas em prol da soberania e autossuficiência do país. A partir delas busca-se não apenas a proteção da segurança nacional russa de forma mais ampla, mas também o resgate e fortalecimento de seu nacionalismo. Além disso, ainda que bastante voltada para dentro, a Doutrina de Segurança Alimentar projeta a Rússia como relevante ator do sistema para o setor, alterando de forma mais destacada não seu papel, mas sim seus parceiros internacionais (Götz; Heigermoser; Jaghdani, 2022). Neste sentido, corrobora-se com Lima e Dias (2018, p. 277) ao afirmarem que as políticas russas para o setor agroalimentar “desafiam os ditames da ordem econômica internacional contemporânea. No mínimo a DR [*Doutrina Russa*] demonstra que o Kremlin não está disposto a permitir que a inserção internacional da Rússia se dê na condição de dependência da importação de alimentos”.

Assim, a Rússia pode ser considerada um *player* central para o sistema agroalimentar internacional devido o elemento geopolítico de suas políticas externas para o setor. Representando uma quebra com a ordem liberal internacional – uma vez que possui ênfase na autossuficiência e não apenas na segurança e possibilidade de acesso aos alimentos – o governo

russo já demonstrou o uso político dos fluxos alimentares, afirmando por exemplo a preferência de negociações apenas com “amigos” e o uso da comida como “arma silenciosa” (Escher, 2023). Desta forma, embora o país não seja hoje um grande exportador de alimentos e tem como desafio a integração de suas regiões produtivas com o acesso ao mar e ao mercado mundial, a Rússia possui relevância crescente para o setor e sua atuação demonstra reforçar a construção de novas formas e alternativas ao sistema agroalimentar internacional (Götz; Heigermoser; Jaghdani, 2022)

3.2 China

A ascensão da China como uma potência global a partir de 2001 é um dos fenômenos mais significativos da economia mundial contemporânea. Com um crescimento econômico robusto, políticas de reforma e abertura, e uma estratégia de desenvolvimento que combina planejamento estatal com elementos de mercado, o gigante asiático é entendido como principal polo de poder internacional após os Estados Unidos, o que explica a crescente rivalidade entre ambas as potências. Sendo assim, a ascensão chinesa tem despertado transformações nas ordens mundiais, seja por modelos alternativos de desenvolvimento interno, formas de globalização e cooperação, seja pelo fortalecimento de um movimento “pós-atlantista” das relações internacionais, com o fortalecimento de blocos como o BRICS, por exemplo (Vadell et al, 2024; Escher, 2021). Além da singularidade de sua trajetória enquanto agente internacional, a China possui a segunda maior população mundial, com um pouco mais de 1,4 bilhão de pessoas, o que naturalmente lhe atribui uma importância significativa no atual sistema agroalimentar internacional.

Tratando-se de uma dinastia milenar, a China possui relações históricas com a agricultura e o desenvolvimento rural, e, após a abertura de sua economia nos mercados internacionais, o país se tornou um dos principais atores no atual sistema agroalimentar internacional. Em 2022, a China exportou cerca de 98 bilhões de dólares em produtos agrícolas e importou 235,7 bilhões de dólares (China, 2023). Apesar da agricultura ter diminuído sua participação na economia chinesa, representando em 2018 apenas 7,2% do total produzido – tendência seguida por países em via de desenvolvimento econômico – a produção agrícola no país cresceu 431,6% desde os anos 2000, chegando em 2022 ao valor de 1,65 trilhão de dólares em produção agrícola (Guo, 2020; FAO, 2025b).

Internacionalmente, a China toma, a partir dos anos 2000, o lugar outrora pertencente à Europa e Japão como grandes centros de demanda por alimentos. Com aumento da população,

urbanização e altas taxas de industrialização, a China passa a ser uma grande importadora de *commodities* com o objetivo de alimentar sua população. Em dez anos as importações chinesas passaram de 5 e 10 milhões de toneladas no início dos anos 2000 para 60 milhões de toneladas em 2010, representando um forte impacto no mercado internacional de alimentos (Wilkinson, 2023). Além disso, a soja passou a ser o principal produto demandado pelo gigante asiático, o que tornou o país o maior importador do produto em 2022, segundo dados da FAO (2025b). Utilizado para rações na criação animal, o aumento da demanda chinesa por soja explica o fortalecimento do complexo soja-carne que, em conjunto com o Brasil, faz com que a China esteja no centro de um dos principais complexos agroindustriais do atual sistema, conforme apresentando no capítulo anterior.

Considerando a relevância política e econômica da China para a ordem internacional de forma mais ampla, o país asiático se coloca como um dos membros centrais do BRICS nas transformações observadas no atual sistema agroalimentar internacional. Por essa razão, uma análise atenta das três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea a partir da perspectiva chinesa auxiliam na compreensão dos caminhos seguidos pelo bloco. Sendo assim, serão apresentadas a seguir a investigação sobre os processos de acumulação de capital, reprodução social e poder político no setor na China.

3.2.1 Acumulação de capital

A transição agrária chinesa pode ser considerada uma das etapas fundantes da “nova China”, ainda no período da Revolução de 1949. Historicamente formada por uma grande população rural, as reformas observadas no campo permitiram a integração do campesinato em todo o processo revolucionário, o que foi fundamental para o sucesso do movimento comunista daquele período. Além disso, as reformas agrárias na China possibilitaram o desenvolvimento econômico do país – aliando a produção agrícola aos processos de industrialização – e a inserção de formas capitalistas no campo. Por essa razão, uma breve recuperação histórica, com especial foco na propriedade das terras, se faz necessária para o avanço da discussão sobre o atual momento da acumulação de capital no setor agroalimentar chinês.

As reformas agrárias na China podem ser divididas em duas grandes ondas, uma anterior à Revolução Chinesa de 1949 – que galgou apoio do campesinato – e uma posterior à vitória do movimento, feita de maneira mais moderada e extensa. Durante este segundo momento, o sistema de produção rural familiar individual deu lugar a um modelo coletivista de produção agrícola. Para isso, a coletivização das terras foi realizada de maneira gradual, passando de

cooperativas de produtores rurais para “comunas populares”. Isso permitiu a cooperação e mobilização dos trabalhadores entorno da produção agrícola conjunta e o financiamento de obras de infraestrutura e transporte para o setor, o que auxiliou na integração, abastecimento e qualidade da produção. Mesmo com as contradições do sistema coletivista à nível social³² e a seguinte descoletivização de terras por Deng Xiaoping em 1980, as transformações institucionais pautadas pela reforma agrária chinesa colaboraram para uma organização social rural bastante eficaz e para a realização de obras públicas necessárias para a produção agrícola (Escher, 2020).

Visões mais críticas a respeito da relação entre o campesinato chinês e o Estado de forma geral, representado pelo Partido Comunista Chinês, questionam a estabilidade do papel da sociedade rural para o desenvolvimento da China. Mesmo a partir desta visão – como a discussão feita por Day (2024) sobre a preferência por um objetivo mais amplo da economia política ao invés do melhoramento mais restrito dos meios de subsistência da população rural – a agricultura passou a fazer parte da estrutura do desenvolvimento nacional chinês. Isso pode ser percebido pelo incentivo estatal voltado à pesquisa e desenvolvimento para o setor agrícola, com a criação de tecnologias para aumento da produtividade no setor, a exemplo da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (Wilkinson, 2023). Neste sentido, é possível notar movimentos anteriores às reformas de Deng Xiaoping que colaboraram para a industrialização e urbanização da sociedade chinesa e colocaram o setor agrário/alimentar como parte fundamental para o crescimento do país.

Porém, importa destacar que é a partir das reformas de 1978 que a questão agrária chinesa adquire características que permitiram sua transformação, chegando ao modelo estabelecido hoje pela China. A descoletivização de terras, completada em 1984, fortaleceu o “sistema de responsabilidade familiar” (SRF), onde apesar das terras ainda serem coletivas, os camponeses tinham direito a administrar a produção e o uso da terra de maneira individual. A produtividade, consumo e renda rural passaram por um período de grande crescimento, que contava, entre outras coisas, com termos de trocas favoráveis, incentivos governamentais, diversificação agropecuária e expansão das empresas de vilas e aldeias (EVA)³³ (Escher, 2022). A respeito deste último, destaca-se a criação de empregos não agrícolas na região rural por meio das EVAs, o que colaborou para o desenvolvimento econômico desta parcela da população e

³² Tais contradições dizem respeito às consequências negativas experimentadas pela sociedade chinesa no período pós-revolução, como a Grande Fome entre os anos 1959 e 1962 e o surgimento de uma elite rural que não colaborou para participação política justa e democrática no campo (Escher, 2020).

³³ TVE na sigla em inglês (*Township and Villages Enterprises*).

era visto como possibilidade de transformação da vida dessas pessoas, já que era possível “deixar a terra, mas não suas vilas, entrar nas fábricas, mas não nas cidades” (Ye, 2015, p. 17, tradução nossa³⁴).

Ao longo dos anos, uma série de novas mudanças governamentais facilitaram a entrada de movimentos tipicamente capitalistas no setor alimentar chinês, sendo a modernização da agricultura um dos objetivos centrais para o PCC no início do século XXI (Day, 2024; Escher, 2022). Entre estes movimentos, destaca-se a possibilidade de transferência de terra em 2013, que fortaleceu a entrada de grandes conglomerados do agronegócio na produção chinesa – e consequentemente no mercado internacional agroalimentar. A respeito das transferências de terra,

Em 2013, os direitos de uso de 26% da terra contratada por camponeses pelo SRF haviam sido transferidos a partir de três modalidades: para outros agricultores, “grandes produtores especializados”, que alugam dos seus vizinhos; para DHEs [*dragonhead enterprises*³⁵] que alugam direto dos coletivos de aldeia, os quais atuam como agentes dos camponeses via “contratos reversos”; e para “cooperativas especializadas”, que na verdade funcionam como empresas de participação, nas quais os camponeses convertem suas terras em ações e as ações dos investidores externos são baseadas em suas contribuições de capital. (Escher, 2020, p. 246).

A partir desse novo modelo de produção agrícola (de propriedade coletiva/campesina, mas com possibilidade de transferência do uso da terra para terceiros), políticas de incentivo à transferência ganharam força no Estado chinês. Conforme demonstrado por Ye (2015), é possível compreender que incentivos à tais transferências se deram não somente por publicações de documentos políticos oficiais, mas também por meio de um forte movimento de certificação e registro dos direitos à terra. Em 2020, 37 milhões de hectares de terras agrícolas foram transferidas, referente a cerca de um terço do total de terras anteriormente cultivadas por famílias rurais (Zhan, 2022).

Ao longo dos anos, portanto, o setor de produção alimentar chinês tem se moldado como uma estrutura corporativa oligopolista com diferentes camadas, sendo elas: (a) empresas estatais centrais, (b) fazendas estatais, (c) *dragonhead enterprises* e (d) empresas e cooperativas agrícolas especializadas, sendo esta última de caráter não oligopolista. No primeiro grupo, destacam-se quatro grandes conglomerados do agronegócio, gerenciadas pela *State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council* (SASAC), são elas:

³⁴ “[...] left the land but not their home villages, they entered factories but not the cities”.

³⁵ As “*dragonhead enterprises*” (DHE, na sigla em inglês) são as “campeãs nacionais” chinesas, empresas apoiadas pelo governo responsáveis por impulsionar setores específicos. No setor agrícola, a WH Group de processamento de carnes e alimentos é uma das DHE chinesas (Zhan, 2022).

China Grain Reserves Corporation Group (Sinograin), *China National Agricultural Development Group Corporation* (CNADC), *China Oil and Foodstuffs Corporation* (COFCO) e *China National Chemical Corporation* (ChemChina). Todas essas companhias são responsáveis pelo fornecimento de produtos alimentares estratégicos para a China, sejam eles produzidos nacionalmente ou não (Zhang, 2019; Escher, 2022; Zhan, 2022). Além de sua relevância interna, as empresas estatais centrais têm se posicionado também como importantes *players* globais, dominando a tecnologia e produção/distribuição dos produtos específicos de cada um de seus segmentos.

Conforme detalhado por Zhan (2022) e Escher (2022), as empresas estatais centrais da China adquiriram, na última década, diversas empresas domésticas chinesas antes de se expandirem internacionalmente. Esse fortalecimento interno, juntamente com incentivos e investimentos estatais³⁶, permitiu que empresas como ChemChina e COFCO se tornassem líderes do agronegócio mundial. Exemplo disso pode ser observado com a rápida ascensão da COFCO em países do Cone Sul – principalmente Brasil – como uma das principais processadoras e comercializadoras da soja sul-americana, passando a frente de empresas tradicionais do setor, como o Grupo ABCD³⁷. Entre 2004 e 2017, as receitas da COFCO cresceram mais de onze vezes, chegando em 2021 a 41 bilhões de dólares (COFCO International, 2021).

O segundo grupo de atores do sistema agroalimentar chinês são as fazendas estatais, que, apesar de estarem subordinadas a diferentes instâncias governamentais – Ministério da Agricultura, governos provinciais ou governos centrais – correspondem à lógica estatal. Exemplos dessas fazendas são a Beidahuang Group, Guangdong Nongken, Xinjiang Corp, que são também incentivadas à integração vertical da cadeia, aquisições e internacionalização (Escher, 2022; Zhan, 2022). Em 2022, somavam-se 1.787 fazendas estatais, ocupando uma área de cultivo de 7 milhões de hectares e empregando 2,2 milhões de trabalhadores. Neste mesmo ano, o valor total bruto da produção agrícola pelas fazendas estatais chegou a 480 bilhões de yuan, aproximadamente 6,7 bilhões de dólares (China, 2023).

O terceiro grupo se refere às *dragonhead enterprises* (DHE), empresas privadas que a partir de uma série de exigências administrativas e operacionais, são financeiramente beneficiadas por políticas estatais de incentivo. Dentre as principais DHE do agronegócio

³⁶ Exemplo disso pode ser observado pela compra da suíça Syngenta pela ChemChina, pelo valor de US\$ 44 bilhões, que teve 41% do valor financiado pelo Bank of China, 28% pelo CITIC AgriFund, 15% pelo HSBC, 4,6% do Morgan Stanley e somente 11,4% de capital próprio (Escher, 2022). Percebe-se, neste sentido, um forte incentivo estatal para o avanço dessas empresas.

³⁷ Formado pelas grandes do setor: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus.

chinês, destacam-se a *WH Group*, *New Hope Group* e *Jinluo Group*. A respeito da atuação destas empresas no setor, é chamada atenção para a relação intrínseca com a produção agrícola familiar, uma vez que há incentivo estatal para que estas sejam incorporadas à produção por meio de contratos agrícolas. Essa relação é dada também pela nomenclatura das DHE, que sugere que, sendo as empresas privadas as “*dragonheads*” da produção, as famílias rurais seriam o que constituem o corpo do dragão (Zhan, 2022). De acordo com Escher (2022), em 2016 havia 130 mil empresas deste tipo registradas na China, ocupando 60% do total da área cultivada e empregando 110 milhões de agricultores. Nota-se que a atuação das DHE é mais direcionada ao processamento e distribuição de bens alimentares de maior valor agregado, com foco no consumidor final. Este processo é beneficiado devido o controle dessas empresas do acesso à matéria prima, que ocorre por meio de contratos com produtores familiares. Em relação à expansão e acumulação de capital por essa parcela produtiva, Zhan (2022) apresenta que entre 2000 e 2016 o número de DHE quase quintuplicou, sendo as 100 empresas mais lucrativas do setor chegando a uma renda bruta de 345 bilhões de dólares em 2020.

Por fim, o último grupo principal do sistema agroalimentar chinês são as empresas privadas e cooperativas, de caráter não oligopolistas. Estas, apesar de possuírem uma série de contradições em relação ao seu modelo de atuação³⁸, incorporam modos de produção menores, com foco no mercado doméstico. Neste sentido, entende-se que ainda que com base em modos capitalistas de produção – emprego de novas tecnologias, produção extensiva e mão de obra assalariada – esse grupo é entendido como subjugado aos modelos oligopolistas de produção. Ao corroborar com Escher, nota-se a integração entre capital estatal e privado na transformação de acumulação de capital no setor, onde

pequenos e médios empreendedores privados apoiados por governos e quadros do partido em nível local são os agentes fundamentais na introdução de relações capitalistas de produção no contexto rural das vilas e aldeias. O estado central e o grande capital atuam coordenados para consolidar uma robusta estrutura oligopolista visando modernizar a agricultura doméstica e acessar recursos, mercados e tecnologias no exterior (Escher, 2022, p. 13).

Assim, o setor agroalimentar na China é entendido também como o responsável pela concentração de renda no país, já que, uma das principais formas de acumulação de renda é a expropriação de terras rurais e a privatização de pequenas e médias empresas coletivas, sendo o grande capital responsável pela “organização do campo” (Escher, 2020). Em relação aos principais produtos do setor agroalimentar chinês, destaca-se a produção de grãos como milho,

³⁸ Essas contradições dizem respeito à classificação entre “cooperativas agropecuárias especializadas” verdadeiras ou falsas, conforme discutido mais profundamente por Escher (2022).

arroz e trigo, que em 2022 atingiram 277, 210 e 137 milhões de toneladas, respectivamente (FAO, 2024b). Apesar do aumento do custo relativo desta produção, a ampliação da quantidade produzida está relacionada também às políticas de segurança alimentar da China desde o final dos anos 1970, conforme será aprofundado na terceira parte desta subseção, tendo em vista a essencialidade dos grãos para a dieta chinesa. Todavia, ao mesmo tempo em que a China se torna uma grande produtora de grãos, sua demanda continua crescendo, tornando-a também uma grande importadora deste tipo de alimento (Zhang, 2019).

Atualmente, a partir de dados da FAO de 2022, a China é considerada a maior produtora mundial de uma série de produtos alimentares, como trigo, arroz, carne de porco, maçã e diversas outras frutas e vegetais frescos. Porém, em relação às negociações internacionais, a China tem como principais produtos exportados preparações alimentícias³⁹, alho-poró, gorduras/óleos vegetais ou animais⁴⁰ e alimentos e refeições com glúten, não configurando, por exemplo, com nenhum de seus produtos no ranking das 20 *commodities* mais exportadas no mercado mundial, apesar de sua significativa produção agroalimentar. Neste sentido, a ausência dos grãos – seu principal produto doméstico – na sua principal “carteira de exportação”, evidencia a demanda interna por esses bens alimentares. Em relação aos principais destinos das exportações agroalimentares chinesas em valores totais (dólares) cita-se: Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul e Malásia (FAO, 2025b).

Já a respeito das importações, conforme discutido, a China configura como uma das principais demandadoras de alimentos do mundo, devido, principalmente, o tamanho de sua população. O caso do arroz é notável já que, ao mesmo tempo em que o país asiático é o maior produtor deste grão, é também o maior importador desde 2022. Neste ano, atingiu o ponto mais alto de demanda, respondendo por 11% das importações mundiais de arroz. Atualmente a demanda doméstica chinesa diminuiu, representando em 2024 somente 3% do mercado global do grão (USDA, 2024). Além do arroz, a China se destaca como maior importadora de soja, com valores totais chegando a 61,2 bilhões de dólares importados em 2022⁴¹. Carne bovina, milho, preparações alimentícias e óleo de palma integram também a lista de principais produtos

³⁹ De acordo com definição da Occupational Safety and Health Administration dos Estados Unidos, preparações alimentícias são produtos diversos não classificados em outras posições, como fermentos, manteiga de amendoim, chá embalado, especiarias moídas e preparações secas como massas, arroz e proteínas embaladas com outros ingredientes a serem preparados pelo consumidor (OSHA, s. d.).

⁴⁰ Exceto os hidrogenados, interesterificados, reesterificados ou elaidinizados.

⁴¹ De acordo com Wesz, Escher e Fares (2023), a China é responsável pela compra de 60% do total da soja comercializada internacionalmente.

importados em valores totais pela China. Sobre os maiores parceiros agroalimentares do país, destacam-se: Brasil, Estados Unidos, Tailândia, Indonésia e Austrália (FAO, 2025b).

Por fim, para além de significativa participação da China no mercado internacional, conforme destacado nesta seção, é chamado atenção também para a presença de multinacionais do setor no país, ao longo do século XXI. Conforme discutido por Zhan (2022), após a entrada da China na OMC, os mercados agroalimentares do país foram abertos para empresas do setor por meio das baixas tarifas de produtos importados. O Grupo ABCD era o principal comercializador de soja para país – uma *commodity* já relevante para China no início dos anos 2000 – sendo a maioria da importação do produto realizada por meio destas empresas. Isso implicou em um sistema descrito como “a América do Sul produz soja, a China compra soja e o ABCD vende a soja” (Zhang, 2019, p. 236, tradução nossa⁴²). Porém, a partir do fortalecimento de suas empresas nacionais do agronegócio, muitas delas estatais, e da ascensão de potências agrícolas alternativas como o Brasil, empresas multinacionais do Ocidente perderam espaço no sistema agroalimentar chinês. Em 2018 a China pôde reduzir as importações de soja dos Estados Unidos em 50%, compensando este movimento com as ofertas brasileiras e argentinas do produto (Zhan, 2022).

Ainda assim, empresas como a suíça Nestlé, a estadunidense PepsiCo, a britânica Unilever e a francesa Danone fazem parte do grupo das principais multinacionais presentes na China (Hoonstra, 2024). Com plantas produtivas no país, essas empresas estrangeiras integram o sistema agroalimentar chinês, ainda que bastante focadas em seus próprios segmentos. Em relação à venda de produto no varejo, percebe-se um domínio de empresas chinesas no país, sendo a *Mongólia Interior Yili Industrial Group Co Ltd.* a principal delas, seguida da *Wilmar International Ltd.*, *COFCO* e *China Mengniu Dairy Co Ltd* (Top..., s.d).

Finalmente, conclui-se que, fortalecido por mudanças internacionais mais amplas no setor, o sistema agroalimentar na China tem se consolidado nos últimos anos guiado pela ação estatal, o que pode ser observado a partir do crescimento de suas empresas estatais no mercado mundial de alimentos. A dominação do setor por empresas conectadas ao Estado demonstra também a relevância estratégica do setor agroalimentar para o país, aspecto que será mais profundamente explorado nas próximas subseções deste trabalho. Este processo tem suas origens ainda nos anos 1950 e nas transformações do espaço rural por parte do Estado, com reformas agrárias que favoreceram a integração do país, a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da agricultura e o transporte de seus produtos. Além disso, nota-se um duplo

⁴² “South America produces soybeans, China buys soybeans, and the ABCD sells soybeans”.

movimento a partir da liberalização dos mercados agrícolas chineses, já que, se por um lado este favoreceu a atuação de empresas transnacionais ocidentais no país no início dos anos 2000, por outro lado permitiu também a expansão das parcerias agroalimentares com outros países, destacadamente Brasil, Argentina, África do Sul e Indonésia (Zhan, 2022). Isso fortaleceu a criação de alternativas comerciais à China que, significativamente dependente de importações para alimentar sua população, pôde criar parcerias para além das hegemonias tradicionais do setor e fortalecendo novas dinâmicas no sistema agroalimentar internacional.

3.2.2 Reprodução social

Ao tratar sobre as transformações observadas a nível da reprodução social do setor agroalimentar na China, importa destacar de que forma a população chinesa se relaciona com os produtos alimentares, aspectos culturais da alimentação e o acesso a ela, bem como as mudanças nos hábitos alimentares do país. Para isso, serão analisados o avanço da subnutrição e dificuldade no acesso de alimentação saudável na China. Além disso, serão apresentadas também as principais mudanças por parte da demanda chinesa, que tem alterado significativamente o padrão de consumo de alimentos do país.

No início dos anos 2000, no biênio 2004-2006, a China possuía cerca de 7% do total de sua população em estado de subnutrição, somando mais de 93 milhões de pessoas. Já no biênio de 2020-2022, este número diminuiu para menos de 2,5% da população chinesa em estado de subnutrição, o que indica o sucesso de suas políticas de segurança alimentar neste período. Em relação ao acesso a uma dieta saudável, em 2017 o valor pago pelos chineses, de acordo com o preço de paridade de compra, era de 2,5 dólares por dia. Já em 2022, este valor subiu para 2,9. Apesar do aumento, ainda que este não seja tão significativo numericamente, principalmente se comparados aos demais países do bloco, nota-se que a parcela da população incapaz de acessar alimentos mais saudáveis diminuiu no mesmo período, passando de 16,6% do total da população para 10,9%, o que representa 232 e 153 milhões de pessoas, respectivamente (FAO, 2023). A partir disso, percebe-se um possível acompanhamento entre aumento do valor dos alimentos e o aumento de salários, fazendo com que, apesar do preço dos alimentos saudáveis terem subido neste período, uma maior parcela da população foi capaz de acessá-los.

Conforme destacado ao longo desta subseção, o problema da demanda interna chinesa por alimentos está ligado, claramente, ao tamanho de sua população. Sendo tema de políticas nacionais para segurança, a alimentação no país deve ser entendida não somente como sustento nutricional – necessário para sobrevivência humana – mas também como uma “ponte na

comunicação interpessoal”. Neste sentido, culturalmente a alimentação é compreendida como uma “combinação orgânica entre a nutrição e o cuidado com a saúde, buscando equilíbrio entre a natureza e o corpo humano; a ênfase simultânea nos atributos de cor, cheiro, sabor, modos à mesa e funções dos alimentos” (Escher, 2020, p. 153).

Com base nesta noção, percebe-se que as transformações alimentares recentes na China estão conectadas também com o desenvolvimento econômico de sua população. Juntamente com o aumento de riquezas e diversificação dos produtos disponíveis no país, principalmente para a parcela que vive nos centros urbanos, os chineses têm buscado mais qualidade naquilo que ingerem: “consumidores mudaram de ‘comer o suficiente’ (*chibao*) para ‘comer bem’ (*chihao*) e ‘comer saudável’ (*chide jiankang*)” (Zhang, 2019, p. 30, tradução nossa⁴³). A este movimento estão conectados também os diversos casos de doenças causadas por produtos animais/vegetais na China no início do século XXI, que fizeram com que o país passasse a se preocupar não somente com a quantidade produzida, mas também a qualidade de seus produtos. Neste sentido, enquanto a classe mais alta chinesa tem aumentado seu consumo de bens alimentares importados, as classes médias buscam cada vez mais produtos de maior qualidade e mais variados, integrando preocupações com a saúde humana e ambiental. A importação de alimentos por parte do governo chinês pode ser entendida também como parte desta mudança para alimentos diversos e saudáveis, onde a liberalização dos mercados agroalimentares favorece uma rápida resposta às demandas domésticas do país e auxilia no aumento da qualidade das dietas chinesas (Escher, 2020; Zhang, 2019).

Tratando da diversificação dos padrões alimentares na China dos últimos anos, a transição nutricional observada destaca o aumento do consumo de proteína animal e a diminuição de produtos tradicionais da dieta chinesa, como o arroz. Além dos produtos de origem animal, álcool, alimentos processados e guloseimas também cresceram no consumo dos últimos anos (Escher, 2020). Assim, a dieta chinesa passou de uma tradicional divisão de 8:1:1 para uma divisão 4:3:3. Isso significa dizer que, historicamente, o consumo de grãos pela população chinesa ocupava 8 partes do total de sua alimentação; carnes, aves e peixes ocupavam 1 parte; e vegetais e frutas ocupavam também 1 parte. Mais recentemente, os grãos passaram a compor 4 partes do total, com aumento do consumo de carnes (e produtos de origem animal) e frutas e vegetais (Huang, 2011). A carnificação das dietas na China é percebida também por meio do aumento *per capita* do consumo de carnes, passando de 16 kg por pessoa em 1990 para

⁴³ [consumers’ dietary habits] changed from “eating enough” (*chibao*) to “eating well” (*chihao*) and “eating healthy” (*chide jiankang*)”.

49 kg em 2018 (Wesz Jr., Escher, Fares, 2023), o que aproxima o país ao padrão alimentar de países centrais/desenvolvidos (Huang, 2011; Guo, 2020).

Conforme mencionado, o crescimento da classe média chinesa e o aumento de sua renda fizeram com que produtos ultraprocessados e de origem animal passassem a compor uma maior parte da dieta do país. A partir deste movimento, o consumo de bens alimentares *in natura* foi sendo deixado de lado, o que pode ser percebido até mesmo pelo tipo de produção camponesa/familiar no país – saindo de grãos e oleaginosas para produtos de maior valor agregado como porco, peixe, leite e frutas, por exemplo – não sendo, portanto, um movimento liderado somente pelas grandes empresas chinesas do agronegócio. Outro ponto a ser destacado no processo de transição nutricional no país é a discrepância entre os hábitos alimentares entre a parcela da população rural e urbana. Essa última teve, nos últimos anos, um significativo incremento no consumo de produtos de origem animal e vegetais e uma leve diminuição no consumo de grãos, representando de forma mais ampla as transformações alimentares observadas no país. Já a população rural, ainda que tenha aumentado, entre 1990 e 2018, o consumo de carnes, peixes e vegetais e diminuído o consumo de grãos, segue um padrão ainda mais tradicional das dietas chinesas. Além da distinção espacial – urbano/rural – a desigualdade socioeconômica atua também como definidora do padrão alimentar chinês, diferenciando as classes mais altas para a média da população (Escher, 2022).

Por fim, a alteração do consumo alimentar chinês está conectada também à entrada de novas empresas na China, compondo uma gama diversa de supermercados, conveniências e redes de restaurante que inserem novos tipos de alimentos para a população do país. Simultaneamente coexistem modelos “tradicionais” de alimentação, como feiras de rua e mercados populares com comidas típicas regionalmente, que são diferenciadas também pela origem de seus produtos. Estes são geralmente oriundos de produtores familiares, que, dentro a estrutura oligopolista produtiva no campo, se especializam na produção de verduras, legumes e peixes. Em relação à estrutura de comércio alimentar tradicional na China, a venda em varejo, destaca-se a participação direta do Estado na comercialização e abastecimento agroalimentar do país até 1989. Foi somente após esse período que redes de supermercados – nacionais e multinacionais – passaram a fazer parte da estrutura comercial do país, que, em conjunto com pequenas redes regionais, vendas familiares e feiras de rua, constroem um mercado bastante heterogêneo na China de distribuição alimentar (Escher, 2020).

3.2.3 Poder político

Ao considerar a grandeza da China – tanto a nível demográfico como espacial – bem como as diferenças internas do país a nível produtivo e econômico, a alimentação satisfatória de sua população surge como um dos principais desafios do Estado chinês. Com base em uma abordagem de autossuficiência que remonta a períodos anteriores a unificação do país, registros sobre reformas políticas chinesas já apontavam, entre 390 e 338 a.c., propostas para o controle estatal da produção e comercialização de grãos, essenciais para dieta do país. A partir disso, percebe-se a participação histórica do Estado chinês no setor agroalimentar, tanto a nível central quanto a nível regional/provincial. A regulação da produção e comercialização de bens alimentares feita por esses governos aponta para a importância estratégica do setor para o cumprimento das políticas de segurança alimentar na China (Lima, Dias, 2018; Bertolini et al, 2023). Pensando nisso, importa discutir de que forma os interesses estatais são percebidos nas políticas para o sistema agroalimentar chinês, de que forma o Estado se relaciona com os demais atores e como essas políticas integram as estratégias internacionais do país para o setor.

De acordo com Escher (2022), a relação do Estado chinês para com o setor agroalimentar passou do chamado “grande compromisso”, estabelecido por Deng Xiaoping ainda em 1978, para uma “aliança tensa” a partir de Hu Jintao, em 2003. Essa transformação no pacto político existente ocorre pelas transformações também do contexto em que a produção agroalimentar chinesa está situada, de um momento de abertura para modos capitalistas de acumulação para uma estrutura já bem definida de produção no campo. Se antes a acumulação de riqueza era possível pela privatização e desapropriação de terras estatais, hoje os capitalistas do setor são altamente dependentes de inovações de alta tecnologia e produtividade para manutenção dos seus níveis de acumulação. Isso significa dizer que, com a ascensão da “aliança tensa” no início do século XXI, o caminho percorrido pelo capital se inverteu, já que antes era o excedente agrícola e a desapropriação no campo que sustentava o processo de industrialização e urbanização das cidades e agora é o Estado que direciona o excedente industrial para colaborar na modernização da agricultura chinesa.

Partindo, portanto, de uma ampla participação estatal no campo – seja de forma direta, por meio das empresas estatais do agronegócio, seja pelo incentivo e financiamento de empresas privadas/produtores familiares – importa compreender quais são os princípios das políticas para o setor. Conforme largamente discutido até aqui, a segurança alimentar na China é, historicamente, um dos principais objetivos do país, compreendendo a conexão entre alimentação e a soberania de um governo (Lima; Dias, 2018). Porém, “segurança alimentar”

(*shiwu anquan*) na China é frequentemente associado ao termo *liangshi anquan*, que significa “segurança de grãos”. O foco dado ao governo a este grupo alimentar específico é resultado de uma compreensão tradicional que, durante décadas, associava a autossuficiência chinesa com a independência produtiva de grãos – incluindo arroz, trigo, milho, feijão e tubérculos – devido às estruturas culturais, políticas e econômicas historicamente construídas na China. Desconfianças internacionais originadas ainda no período pós-Revolução constituem também parte relevante dessa política no país⁴⁴ (Zhang, 2019).

Para além das desconfianças para com o mercado internacional, as políticas de autossuficiência chinesa se relacionam também com percepções mais amplas do sistema internacional, que, no início do século XXI, culpabilizaram a China e outros países em desenvolvimento como contribuintes da crise alimentar de 2008 (Zhang, 2019). Assim, neste mesmo ano o governo chinês lançou seu primeiro Plano de Segurança de Grãos de Médio a Longo Prazo (2008-2020), que tinha como objetivo elevar a taxa de autossuficiência do país para mais de 95%, ou seja, 95% dos grãos consumidos no país deveriam ser produzidos domesticamente⁴⁵. Neste momento, são considerados somente arroz, trigo e milho, já que a soja é retirada deste tipo de política ainda em 2004, devido ao caráter de seu cultivo (intensivo) e a incapacidade chinesa de produzir soja suficiente para sua crescente demanda. É também em 2004 que é instaurada a Política de Preço Mínimo de Compra de Grãos (PMCG) que serve como incentivo para a produção doméstica de grãos. Tal medida tornou o preço destes produtos na China mais altos do que a média internacional devido o mínimo fixado pelo governo e o aumento do custo da mão de obra e fertilizantes. O que do ponto de vista do consumidor pode ser visto como negativo colaborou para a manutenção da produção de grãos, incentivando aqueles que a produzem a manter altos níveis dos produtos (Zhang, 2016; Escher, 2022).

De acordo com Zhan (2022) é possível resumir a estratégia contemporânea da China no que tange o setor alimentar em seis componentes-chave, são eles: (a) diversificação de origens de importação; (b) melhoramento da estrutura de abastecimento alimentar no país, considerando redes comerciais e infraestrutura logística; (c) compra e desenvolvimento de tecnologia agrícola moderna; (d) incentivo ao investimento agrícola no além-mar; (e) participação e influência na governança global alimentar; e (f) manutenção de um elevado nível de produção doméstica.

⁴⁴ Exemplo disso foi o período entre 1959 e 1961, em que a China enfrentava uma grave crise fome e sofreu embargos alimentares por parte dos Estados Unidos para a compra de grãos no mercado internacional, durante o conflito ideológico da Guerra Fria (Zhang, 2019).

⁴⁵ Neste mesmo sentido, em 2006, o governo chinês implementou uma política de “linha vermelha” para terra arável, fazendo com que no mínimo 120 milhões de hectares no país fossem destinados para a produção de grãos (Zhang, 2016).

Como principal ferramenta para realização destes princípios está o investimento estatal, as políticas de preços para produtos estratégicos e a revogação de tributos agrícolas⁴⁶. Entre 2004 e 2020 os investimentos diretos para o setor, principalmente em forma de subsídios para grãos e maquinário tiveram um crescimento de 11,6 vezes em termos reais, aumentando de 2,1 bilhões de dólares para 24,3 bilhões de dólares (Guo, 2020).

A nível legislativo, a China implementou uma série de leis que incentivaram a produção e auxiliaram na garantia da segurança alimentar do país, entre elas: Lei Agrícola; Lei de Administração de Terras; Lei de Prevenção e Controle da Poluição do Solo; Lei de Conservação do Solo e da Água; Lei de Contratos de Terras Rurais; Lei de Popularização da Tecnologia Agrícola; Lei de Promoção da Mecanização Agrícola; Lei de Sementes; Lei de Qualidade e Segurança dos Produtos Agrícolas; Lei de Quarentena de Entrada e Saída de Animais e Plantas; Lei das Cooperativas Especializadas de Agricultores; Regulamentos sobre a Proteção de Terras Agrícolas Básicas; Regulamentos sobre a Recuperação de Terras; Regulamentos sobre Administração de Pesticidas; Regulamentos sobre Quarentena de Plantas; e Regulamentos sobre a Administração da Circulação de Grãos (SCIO, 2019).

Ainda que de forma bastante resumida, a lista de leis e normas estabelecidas pelo governo chinês nos últimos anos reforça o discutido por Bertolini et al (2023). De acordo com os autores, o processo de governança alimentar da China é baseado por uma grande quantidade de leis, o que demonstra o poder do planejamento estatal para este setor; e procedimentos menores para gestão de crise, a fim responder ações não tão assertivas que não estão contempladas nos planos nacionais mais amplos. Dessa forma, é possível perceber que a ação estatal chinesa para o setor agroalimentar é guiada, notadamente, por planos estratégicos estatais a longo prazo. A preocupação histórica da China em alimentar seu próprio povo, aliada ao papel central desempenhado pelo setor agrário chinês, fizeram com que políticas e incentivos fossem dados a este setor a fim de que os níveis de produção se mantivessem altos (Zhan, 2022).

A respeito da participação das políticas nacionais chinesas no sistema agroalimentar internacional, ou ainda, na forma em que a China pretende se posicionar internacionalmente, percebe-se que a estratégica chinesa de intervenção no setor agroalimentar nacional atua em duas frentes distintas. Se por um lado o apoio à internacionalização aproxima a classe capitalista do setor para perto do Estado, fornecendo-os mais mercados para seus produtos e “novos canais de acumulação”, o apoio às DHE e empresas estatais do agronegócio posiciona a China como

⁴⁶ Nota-se que alguns desses impostos agrícolas existiam na China há cerca de dois mil e seiscentos anos, e foram abolidos em 2006 a fim de reduzir a carga imposta aos agricultores (China, 2008; SCIO, 2019).

um importante *player* internacional no setor, com maior influência econômica e política (Escher, 2022). De acordo com Zhang (2019), os principais objetivos políticos chineses a nível global são: (a) trazer tecnologias avançadas e capital estrangeiro para modernização da agricultura do país; (b) expandir exportação de frutas, vegetais e produtos de aquicultura, gerando lucros para o agronegócio chinês; (c) suplementar a produção doméstica de alimentos e controlar cadeias produtivas além-mar; (d) expandir a produção de alimentos global e (e) contribuir para um sistema agroalimentar estável e favorável.

Dentre estes objetivos, o Estado chinês e suas estatais do agronegócio são entendidos como os líderes deste processo, já as empresas privadas são destinadas à realização de investimentos estrangeiros no setor, aliadas à estratégia de “*going out*” da China. Tais investimentos se dão por meio da compra de terras, contratos de processamento, *joint ventures* e construção de infraestrutura e logística para produtos agrícolas (Zhang, 2019; Escher, 2020). Neste mesmo sentido, entre 1996 e 2019, em parceria com a FAO, a China investiu cerca de 17,3 bilhões de dólares em agricultura em territórios estrangeiros, com mais de 20 acordos multilaterais de Cooperação Sul-Sul para este setor e envio de 1.100 técnicos especialistas chineses para programas de agricultura desenvolvidos em parceria com a FAO (SCIO, 2019).

3.3 Conclusão

A partir deste capítulo foi possível compreender mais a fundo as características de China e Rússia no que diz respeito ao sistema agroalimentar contemporâneo. Fazendo ambos parte da categoria “membros transformadores” do BRICS, destaca-se que tal classificação ocorre principalmente devido ao posicionamento destes países na atual ordem hegemônica, não sendo, portanto, uma categoria entendida enquanto retrato da realidade observada de forma literal. Tal distinção se torna necessária uma vez que ambos os países, por mais “propositivos” que sejam, buscam alternativas ao atual ordenamento agroalimentar internacional ainda dentro deste sistema, ou seja, não necessariamente questionam seus elementos formadores – como a corporativização, o aumento do consumo de alimentos processados e a diferenciação por marcas e certificações. Pelo contrário, tais tendências aparecem também nos casos russo e chinês, reflexão que será mais profundamente desenvolvida ao longo do capítulo 5.

De todo modo, China e Rússia tem se destacado como países que buscam, nos últimos anos, alterar a hegemonia ocidental do setor – neste caso, controlada principalmente por Estados Unidos e Europa. Essas alterações podem ser observadas tendo como pano de fundo as categorias de análise aqui estabelecidas. No que diz respeito ao processo de transição agrária,

China e Rússia tiveram momentos de coletivização de terras em seu processo histórico que, com a abertura e integração ao sistema internacional de forma mais ampla, foram revertidos. A descoletivização chinesa foi realizada a partir do Estado, possibilitando uma reorganização e aumento da produtividade do setor, e galgando o caminho para a estrutura produtiva agroalimentar chinesa, considerada uma estrutura oligopolista com atores estatais e privados. Já na Rússia, a descoletivização não representou uma transformação da organização produtiva liderada pelo Estado, que retomou sua participação mais direta no setor somente no início dos anos 2000, com ascensão de Putin e o *boom* das *commodities*. Porém, assim como a China, a estrutura produtiva russa é amplamente influenciada pelas relações de poder entre o governo e o chamado agronegócio, demonstrando a conexão entre ambas as classes.

A respeito da acumulação de capital, o setor agroalimentar chinês e russo foram considerados como amplamente concentrados, com um relevante papel desempenhado pelas empresas estatais nacionalmente. Além disso, é percebida a influência do Estado na lógica internacional do setor, que, com incentivos (fiscais ou políticos) direcionados, acabam por contribuir com a acumulação de capital. Em relação ao poder nacional do setor de cada um dos casos, nota-se que a existência de multinacionais do agronegócio nos territórios russo e chinês não necessariamente implica no enfraquecimento de suas empresas nacionais. Investimentos em insumos e tecnologia são percebidos em ambos os países como estratégias para a independência nacional, buscadas no ponto de vista produtivo e distributivo.

Sobre movimentos de transição nutricional, os cenários de Rússia e China se distinguem. Estando a primeira em um momento “mais maduro” de suas transformações alimentares, não é percebido mudanças significativas nos hábitos da população russa no que diz respeito à alimentação. Com a ascensão de políticas protecionistas, mais voltadas para o mercado doméstico, a Rússia tem aumentado significativamente seus patamares de autossuficiência e vem buscando resgatar um certo nacionalismo também naquilo que é consumido. É interessante notar também que, apesar das sanções impostas pelos países ocidentais após uma série de invasões e conflitos por parte da Rússia, o país manteve e aumentou o seu nível de segurança alimentar, fazendo com que mais pessoas tivessem acesso a uma alimentação saudável no país.

Já na China os hábitos alimentares têm se transformado significativamente nos últimos anos, sendo a carnificação das dietas o principal elemento de tais transformações. Com um salto no consumo de carnes no país, foi observado também uma diminuição relativa do consumo de grãos e aumento relevante no consumo de bens alimentares processados/industrializados.

Ademais, apesar do encarecimento das dietas saudáveis no país, observou-se também uma expansão em relação à população com acesso a estes alimentos, fazendo com que mais pessoas pudessem ter acesso às comidas saudáveis.

Por fim, no que diz respeito às políticas para o setor agroalimentar, ambos os países possuem um foco direcionado à noção de segurança e soberania alimentar. Frequentemente entendidos como opositores do bloco ocidental, Rússia e China possuem razões históricas para desconfiar do mercado internacional de alimentos e, com sua significativa população e território, políticas que visam a autossuficiência de bens alimentares básicos ganharam força nos países nos últimos anos – sendo essas consideradas políticas de Estado de fato. Além disso, as relações próximas estabelecidas com atores relevantes do setor produtivo agroalimentar marcam o cenário político neste sentido – principalmente com as DHE na China e *agroholdings* na Rússia –, que são utilizadas pelos governos centrais também a fim de alcançar suas metas estratégicas.

Parcerias “alternativas” internacionalmente, que buscam fugir das grandes corporações ocidentais, são também percebidas em ambos os casos. Com influência de relações políticas e ideológicas aproximadas, China e Rússia tem buscado criar redes de comercialização e distribuição de alimentos paralelas, buscando manter sua independência e soberania nestes mercados. Neste sentido, o estreitamento de relações dentro do BRICS representa uma oportunidade para o setor agroalimentar de Rússia e China, já que o bloco conta com a participação de outros importantes produtores e comercializadores de bens alimentares. Sendo assim, apresentadas as principais conclusões a respeito da realidade russa e chinesa, chamados aqui de “países transformadores”, serão discutidas a seguir o posicionamento dos demais países do bloco, os chamados “mantenedores”.

4 CULTIVANDO ALIANÇAS: A AGENDA DOS PAÍSES DO BRICS NO SISTEMA AGROALIMENTAR – PARTE 2

Conforme demonstrado anteriormente, o BRICS é um bloco significativo do ponto de vista das transformações globais, sejam elas dentro ou fora do setor agroalimentar. A participação de países de dimensões continentais e de ascendente relevância na governança internacional proporciona ao bloco potencial transformador da atual ordem. Sendo China e Rússia aqui considerados membros transformadores do sistema agroalimentar – tendo em vista sua própria natureza dúbia no que diz respeito à classificação enquanto Sul Global – resta agora compreender mais a fundo a agenda dos países considerados mantenedores da atual ordem, ou

seja, aqueles que por razões diversas não são capazes de propor alternativas mais explícitas ao atual sistema mas que possuem um peso significativo, tanto internamente ao BRICS como na ordem internacional de forma mais ampla.

Ainda que não sejam enquadrados como “propositivos” do ponto de vista da transformação, Brasil, Índia e África do Sul se colocam juntos à Rússia e China no quadro de relevância em diferentes etapas do setor agroalimentar internacional. Conforme discutido por Escher (2021, p. 79), suas amplas reservas de trabalho e de recursos naturais auxiliam a entender “não somente o futuro do sistema agroalimentar, mas também do próprio capitalismo”. Neste sentido, ainda que a caracterização do bloco seja aqui dividida em dois grupos distintos, o que aponta para uma atuação também descoordenada entre si na realidade empírica, os demais membros do BRICS auxiliam na concretização de relações intrabloco em diferentes etapas do setor, que acabam por impactar – ainda que indiretamente – a reorganização do sistema agroalimentar internacional. Neste sentido, serão apresentadas a seguir as principais considerações a respeito da agenda brasileira, indiana e sul-africana para o setor com base nas três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea.

4.1 Brasil

O Brasil é, historicamente, um país agroexportador. Desde sua formação, produtos agroalimentares são a principal mercadoria negociada nos mercados internacionais, sendo o setor agrícola um dos maiores responsáveis pela inserção do país na economia internacional. Ainda que 52% do total exportado, no ano de 2023, por exemplo, esteja associado à indústria de transformação – e não ao setor agropecuário⁴⁷ propriamente dito – esses bens transformados são, em sua maioria, produtos agroalimentares mais complexos, mas com baixa tecnologia agregada, dentre eles: açúcares e melaços, farinhas de soja, carne bovina e de aves⁴⁸. No setor agropecuário, que somou US\$ 81,5 bilhões de total exportado em 2023, a soja ganha destaque ao representar 65% das exportações totais deste setor – tendo dobrado o valor exportado em apenas 4 anos⁴⁹ (Brasil, 2024a).

⁴⁷ O setor agropecuário de produtos brutos representa 24% do total exportado no mesmo período, em 2023 (Brasil, 2024a).

⁴⁸ É notável que produtos mais complexos como automóveis, aeronaves e motores também fazem parte do total exportado pelo setor “Indústria de Transformação” do país. Porém, esses produtos são negociados em menores quantidades se comparados àqueles do setor agroalimentar, o que evidencia a participação deste grupo.

⁴⁹ A exportação total de soja teve um crescimento de 27,1 bilhões de dólares (valor em FOB) entre 2019 e 2023, passando de 26,1 bilhões de dólares totais para 53,2 bilhões de dólares no ano de 2023.

Sendo hoje o maior produtor e exportador de soja – além de outros produtos altamente demandados internacionalmente – o Brasil possui um papel de extrema relevância para o atual sistema agroalimentar. Conforme citado no capítulo 2 deste estudo, o país sul-americano incorpora juntamente com a China um dos complexos agroindustriais de maior impacto no atual sistema: o complexo soja-carne. Além disso, ao tratar somente das relações entre os países do BRICS, os produtos brasileiros do setor agroalimentar também se destacam intrabloco. Em 2023, a soja foi o produto mais exportado para membros do agrupamento (representando 35% do valor total exportado), seguido de petróleo e minérios de ferro em segundo lugar (18%) e carne bovina em terceiro lugar (5,3%) (Brasil, 2024a).

Dada sua relevância econômica para o setor tanto a nível internacional quanto nas relações entre os membros do BRICS, os caminhos seguidos pelo Brasil no atual sistema agroalimentar chamam atenção para novas dinâmicas do setor internacionalmente. Pensando nisso, serão investigados aqui as transformações no contexto brasileiro no que diz respeito aos processos de acumulação de capital, reprodução social e poder político no setor, que conjuntamente formam as problemáticas agroalimentares contemporâneas e auxiliam na compreensão do papel do país neste cenário internacional.

4.1.1 Acumulação de capital

Ao iniciar o debate a respeito do processo de acumulação de capital no campo e, de forma mais específica, no setor agroalimentar, torna-se necessário repensar alguns aspectos da transição agrária do país em foco. No Brasil, apesar das discussões a respeito da questão agrária terem florescido de forma mais destacada em meados dos anos 1950 e 1960, por meio do incentivo de formulações teórico-políticas da CEPAL e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o processo de transição agrária no país é frequentemente associado ao período da Ditadura Militar (1964-1985), momento em que ocorreu a chamada Modernização Conservadora da Agricultura, transformação relevante na economia política do setor que galgou espaço para a criação do agronegócio brasileiro nos moldes atuais.

Dentro deste contexto, o processo de desenvolvimento de uma agricultura capitalista no Brasil ocorre, portanto, de cima para baixo. Sendo a íntima relação entre Estado e produção agrícola um elemento histórico da configuração de poder e da construção do país – a citar os ciclos de valorização cafeeira que duraram até os anos de 1930, por exemplo – houve nos governos militares um fortalecimento das alianças estratégicas entre o poder estatal e o poder produtivo, característica que retornaria de forma mais destacada no início do século XXI.

Representado a derrota dos movimentos favoráveis à reforma agrária no país⁵⁰, o modelo de Modernização Conservadora da Agricultura, pensado pelos militares, tinha como elementos principais: (a) a integração técnica da indústria com o setor agrícola, processo realizado tardiamente no Brasil⁵¹ e que visava responder às dificuldades da urbanização do país; (b) a diversificação das exportações, com o incentivo para superação da monocultura; e (c) o aumento do total exportado, evidenciando o foco ao mercado internacional. A transição agrária liderada “de cima” é evidenciada pela significativa quantidade de políticas de incentivo fiscal e de crédito para a produção de produtos específicos. Além disso, o apoio ao setor foi realizado também por meio da captura das classes oligárquicas rurais, fazendo com que a estrutura da agricultura brasileira se tornasse bastante heterogênea, unindo pequenos, médios e grandes produtores (Delgado, 2012; Goodman; Sorj; Wilkinson, 1985).

Além disso, o processo de Modernização Conservadora também representou um período de concentração de renda no campo e intensificação de desigualdades na produção brasileira. Sobre este último ponto, Delgado (2012, p. 18) destaca que o processo de modernização e de complexificação da produção agroalimentar brasileira não se deu de modo uniforme ao longo de todo território do país. Concentrando-se nas regiões sul e sudeste, o avanço técnico para produção rural evoluiu para outras regiões – destacadamente a região centro-oeste – somente a partir 1980. Nesse sentido, a produção do Nordeste brasileiro não foi incorporada ao processo de modernização da agricultura, servindo muitas vezes como reserva de força de trabalho para os centros urbanos, o que indiretamente favorecia o setor agrícola. Ademais, a extração vegetal na região amazônica também permaneceu alheia à esta modernização, preservando um tipo de “agricultura tradicional não industrializada”.

A respeito do processo de concentração de renda no campo, este deve ser entendido como intrínseco ao aumento da produção e da produtividade do setor no país. Um dos objetivos da Modernização Conservadora, seguindo os preceitos e alianças estabelecidos pela ditadura militar do país, foi a ressignificação do latifúndio. O que era entendido como uma forma quase feudal de produção agropecuária passou a ser associado à uma “grande e moderna empresa agrícola”. Isso foi possível, entre outras coisas, pelo alto nível de incentivo e investimento por

⁵⁰ Destaca-se que diferentes modelos de reforma agrária estavam em discussão no país no período que antecedeu a Ditadura. Liderados por Celso Furtado, ministro do Planejamento da época, o governo de João Goulart (1961-1964) construiu uma aliança entre alguns desses diferentes grupos para pensar uma reforma agrária brasileira capaz de aumentar a produtividade e o fluxo de renda do campo e fortalecer o mercado interno. Este movimento, porém, foi entendido como parte da “ameaça comunista”, justificativa para o golpe militar em 1964 (Escher, 2020).

⁵¹ Em comparação, a integração entre indústria e agricultura ocorreu ainda no século XX em regiões como Europa Ocidental e Estados Unidos. No Brasil este movimento ocorreu somente entre as décadas de 1960 e 1980 (Delgado, 2012).

parte do Estado neste tipo de produção. O comando estatal do processo modernizador fez, portanto, com que as relações capitalistas na produção agroalimentar se inserissem de forma bastante rápida no país, ainda que de modo também desigual. Essa desigualdade pode ser observada do ponto de vista fiscal e creditício, já que um alto número de políticas fiscais e mecanismos de crédito rural foram estabelecidas seletivamente, a depender do tamanho da propriedade, tipos de produto e região em que a produção estava situada (Goodman; Sorj; Wilkinson, 1985). O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, atingiu seu ápice de concessões entre 1979 e 1981, pico do regime militar brasileiro, chegando ao valor de 161 bilhões de reais⁵² (Delgado, 2012). Este valor foi superado somente em 2016, com a disponibilização de 183,1 bilhões de reais para crédito rural (Brasil, 2016a).

Com a redemocratização, o contexto agrícola brasileiro caminhou em direção o estabelecimento da economia política do agronegócio⁵³. Superando o momento de “ajustes ultraliberais” do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, a segunda metade dos anos 1990 já indicaram o retorno do comércio exterior como foco central do setor agropecuário brasileiro e o próprio “relançamento do agronegócio” do país. Somado ao *boom* das *commodities*, houve no Brasil um maior investimento na infraestrutura para transporte e escoamento de produtos agrícolas, além de um fortalecimento do sistema público de pesquisas para o setor – com papel destacado da Empraba – e flexibilização na regulação do mercado de terras. Além disso, o tipo de acumulação de capital no setor agroalimentar construído no início dos anos 2000 foi fortalecido pela ascensão política da “classe agrícola”, representada pela bancada ruralista no Congresso Nacional – ou a Frente Parlamentar Agropecuária – de caráter conservador e crescentemente ideológico (Delgado, 2012; Escher, 2020).

Ao mesmo tempo em que o modelo primário exportador foi fortalecido e a acumulação pelo grande latifúndio intensificada, este período de transição incluiu também novos atores no sistema agroalimentar brasileiro, principalmente pelo fortalecimento da agricultura familiar para o abastecimento interno do país. Conforme discutido de forma mais extensa por Escher (2020), apesar da heterogeneidade da agricultura familiar existente no Brasil, mecanismos de investimento e políticas públicas focadas para este segmento materializaram a institucionalização deste tipo de produção. Alinhados com os objetivos nacionais sob os

⁵² Dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil contém informações a respeito da concessão de créditos somente até 2012, portanto, a superioridade do período citado faz referência à análise entre 1969 e 2012. Para mais informações, ver em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural

⁵³ Explicita-se aqui o uso do termo agronegócio como uma “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado”, conforme discutido por Delgado (2012, p. 94).

governos do Partido dos Trabalhadores (PT), tais políticas de institucionalização auxiliaram no estabelecimento de padrões aceitáveis de segurança alimentar e combate à fome neste período.

A fim de avançar o debate da acumulação de capital no campo no recorte aqui proposto, importa destacar as transformações observadas no setor agroalimentar brasileiro a partir dos anos 2000. Dentre estes movimentos cita-se como fundamental a corporativização do setor de forma mais evidente. Ainda que este processo tenha se iniciado nos anos 1980, destaca-se seu fortalecimento no período citado a partir da liberalização das economias periféricas e a entrada de multinacionais em diferentes fases do setor agroalimentar. No Brasil, é notável que conjuntamente com a existência de corporações nacionais de agronegócio bem estabelecidas no país, o mercado interno brasileiro é também alvo de grandes investimentos de multinacionais do setor, como Nestlé, Dreyfus, Cargill, Carrefour, entre outras. É possível notar o que Wilkinson (2009) chamou de “divisão natural de trabalho”, com firmas nacionais responsáveis por produtos básicos – sendo diversas cadeias consistentemente domésticas, como açúcar e café – e corporações transnacionais responsáveis por “segmentos de produtos de consumo da classe média”.

Ao investigar mais especificamente a evolução deste setor desde o início do século XXI, dados fornecidos pela Embrapa (2024) demonstram que o valor total produzido pelo setor agropecuário teve um crescimento de 190,2% entre os anos 2000 e 2022, passando de 398 bilhões de reais para 1,2 trilhão de reais. Da mesma forma, o total exportado pelo setor cresceu significativamente na primeira década, passando de 20,5 bilhões de reais no ano 2000 para 76,3 bilhões de reais em 2010. Na última década o total exportado pelo setor teve crescimento de 78,9%, chegando a 120 bilhões de reais em 2021. A respeito da produtividade, houve também um significativo crescimento com base no avanço tecnológico, expansão territorial e aumento da mão de obra. Sobre este primeiro elemento, de acordo com dados do último Censo Agropecuário no Brasil, de 2017, atribuíam-se à tecnologia 46,3% do total do crescimento da produção. É relevante notar, porém, a existência de seletividade com base na lucratividade para a participação plena do processo de tecnificação no campo. Ou seja, assim como os requisitos de crédito de forma mais ampla, o acesso à tecnificação da produção requer também altos níveis de volume de capital, formação educacional e gestão do empreendimento, o que significa dizer que “relativamente poucos produtores participam de volumes enormes de produção, marginalizando grande contingente de agricultores do processo” (Embrapa, 2024, n. p.).

O desequilíbrio na participação da produção pode ser observado também pelo predomínio de grandes latifúndios para a produção agroalimentar. Entre 2006 e 2017⁵⁴ houve uma diminuição de 102,3 mil estabelecimentos agropecuários no país ao mesmo tempo em que cresceram em 17,6 milhões os hectares da área total produzida. As propriedades rurais com mil hectares ou mais cresceram também em 3.625 unidades, representando em 2017 quase metade do total no país, atingindo 47,6% da área total. Sobre a especialização com foco na exportação, percebe-se um destacado crescimento da produção de soja, que se consagrou como produto agrícola mais produzido ao apresentar um aumento de 123% no total plantado e de 72% na área colhida em relação ao último censo (103 milhões de toneladas em 31 milhões de hectares) (IBGE, 2019).

O aumento na produção da soja está conectado também com o fortalecimento da exportação deste produto, notadamente para China. Em 2023, o país asiático foi destino de 73,1% do total de soja exportado pelo Brasil, somando 38,9 bilhões de dólares de um total de 53,2 bilhões (Brasil, 2024a). Se comparados o valor total de produtos agropecuários brasileiros exportados para China entre 2009 e 2024, nota-se um significativo crescimento de 23,9 bilhões de dólares, passando de 6,4 bilhões para 30,3 bilhões de dólares (valores FOB). Além da China, as exportações agropecuárias brasileiras aumentaram também com os demais parceiros do BRICS, tendo um crescimento de 1.131% para Rússia, 1.476% para Índia e 298% para África do Sul (Brasil, 2024a).

Por fim, em relação a participação brasileira na produção agropecuária mundial, buscando compreender como o Brasil se coloca neste mercado de forma mais ampla, destaca-se a grande participação do país em produtos básicos/brutos deste setor. O Brasil é hoje o maior produtor de soja, café, suco de laranja e açúcar, sendo também o maior exportador de produtos – além de carne bovina e carne de frango, sendo o segundo maior produtor para ambos. Consequentemente, o Brasil se destaca no domínio do mercado mundial de exportação destes produtos, conforme dados disponibilizados pela USDA e apresentados pela CNA (2024).

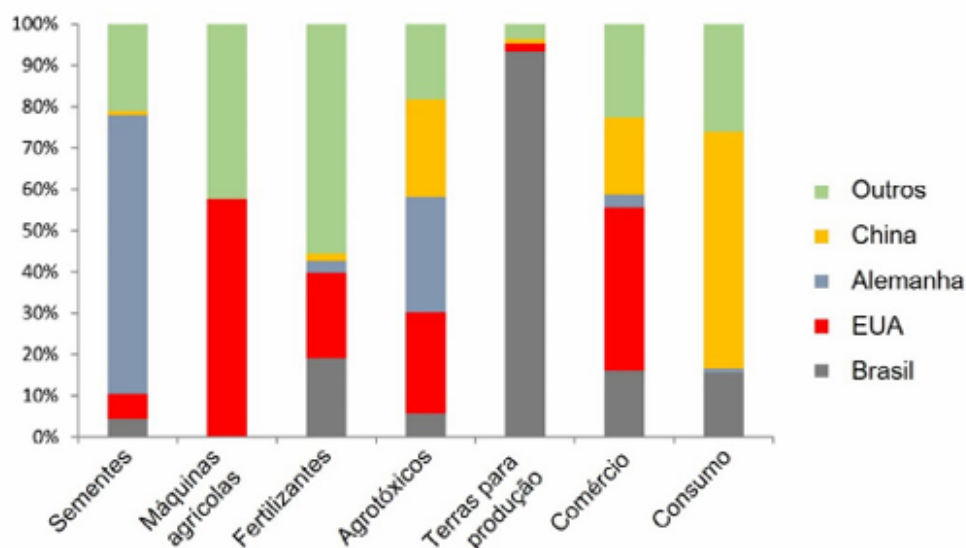
Ainda que o total de participação do mercado mundial represente números significativos, nota-se que todos os produtos citados são considerados brutos, de pouca complexidade e baixo valor agregado. Além disso, a presença das grandes corporações transnacionais do setor chama atenção para a real participação de capital brasileiro no sistema agroalimentar nacional. Como forma de exemplificar tal realidade, tratemos da cadeia produtiva da soja, um dos principais produtos internacionais para o Brasil contemporaneamente.

⁵⁴ Anos de lançamento dos últimos Censos Agropecuários disponível até a data desta pesquisa.

Conforme discutido de forma detalhada por Medina (2021) e Medina e Tomé (2021), grupos brasileiros detinham somente 8,7% da quota de mercado da etapa de sementes de soja; 19,2% de fertilizantes; 5,8% de agrotóxicos; 0,2% de maquinário; 16,1% da agroindústria. Custo de terra e mão de obra representavam o maior valor relativo, sendo de 93,4% e 100% do total de participação.

Além da produção, grande parte da comercialização da soja está sob domínio das gigantes do setor, o Grupo ABCD. Mais recentemente, passou a compor este grupo de principais comercializadores de soja brasileira a COFCO International, empresa estatal chinesa com negócios e participação crescente no mercado brasileiro. A partir dos dados apresentados, nota-se que houve um crescimento de 20,6% do total de participação estrangeira no controle da comercialização de soja do país em 5 anos, passando de 69,3% em 2015 para 83,9% em 2020. No período analisado, somente os grupos brasileiros Amaggi e Cutrale mantiveram ou aumentaram sua participação no total do mercado, tendo as demais empresas brasileiras diminuído sua participação (Medina, 2021). Ainda que esta análise seja referente apenas à cadeia produtiva da soja, chamam atenção para a “internacionalização” do principal setor econômico brasileiro. É interessante notar também que, apesar de já possuírem grande participação em todas as etapas da produção de soja, essas empresas estão investindo também em estratégias de verticalização da cadeia, desde a produção até o fornecimento de investimentos e assistência técnica (Escher, 2020). Conforme demonstrado na Figura 3, empresas dos Estados Unidos, China e Alemanha se destacam como fonte das principais multinacionais do setor no Brasil.

Figura 4 – Quota de mercado das empresas ligadas à produção da cadeia de fornecimento de soja estabelecida no Brasil em 2020 (em %).



Fonte: traduzido de Medina e Tomé (2021).

Importa, porém, destacar que, para além do alto índice de domínio internacional na cadeia de produção de soja no Brasil, o complexo da soja é entendido, de acordo com Escher (2020, p. 177) como um “instrumento de força política”. Ao mesmo tempo em que firmas transnacionais lideram esse tipo de produção, a soja auxilia na inserção internacional do país neste setor, que é fortalecida por meio de políticas de campeãs nacionais, principalmente da produção de carnes – como JBS, BR Foods e Marfrig. Dependentes da soja para rações animais, destaca-se a ambiguidade deste produto para própria indústria nacional. Isso significa dizer que ao mesmo tempo em que auxilia no desenvolvimento de empresas do setor de carnes, que se tornam líderes internacionais nesse tipo de produção, colabora também para um processo reprimarizador da economia brasileira, exportando altos volumes de soja *in natura* para países como China, sem representar necessariamente o desenvolvimento de tecnologias/insumos nacionais.

Por fim, conclui-se que o processo de acumulação de capital no sistema agroalimentar brasileiro se dá, nos últimos anos, a partir de um processo intenso de concentração produtiva, especialização e liberalização econômica. Sobre este primeiro ponto, reforça-se o aumento do latifúndio e as facilidades deste tipo de produção ao acesso à subsídios e tecnificação. Este elemento se relaciona também à especialização produtiva, que, com foco destacado para o comércio exterior, se beneficia da monocultura – principalmente de soja, milho e pecuária. Além disso, a liberalização econômica no setor se dá pela forte participação de corporações

multinacionais, tendo aumentado suas participações nos anos recentes. Ainda que este processo possa ser entendido como parte de uma tendência internacional crescente – de neoliberalização, principalmente em países periféricos – a corporativização agroalimentar no Brasil pode ser traçada também a partir da transição agrária do país, a qual, estabelecida de cima para baixo, fortaleceu grandes produções e criou condições para o estabelecimento da chamada “economia política do agronegócio”. Portanto, a participação brasileira no sistema agroalimentar internacional se dá principalmente como fornecedora de recursos naturais – incluso os próprios alimentos – e de terra produtiva, estando o Brasil seguindo a lógica corporativista (privada) do atual sistema internacionalmente.

4.1.2 Reprodução Social

Conforme discutido anteriormente, a reprodução social do setor agroalimentar está conectada ao debate sobre as transformações alimentares de um país, sua transição nutricional e sua relação cultural com a alimentação. Esses elementos são capazes de determinar, por parte da demanda, as relações agroalimentares entre produtores, comerciantes e consumidores finais deste setor. Neste sentido, será abordado a seguir as principais características das mudanças alimentares do Brasil nos anos recentes, a fim de verificar, posteriormente, de que forma a problemática social altera o papel do país e do BRICS, de forma mais ampla, no atual sistema agroalimentar internacional.

De acordo com dados do Relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (FAO, 2023) há uma tendência internacional de diminuição da porcentagem da população subnutrida desde 2005, o que indica o acesso a níveis saudáveis à alimentação básica para segurança nutricional. Porém, a partir de 2020 observa-se o retorno do aumento desse índice, impactado, entre outras coisas, pelo estremecimento de conflitos internacionais e pelas consequências da pandemia de covid-19. Dentro deste cenário o Brasil, que desde o início dos anos 2000 teve como pauta doméstica principal o combate da fome e da insegurança alimentar, apresentam uma contradição neste tema. Se por um lado a mal nutrição da população brasileira diminuiu entre os biênios de 2004-2006 e 2020-2022 – passando de 6,5% para 4,7% do total da população – a insegurança alimentar cresceu significativamente. Nos últimos anos, o total da população considerada em situação de insegurança alimentar severa passou de 1,9% da população entre 2014-2016 para 9,9% entre os anos de 2020 e 2022, avançando de 4 milhões para 21,1 milhões de brasileiros.

Ainda a respeito deste panorama geral sobre o consumo alimentar no Brasil, destaca-se que o custo de uma dieta saudável no país custava, em 2017, 2,8 dólares por pessoa por dia⁵⁵. Já em 2021, este valor subiu para 3,3 dólares por pessoa por dia, um crescimento de quase 18% em 4 anos. Consequentemente, 22,4% do total da população brasileira era considerado incapaz de comprar alimentos para uma dieta saudável em 2021, representando cerca de 48 milhões de pessoas. Neste mesmo sentido, crescentes são os estudos sobre o surgimento de desertos alimentares em diferentes regiões do Brasil⁵⁶, locais em que uma significativa parcela da população não consegue acessar uma alimentação saudável devido as questões econômicas, mas também socioespaciais.

Para além de questões estruturais do consumo alimentar no Brasil, nota-se que os hábitos alimentares dos brasileiros seguem, majoritariamente, uma estabilidade e continuidade estrutural. De acordo com Escher (2020), as principais transformações nos hábitos alimentares brasileiros se dão por meio de fatores do lado da oferta e não necessariamente da demanda – ainda que uma nova classe trabalhadora nos últimos anos tenha entrado de forma mais destacada para o mercado de consumo. Historicamente os hábitos alimentares brasileiros foram construídos com base na miscigenação do país, incorporando elementos das dietas dos povos originários, dos negros escravizados e dos colonos europeus. Ao longo dos anos, apesar das diferentes influências regionais e das variações de renda entre a população, a base da alimentação segue um padrão tradicionalmente estabelecido: arroz, feijão e carne. Outro elemento interessante no caso brasileiro é a distinção da população de uma alimentação saudável. Neste sentido, tem-se como hábito a compra de produtos *in natura* para o preparo doméstico e, caso a alimentação ocorra fora do domicílio, prevalece a lógica de buffet com reproduções de alimentos caseiros e variações de tradições regionais.

Este padrão pode ser percebido a partir dos estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) em sua Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil, publicado em 2020. Apesar de variações, os níveis de consumo de arroz, feijão e vegetais se mantiveram relativamente estáveis, sendo estes, junto com o café, os principais componentes da alimentação média da população do país. Em relação aos tipos de produtos consumidos, mais da metade das calorias advém de alimentos *in natura* ou minimamente processados, representando 53,4% do total consumido; 15,6% das calorias são fornecidas por ingredientes culinários processados, 11,3% de alimentos

⁵⁵ Valores ajustados de acordo com a paridade de poder de compra.

⁵⁶ Estudos de Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro podem ser vistos em: Santos de Oliveira et al (2021), Grilo et al (2022) e Andretti et al (2023).

processados e 19,7% de alimentos ultraprocessados. Estes números destacam o padrão de estabilidade nutricional brasileira e a preferência de alimentos menos processados. A fim de corroborar com tal argumento, o estudo mostrou ainda que índices de consumo proteína, carboidrato e gordura na ingestão de energia não variou significativamente desde o início dos anos 2000. Marcadores negativos da qualidade da dieta, como pizza, doces e salgados fritos são maiores nas parcelas de renda mais alta da população, não alterando significativamente o padrão alimentar do país.

Por fim, apesar de ainda não serem empiricamente demonstradas nas pesquisas realizadas sobre o consumo alimentar brasileiro, importa destacar um movimento em ascensão que impacta na transição nutricional pelo lado da demanda. Esse movimento tem como principais atores ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais e igrejas que incentivam e buscam redes alimentares alternativas, defensores de uma produção orgânica. Movidos principalmente pelo aumento no consumo de agrotóxicos no Brasil, que desde 2008 ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de maior consumidor⁵⁷, este movimento abdica pelo acesso à produtos mais saudáveis, tanto para saúde humana quanto para o meio ambiente. Essa relação pode ser entendida a partir da consideração de que do agrotóxico pulverizado nas lavouras, somente 32% atua diretamente na plantação, enquanto 49% vão para o solo e 19% permanecem no ar. Nesse sentido, tem crescido no Brasil movimentos sociais contrários às práticas agroalimentares modernas, pautadas pelo alto uso de agrotóxicos, monocultura e baixa diversidade (Escher, 2020).

Finalmente, ainda conectada com o processo de consumo final de bens agroalimentares, as formas tradicionais de comercialização e distribuição de alimentos coexistem com formatos emergentes alternativos, como feiras de bairro, indústrias artesanais e lojas de produtos e lanches regionais. No Brasil, tem-se expandido o número de supermercados de redes domésticas, estando as empresas multinacionais conectadas mais à oferta por hipermercados, geralmente presentes em grandes centros. Nesse sentido, empresas nacionais tem se mantido como atores importantes de distribuição de alimentos no país, de maneira independente ou de atuação em rede/associação, fazendo com que o cenário de distribuição de alimentos no país se mantenha heterogêneo, já que estes, de acordo com Escher (2020, p. 188), servem “diferentes consumidores em lugares distintos, ou até os mesmos consumidores em diferentes momentos”, mantendo, portanto, o equilíbrio no abastecimento alimentar no país.

⁵⁷ A monocultura é entendida como uma das principais causas do aumento de agrotóxicos utilizados no Brasil, já que são mais propícias ao uso de sementes transgênicas e transmissão de pestes e doenças nas lavouras bem como uma maior resistência de insetos, ervas daninhas e fungos (Escher, 2020).

4.1.3 Poder político

Formando a tríade das problemáticas da questão contemporânea do sistema agroalimentar, a partir das relações políticas é possível compreender mais profundamente as alianças existentes no setor agroalimentar, qual é o papel do Estado no incentivo da produção e controle da comercialização destes produtos bem como as dinâmicas de poder estabelecidas no setor que influenciam a sua estrutura. Pensando nisso, serão apresentadas a seguir as principais políticas públicas realizadas pelos governos brasileiros que interferem na produção, circulação e produção agroalimentar, tanto a nível doméstico quanto a nível internacional.

Conforme destacado, a participação do Estado é tida como essencial para compreensão das políticas alimentares em um país que, por sua vez, impactam diretamente na criação e manutenção de sistemas agroalimentares específicos nacionalmente. De acordo com Sonnino et al (2016), os Estados são estratégicos para este setor pois atuam na regulação, investimento e fiscalização agroalimentar. Levando em conta seu mandato público, ou seja, o dever em agir com base nos interesses também públicos de segurança alimentar e nutricional, a ação estatal em políticas alimentares se destaca como elemento central para este tipo de análise. Conforme discutido anteriormente, os anos 1990 foram marcados por dois momentos distintos: o período de ajustes ultraliberais na economia brasileira sob o primeiro mandato de FHC e o retorno à estratégia de crescimento pela exportação, ainda no final dos anos 1990. É neste segundo momento em que o Estado retorna de maneira mais efetiva – se comparado ao período anterior – no estabelecimento de políticas para aumento da produção e exportação nacional no Brasil, que acarreta, entre outras coisas, na transformação do país em líder internacional da produção de bens alimentares: “o celeiro do mundo” (Grisa; Porto, 2023).

De acordo com o resgate histórico de políticas alimentares realizado por Grisa e Porto (2023), estabelece-se que o período iniciado nos anos 2000 se apresenta como um momento de contradições na elaboração de políticas sobre o setor agroalimentar. Na esteira das transformações do final da década de 1990, o Brasil retomou como eixo central de sua produção alimentar a exportação de bens primários, principalmente do setor agropecuário. Neste sentido, ao mesmo tempo em que foram adicionados atores e direitos na produção de alimentos – com a institucionalização da agricultura familiar, por exemplo – a reprimarização e concentração na produção agrícola exportadora se consolidou. De acordo com as autoras, algumas políticas que se destacam deste período são:

O fortalecimento do Pronaf [*Programa Nacional de Agricultura Familiar*], do Garantia Safra, da assistência técnica e extensão rural e do crédito fundiário, e a criação dos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Bolsa Família, seguro da agricultura familiar, das políticas de garantia de preços para a agricultura familiar e garantia de preços para produtos da sociobiodiversidade (PGPMBio), dos Programas Um Milhão de Cisternas e Uma Terra Duas Águas, da Política e Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica, e do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Também notamos as mudanças na alimentação escolar, o estabelecimento do Guia Alimentar para a População Brasileira, as diversas iniciativas de educação alimentar que permearam outras políticas públicas, a recuperação do salário-mínimo (e, em especial, sua repercussão ao público da Previdência Social), o aumento do nível de emprego formal e outras iniciativas de redução da pobreza (Grisa; Porto, 2023, p. 12).

Além disso, são destacadas agendas mais gerais do governo federal que apresentam a alimentação e a produção agrícola como eixos fundamentais para o desenvolvimento do país, sendo considerados como planos arrojados para a obtenção dos níveis propostos pelas Metas do Milênio da ONU. Projetos como Fome Zero, em 2003 a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006, e a definição dos Planos e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2010, representam este movimento por parte do Estado. Sob os primeiros governos de Lula (PT) pretendeu-se construir no país um bloco social conciliador, que contemplassem os interesses das diferentes classes brasileiras. Para isso, o setor agroalimentar passou a focar ainda mais na exportação de bens primários, na internacionalização de suas campeãs nacionais do setor e no consumo doméstico seguro/estável (Grisa; Porto, 2023; Escher, 2021).

Importa destacar o papel central da alimentação e da produção agroalimentar para o Brasil no início dos anos 2000 a partir da sua conexão com o desenvolvimento de forma mais ampla. Buscando o fim da desigualdade e da fome no país, programas como o Bolsa Família, mecanismo de transferência de renda institucionalizado em 2004, colaboraram para o maior e melhor consumo de bens alimentares no país. A respeito disso, destaca-se que, de acordo com Escher (2020), 80% do valor transferido pelo Bolsa Família é destinado para a compra de alimentos, o que indica a relevância de políticas públicas para a obtenção de níveis mínimos de segurança alimentar e nutricional.

Outro ponto importante no processo de incentivo e auxílio à produção agrícola brasileira neste contexto foi a institucionalização da agricultura familiar. Apesar de já existir desde 1970, o debate acerca da produção orgânica e ecológica ganhou força ainda no início dos anos 2000, com publicação da Lei 10.831, de 2003, para regulação de normas para produção e comercialização de produtos orgânicos. Este movimento é associado, como discutido anteriormente, à demanda de movimentos sociais com pautas ambientalistas e de qualidade

alimentar, prezando por alimentos livre de agrotóxicos e com menor impacto ao meio ambiente. Foi somente em 2012, porém, que políticas direcionadas especificamente para o tema ganharam força no Brasil por meio do estabelecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), garantindo políticas de incentivo para esse tipo de produção. Essa política recebeu o reconhecimento da FAO por seu ineditismo e, apesar de ter tido suas instâncias de gestão política extintas em 2019, ela retoma suas atividades e comissões responsáveis em 2023, fortalecendo a participação da sociedade civil na governança agroecológica (Brasil, 2023a; Escher, 2020).

Apesar dos avanços políticos e institucionais no setor agroalimentar voltado para o consumo interno – principalmente por meio da agricultura familiar – é possível notar as contradições na atuação brasileira no que tange o setor de forma mais ampla. Isso porque, simultaneamente ao crescimento de relevância brasileira no sistema agroalimentar internacional – em que o Brasil se torna importante exportador de *commodities* – o país ainda estava atuando internamente em questões básicas como o acesso ao alimento. Tal movimento demonstra, em partes, as contradições do modelo agroexportador no sistema agroalimentar hegemônico e que, no caso do Brasil, representa um processo ambíguo:

Por um lado, é sustentado um discurso e uma institucionalidade em que a segurança alimentar e nutricional aparece como diretriz estratégica no combate à pobreza e à desigualdade, ao vincular o fortalecimento da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos tradicionais ao direito humano à alimentação adequada, saudável e acessível a toda a população. Por outro lado, é praticado um regime de política macroeconômica e agrícola liberalizante que privilegia a grande agricultura capitalista altamente concentradora da terra e da renda, orientada à exportação, intensiva no uso de agrotóxicos danosos à saúde e ao ambiente e perpetradora das desigualdades que supostamente deveriam ser combatidas (Escher, 2020, p. 192).

Neste sentido, ao mesmo tempo em que foram estabelecidas políticas focadas para a segurança alimentar, abastecimento nacional e aumento de exportação de *commodities*, foi observado também o fortalecimento de alianças políticas no setor agroalimentar pensadas para o avanço da produção em massa para exportação e a “conciliação de classes”. Ora, uma vez que o agronegócio se torna eixo central para o desenvolvimento do país, seja pela produção externa seja para o combate a fome domesticamente⁵⁸, atores deste setor passam a ter um papel fundamental na política brasileira. Assim, conforme debatido anteriormente, a criação de uma economia política do agronegócio no Brasil se relaciona também com a manutenção da relação

⁵⁸ Importa destacar que, de acordo com a literatura existente (Escher, 2020; Grisa; Porto, 2023; Delgado, 2012), a agricultura familiar é a maior responsável pela produção agroalimentar doméstica. De todo modo, o agronegócio enquanto setor produtivo foi tradicionalmente associado à esse objetivo, o que explica o uso desta frase no texto.

de proximidade entre o Estado e o setor produtivo privado. Relacionado também com a ascensão de uma classe política forte e com o foco para a produção de *commodities*, o pacto com o agronegócio é entendido como gerador de contradições para as políticas alimentares defendidas, já que sua expansão reduz a produção de alimentos para abastecimento interno; aumenta índices de uso de agrotóxico, desmatamento e poluição; e aumenta o número de conflitos socioambientais no país (Grisa; Porto, 2023; Delgado, 2012).

Assim, os debates acerca das políticas para o setor agroalimentar no Brasil passam a ser vistos como com duas visões contrárias: o agronegócio e a agricultura familiar. Para além de discorrer sobre as implicações mais profundas destas duas vertentes na sociedade brasileira, importa destacar que o avanço de políticas para ambas as “opções produtivas” no Brasil demonstra a heterogeneidade e ambiguidade neste processo. Mais recentemente, a aliança dos setores políticos ligados ao agronegócio – formando a chamada Bancada BBB⁵⁹ durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) – chamam atenção para o desmantelamento das políticas destinadas ao modelo familiar de produção agroalimentar e, por outro lado, o fortalecimento do próprio agronegócio, conforme analisado mais profundamente por Grisa e Porto (2023). A construção de um imaginário pró-agronegócio é entendida como parte das políticas para este setor, que, de forma conjunta ao poder público e ações por parte do Estado, fortalecem o “mito e sua idolatria”, representados pela máxima “o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo”⁶⁰ (Delgado; Leite, 2022).

Tratando sobre as relações internacionais, as políticas alimentares brasileiras podem ser observadas pela liderança do país na discussão destes temas em organizações sob o guarda-chuva da ONU, como a OMC e a FAO. Na OMC, destaca-se a vitória brasileira em disputas contra os Estados Unidos e a União Europeia – importantes hegemonias do setor – ao longo dos anos, representando também uma forma de vitória do Sul Global. A criação do G20 pode ser entendida como parte deste mesmo contexto, já que países como Brasil adquirem, neste cenário, a capacidade de estabelecer agendas internacionais estratégicas. Porém, é notória a atuação brasileira de forma a manter a ordem liberal estabelecida no sistema agroalimentar, uma vez que advoga em prol da globalização e liberalização de mercados globais para seus produtos. Abraçando o modelo agroexportador, este movimento é entendido também como

⁵⁹ Esse termo se refere à Bancada Boi, Bala e Bíblia, coalizão de parlamentares no Brasil que representam os interesses do agronegócio (boi), setores armamentistas (bala) e grupos religiosos conservadores (bíblia). O termo ganhou força durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) em que a aliança entre estes grupos se fortaleceu (Lapper, 2021).

⁶⁰ A frase faz parte de material publicitário, feito pelo governo federal, que demonstra os benefícios do agronegócio. As publicidades são apresentadas na TV aberta, o que tornou a frase célebre entre a sociedade brasileira (Delgado; Leite, 2022).

consequência do crescimento de relevância política – interna e externamente – da classe política do agronegócio do país (Hopewell, 2013).

A partir dessa interpretação, um posicionamento mais agressivo nas negociações sobre agricultura na OMC pôde ser observado na conduta brasileira a partir dos anos 2000. Fazendo parte da estratégia de desenvolvimento nacional, disputas envolvendo a exportação de algodão para os EUA e açúcar para UE foram ganhas pelo Brasil em 2005. Esta vitória representou “a primeira vez que um país em desenvolvimento desafiou com êxito os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos”, e gerou debate a respeito da inconsistência entre o protecionismo dos países do Norte Global e as próprias regras da OMC (Hopewell, 2013, p. 7, tradução nossa⁶¹). Para além dos efeitos materiais deste caso – com a expansão de mercados internacionais para o agronegócio brasileiro – as consequências foram também simbólicas, representando a ascensão de atores do Sul Global na governança global sobre o tema. Junto com a Índia, o Brasil compõe uma ofensiva para os objetivos no setor agrícola também no âmbito do G20, com relações políticas consistentes e expertise técnica para a negociação destes temas a nível internacional.

De acordo com a Estratégia de Comércio Exterior (ECE) publicada em 2023 pelo governo federal, o Brasil tem como eixos temáticos para este tema: sua competitividade exportadora; integração econômica; desburocratização e facilitação do comércio exterior; comércio e sustentabilidade; e combate a práticas desleais e ilegais de comércio. Dentre estes eixos, destacam-se as políticas de apoio oficial à exportação, entendidas como essenciais para a competitividade do país. De acordo com o relatório, pretende-se expandir o valor de créditos disponibilizados, seguindo também o padrão internacional segundo análises da OMC. Além disso, conteúdos didáticos e de facilitação de exportação também são vistos como essenciais neste eixo, já que “por meio da difusão da cultura exportadora intenciona-se ampliar a participação dos produtos brasileiros no mercado externo” (Brasil, 2023b, p. 10).

Por fim, acordos internacionais também são contemplados pela ECE e fazem parte das políticas para o setor agroalimentar de forma mais ampla. O Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil é o órgão responsável pelo posicionamento internacional do país sobre este tema, e por meio da participação em eventos, rodadas de investimento e negociações comerciais, atua em prol da liberalização dos mercados internacionais. Atualmente, a partir do Mercosul, o Brasil possui acordos firmados com Chile, Bolívia, Cuba, México, Peru, Colômbia

⁶¹ *[They marked the] first time that a developing country had successfully challenged developed country agricultural subsidies.*

e Equador e Índia. Acordos com União Europeia, Israel, Marrocos, União Aduaneira da África Austral e Conselho de Cooperação do Golfo estão ainda em negociação (Brasil, 2020a).

4.2 Índia

A Índia é, atualmente, o país com maior população do mundo. Com mais de 1,4 bilhão de habitantes, o país ultrapassou recentemente a China e hoje abriga cerca de 1/5 da população mundial. Com 3,2 milhões de km² de extensão, o país enfrenta, assim como demais Estados com características semelhantes às suas, o desafio de alimentar sua própria população de maneira eficiente. Após anos de dominação e colonização por parte da Grã-Bretanha, a Índia hoje ascende no sistema internacional como um país de grande relevância geopolítica e também alimentar. Apesar de um histórico tenso em relação ao setor agrícola do país, a agricultura indiana tem mantido sua participação na economia nacional na última década, atingindo, em 2022, uma porcentagem de 18,2% do total (Índia, 2024a).

Assim, o valor produzido pelo setor agrícola da Índia tem crescido nos últimos anos, ultrapassando pela primeira vez os US\$ 100 bilhões em 2003 e chegando, em 2022, a cerca de US\$ 524 bilhões produzidos pelo setor, um crescimento de mais de 420% em dez anos. Tal crescimento se deu, notadamente, a partir do aumento da produtividade da agricultura indiana, uma vez que o total de áreas cultiváveis se mantiveram estáveis desde os anos 1960. Em relação à atuação indiana nos mercados internacionais de alimentos é interessante notar que, apesar de volatilidade nos valores de importação e exportação do país, a balança de pagamentos indiana se mantém também positiva para o setor, uma vez que exporta mais do que importa. Na última década o valor total exportado pelo país cresceu mais de 150%, passando de 18 bilhões de dólares em 2010 para 45,2 bilhões em 2022 (FAO, 2025a).

A partir de tal crescimento a Índia é hoje a segunda maior produtora de arroz e terceira maior exportadora do produto nos mercados internacionais – atrás somente de Estados Unidos e Brasil – se colocando como um dos principais países exportadores de *commodities* atualmente. Além disso, a Índia é também a maior importadora de óleo de palma do mundo, totalizando, em 2022, mais de 9 milhões de toneladas do produto (FAO, 2025b). Com crescente liberalização e abertura aos mercados internacionais, a Índia se coloca cada vez mais como um importante ator do sistema agroalimentar internacional, aumentando seus índices de produção e relevância de sua crescente demanda por alimentos. Além disso, questões internas do país chamam atenção para como a Índia perseguirá padrões sustentáveis de segurança alimentar e harmonia entre seus setores. Conflitos envolvendo pequenos e médios agricultores indianos têm

se intensificados desde 2021 (OECD; FAO, 2024; ITPS, 2021). Neste sentido, uma maior compreensão sobre as dinâmicas nacionais da estrutura agroalimentar indiana auxilia no entendimento do seu papel e principais demandas para o setor internacionalmente.

4.2.1 Acumulação de capital

A Índia possui um longo histórico de governos públicos permeados por interesses privados, sendo as relações aristocráticas extremamente relevantes para a estrutura e organização do país. Do ponto de vista econômico, o estímulo para industrialização indiana foi guiado também por uma classe específica, que não foi capaz de absorver a crescente mão de obra do país, que permaneceu na informalidade – aumentando, consequentemente, as diferenças e desigualdades dentro da sociedade indiana. No que diz respeito ao setor agroalimentar, o processo de transição agrária do país é classificado por Escher (2021) como um processo “capitalista contornado”, já que mudanças no campo não impactaram significativamente a industrialização indiana, sendo a transferência de excedentes do campo para cidade – tanto físicos quanto financeiros – insuficiente para o desenvolvimento da indústria nacional. Como consequência a tal “fracasso”, medidas neoliberalizantes foram implementadas no setor agroalimentar visando propiciar maior dinamicidade para a produção agrícola do país.

Antes de adentrar em aspectos recentes da acumulação de capital no setor agroalimentar na Índia, importa destacar que a questão agrária no país remonta ainda aos anos de 1947. Após a independência, a Índia aplicou “reformas agrárias fracas” somente em algumas de suas regiões, incentivadas principalmente por movimentos políticos de esquerda. Mesmo com tal implementação, as redistribuições de terras muitas vezes não foram levadas com rigor ou não representaram mudanças significativas na produção agrícola do país, que continuava a ser dominada por grandes proprietários de terras – que detinham poder também sobre o sistema político de suas regiões. Nesse sentido, o setor agroalimentar indiano permaneceu significativamente concentrado após a independência do país, com um tipo de exploração considerada por alguns autores como feudal. Assim, além da transição capitalista do campo ter ocorrido no país de forma incompleta, essa se deu também de maneira desigual, uma vez que algumas regiões da Índia permaneceram como “velhas formas de latifúndio” e com modos de exploração de trabalho que se assemelhavam à servidão (ITPS, 2021; Lerche, 2013).

A partir de um histórico de fraca participação estatal no setor agrícola indiano, relações com determinados grupos passaram a desempenhar um papel central para o estabelecimento de investimentos e modos políticos de governança, “promovendo uma simbiose entre capital

doméstico e autoridades públicas a partir de redes de parentesco, valores comuns e *background* social compartilhado” (Escher, 2021, p. 82). Em um cenário de crise histórica no campo, com mais de 24 situações de fome generalizada ao longo do século XIX, a Índia manteve seu desenvolvimento agrícola de maneira vagarosa durante os anos. Sem quebrar totalmente com as estruturas socioeconômicas do período colonial, o país por muito tempo dependeu de grandes níveis de importação de alimentos básicos para alimentar sua população, como a relação estabelecida com Estados Unidos para importação do trigo com base na Lei Pública 480, anteriormente mencionada no capítulo 2 deste estudo (ITPS, 2021).

A fim de superar a situação de insegurança alimentar que se apresentava, a Índia focou no aumento da produtividade do setor, que, uma vez alcançado, permitiu o incremento da produção – notadamente aquela feita em massa, pelos grandes produtores. Além da sobreposição deste tipo de produção sobre aqueles produtores menores, geralmente associados ao “campesinato clássico”, foi percebido também a intensificação das desigualdades regionais no que diz respeito a produção agrícola indiana, uma vez que regiões com melhores safras obtiveram maiores investimentos público e privado. Apesar das tentativas de modernização e industrialização indiana com base no setor agrícola guiadas pelo Estado – que, comparadas à demais áreas da economia indiana manteve-se ainda bastante protegida pelo setor público –, as estratégias dos anos 1960 e 1980 não obtiveram resultados desejados, o que em parte serviu como argumento para as medidas neoliberalizantes implementadas a partir de 1990. A ausência do Estado neste período gerou consequências trágicas para os produtores rurais indianos, que, somada à crise internacional de preços dos alimentos ocorrida em 1997, diminuiu o crescimento do setor no país (Jakobsen, 2018).

A entrada de capital estrangeiro para demais setores da economia indiana evidenciou a separação do setor agrícola no processo de desenvolvimento do país, que já não dependia dos escassos excedentes do campo. Neste contexto, o setor agroalimentar foi deixado de lado dos planos de incentivo estatal e cresceram os números de suicídios no campo, principalmente daqueles produtores menores que, endividados, não puderam se recuperar da dificuldade produtiva do cenário internacional com a ausência de subsídios estatais. Estimativas da União Nacional de Camponeses da Índia (AIKS, na sigla em inglês) apontam que, entre 1997 e 2020, 400 mil agricultores tenham tirado sua própria vida em decorrência da crise econômica do setor (Giovanaz, 2020). Além disso, as políticas neoliberais do período fizeram com que houvesse uma diminuição na disponibilidade de alimentos no país, devido o foco direcionado à produção de culturas comerciais, com destino à exportação de *commodities*. Entre 1997 e 2003 dados do

governo indiano indicavam a renda média negativa de agricultores de pequenas e médias propriedades, o que demonstra a situação de crise do setor. Além disso, este foi um período de exacerbação de desigualdades no campo, processo incentivado pela entrada de multinacionais do agronegócio com grande poder de investimento no país (Escher, 2021; Lerche, 2013).

Em relação aos principais atores da atual estrutura agroalimentar indiana, Lerche (2013) destaca que ex-proprietários de terra e capitalistas do agronegócio sem origem do grande latifúndio atuam de maneira semelhante sobre a produção de bens alimentares no país. Seguindo um padrão observável também em outros produtores rurais, tais atores possuem atividades de acumulação de capital para fora da agricultura, conciliando a produção do campo com outros serviços/áreas econômicas. Outro ponto fundamental de semelhança é que ambos os atores possuem relações próximas com o Estado indiano, dominando também politicamente as sociedades em que estão inseridos. Neste sentido, para o autor, a estrutura rural na Índia não está tão conectada ao tamanho das terras produtivas necessariamente, mas sim na produtividade de tais porções de terra, na capacidade de exploração de mão de obra – geralmente por meio de arrendamentos ou trabalho assalariado – e nas relações políticas estabelecidas.

Tal organização do setor agroalimentar indiano não extingue, porém, modelos semelhantes aos sistemas feudais de outrora. Lerche (2013) corrobora com demais autores sobre o tema na confirmação de que modelos feudais de exploração ainda existem na Índia, mas esses estão localizados em regiões específicas, baseados em relações de troca onde os proprietários fornecem maquinário e insumos agrícolas em troca de uma parcela significativa da produção agroalimentar. Adicionalmente, torna-se claro a “inclinação contrária aos produtores mais pobres” do sistema agroalimentar indiano. Isso ocorre pela falta de acesso a programas de crédito institucional, dificuldade no investimento de tecnologias modernas para produção e aumento no preço de insumos agrícolas, que ocorre de maneira simultânea à queda dos preços de venda. Este movimento é chamado por Escher (2021) de “*lock-in* institucional”, onde pequenos produtores indianos ficam dependentes de oportunidades de investimento a partir de uma “complexo casta-classe-região-religião-identidade”. Dados empíricos sobre evolução de investimentos e propriedade rural não foram encontrados para o caso indiano.

Por fim, destaca-se que apesar de uma estrutura de acumulação de capital bastante concentrada, não se pode afirmar que todas as classes rurais têm observado um processo de pauperização e distanciamento dos modos capitalistas de produção agroalimentar. Neste sentido, a busca com modernização e “capitalização” das produções seguem constantes, ainda que, com maioria da população rural formada por pequenos agricultores, as dificuldades

impostas pela liberalização do setor gerem descontentamentos e conflitos – tema que será abordado ao longo desta seção. Dentre os grupos de produtores rurais na Índia, uma parcela ligada ao agronegócio e o mercado internacional se destacam como grandes beneficiários da estrutura nacional (Lerche, 2013; Escher, 2021). Tais grupos lideram empresas situadas mais ao norte do país, que com maior nível de mecanização e industrialização da produção agrícola, se encontram mais integradas verticalmente. Exemplos podem ser observados em Punjab e Haryana (Mohanty; Lenka, 2016).

Dentre as suas empresas para o setor destaca-se o papel desempenhado pela *Indian Tobacco Company* (ITC) e Hindustan Unilever, ambas listadas no ranking das 10 maiores empresas indianas em valor de mercado em 2024. A ITC, apesar de possuir uma ampla gama de atividades sob seu domínio – como venda de cigarros, embalagens e setor hoteleiro – atua também em atividades relacionadas ao agronegócio, controlando a marca de biscoitos Sunfeast, por exemplo. Já a Hindustan Unilever é a subsidiária indiana da multinacional britânica Unilever, que, além de produtos de limpeza e higiene em geral, comercializa também alimentos processados como biscoitos, chocolates e chás (Forbes India, 2024). No que diz respeito à capacidade de internacionalização de suas empresas, essa é vista como limitada, a exceção das empresas Haldiram's e Bikarnerval (Escher, 2021).

Apesar de limitada participação das multinacionais indianas no mercado internacional de alimentos, a relevância do país para produção e exportação de *commodities* tem crescido nos últimos anos. De acordo com dados da FAO (2025a), a produção de arroz – um dos principais produtos indianos – cresceu cerca de 54% nos últimos 20 anos, passando de 127 milhões de toneladas no ano 2000 para 196 milhões de toneladas em 2022. Outro produto de grande potencial no país é o leite, que passou de 32,9 milhões de toneladas no ano de 2000 para 108,3 milhões de toneladas em 2022. A produção de laticínios no geral representa uma grande oportunidade para o setor agroalimentar indiano, conforme demonstrado por projeções de órgãos internacionais como a *Agricultural Outlook 2024-2033*, realizado pela OECD e FAO (2024), e políticas para avanço no controle de qualidade e organização da produção (NDDB, 2024).

Em relação ao papel do país no sistema internacional agroalimentar, a Índia faz parte da lista de maiores exportadores de *commodities* por meio da sua produção de arroz (com e sem casca). Com histórico bastante irregular, as exportações indianas tiveram quedas significativas em 2007 e 2013, recuperando novamente seus valores anteriores em 2011 e 2021, respectivamente. Mais recentemente, as exportações indianas somaram, em 2022, 54,8 bilhões

de dólares, tendo como principais destinos de seus produtos Bangladesh, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos e China. Já sobre as importações de bens alimentares para Índia, destacam-se produtos como óleo vegetais (de palma e girassol), soja e castanhas de caju. O valor total importado tem aumentado também nos últimos anos, chegando, em 2022, a US\$ 20,9 bilhões de bens agrícolas, o que pode ser entendido como aumento da demanda indiana neste setor. Entre os principais parceiros comerciais da Índia para importação de produtos destacam-se Indonésia, Malásia, Argentina e Brasil.

Finalmente, ao discutir a etapa de distribuição de alimentos na Índia, Samuel e Shah (2009) destacam que mesmo com a dominação do setor do varejo por empresas estrangeiras, a organização de empresas indianas tem crescido nacionalmente. Dentre as principais multinacionais presentes no país estão a britânica Tesco, a estadunidense Walmart e a francesa Carrefour. Do lado indiano, por sua vez, alguns exemplos de sucesso representam o poder nacional no setor do varejo, como é o caso da *Spencer's Retail*, no mercado desde 1963, que tem como foco a venda de produtos frescos e de qualidade. *Adani Agri Fresh Limited* e *Mahindra Shubhlabh Services Limited* (MSSL) se destacam também no segmento de frutas e verduras, com uma cadeia de abastecimento atualizada que garante a qualidade dos produtos comercializados.

4.2.2 Reprodução social

A reprodução social na Índia, no que diz respeito ao setor agroalimentar, se encontra em um contexto de transformações. Com índices crescentes de desenvolvimento econômico e uma expansão significativa de sua população nas últimas décadas, o padrão alimentar do país tem se alterado, bem como os desafios à alimentação saudável e adequada tem crescido. Nesse sentido, considerando a Índia um país em desenvolvimento de proporções consideráveis – tanto pelo lado da demanda quanto pelo lado da oferta – será discutido a seguir as principais mudanças no que diz respeito sua reprodução social no setor agroalimentar.

De acordo com dados da FAO (2023) sobre o estado de segurança alimentar e nutricional no mundo, a Índia possui, ainda hoje, uma porcentagem significativa de sua população em situação de subnutrição. Passando de 21,4% no biênio de 2004-2006 para 16,6% no período de 2020-2022, o país somou 233,9 milhões de pessoas em situação de subnutrição. Outros dados que chamam atenção se relacionam à manutenção do percentual de prevalência de anemia para mulheres entre 15 e 49 anos, entre 2012 e 2019, e o aumento de 0,8% da população adulta obesa – passando de 3,1% em 2012 para 3,9% em 2016. A isso se relaciona o

aumento do custo de uma dieta saudável na Índia, que, entre os anos de 2017 e 2021, obteve um crescimento de 8,5%. Nesse sentido, o valor de uma alimentação adequada no país passou de 2,8 para 3 dólares por dia por pessoa, de acordo com o preço de paridade de compra.

Nota-se, porém, que, ainda que quantidade de indianos incapazes de acessar tais alimentos tenha diminuído neste mesmo período – passando de 1,06 bilhão para 1,04 bilhão de pessoas – a porcentagem da população com acesso inadequado a uma dieta saudável se mantém bastante alta. Em 2017, este número representava 78,8% da população total, que, em 2021, passou a ser de 74,1%. Tal proporção chama atenção para a realidade da alimentação no país, que segue os padrões observados nos demais países sul-asiáticos. Ainda assim, a Índia apresenta uma porcentagem acima da média de sua região, que é de 72,2% (FAO, 2023).

Ao tratar sobre os hábitos alimentares do país, recupera-se as contribuições de Colás (2022) a respeito do aspecto imperialista e hierárquico do sistema agroalimentar internacional. De acordo com o autor, sendo tal sistema baseada no processo de colonização e exploração, podemos enxergar, também nos padrões alimentares, elementos coloniais e de diferenciação social. O exemplo indiano é percebido neste contexto a partir da transculturação dos hábitos alimentares ainda no período colonizador, onde estabeleceu-se uma relação de retroalimentação de trocas e transformações de receitas típicas britânicas e indianas. Apesar de tal “miscigenação alimentar”, o alimento foi utilizado também como forma de distinguir classes e castas no país, sendo aqueles de castas inferiores impedidos de se alimentarem de determinados produtos, conforme cita Colás.

Contemporaneamente, porém, a transição nutricional indiana é considerada como “moderada”, uma vez que os hábitos alimentares de sua população podem ser considerados mais “estáveis”, mas ainda em transformação. Este cenário é explicado, em partes, pelo ainda crescente índice de urbanização do país, que faz com que os padrões alimentares se alterem não apenas qualitativamente, mas também quantitativamente (Escher, 2021). De acordo com Relatório da OECD e FAO (2024) a Índia será sozinha responsável por 20% do consumo global adicional de alimentos até 2033, o que indica um forte impacto na definição da demanda de produtos alimentares da região. O crescimento econômico e urbanização do país fazem com que seja esperado um aumento no consumo de gorduras e proteínas, principalmente daquelas advindas do leite e laticínios no geral.

É interessante notar que, a respeito do aumento do consumo de leite na esteira da transição nutricional indiana, foi-se observado um impacto também na organização produtiva do país. Isso pode ser visto, por exemplo, nas produções entorno da região de Delhi que

anteriormente cultivavam cereais e hoje produzem vegetais e pecuária (para laticínios). Produtos derivados do leite se apresentam como o maior setor em crescimento no consumo indiano, o que colocou a Índia como um dos maiores consumidores deste segmento a nível internacional – passando de um domínio de cerca de 20% do consumo global de laticínios em 2003 para quase 30% em 2023. Cereais, óleos vegetais e açúcar mantiveram-se estáveis neste mesmo período (FAO, 2023; OECD; FAO, 2024).

De acordo com pesquisa desenvolvida para o Conselho Consultivo Econômico do Primeiro-Ministro da Índia, dados apontam para o aumento de consumo de alimentos processados e embalados, padrão observado principalmente na parcela 20% mais rica do país. Além disso, a diversificação das dietas indianas ocorre também nas parcelas mais pobres da sociedade, movimento associado principalmente à melhoria de disponibilidade e acesso de diferentes tipos de alimentos – como frutas frescas, ovos, laticínios e peixe. Neste contexto, o consumo de cereal no país tem diminuído de forma ampla, em ambas as regiões urbana e rural. Para o caso da população rural, o consumo de cereais passou de uma composição de 20,9% das dietas em 2011-2012 para um percentual de 11,2% em 2022-2023 (Kapoor et al, 2024).

É interessante notar que, de acordo com Kapoor et al (2024), a diversificação das dietas na Índia impacta positivamente a prevalência de casos de anemia no país. Com uma dieta mais equilibrada, rica em proteínas e em ferro, estatísticas do estudo apontam para a diminuição de casos de anemia entre mulheres e crianças. Por fim, nota-se que a forma de se alimentar vem alterando significativamente a relação da população indiana com o setor agroalimentar, uma vez que a variação de consumo de alimentos de forma sazonal diminuiu entre os biênios de 2011-2012 e 2022-2023, o que demonstra uma melhor integração das cadeias de fornecimento, armazenamento e distribuição de bens alimentares (Kapoor et al, 2024).

4.2.3 Poder político

Conforme discutido anteriormente, a participação estatal no setor agroalimentar indiano é considerada fraca historicamente. Desde a ausência de reformas mais rigorosas no período pós-colonial até a implementação de medidas neoliberais no campo, o Estado na Índia permanece de forma mais lateral às dinâmicas e formas de produção do setor agroalimentar. Tal ausência não representa, porém, uma completa falta de planejamento público para este segmento, principalmente devido ao crescimento exponencial da população indiana e a preocupação necessária para com sua segurança alimentar. Nesse sentido, é possível dizer que ao longo do século XXI, observava-se no contexto indiano uma coexistência de políticas

competitivas entre si: medidas neoliberais que favoreciam o grande produtor agrícola junto a medidas de segurança e equilíbrio social para os mais pobres. Este cenário sofreu mudanças após a vitória eleitoral Narendra Modi, em 2014, que, com viés de extrema-direita, causou rompimento institucional com pautas ligadas à segurança alimentar no país (Escher, 2021).

Tratando, de início, a respeito da evolução das políticas e das relações do Estado no setor, nota-se que ainda nos anos 1950 foram estabelecidas políticas de favorecimento ao setor agrícola da Índia por meio de extinção de tributação excessiva – ainda do período colonial – sob o setor, criação de programas para desenvolvimento social e estabilização do arrendamento de terras. Neste mesmo período o governo indiano estabeleceu um pacote de subsídios para produção de alguns grãos, como arroz, grão de bico, feijão, etc, estabilizando o preço de tais produtos e garantindo o abastecimento interno. Medidas de modernização da agricultura seguiram em algumas regiões específicas do país, com relações familiares e de casta sendo determinantes também neste processo. Mais recentemente, a criação da Lei Nacional Mahatma Gandhi de Garantia de Emprego Rural (NREGA, na sigla em inglês), em 2005, faz parte de políticas de segurança social para produtores/moradores rurais no país, uma demanda crescente da parcela mais pobre da população indiana (Escher, 2021; Lerche, 2013; Dos Reis Teodoro, 2018).

Conforme amplamente discutido por Lerche (2013), os partidos de esquerda organizados têm desempenhado um papel relevante na luta por políticas que beneficiem os produtores agrícolas de menor porte, que são maioria no país. Algumas delas, como a NREGA, tem obtido relativo sucesso em prol de maior justiça social no setor, prevendo empregos alternativos para moradores de regiões rurais no país. Este movimento pode ser enxergado dentro de um processo mais amplo da “agenda de novos direitos” instituída na Índia, que visa justamente a conquista de medidas que diminuam a desigualdade no país. Desde o início dos anos 2000, o tema específico da alimentação tem adentrado como pauta relevante para movimentos sociais, que busca fazer com que o Estado garanta proteção à fome e desastres naturais que agravam a situação de insegurança alimentar (Jakobsen, 2019).

O principal resultado para o setor foi o estabelecimento da Ato Nacional de Segurança Alimentar (NFSA, na sigla em inglês) em 2013. Essa política prevê o acesso da população indiana à alimentos básicos para seu desenvolvimento saudável, contando com subsídios para cereais fornecidos pelo Sistema Público de Distribuição (PDS, na sigla em inglês). A lei garante estes subsídios à 75% da população rural e 50% da população urbana do país, o que representa quase dois terços do total da população (India, 2024b). Aceita pelo Congresso em período pré-

eleitoral, a NFSA foi acusada de servir como plataforma eleitoral do partido centrista *United Progressive Alliance* (UPA), e, após vitória de Modi, em 2014, demorou a ser colocada em prática pelo novo governo. Juntamente com a morosidade de implementação, o início do governo de Modi marcou também tentativas de privatização da Corporação Alimentar da Índia (FCI, na sigla em inglês), responsável pela compra, armazenamento e distribuição de alimentos do país desde 1964. Demais movimentações feitas pelo atual governo da Índia têm demonstrado a tentativa de enfraquecer o sistema de auxílio e participação estatal na coordenação do sistema agroalimentar do país e de sua segurança alimentar, conforme discutido de forma mais aprofundada por Jakobsen (2019).

No entanto, é relevante destacar que um “descaso” com as políticas agrárias na Índia não é algo exclusivo do governo de Modi, já que em momentos anteriores iniciativas foram deixadas de lado ou esvaziadas. Exemplo disso é o Conselho Nacional para Reformas Agrárias (NCLR, na sigla em inglês), criado em 2008, que, até o momento, não possui registro de reunião nem de políticas desenvolvidas a nível do Estado. Outro caso foi a alteração do Comitê de Produtos Agrícolas (APMC, na sigla em inglês) em 2003, que regulava a venda dos produtos do setor em mercados licenciados pelo estado. Tais medidas, ainda que entendidas, de forma ampla, como a abertura total do sistema agroalimentar indiano ao capital privado/internacional encontraram justificativas no seu relativo sucesso a médio prazo, já que o setor obteve números positivos de avanços nos últimos vinte anos no país. O desenvolvimento econômico de alguns, porém, é acompanhado de um aumento da concentração de renda e agravamento de desigualdades na Índia (Jakobsen, 2019; Lerche, 2013).

Tratando da relação entre a classe política e classe agrícola, esta é caracterizada como bastante conflituosa no país, a destacar que a maior parte dessa última é formada por pequenos produtores rurais. A partir dos anos 2000, além do movimento de ativistas em prol da defesa da segurança alimentar e direito à alimentação da população, intensificaram-se as manifestações de tais produtores no país, demandando condições de produção e políticas de incentivo mais direcionadas por parte do governo. Destacam-se nesses movimentos as marchas de 2020 e 2024, concentradas majoritariamente na capital Nova Délhi. Em 2020, os protestos iniciaram a partir da implementação, no mesmo ano, de três políticas que favoreciam o grande agronegócio em detrimento dos pequenos produtores. São elas: Lei de Comércio e Negociação de Produtos Agrícolas (Promoção e Facilitação); Acordo de Agricultores sobre Garantia de Preços e Lei de Serviços Agrícolas (Capacitação e Proteção); e Lei de Produtos Essenciais (Emenda). Entre seus principais objetivos estavam a possibilidade de comercialização de produtos em mercados

não regulamentados, negociação direta e não regulamentada entre pequeno produtor e empresas do agronegócio e a retirada de itens considerados essenciais da lista dos que não devem ser especulados e indevidamente acumulados. A passagem dessas leis gerou grandes protestos pelo país, que fez com que elas fossem revogadas ainda em 2021 (Cotta, 2024; ITPS, 2021; AFP, 2021).

Mais recentemente, a partir de fevereiro de 2024, produtores rurais indianos novamente retomaram as ruas, com participação estimada em cerca de 150 milhões de pessoas nas marchas promovidas em Nova Délhi. A atual demanda da classe agrícola indiana está relacionada ao pedido por maior apoio estatal na produção agrícola do país, buscando a inclusão de outros produtos na lista daqueles considerados básicos para a alimentação da população, objetos de subsídios estatais. As manifestações foram recebidas com violência policial, que com barricadas e bombas de gás lacrimogêneo buscar impedir a passagem de quase 25 mil tratores, mobilizados pelos agricultores durante os atos. A participação de estudantes também é registrada como força apoiadora do atual movimento agrário no país (Cotta, 2024; Fadnavis; Jain, 2024).

Internacionalmente, importa destacar que as recentes medidas tomadas pelo governo indiano – principalmente a revogação das três leis de 2020 – sofreram críticas da OMC, que acusa o país de fornecer subsídios exagerados a alguns de seus produtos. Tal declaração ocorreu após uma denúncia feita pelo Brasil, o qual afirmou que os subsídios indianos prejudicavam em quase US\$ 1 milhão os produtores brasileiros (Cotta, 2024). Apesar destas críticas, o setor agroalimentar indiano é visto como cada vez mais integrado ao mercado global de alimentos e movimentos de financeirização deste, desde o início do século.

A Índia seguiu o exemplo, permitindo o comércio de futuros de *commodities* em vários itens agrícolas em 2003, apesar de comitês de especialistas indicados pelo governo terem recomendado contra a financeirização de alimentos básicos. Isso levou alguns críticos a argumentarem que 'é claro, a partir desses desenvolvimentos, que o governo sucumbiu às pressões de *lobbies* poderosos e abriu novas avenidas importantes de geração de lucros para especuladores e comerciantes' (Mahajan e Singh 2015, p. 40). (Jakobsen, 2018, p. 11, tradução nossa⁶²).

Neste sentido, as políticas indianas para segurança alimentar seguem uma lógica exposta por Tony Weis (apud Jakobsen, 2019) como uma lógica de “segurança alimentar baseada no mercado ou comoditizada”. Ao mesmo tempo em que prevê o acesso seguro à alimentos para

⁶² *India follows suit, allowing commodity futures trading in several agricultural items in 2003 despite government-appointed expert committees advising against the financialisation of staple foods, triggering some critics to argue that 'it is clear from these developments that the government succumbed to the pressures of powerful lobbies and opened up important new avenues of profit making to speculators and traders' (Mahajan and Singh 2015, 40).*

sua população mantém a lógica em vigor no país desde os anos 1990, com abertura comercial e favorecimento daqueles cultivos de alto rendimento, geralmente vinculados ao grande capital do agronegócio. Tal preferência acaba por reforçar as desigualdades no setor com entrada de multinacionais do setor. Evidência disso é trazida pela participação estatal no mercado de sementes do país, que em 1991 era de 35% enquanto empresas nacionais participavam em 65% – com insignificante participação de multinacionais. Em 2009, o Estado diminuiu sua participação neste segmento para 20%, empresas indianas passaram a possuir 54% e as transnacionais dominavam 26% do mercado.

A respeito da atuação indiana no mercado internacional de alimentos, destaca-se o crescimento de parcerias com países vizinhos, principalmente países árabes. O crescimento das exportações para tais parceiros representa uma janela de oportunidade para os produtos agroalimentares indianos. Além disso, políticas nacionais como os *Mega Food Parks*, que cria a infraestrutura necessária para conexão desde a produção até o processamento e distribuição de alimentos, tem colaborado neste sentido, abreviando o tempo de viagem do produto até seu destino final. Medidas visando a diminuição da importação de bens como óleo de palma e oleaginosas também são estudadas pela Índia, buscando aumentar seu superávit agrícola internacional – que em 2019 foi de US\$ 12,2 bilhões (Asher, 2022).

Por fim, corrobora-se com o exposto por Jakobsen (2018, p. 16, tradução nossa⁶³) da necessidade de interpretar o sistema agroalimentar indiano como complexo, com lutas político-econômicas que o determinam e são por ele são determinadas, a fim de evitar “tomar as intervenções estatais ostensivamente benignas como ilhas de progressismo em um mar de retrocesso estatal neoliberal”. A abertura indiana para o mercado internacional de alimentos e para atores hegemônicos do atual sistema agroalimentar internacional deve ser tomada como um ponto já bem estabelecido de sua política nacional, com momentos mais ou menos “neoliberais”. Ainda assim, a participação do Estado não se extingue totalmente e, seus produtores rurais, maioria da população do país, coexistem com as forças do grande agronegócio nacional e internacional. Assim, a reestruturação do sistema agroalimentar indiano com base em políticas neoliberais pode ser observada desde as reformas econômicas no início dos anos 1990 no país, das quais, mais recentemente, tem intensificado as contradições do sistema.

⁶³ *Rather than taking ostensibly benign state interventions as islands of progressivism in a sea of neoliberal state roll-back.*

4.3 África do Sul

Apesar de ter suas estruturas política e econômica diretamente afetadas pelos anos do regime de *apartheid*, que ocorreu entre 1948 e 1994, a África do Sul é hoje considerada a principal potência de sua região – assim como demais membros do BRICS como Brasil, China e Índia. Com economia pujante comparativamente e histórico político pacífico em relação aos seus vizinhos, o Estado sul-africano se coloca como um representante regional relevante para as dinâmicas internacionais. Neste sentido, ao considerar seu caráter não expansivo, África do Sul é entendida por Fiori (2007, p. 106) como um “porta-voz pacífico do ‘bom senso ético universal’”. Ademais, a participação sul-africana de agrupamentos internacionais de cooperação e governança não se limita ao BRICS, sendo o IBAS (acrônimo para Índia, Brasil e África do Sul), por exemplo, um reflexo deste ímpeto de diálogo e transformação.

Apesar de sua relevância internacional para o continente africano como um todo, a África do Sul é o país de menor peso político e econômico do agrupamento, tendo entrado oficialmente no bloco somente em 2011 e seguindo, desde então, uma tendência de *norm-taker* (Ramos et al. 2018). No que tange o setor agroalimentar, tal relação de forças se mantém, uma vez que o país possui a menor capacidade agroexportadora se comparado aos demais membros do BRICS. Não obstante, a participação sul-africana no sistema agroalimentar internacional tem crescido nos últimos anos, com um aumento do valor total produzido na agricultura de cerca de 257% entre os anos 2000 e 2022 – porcentagem que acompanha a média de crescimento mundial de produção. Após um período de estabilidade produtiva do setor durante os anos de *apartheid*, e uma seguida queda entre 1997 e 2022, a África do Sul atingiu, em 2022, 26,2 bilhões de dólares em produtos agrícolas, o valor mais alto registrado em sua série histórica (FAO, 2025a). Ainda que estes sejam os números mais baixos dentre os membros do BRICS, o crescimento sul-africano na etapa produtiva do setor agroalimentar é entendido como um potencial a ser explorado pelo país e pelo bloco como um todo.

Atualmente, o principal produto agroalimentar do país é a cana de açúcar, que somou, em 2022, um total de 17,9 milhões de toneladas. Outro produto de grande relevância para o setor agroalimentar sul-africano é o milho, que, com uma produção de 15,4 milhões de toneladas em 2022, foi o bem alimentar mais exportado neste mesmo ano, com um total 3,9 milhões de toneladas exportadas equivalendo à cerca de 1,2 bilhões de dólares (FAO, 2025b). O crescimento do setor agrícola do país é percebido pelo aumento de sua participação no PIB nacional, que, ainda que permaneça relativamente pequeno – de somente 2,4% em 2022 – auxilia na geração de empregos em quantidades significativas, principalmente nas regiões rurais

do país (África do Sul, 2022). A partir deste cenário, será discutido a seguir o posicionamento sul-africano na atual ordem internacional a partir do ponto de vista agroalimentar, percorrendo sobre sua trajetória agrária, reprodução social do setor e relações políticas estabelecidas.

4.3.1 Acumulação de capital

A compreensão do caso sul-africano para o setor agroalimentar perpassa, necessariamente, pelo contexto do regime de *apartheid* instaurado no país a partir de 1948. Tendo se encerrado oficialmente apenas em 1994, os anos de segregação racial na África do Sul foram determinantes para a estrutura agrária do país, bem como o estabelecimento de padrões de acumulação de capital específicos no setor. A hierarquia construída pelo *apartheid* foi reproduzida no campo, onde não apenas a raça servia como recorte para privilégios, mas também as relações políticas e de classe. Nesse sentido, apesar do fim do regime segregacionista, as reformas agrárias que o sucederam mantiveram características hierárquicas de poder e acumulação, características essas que são refletidas na atual estrutura produtiva do setor agroalimentar sul-africano (Ngubane, 2019; Hall; Kepe, 2017).

Para além de um resgate histórico profundo sobre as reformas agrárias delineadas sob o processo de redemocratização do país, importa destacar alguns pontos a respeito da relação existente com a terra. Durante o *apartheid*, foram legalmente estabelecidas restrições de propriedade de terra à população negra do país, como o Ato de Terra Nativa, aprovado em 1913. Tal legislação além de assentar a população negra em regiões rurais específicas – as únicas não destinadas à população branca – limitava a propriedade desse grupo à 7% do território nacional total, mesmo sendo os negros a maioria da população do país. Isso fez com que grande parte dos sul-africanos fossem proibidos de comprar e produzir em terras próprias, fazendo com que a propriedade rural – inclusive aquelas de maior produtividade – ficassem na mão de poucos proprietários brancos. Além da desigualdade latente na propriedade, tal movimento reforçou o contínuo processo de acumulação primitiva no país, liderado por uma elite com relações políticas bem estabelecidas (Monteiro, 2012; Goes et al, 2024).

O Estado, neste contexto, sempre foi um ator relevante para o setor rural/agrícola sul-africano. Além da elaboração de leis e normas, que determinavam a estrutura agroalimentar do país, o Estado atuava diretamente no setor mesmo antes da redemocratização. Exemplo disso é que, nas décadas de 1980 e 1990, os produtores contavam com o apoio da AgriQwa, uma empresa estatal de desenvolvimento que fornecia empréstimos flexíveis e auxílio técnico para produção rural. Este tipo de serviço estatal era fundamental para o equilíbrio dos custos dos

agricultores do país, o que fez com que, após seu encerramento, os produtores agrícolas tivessem dificuldades de manter eles mesmos técnicos independentes para sua produção. Neste sentido, ainda que altamente segregacionista, alguns relatos apontam para a eficiência da ação estatal em algumas etapas da produção, destacando que, mesmo sendo a AgriQwa controlada por uma elite branca, racialmente opressora durante os anos de *apartheid*, “sua eficiência técnica era ‘progressiva’” (Ngubane, 2019, p. 287).

Análises como a de Ngubane (2019) e Hall e Kepe (2017) demonstram casos e maneiras em que a desigualdade de auxílio estatal ao desenvolvimento rural despertaram dúvidas em relação ao tipo de reforma agrária em curso no país. De toda forma, desde o fim do *apartheid*, os governos sul-africanos vêm buscando maneiras de redistribuir terras, a fim de frear a segregação racial também no campo. Para além de uma discussão a respeito de propriedade, o debate entorno das terras está intimamente ligado ao atual setor agroalimentar sul-africano, já que o domínio dos meios de produção inicial – neste caso, da terra – influencia diretamente em todas as demais etapas do setor.

Apesar de uma iniciativa relevante do ponto de vista da busca pela equidade, o processo de redistribuição se viu limitado pela morosidade e particularidade de cada governo. No final dos anos 1990 houve maiores registros de doações para famílias pobres para a compra de terras de agricultura de pequena escala. Nos anos 2000, sob governo de Thabo Mbeki, foram fortalecidas políticas de maior subsídio para agricultores negros, favorecendo aqueles capazes de produzirem de maneira comercial, buscando a capitalização do setor. Já sob o governo de Jacob Zuma, a partir de 2011, o Estado sul-africano adotou a abordagem “comprador disposto, vendedor disposto”, o que significa dizer que a redistribuição de terras ocorre somente a partir do desejo do latifundiário de disponibilizar suas propriedades ao Estado, fazendo com que a reforma agrária adquira um caráter parcial e demorado. Além disso, o Estado se tornou ele mesmo proprietário de terras, possibilitando a transferência de propriedades sem a transferência de títulos, em um tipo de arrendamento estatal (Hall; Kepe, 2017; Goes et al, 2024).

Este modelo de arrendamento sofreu alterações a partir da Política Estadual de Arrendamento e Alienação de Terras (SLLDP, na sigla em inglês), em que estabeleceu critérios para a alienação definitiva de terras – venda – e arrendamento, como por exemplo a capacidade produtiva das propriedades. Neste sentido, os beneficiários deveriam estar qualificados a partir de um padrão estabelecido pelo Estado, além de ser necessário o estabelecimento de parcerias destes novos produtores com empresas agrícolas – por meio de mentorias ou *joint ventures* – o que colaborou para a mercantilização do setor agrícola sul-africano. Ainda que tais medidas

tenham auxiliado no desenvolvimento agrícola do país, o que se destaca é a incapacidade estatal de prover auxílio financeiro e subsídios de maneira equilibrada e proporcional, respondendo a demanda de uma grande maioria de produtores agroalimentares sul-africanos. Este problema é ainda hoje pauta de discussões políticas no país, sendo parte da maior parte dos projetos políticos⁶⁴ desenvolvidos pelo Conselho Nacional Africano, principal partido político desde a redemocratização (Hall; Kepe, 2017; Goes et al, 2024; Ngubane, 2019).

Apesar do papel relevante desempenhado pelo Estado no setor, histórica e atualmente, os principais atores agroalimentares na África do Sul são, hoje, privados. Casos observados por Ramabulana (2011) demonstram o domínio de grandes companhias em diferentes setores da produção e distribuição agroalimentar. Como exemplo, a cadeia de milho é dominada por 22 indústrias de moagem em todo o país, responsáveis por dois terços do total produzido. Dentre essas, as quatro principais empresas moem 40% do milho produzido nacionalmente – sendo este um dos produtos mais relevantes no país. Para o trigo este cenário se repete, sendo quatro empresas de moagem as responsáveis por quase 90% do mercado em 2011⁶⁵, são elas as estrangeiras Genfoods com 30% e Pioneer com 27%; e as sul-africanas Tiger 20% e Ruto com 10% do mercado. Apesar deste controle, destaca-se que dados mais recentes apresentam a produção agrícola como o setor com menor concentração na economia sul-africana, como será apresentado neste capítulo.

Adentrando as principais produções do setor agroalimentar sul-africano, a cana de açúcar é a *commodity* produzida em maior quantidade no país, atingindo 17,9 milhões de toneladas em 2022. Em segundo lugar está o milho que, conforme mencionado, ocupa um papel central nas culturas do país. Entre 2021 e 2022 a produção total de milho cresceu cerca de 5%, totalizando 15,4 milhões de toneladas produzidas em 2022. Já em relação aos produtos de maior valor produzidos, destacam-se carne bovina, carne de frango e milho, somando 3,9, 3,7 e 3,2 bilhões de dólares, respectivamente. Neste sentido, o valor da produção animal foi responsável por mais de 42% para o valor total bruto da produção agrícola do país em 2022, que obteve um crescimento, como um todo, de 15,4% em relação ao ano de 2021. Isso aponta para o potencial de crescimento do setor no país, uma vez que simultaneamente ao avanço da produção de grãos, a produção animal atende a uma demanda internacional por carnes (África do Sul, 2022; FAO, 2025b).

⁶⁴ Nas últimas eleições, porém, a questão agrária deixou de fazer parte do projeto político da CNA (Goes et al, 2024).

⁶⁵ Nota-se a relevância de atualização destes dados, já que a fonte utilizada é de 2011, ano de entrada da África do Sul no BRICS. Este esforço não foi possível neste trabalho devido a ausência de informações confiáveis sobre o ranking de empresas do agronegócio no país.

Internacionalmente, a África do Sul tem buscado se estabelecer como produtora agrícola relevante, algo observável pelo crescimento de suas negociações no mercado internacional e por iniciativas de busca de investimento ao setor. No que tange o comércio internacional, o país obteve um crescimento de 18,2% no total exportado, número semelhante ao total importado em 2022 (17,2%). Apesar desta relativa estabilidade, torna-se importante destacar que, a respeito das importações, os números de 2021 e 2022 se distanciam significativamente daqueles anteriores a 2020. Enquanto, por um lado, as exportações seguiram crescendo progressivamente desde 2018, as importações passaram de um valor total de 90 bilhões de Randes em 2018 para menos de 30 bilhões em 2022. Dentre os principais produtos exportados, tanto por quantidade quanto por valor, o milho e a laranja ocupam o primeiro lugar do *ranking*, totalizando 1,2 bilhão e 729 milhões de dólares em 2023, respectivamente. Além destes, destacam-se como produtos sul-africanos exportados: uva, vinho, maçã e soja. É interessante notar que, assim como no caso indiano, o único membro do BRICS que configura como um dos principais destinos dos produtos sul-africanos é a China, estando em quarto lugar. Países Baixos, Reino Unido e Botsuana foram os três destinos de maior parte das exportações da África do Sul em 2023 (África do Sul, 2022; FAO, 2025b).

Já em relação às importações, os principais produtos adquiridos, tanto em quantidade quanto em valores totais, em 2023, foram trigo, arroz e óleo de palma. O total importado de trigo, neste período, totalizou 2 milhões de toneladas, sendo o destaque nas importações sul-africanas. Entre os fornecedores de maior relação com a África do Sul se destacam: Tailândia, Indonésia, Essuatíni, Brasil e Índia. É interessante notar que, em relação ao total exportado, o comércio com a Tailândia atingiu 976 milhões de dólares em 2023, o que representa quase o dobro do segundo colocado – 458 milhões de dólares com a Indonésia. Essa relação demonstra a relevância da Tailândia para o atual abastecimento agroalimentar da África do Sul (FAO, 2025b).

A busca por investimentos é considerada também demonstrativo do potencial do setor para a economia sul-africana. Apesar de não configurar como um país referência do agronegócio, a África do Sul tem buscado o desenvolvimento tecnológico do setor, a fim de diminuir desperdícios e aumentar a produtividade de suas produções. Além disso, o país é utilizado estrategicamente como “porta de entrada” para a África. Com indústria de agronegócio mais moderna e diversa se comparada à de seus vizinhos, a África do Sul tem sido destino de grandes multinacionais do setor agroalimentar. Medidas como o Programa de Zonas de Desenvolvimento Industrial (IDZ, na sigla em inglês), desenvolvido pelo governo, auxiliam

também na modernização do setor, atraindo principalmente investimentos estrangeiros direto (Agribusiness..., [s.d]).

Por fim, a respeito da distribuição de alimentos no país, chama-se atenção para o crescimento do número de supermercados e demais canais de distribuição alimentar a partir dos anos 2000, o momento de “revolução dos supermercados”, assim como no caso brasileiro. Na África do Sul, estes modelos de distribuição convivem com o varejo informal de vendedores ambulantes, feiras de rua e lojas *spaza*. Essa última se refere a pequenas conveniências e mercearias informais surgidas no período de *apartheid*, onde empreendedores negros eram proibidos de formalmente de possuir seus negócios e utilizavam as *spazas* como meio para atender as necessidades das suas comunidades de maneira camuflada (Terblanche, 1991). Ainda que modelos informais de distribuição alimentar sejam praticados ao longo de todo o país, o mercado varejista formal segue crescendo de maneira exponencial na África do Sul. Esse movimento acaba por favorecer, na etapa produtiva, as produções agroalimentares em larga escala, uma vez que pequenos produtores são excluídos das redes de fornecimento destes mercados por razões quantitativas e de critérios bastante específicos de qualidade (Ramabulana, 2011).

4.3.2 Reprodução social

A reprodução social na África do Sul, assim como no caso brasileiro e russo, se encontra em um cenário de estabilidade no que tange ao padrão alimentar de sua população (Escher, 2021). Isso significa dizer que os hábitos de consumo do país têm se mantido o mesmo ao longo dos anos, sem grandes transformações recentes. Apesar disso, a dificuldade de acesso ao alimento gera desafios determinantes para o nível de segurança alimentar sul-africano, deixando grande parte de sua população em uma situação precária no que diz respeito a uma nutrição adequada. As desigualdades estruturais no país também chamam atenção para essas questões, tornando mais difícil a superação dos níveis mínimos para uma boa alimentação.

Dados da FAO (2023) apontam que a África do Sul enfrenta, nos últimos anos, um aumento significativo na parcela de sua população em situação de subnutrição. Entre os biênios 2004-2006 e 2020-2022 este número aumentou em 4,5% – passando de 3,4% da população subnutrida em 2006 para 7,9% em 2022. Isso significa dizer que, entre este período, 3 milhões de pessoas entraram em situação de subnutrição no país, somando, em 2022, 4,7 milhões. Em relação ao acesso a uma alimentação saudável, a África do Sul observou também um aumento – ainda que pequeno – da parcela de sua população incapaz de acessar tais alimentos. Entre

2017 e 2021, o país passou de 65,3% para 66,7% de sul-africanos sem acesso adequado à uma dieta saudável, que representam 37 e 39 milhões de pessoas, respectivamente. A isso se relaciona também o aumento no valor deste tipo de alimentação, que cresceu 11,28% durante este mesmo período – chegando a 4,5 dólares por dia por pessoa em 2021.

Essa dificuldade de acesso à alimentos, somada a uma grave crise econômica com altas taxas de desemprego, foram motivos para instabilidades na África do Sul nos últimos anos, atingindo seu ápice em 2021, com a morte de 70 pessoas durante manifestações populares sobre o tema. A pandemia de coronavírus, iniciada em 2020, é entendida como um grande intensificador deste cenário de crise, que, assim como em diversos lugares do mundo, fez crescer a inflação e, consequentemente, os preços de alimentos. Em 2022, a inflação sul-africana atingiu a marca de 7,8%, a mais alta dos últimos anos. Além disso, conflitos internacionais como a Guerra na Ucrânia têm colaborado para o aumento de preço de alguns produtos essenciais na dieta sul-africana, como o óleo vegetal (Ntengento, 2022; Trading Economics, 2025).

Ainda se tratando das dificuldades em relação ao acesso a uma alimentação adequada, Ramabulana (2011) destaca a desigualdade de preços em relação às regiões urbanas e rurais na África do Sul. Conforme discutido anteriormente, o grande mercado de distribuição varejista convive com outras formas de comercialização de alimentos, como feiras locais e lojas *spazas*. Apesar dessa coexistência representar uma “democratização” da venda de alimentos, fugindo do monopólio das grandes empresas de distribuição, os diferentes modelos de venda aplicam diferentes preços para os alimentos devido sua própria lógica de negócio. Isso ocorre principalmente pelos custos do transporte e armazenamento de alguns produtos, que é maior para os pequenos comerciantes e aumenta também nas regiões rurais do país.

Ao tratar sobre o padrão alimentar sul-africano, não foram encontradas bases de dados atualizadas sobre o consumo recente da população, a fim de avaliar historicamente as mudanças nutricionais no país. Apesar disso, em pesquisa divulgada pelo Ministério de Saúde da África do Sul em parceria com *University of the Western Cape*, é possível notar a prevalência de padrões alimentares sul-africanos. Unindo e cruzando dados de uma série de pesquisas de consumo e distribuição de alimentos, nota-se o alto nível de consumo de farinha de milho, pães e arroz, sendo estes os alimentos básicos mais consumidos no país. Outros alimentos ricos em amido como feijão e batatas também surgem como relevantes na dieta sul-africana. Já em relação à carne, essa não está entre os principais alimentos consumidos, mas, dentre este grupo, a carne de frango é a que se destaca no consumo do país. Proporcionalmente, frutas, legumes e

vegetais também não apareceram nas pesquisas como consumidos em grande quantidade, sendo geralmente associados à cozidos e caldos (Walsh; Van der Berg, 2022).

Sobre o consumo de frutas, é interessante destacar a relação problemática entre consumo doméstico e exportação deste produto. Considerando a média consumida pela população, a inclusão de frutas na dieta sul-africana é considerada insuficiente, tendo como base os padrões estabelecidos pela ONU e pela FAO. Simultaneamente, as frutas estão entre os grupos alimentares de maior valor em termos de exportação, o que evidencia “a economia da geração de lucro”. Isso significa dizer que, com base no consumo deste produto (ou no não consumo, neste caso), o foco exportador impacta diretamente na disponibilidade das frutas no mercado nacional ou no seu valor acessível para a população do país (Swart; Sambu, 2022).

Outra questão relevante ao se tratar do padrão alimentar sul-africano é a deficiência em cálcio de suas dietas. Isso é ativado, entre outras coisas, pelo baixo consumo de leite e seus derivados. Sendo pouco consumido pela população geral – ou, se consumido, feito em baixas quantidades – os laticínios são considerados produtos destinados às classes mais altas sul-africanas. Isso ocorre principalmente pelo valor desses produtos e o alto custo de armazenamento e transporte. Além deste, carnes vermelhas, doces e alimentos ultraprocessados também possuem maior participação nas dietas de classes mais altas das regiões urbanas do país, destacando também a diferenciação geográfica entre as dietas encontradas. Apesar disso, porém, nota-se que dentre os recortes observados pelos estudos, a renda surge como maior determinante no que é consumido pela população sul-africana (Swart; Sambu, 2022; Ramabulana, 2011). Neste sentido, ainda que o padrão alimentar esteja já bastante estabelecido na África do Sul, o avanço da desigualdade de renda surge como um fator de possível desequilíbrio nutricional a longo prazo.

4.3.3 Poder político

Sendo parte do grupo de países que reconhece formalmente o direito à alimentação em sua Constituição, a África do Sul tem demonstrado, politicamente, o desejo de conquistar tal direito no plano prático. Ainda que as heranças de uma sociedade segregada, com altos índices de desigualdade socioeconômica e precária situação nutricional imponham desafios a isto, a participação ativa do Estado no setor agroalimentar sul-africano tem influenciado na direção do país no que diz respeito à soberania e segurança alimentar. Não apenas a ação do Estado, mas também as relações políticas construídas entorno dele, entre diferentes atores, fazem com que a atenção ao setor político seja relevante para a compreensão da situação agroalimentar sul-

africana. Desde a segregação formal do campo, durante o *apartheid*, até a redistribuição de terras no período de redemocratização, o Estado tem desempenhado função relevante nas transformações do setor agroalimentar do país. Além disso, mecanismos mais recentes de normatização atuam como guia das políticas mais amplas para o setor, o que tem influenciado também no posicionamento internacional da África do Sul.

O governo de Jacob Zuma, entre 2009 e 2018, se destaca como um período de mudanças importantes para o setor agroalimentar sul-africano. Assim como momento de implementação da política “comparador disposto, vendedor disposto” referente à redistribuição de terras no país, discutida na subseção 4.3.1 deste estudo, este foi o período de implementação da Política Estatal de Arrendamento e Alienação de Terras (SLLDP, na sigla em inglês) e da Política Nacional sobre Segurança Alimentar e Nutrição (NPFNS, na sigla em inglês), ambas de 2013. Já tendo discorrido sobre a primeira anteriormente, importa destacar que a NPFNS é considerada uma conquista importante do ponto de vista normativo, devido (a) a integração de políticas anteriores para o tema e (b) inclusão de novas visões sobre a atuação estatal sobre segurança alimentar e nutricional (Makoni, 2015; África do Sul, 2013).

Em relação ao primeiro ponto, a Política Nacional sobre Segurança Alimentar e Nutrição serve não somente para a integração de iniciativas nacionais, mas também como guia para a compreensão deste tema regionalmente, tendo em vista a complexidade e multidisciplinaridade carregada no conceito de segurança alimentar. Neste sentido, o papel desempenhado pela África do Sul na região, sendo inclusive líder da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês), faz com que a elaboração de tal política seja essencial para a uma ação eficiente para a segurança alimentar da região ao mesmo tempo que estabelece obrigações para com seus vizinhos, compromisso reconhecido nesta política. De acordo com o documento, segurança alimentar e nutricional é ter “acesso e controle sobre os meios físicos, sociais e econômicos para garantir alimentos suficientes, seguros e nutritivos em todos os momentos, para todos os sul-africanos, a fim de atender as necessidades dietéticas para uma vida saudável” (África do Sul, 2013, p. 8, tradução nossa⁶⁶).

Ainda que seja considerada uma política relevante para a discussão do tema a nível formal do Estado, a NPFNS serve na realidade como um amplo guarda-chuva para políticas posteriores. Sem trazer explicitamente quais são os padrões necessários para atingir tal segurança alimentar, relega a tarefa a outros Ministérios competentes, ou seja, integra e distribui

⁶⁶ *Access to and control over the physical, social and economic means to ensure sufficient, safe and nutritious food at all times, for all South Africans, in order to meet the dietary requirements for a healthy life.*

tarefas relevantes da política nutricional para setores públicos de saúde e agricultura, por exemplo. Como estratégias e serem desenvolvidas, a NPFNS destaca: (a) melhor uso do dinheiro público para programas sociais com impacto na segurança alimentar; (b) aumento na produção e distribuição alimentar, incluindo incentivo à produtores emergentes; (c) compra de alimentos, por parte do governo, de iniciativas de pequenos produtores e comunidades; e (d) intervenções estratégicas no mercado de alimentos. Outro ponto relevante é a consideração de que a disponibilidade de alimentos no país está subjugada não apenas à capacidade produtiva nacional (agrícola), mas também sua capacidade de importação, armazenamento e distribuição de alimentos. Nesse sentido, evidencia-se a relevância do mercado internacional de alimentos para a segurança alimentar do país (África do Sul, 2013).

De maneira contraditória, porém, o documento apresenta a capacidade do país em produzir alimentos de forma autossuficiente, evidenciando problemas à nível da distribuição e desperdício, o que explicaria os baixos índices de segurança alimentar. Não sendo, portanto, uma problema na etapa produtiva do setor, a NPFNS elenca, além da desigualdade da sociedade sul-africana, de modo geral, alguns outros pontos de melhoramento como informação adequada sobre boas escolhas nutricionais; equilíbrio no preço dos insumos para a produção; melhor gestão e distribuição de atividades nas terras (devido ao aumento da urbanização e mineração, por exemplo); e melhoramento na capacidade de armazenamento público de alimentos, principalmente em regiões remotas. Sobre este último ponto, destaca-se a necessária intervenção do Estado para que a estrutura agroalimentar do país avance, além de um apoio mais direcionado aos pequenos e médios produtores, que são grande parte da população do país e padecem de baixa produtividade e capacidade de expansão de suas atividades.

Ainda em 2013 foi lançado uma lei de fortificação da farinha de milho e farinha de trigo, importante alimento na dieta sul-africana, adicionando micronutrientes como ferro, ácido fólico e zinco. Além disso, buscou-se regular também o limite de sal adicionado nos alimentos, pensando na qualidade nutricional da população. Do ponto de vista tarifário, foi implementado neste mesmo período a alíquota zero do Imposto de Valor Agregado para alguns alimentos básicos e insumos agrícolas, que busca diminuir o custo de vida dos mais pobres e garantir o acesso à alimentação de qualidade. Em 2018 a lista de alimentos isentos de imposto foi ampliada pela primeira vez e, em 2024, uma nova expansão voltou a ser discutida pelo poder executivo e legislativo do país (Makoni, 2015; Big..., 2025).

Outro importante direcionamento normativo específico para questão alimentar foi o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2018-2023, lançado em 2017. Visando

estabelecer ações prioritárias para o combate à fome e malnutrição e criar estrutura institucional necessária para isso, o plano inclui também parâmetros e indicadores de avaliação internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Apesar de seu objetivo, porém, avaliações lideradas pelo próprio Comitê de Avaliação sul-africano, em 2023, demonstram a insuficiência nas políticas de segurança alimentar no país. Dentre as principais razões para isso destacam-se a fragmentação governamental, o baixo poder decisório de governos locais e a falta de entendimento compartilhado entre diferentes setores do governo sul-africano. A ausência de coordenação intersetorial demonstra não apenas a fraqueza estratégica do plano, mas também os diferentes interesses que circundam a pauta de segurança alimentar no país (África do Sul, 2023).

Assim como outros países agroexportadores, a África do Sul lida com incoerências e políticas concorrentes entre si, como aquelas advindas de setores econômicos e agrícolas – o agronegócio nacional – e do setor de saúde. Um fator determinante para isso, também apresentado no relatório de avaliação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2018-2023, é o baixo engajamento da maior parte dos produtores agroalimentares sul-africanos, que são de pequeno e médio porte. Isso ocorre pela ausência de participação efetiva na tomada de ação estratégica para o setor, sem a atenção necessária para as demandas dos produtores sul-africanos e da sociedade civil de forma geral. Em relação a isso chama-se atenção para o fato de que grande parte do setor produtivo agroalimentar é composto por pequenos e médios negócios, representando 59% do lucro do setor e 60% do total empregado, em 2021. A produção agrícola se apresenta, inclusive, como um dos setores de menor concentração na economia sul-africana, de apenas 4,1% em 2023. Com base em dados governamentais, a pesca oceânica foi o setor mais concentrado, deixando o setor varejista em quarto lugar e em décimo, o setor de alimentos e bebidas. Nesse sentido, a desconexão entre as ações tomadas pelo governo e a principal força produtiva do setor agroalimentar do país se evidencia (África do Sul, 2023; 2024).

Internacionalmente, a África do Sul tem buscado expandir o investimento direto estrangeiro não apenas no setor agroalimentar, mas em toda economia sul-africana. Com grande potencial de seu agronegócio, foram criadas, além de incentivos e subsídios internamente, Zonas de Desenvolvimento Industrial para a criação de infraestrutura capaz de receber tais investimentos estrangeiros. Além disso, acordos comerciais como o desenvolvido com a União Europeia e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) têm auxiliado no fluxo de importação e exportação de bens alimentares sul-africanos. O Acordo de Parceria

Econômica UE-SADC garante a obtenção facilitada de investimento aos países dos agrupamentos e acesso aos seus mercados. Para África do Sul, de maneira específica, a União Europeia elimina até 98,7% de seus direitos aduaneiros para produtos sul-africanos que entram no continente (Agribusiness..., [s.d]; European Comissão, [s.d]).

Por fim, apesar de não terem sido encontradas pesquisas específicas sobre as relações políticas e de classe que circundam o setor agroalimentar sul-africano, considera-se relevante destacar a visão de Hall e Kepe (2017) sobre o tema. Para os autores, mesmo após mudanças políticas no que diz respeito à propriedade de terra pós-*apartheid*, uma reforma agrária baseada nas normativas do Banco Mundial, “contorcida”, fez com que todo o setor agroalimentar do país permanecesse centrado em critérios de viabilidade comercial ortodoxos, com uma classe ligada ao governo e com parceiros do agronegócio preocupados com o sucesso de projetos bastante específicos. Isso significa dizer que, o sistema agroalimentar sul-africano segue ainda uma lógica de desigualdade oriunda dos anos de segregação, que, sem transformações profundas em sua estrutura, foi incapaz de criar uma classe de pequenos e médios produtores agrícolas produtivos e integrados à economia do país.

4.4 Conclusão

A partir deste capítulo foi possível caracterizar de forma mais aprofundada os países do BRICS que são compreendidos como mantenedores da atual ordem agroalimentar internacional. Brasil, Índia e África do Sul possuem, cada um a sua maneira, um papel de extrema – e crescente – relevância no sistema agroalimentar internacional, e, compreender suas particularidades serve positivamente para a compreensão mais ampla do bloco nesta ordem. Apesar de considerados todos mantenedores do atual sistema, essa categoria não é monolítica, já que os países possuem históricos distintos de acumulação de capital, reprodução social e poder político, conforme foi destacado ao longo do capítulo. Ainda assim, é interessante demonstrar que tais distinções ainda os colocam em lugares semelhantes no que tange à suas posições no sistema agroalimentar internacional, efeito aparentemente conectado com seu posicionamento na atual ordem em seu sentido mais amplo – todos considerados potências médias.

Adentrando em cada uma das problemáticas, apesar de possuírem trajetórias distintas, Brasil, Índia e África do Sul tiveram em seu processo de reforma agrária uma forte influência de um Estado autoritário e incentivos desiguais. No caso brasileiro isso é bastante claro ao considerar a Modernização Conservadora da Agricultura, durante a Ditadura Militar, que levou,

entre outras coisas, o estabelecimento do latifúndio como grande característica do agronegócio brasileiro, sobrevalorizando este tipo de produção entre as demais. Na Índia, a transferência do modelo colonial para o capitalista se deu de forma parcial, com uma manutenção também desigual de propriedade de terras e políticas para o setor com um caráter notadamente neoliberal. Na África do Sul, a propriedade de terra foi fortemente influenciada pelo regime segregacionista do *apartheid* que, ao mesmo tempo em que favorecia uma minoria branca dominante, dificultava o aumento da produtividade de pequenos produtores negros que formavam – e formam – a maior parte da força produtiva do país.

Além disso, assim como no Brasil e Índia, os investimentos sul-africanos no setor agroalimentar permaneceram também díspares também do ponto de vista geográfico, com regiões excluídas do processo de modernização do setor. A semelhança dos três países no que diz respeito à adesão de políticas neoliberais os colocam em convergência também sobre a entrada massiva de capitais estrangeiros a partir dos anos 1990. Em todos os casos é destacada a presença de multinacionais estrangeiras em diferentes etapas, desde a produção até a distribuição. Na realidade sul-africana, porém, empresas nacionais parecem ainda possuir maior participação nos mercados, algo relativo também ao tamanho de seu agronegócio se comparado aos casos brasileiro e indiano. Modelos alternativos de produção e distribuição de alimentos também são percebidos nos três países, com a valorização de produtos de agricultura familiar, feiras locais e valorização de produtos nacionais/regionais.

No que tange a reprodução social, os três países se encontram em equilíbrio em suas transformações nutricionais, tendo em vista hábitos alimentares bastante estabelecidos ao longo do tempo e com pouca variação nos últimos anos. Comparativamente, porém, Índia se destaca entre eles como o país de “transformações moderadas” – em comparação à cenários mais estáveis de Brasil e África do Sul – devido suas ainda atuais mudanças no consumo alimentar do país. O caso indiano também se destaca, junto com a África do Sul, sobre a porcentagem de sua população incapaz de acessar uma alimentação saudável, atingindo mais de 74,1% em 2021, seguido do caso sul-africano com 66,7% no mesmo ano (FAO, 2023). Simultaneamente, dados brasileiros sobre segurança alimentar e nutrição reforçam a situação negativa dos três países, que precisam lidar com o avanço da desigualdade econômica e alimentar internamente.

Por fim, no que diz respeito ao poder político, destaca-se as fortes contradições existentes no setor agroalimentar dos três países e o aumento do debate em torno dessa pauta, tanto do ponto de vista econômico quanto social/de segurança alimentar a partir dos anos 2000. No caso brasileiro, a fome foi tema central para os governos de centro-esquerda deste período,

o que beneficiou a criação de programas nacionais e novas leis em favor da produção nacional e acesso aos alimentos. Simultaneamente, este foi um período de crescimento e fortalecimento do agronegócio, que, cada vez mais concentrado e voltado para fora, adentrou o terreno político e passou a exercer o poder de maneira bastante direta – como por meio da bancada ruralista no Congresso do país. No caso indiano, o início do século XXI também trouxe a fome e distribuição de alimentos para o centro da discussão política, o que, ao mesmo tempo em que favoreceu a criação de políticas públicas sobre o tema, evidenciou a relação conflitiva entre o Estado e os pequenos produtores rurais, que formam a maioria do setor agroalimentar no país. Tais conflitos estão hoje relacionados com o “abandono” dos governos à essa classe e fazem parte, de uma maneira mais ampla, da insatisfação popular às medidas neoliberalizantes para o setor (Cotta, 2024).

Na África do Sul, o poder político se apresenta de maneira um pouco distinta, tendo em vista a baixa concentração relativa do setor agroalimentar em comparação aos demais. Nesse sentido, não foram encontrados estudos aprofundados sobre as relações de classe no âmbito político, como aquelas entre governantes, pequenos produtores – a maioria do país – e o “grande” agronegócio. Ainda assim, tornou-se claro a existência de contradições internas ao Estado no que diz respeito ao setor agroalimentar. Isso porque o país tem buscado endereçar a problemática da fome e do acesso ao alimento por meio de planos nacionais que não demonstram integração de ministérios e órgãos públicos. Além disso, o baixo engajamento dos pequenos produtores na construção de tais políticas as torna intrinsecamente fracas, com pouca efetividade a nível nacional.

Do ponto de vista internacional, Brasil, Índia e África do Sul têm aumentado sua participação no comércio de alimentos, se tornando não apenas exportadores, mas também grandes demandadores desses produtos, com destaque para a Índia neste último ponto. Ainda parte de suas relações políticas, os três países demonstraram interesse na atração de investimentos internacionais para o setor e na construção de parcerias fortes para negociação de produtos agroalimentares. O uso estratégico das importações de alimentos se coloca também como parte de suas políticas de segurança alimentar, buscando acesso aos produtos necessários para sua população. Nesse sentido, Brasil, Índia e África do Sul não apresentam tratamento rigoroso à questão da soberania alimentar, preferindo produzir para o mercado internacional e dele adquirir aquilo que lhes falta. Este posicionamento diverge significativamente da atuação de China e Rússia, que têm, na autossuficiência, um de seus principais focos. Apresentadas as principais considerações a respeito do papel de cada um dos países do BRICS no atual sistema

agroalimentar internacional, importa agora discorrer sobre a posição do grupo na atual ordem para poder, por fim, analisá-la sob a ótica das abordagens neogramscianas sobre hegemonia.

5 SEMENTES DA MUDANÇA: UMA ANÁLISE SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM HEGEMÔNICA A PARTIR DO BRICS

Ao considerar o contexto de sua origem, o BRICS surge como representação do desejo de reforma da governança internacional, sobretudo do ponto de vista material, com foco nas instituições financeiras a partir da crise do início dos anos 2000. O desejo de sentar-se à mesa naquele momento avançou para a consolidação de um bloco que, ainda que com baixo poder de ação coletiva na arena internacional, se adensou institucionalmente e criou mecanismos de cooperação para além do eixo Ocidental. Exemplo disso pode ser observado com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), em 2014, que visa a mobilização de recurso para projetos de infraestrutura em países emergentes a partir de instituições financeiras multilaterais, buscando alternativas às instituições como Banco Mundial e FMI, por exemplo (Kahler, 2013; Ramos et al, 2018).

Tais movimentos se relacionam diretamente com o conceito de potência emergente, considerando os membros do BRICS como tal. Isso porque, a partir do conceito desenvolvido por abordagens críticas das RI, potências emergentes se diferenciam de potências médias tradicionais ao agirem de forma a transformar a ordem estabelecida, visando legitimar sua própria inserção neste contexto (Secches et al, 2020). Neste sentido, entende-se que os países membro do BRICS são considerados emergentes ao buscar a criação de oportunidades favoráveis ao seu desenvolvimento por meio de reformas da atual ordem. A união pela busca à tais oportunidades, porém, é passível de discussão, tendo em vista a formação do bloco como um rival ocidental “mais pelas circunstâncias do que pela intenção” (Van der Pijl, 2017). A partir disso torna-se necessário analisar, para o caso do sistema agroalimentar, a capacidade de coesão do bloco enquanto construtor de uma nova ordem internacional – ou ainda, de reformas para tal ordem.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo é problematizar o posicionamento do BRICS na atual ordem capitalista no que diz respeito ao sistema agroalimentar e suas problemáticas, para que seja possível, portanto, identificar as continuidades ou rupturas com a ordem hegemônica atual no que tange a relação do homem com o campo sob o regime capitalista. Recuperando as noções neogramscianas sobre hegemonia, pretende-se avançar não somente no aspecto material deste conceito, mas também em elementos ideacionais e consensos estabelecidos intrabloco

sobre o tema. Para tanto, a subseção 5.1 será destinada para a análise das declarações durante as Cúpulas dos BRICS até aqui, com foco nos trechos que versem sobre a temática agroalimentar. A partir disso será possível traçar a situação ideacional do bloco no que diz respeito a produção, negociação e distribuição de alimentos, identificando a criação ou não de consensos mínimos entre os países-membros e a relação de suas agendas nacionais no agrupamento.

Dando sequência na análise, a subseção 5.2 discorrerá sobre os principais projetos e acordos realizados sob o Novo Banco de Desenvolvimento para o setor, visando identificar iniciativas de cooperação agroalimentar entre os membros ou por eles guiadas. Já na subseção 5.3, serão recuperados os resultados obtidos, ao longo da pesquisa, no que tange as três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea a fim de identificar possíveis convergências ou distanciamentos entre os países, bem como a relação entre suas agendas nacionais e o posicionamento do bloco para este tema. Tal identificação servirá para refletir a respeito de possíveis transformações futuras no setor agroalimentar internacional a partir do BRICS, considerando-o um espaço de agência relevante para a atual ordem internacional. Por fim, a subseção 5.4 trará as principais conclusões do capítulo.

5.1 Entre diferenças e consensos: a discussão agroalimentar a partir das Cúpulas do BRICS

Sem estrutura institucionalizada formalmente, o BRICS tem em suas cúpulas uma oportunidade institucionalizada de diálogo direto entre seus líderes. Com anfitrião rotativo, esses eventos ocorrem anualmente desde 2009 e geram declarações finais com os principais pontos acordados em cada encontro. Para além de um plano de ação prático, tais declarações representam as pautas centrais debatidas não somente entre os chefes de Estado de cada país, mas também de reuniões paralelas entre ministros, empresários e sociedade civil. Dito de outro modo, compreende-se tais documentos como representação se não da atuação, dos desejos do grupo a respeito de pautas relevantes internacionalmente. Essa compreensão esta pautada sob uma noção neogramsciana de hegemonia, ao pensar no papel das reivindicações daqueles que buscam determinar – ou ao menos impactar na determinação – das características de um determinado processo histórico (Ramos, 2013). Recupera-se, portanto, o aspecto ideacional da hegemonia, buscando a identificação de imagens coletivas construídas intrabloco a respeito da atual ordem agroalimentar internacional.

Ao considerar o BRICS enquanto espaço de agência relevante na atual ordem internacional, as Cúpulas anuais entre os países servem como expressão relevante da união entre diferentes agendas agroalimentares e a tentativa de construção – ou não – de consensos mínimos a respeito deste e outros temas. Além disso, a reunião dos países nessas oportunidades podem ser interessantes fontes de análise do posicionamento do bloco, de uma maneira mais ampla, em uma ordem em crise. Ainda que a heterogeneidade do agrupamento seja um fator limitante, os rumos do diálogo entre potências agroalimentares têm impacto no atual sistema agroalimentar internacional.

Pensando nisso, foram identificadas 16 declarações finais, relativas às cúpulas do BRICS entre 2009 e 2024. A partir delas foram buscados os termos “agroalimentar”, “alimento/alimentar”, “agricultura”, e “nutrição”, a fim de analisar qualitativamente de que forma os termos são entendidos pelo grupo e quais são as principais iniciativas para o tema. Destaca-se que foram utilizados os textos disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil em português, com exceção para as declarações de 2009, 2010, 2016, 2018 e 2023, obtidas na língua inglesa⁶⁷. Por fim, analisou-se também a declaração conjunta da reunião de Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário do BRICS de 2024, buscando identificar os principais interesses recentes de cooperação entre o bloco sobre o tema.

A primeira Cúpula, realizada em Ecaterimburgo, na Rússia, em 2009, celebrou oficialmente a criação de espaço diplomático para a relação de China, Brasil, Rússia e Índia – com África do Sul entrando somente mais tarde, em 2011. Sendo uma declaração comparativamente menor e com foco direcionado à crise econômica global, o tema alimentar possui uma única menção na qual reforçam o objetivo de cooperação para “áreas socialmente vitais” como assistência humanitária, redução de riscos de desastres naturais e segurança alimentar, sendo essa última compreendida como um dos objetivos mais relevantes internacionalmente para o agrupamento. Neste sentido, estabelece-se que o BRIC poderia contribuir significativamente para condições sustentáveis deste objetivo, sem avançar, porém, de que forma tais contribuições poderiam ser feitas (Russia, 2009).

Percebe-se que, neste primeiro encontro, assim como na discussão apresentada na declaração da Cúpula de Ecaterimburgo, as relações entre os países do então BRIC ainda era bastante incipiente para a agenda agroalimentar. Conforme apresentado nos capítulos 3 e 4 deste estudo, este foi um momento em que mesmo China e Rússia – os chamados países

⁶⁷ Nestes casos, os termos pesquisados foram “agrifood”, “food” “agriculture” e “nutrition”.

transformadores – ainda estavam desenvolvendo políticas mais pensadas para a autossuficiência agroalimentar, influenciadas principalmente pela crise de 2008. No caso russo tem-se como exemplo o Programa Estatal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura 2008-2012, lançado no ano anterior, em 2008. Já para o chinês destaca-se a criação de uma de suas políticas mais relevantes de autossuficiência, o Plano de Segurança de Grãos de Médio a Longo Prazo (2008-2020). Além deste período poder ser enxergado como um momento de reorganização interna dos países para a agenda agroalimentar, nota-se que é a partir da primeira década dos anos 2000 que as relações bilaterais para o setor ganham força.

Em 2010, na Cúpula realizada no Brasil, a declaração conjunta, dividida em temas, destina uma destas subseções para a agricultura, reforçando a intenção de cooperação dos países do bloco sobre o assunto. Este compromisso é reforçado pela declarada satisfação em relação à primeira Reunião de Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, ocorrida naquele ano em Moscou. Nessa oportunidade discutiu-se a cooperação entre os países com “especial atenção à agricultura familiar”, buscando criar mecanismos garantidores da segurança alimentar internacional. Além disso, celebrou-se a iniciativa de criação de um sistema de base de informações agrícolas dos países, integrando dados de produção, distribuição e desenvolvimento tecnológico agroalimentar. Ainda que não colocadas em prática naquele momento, tais intenções demonstraram um avanço nos esforços conjuntos do bloco a respeito da pauta agroalimentar (Brasil, 2010).

A atenção dada ao setor naquele ano pode ser entendida como parte do processo de fortalecimento desta agenda para cada país, por diferentes razões. Se por um lado China e Rússia já caminhavam para construção de políticas de longo prazo para o setor, pensando principalmente sua segurança e autossuficiência alimentar, o Brasil estava em um momento de pleno crescimento agroexportador e institucionalização da pauta agroalimentar – do ponto de vista da segurança nutricional –, como pode ser observado pelo lançamento do Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Já a Índia estava em uma situação de baixa nas exportações – que durou até 2011 – e diminuição na participação estatal nas empresas agroalimentares, o que intensificou a situação de insegurança alimentar e reforçou a necessidade do governo em retomar essa pauta no país. Nesse sentido, mecanismos de compartilhamento de informações para o setor serviriam positivamente para os diferentes países do agrupamento.

Na Cúpula de 2011, celebrando a entrada da África do Sul no bloco, surge como preocupação a alta volatilidade dos preços das *commodities* e, portanto, dos alimentos. A

respeito disso, as distorções praticadas pelo mercado financeiro foram declaradas como um risco para a recuperação da economia. Nesse sentido, o BRICS se propõe a cooperar em matéria de segurança alimentar a níveis nacional, regional e internacional, pensando também na estabilização de preços destes produtos por meio de uma maior regulação do mercado de derivativos de *commodities*, com um declarado foco no setor financeiro. Além disso, o primeiro Plano Ação do BRICS apresentado em sua declaração final prevê a realização do Encontro de Peritos em Agricultura e a Segunda Reunião de Ministros da Agricultura, que foram realizadas no mesmo ano na China, a fim de avançar na discussão a respeito da criação de um Sistema de Informação Agrícola do BRICS e debater segurança alimentar conjuntamente. Destaca-se, nesse sentido, o início da duradoura tradição do bloco de tratar a temática agroalimentar em reuniões temáticas com ministros e demais responsáveis, setorizando tais discussões e buscando um alinhamento na atuação de cada um dos membros no que diz respeito à essa temática (Brasil, 2011). Tal setorização, além de representar a crescente relevância do tema para o agrupamento, pode ser compreendida também sob a ótica de tentativa de facilitação de diferentes interesses, que, com a segmentação, permite construções mais direcionadas de consenso.

Na Cúpula de 2012, realizada em Nova Délhi, na Índia, as menções aos termos sobre o sistema agroalimentar aumentaram. Durante essa oportunidade, segurança alimentar e energética foram mencionadas como “um dos desafios mais importantes da atualidade” e “centrais para o tratamento do desenvolvimento econômico”. A partir de um entendimento de desenvolvimento sustentável, o combate à fome e desnutrição surgiram como compromisso relevante para o bloco no contexto da época. Novamente a volatilidade de preços de alimentos – e agora, também de energia – são mencionadas reforçando a necessidade de regulação de mercados. No que tange a segurança alimentar e nutricional, os países-membro entendem o potencial do bloco na produção agrícola produtiva e transparente, tendo em vista às necessidades de todo o sistema internacional de forma mais ampla. A pauta alimentar foi incluída também no encontro de Altos Funcionários em Ciência e Tecnologia, como setor a receber atenção especial para pesquisa e inovação. Neste sentido, cooperação e intercâmbios científicos foram incentivados. No Plano de Ação deste ano, foi determinada a realização do terceiro encontro de Ministros da Agricultura e suas reuniões preparatórias (Brasil, 2012).

Em 2013, na V Cúpula realizada em eThekwin, África do Sul, menções ao setor agroalimentar mantiveram-se significativas. Neste ano, segurança alimentar incorporou um dos compromissos firmados pelo grupo para o desenvolvimento do continente africano, principal

foco do evento⁶⁸. Além disso, os desafios da segurança alimentar devido à volatilidade dos preços dos alimentos voltaram a surgir, dessa vez situando tal desafio como parte das dificuldades mais amplas enfrentadas por países em desenvolvimento, que ameaçam seu pleno crescimento, e aos compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. É interessante notar que pela primeira vez a temática agroalimentar surgiu acompanhada de uma autodiferenciação do bloco para com os países ditos desenvolvidos, incorporando a noção de desigualdade no enfrentamento de crises, neste caso, a alimentar. Como feito nos anos anteriores, o Plano de Ação incorporou as próximas reuniões de Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário dos BRICS e do Grupo de Trabalho de Peritos em Agricultura (Brasil, 2013).

Ao destacar o desenvolvimento do continente africano durante a Cúpula de eThekweni reforça-se também a relevância do país anfitrião no direcionamento das discussões. Sendo o primeiro evento realizado sob liderança da África do Sul, a agenda nacional de fortalecimento da segurança alimentar – interna e regionalmente – toma lugar ao lado da autodiferenciação do agrupamento em relação aos países desenvolvidos. Isso porque este foi um período em que o governo sul-africano reviu internamente o conceito de segurança alimentar para o país e para a região – evidenciado pela Política Nacional sobre Segurança Alimentar e Nutrição –, destacando a noção de **acesso** aos alimentos. Nesse sentido, a volatilidade do mercado agroalimentar internacional passa a ter ainda mais relevância. Neste mesmo ano Rússia atingiu seu pico de valor de importações para o setor, com 39,9 trilhões de dólares em produtos agropecuários, e China se consolidava como grande importadora do setor (FAO, 2025a). Este foi o momento também em que Índia recuperou seu patamar de exportação agroalimentar e Brasil avançava como maior agroexportador do bloco.

O encontro realizado em 2014, realizado em Fortaleza, Brasil, teve como grande destaque a assinatura do acordo de criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) do BRICS. Na declaração deste ano, o bloco destacou os diferentes níveis de desenvolvimento e de capacidade dos países e que, por prezarem por “uma economia mundial aberta e com alocação eficiente de recursos”, enxergavam a relevância da conclusão bem-sucedida da Rodada de Doha da OMC, inclusive com a inclusão dos Estoques Públicos para Fins de Segurança Alimentar. Além disso, os países comprometeram-se com a cooperação agrícola e com iniciativas que garantam o acesso à alimentos para populações vulneráveis, inclusive por

⁶⁸ Nesta oportunidade tornou-se evidente a relevância do país anfitrião no estabelecimento de pautas nas Cúpulas, uma tendência que já vinha de eventos anteriores e se seguiu ao longo dos anos (Ramos et al, 2018).

meio da adaptação agroalimentar diante das mudanças climáticas. Celebrou-se também a designação de 2014 como o Ano da Agricultura Familiar, definida pela Assembleia Geral da ONU, e o apoio de organizações internacionais durante as eleições de Guiné-Bissau, reconhecendo a importância da estabilidade política na redução de insegurança alimentar do país. Novamente no Plano de Ação incorporou-se a reunião dos Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (Brasil, 2014).

Novamente, o processo de diferenciação entre os países do bloco e os demais se torna evidente, algo reforçado pela especial atenção ao mercado internacional de alimentos. Isso porque ainda que a agenda agroalimentar de China e África do Sul estivessem em momentos muito diferentes neste período, ambos necessitavam de um comércio agroalimentar internacional mais justo e equilibrado. Assim, mesmo sendo o padrão para esse tipo de declaração, destaca-se a ausência de objetivos mais especificamente declarados, o que pode ser entendido pelo distanciamento e heterogeneidade do agrupamento. Além disso, evidencia-se a partir deste encontro o reforço ao respeito e funcionalidade de órgãos internacionais para o tema e para o comércio, de forma mais ampla, como menções diretas à FAO e OMC.

Em 2015, a Cúpula de Ufá, na Rússia, seguiu a tendência dos anos anteriores de determinação de pautas a partir do país anfitrião. Nesse sentido, com foco no adensamento institucional do bloco e no fortalecimento do recém-criado NDB, o BRICS tratou da questão agroalimentar pensando a cooperação entre seus membros, o compartilhamento de informações e a participação em foros internacionais de discussão do tema, como na FAO. A cooperação agrícola foi um dos temas citados para a Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS, celebrada no encontro de 2015. Além disso, tecnologias e inovações agrícolas, fornecimento de alimentos às populações mais vulneráveis, mitigação aos impactos das mudanças climáticas e redução da volatilidade dos mercados de alimentos internacionais foram compromissos reforçados nesta declaração, todos elementos já citados em eventos anteriores do grupo. O estabelecimento de 2015 como o Ano Internacional dos Solos pela AGNU também foi celebrado no bloco, que se comprometeu com práticas para gestão sustentável do solo (Ramos et al, 2018; Brasil, 2015).

A Parceria Econômica do BRICS, além de representar o desejo dos países do bloco em fortalecerem suas relações comerciais e de cooperação para o tema, pode também ser entendida como expressão da uma necessidade latente da Rússia, em especial. Com a reformulação de sua Doutrina de Segurança Alimentar após a invasão na Criméia, em 2014, a Rússia passou a proibir importação de produtos de países envolvidos em sanções, em especial Estados Unidos, União

Europeia e Canadá. Nesse sentido, para além de uma oportunidade de desenvolvimento junto ao bloco, a criação de uma parceria econômica e de compromissos vinculados ao setor agroalimentar demonstrava ser estratégica para o governo russo.

A VIII Cúpula do BRICS, realizada em Goa, na Índia, teve como tema “Construindo soluções responsivas, inclusivas e coletivas”, dando destaque à busca conjunta por uma paz sustentável a partir de esforços multilaterais. Desta vez, as menções a pauta agroalimentar vieram acompanhadas não somente do interesse em cooperar para produção, distribuição e segurança alimentar, mas também enfatizando a importância de acabar com a má nutrição e a fome internacionalmente, destacando a relevância do bloco neste setor.

Como os maiores produtores mundiais de produtos agrícolas e lar de grandes populações, enfatizamos a importância da cooperação dos BRICS na agricultura. Reconhecemos a importância da agricultura baseada na ciência e da implantação de tecnologia da informação e comunicação (TIC) (Brasil, 2016b, n. p., tradução nossa⁶⁹).

Esta foi a primeira vez que o agrupamento citou formalmente na sua declaração de cúpula a sua posição no atual sistema agroalimentar internacional como os maiores produtores agrícolas do mundo, algo que se segue ao longo dos anos. Além disso, a declaração incluiu também menções à agricultura de pequeno porte a partir da assinatura do Memorando de Entendimento para Estabelecimento da Plataforma de Pesquisa Agrícola (ARP, na sigla em inglês) do BRICS, a fim de incentivar a cooperação dos países para diferentes tipos de produção – e não somente a produção em massa. O estabelecimento da Plataforma de Pesquisa foi a principal iniciativa de Goa para o setor agroalimentar no bloco. Adicionalmente, o compartilhamento de experiências e desenvolvimento de infraestrutura foram incentivados de maneira mais ampla, principalmente para irrigação, tendo em vista os impactos de secas nos últimos anos. Nota-se, neste sentido, uma adequação à realidade enfrentada pelos setores agroalimentares de cada um dos membros, buscando cooperação para respostas à tais situações que lhe são comuns – como mudança climática e superação dos prejuízos da produção em massa. O Plano de Ação de 2016 mencionou também os próximos encontros dos Ministros de Agricultura, Grupo de Trabalho de Agricultura e experts para Plataforma de Pesquisa Agrícola do BRICS.

Em 2017, na Cúpula realizada em Xiamen, na China, os países do bloco reforçaram sua visão compartilhada para construção de uma ordem internacional mais justa e representativa,

⁶⁹ *As the world's leading producers of agriculture products and home to large populations, we emphasise the importance of BRICS cooperation in agriculture. We recognize the importance of science-based agriculture and of deploying information and communication technology (ICT).*

com foco principalmente na institucionalização de sua cooperação⁷⁰. No que tange o setor agroalimentar, a declaração destaca a complementariedade dos países do bloco na produção agrícola, o que reforça o potencial para essa cooperação em específico. Neste sentido, foram estabelecidas como prioridades para o setor: (a) segurança alimentar e nutrição; (b) adaptação da agricultura às mudanças climáticas; (c) cooperação e inovação em tecnologia agrícola; (d) comércio e investimento agrícola; e (e) aplicação das TICs na agricultura para o crescimento estável do setor a nível global e para o alcance das ODS. Para atuar nestes segmentos, foi estabelecido o Centro de Coordenação da Plataforma de Pesquisa Agrícola do BRICS, na Índia. O continente africano recebeu destacada preocupação em relação aos desafios enfrentados para seu desenvolvimento independente e sustentável, inclusive para sua segurança alimentar. Por fim, além das menções ao setor no Plano de Ação de 2017 – nas reuniões de ministros e GTs –, destaca-se a elaboração do Plano de Ação 2017-2020 para a Cooperação Agrícola dos países do BRICS e do Relatório sobre o Desenvolvimento Agrícola do bloco neste mesmo ano (Brasil, 2017).

Em 2018, a X Cúpula do BRICS foi realizada em Joanesburgo, na África do Sul. Com o tema “BRICS na África: colaboração para um crescimento inclusivo e prosperidade compartilhada na 4ª Revolução Industrial”, a Plataforma de Pesquisa Agrícola do bloco recebeu especial atenção, com o reconhecimento da necessidade de acompanhamento e implementação dos objetivos propostos. Evidenciou-se também a busca por “resiliência dos sistemas alimentares e agrícolas coletivos” perpassando, neste sentido, por meio da pesquisa e desenvolvimento e tecnologias para o setor. Em relação à Estratégia para Parceria Econômica do BRICS, a agricultura surge, junto com a indústria, como setor onde o agrupamento pretende fortalecer sua participação – e de suas empresas – nas cadeias globais de valor (Brasil, 2018).

Assim como em encontros anteriores, na cúpula de 2018 é retomado o foco no continente africano, o qual a busca por segurança alimentar e nutricional surge como um dos desafios nos quais o BRICS pode impactar positivamente, principalmente por meio do investimento em infraestrutura na região. Destaca-se um avanço neste sentido, se comparado à primeira cúpula de 2009. Diferentemente do primeiro encontro dos então BRIC, o evento de 2018 previu investimentos em infraestrutura como um *locus* prático do potencial impacto positivo do agrupamento no sistema agroalimentar internacional. Por fim, além das reuniões já

⁷⁰ Isso pode ser observado pela assinatura, em 2017, do (a) Plano de Ação do BRICS para a Cooperação para a Inovação (2017-2020); (b) Estrutura Estratégica da Cooperação Aduaneira do BRICS; (c) Memorando de Entendimento entre o Conselho Empresarial do BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento sobre Cooperação Estratégica (Ramos et al, 2018).

regulares para o setor, o Plano de Ação incorpora também Visitas de Campo Agrícolas para 2018.

A XI Cúpula dos BRICS, realizada em Brasília, foi marcada pelo foco no desenvolvimento futuro do bloco e seus países membros, deixando de lado o tradicional convite aos vizinhos do país anfitrião e as menções “regionalizadas” na sua declaração – neste caso, dos conflitos regionais vigentes na época. Tal movimento está intimamente conectado à presidência de Jair Bolsonaro no país, primeiro líder eleito pela direita/extrema-direita desde a criação do BRICS. Com discordâncias explícitas com China e Rússia sobre seus vizinhos sul-americanos, Bolsonaro deixou uma série de pautas regionais de fora da reunião. O tema agroalimentar surgiu também de maneira mais pontual nesta declaração, com o reforço da necessidade de cooperação e potencial do bloco para o setor principalmente para temas de segurança alimentar e uso de tecnologia, porém, sem maiores compromissos adquiridos. Como resultados são mencionadas as declarações dos Ministros e Vice-Ministros de Agricultura do BRICS realizadas sob a presidência brasileira (Brasil, 2019). Este pode ser considerado o início, mais declarado, do processo de bilateralização do bloco, discutido a seguir.

Em 2020, a Cúpula foi realizada, pela primeira vez, de maneira remota, devido a pandemia de coronavírus. Tendo como país anfitrião a Rússia, a Declaração de Moscou reconhece as novas dificuldades impostas internacionalmente e reforça a relevância da cooperação do agrupamento para a superação destas. A partir desse contexto, é reiterada a necessidade de cadeias de suprimentos mais resilientes e com maior produção de itens de saúde e alimentação, reconhecendo a relevância dos membros do bloco na produção internacional de alimentos e, por sua vez, na segurança alimentar e nutricional global em tempos de crise. Diferentemente dos anos anteriores, toda cooperação e desenvolvimento agrícola em resposta à pandemia são citados sob a luz das regras da OMC, buscando uma abordagem coerente com as normas da organização. Este movimento pode ser compreendido como forma de reforçar o compromisso do bloco com a regulamentação internacional e o padrão já estabelecido. Por fim, a segurança alimentar surge novamente como tema de importância para o auxílio ao desenvolvimento do continente africano, desempenhado pelo bloco, e reuniões ministeriais e dos GT sobre agricultura integraram novamente o Plano de Ação daquele ano (Brasil, 2020b).

Em 2021, a Cúpula sediada pela Índia ocorreu ainda em formato online, devido a pandemia de coronavírus. Com tema “Cooperação Intra-BRICS para a Continuidade, a Consolidação e o Consenso”, a pauta agroalimentar surgiu de maneira mais contida na declaração. Seguindo o tema do encontro, são reafirmados os esforços do bloco em cooperação

para o setor, principalmente pelo Sistema de Intercâmbio de Informação Agrícola do BRICS e pela Plataforma de Pesquisa Agrícola do bloco. Além disso, iniciativas em outros setores, como o de monitoramento de satélites⁷¹, foram mencionadas como oportunidades no combate à fome. Nominalmente, a agricultura e “revitalização rural” foram mencionadas como fundamentais para o alcance adequado da Agenda 2030, algo intrinsecamente conectado ao lançamento de mais um Plano de Ação para Cooperação Agrícola (2021-2024) do bloco neste mesmo ano (Brasil, 2021). Com foco no compartilhamento de informações e tecnologia, a ausência de temas propositivos como em relação à agricultura familiar, por exemplo, pode ser entendida sob o contexto conflitivo em que o governo indiano estava, com a revogação de leis que favoreciam o agronegócio – e geraram protestos relevantes desde 2020 no país.

Em 2022, a XIV Cúpula do BRICS, realizada ainda em formato virtual, foi presidida pela China. Com foco na construção de uma “nova era para o desenvolvimento global”, o encontro reforçou a necessidade de cooperação intrabloco para a reconstrução internacional pós pandemia e pela reforma das instituições de governança. Ao setor agroalimentar foram reservadas menções conectando-o com a segurança alimentar, não apenas de alimentos em si, mas também de insumos como fertilizantes. Essa menção é relevante se pensado o contexto do encontro, realizado em junho de 2022 e, portanto, após a invasão da Rússia na Ucrânia, em fevereiro do mesmo ano. A menção aos fertilizantes como parte relevante da segurança alimentar global reforça a participação russa no atual sistema agroalimentar, destacando – e presumivelmente, justificando – a cooperação continuada dos demais países do bloco com a Rússia neste setor. A inclusão deste tema na declaração a partir deste contexto evidencia o peso da agenda interna russa no bloco. Neste sentido, o Plano de Ação 2021-2024 e a Estratégia de Cooperação em Segurança Alimentar dos Países BRICS são reforçadas como parte fundamental deste objetivo global pelo acesso aos alimentos internacionalmente. Adicionalmente, menções à segurança alimentar como pauta a ser apoiada no continente africano foram feitas (Brasil, 2022).

Em 2023, a XV Cúpula dos BRICS marcou o reencontro dos líderes de forma presencial, em Joanesburgo, findadas as restrições impostas pela pandemia de covid-19. A superação gradual da pandemia permitiu também que temas como “multilateralismo inclusivo” e reformas das instituições globais de governança retornassem ao centro do debate do bloco. Este retorno surge também na pauta agroalimentar, com o reforço à necessidade de progresso em um sistema

⁷¹ Nesta oportunidade foi celebrado a assinatura do acordo entre as agências espaciais do bloco para Cooperação na Constelação de Satélites de Sensoriamento Remoto do BRICS.

de comércio agrícola justo e “orientado ao mercado”. Entende-se que, por meio disso, é possível acabar com a fome e com a insegurança alimentar e nutricional, dando especial foco ao artigo 20 do Acordo sobre Agricultura da OMC⁷². Ainda evidenciado o lado comercial/econômico do setor agroalimentar, a declaração reconhece a importância das soluções permanente sobre estoque público e mecanismos de salvaguarda especial ao mesmo tempo em que declara preocupação com “medidas restritivas ao comércio que são inconsistentes com as regras da OMC, incluindo medidas ilegais unilaterais, como sanções, que afetam o comércio agrícola” (Brasil, 2023c, n. p., tradução nossa⁷³), uma referência clara às medidas ocidentais contra a Rússia após a invasão ucraniana, em 2022. Importa destacar também que ainda na Cúpula de Joanesburgo marcou mais um movimento de expansão do bloco, com o convite formal de Argentina, Irã, Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Etiópia.

Ainda em 2023, a cooperação multilateral é citada como essencial para resposta contra a fragmentação geopolítica e geoeconômica, sendo o combate à fome, acesso a alimentos e adaptação às mudanças climáticas algumas das áreas de interesse de tal cooperação. O BRICS, nesse sentido, desempenha papel importante não somente intrabloco, mas também internacionalmente, produzindo um terço de todo alimento do mundo e sendo, portanto, parte responsável pela segurança alimentar global. O Plano de Ação 2021-2024 surge como guia fundamental para tal objetivo, bem como a Estratégia de Cooperação em Segurança Alimentar para construção de cadeias de suprimento resilientes. Por fim, segurança alimentar surge como pauta também para cooperação do bloco no continente africano e, pela primeira vez, destacam a relevância da participação das mulheres – a citar pelo BRICS Women's Business Alliance – no fortalecimento de iniciativas para o aumento da produtividade agrícola e acesso à terra (Brasil, 2023c).

Finalmente, a XVI Cúpula do BRICS, em 2024, realizada em Kazan, na Rússia, foi celebrado como o primeiro encontro formal do bloco após seu novo processo de *outreach*, com a participação de Irã, Egito, Emirados Árabes Unidos e Etiópia⁷⁴. A pauta agroalimentar surge retomando compromissos anteriores de cooperação multilateral para um desenvolvimento mais sustentável, inclusive na garantia de acesso aos alimentos a nível internacional. Adicionalmente, a declaração evidencia o repúdio contra “medidas coercitivas unilaterais

⁷² O artigo 20 versa sobre o processo de reforma do comércio agrícola internacional, destacando o foco ao mercado e o tratamento diferenciado de países em desenvolvimento (Brasil, [s.d]).

⁷³ [Concerned with] trade restrictive measures which are inconsistent with WTO rules, including unilateral illegal measures such as sanctions, that affect agricultural trade.

⁷⁴ Argentina e Arábia Saudita não participaram do encontro e, até o momento, recusaram participar do bloco formalmente.

ilegais”, neste caso, as sanções impostas a Rússia no setor. Neste mesmo sentido, a resiliência e o “comércio desimpedido na agricultura” surgem como pautas relevantes para o bloco, adicionando uma preocupação com os pequenos agricultores, parte importante do sistema agroalimentar internacional. O papel de líder do BRICS para o setor surge também como ponto central da declaração, ao evidenciar o apoio do bloco a eventos e discussões internacionais sobre o setor – como a Conferência sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrícola Sustentável e a Cúpula Global sobre Segurança Alimentar, por exemplo (Brasil, 2024b).

Ainda sob uma visão de mercado sobre o setor, a declaração de 2024 saúda o governo russo pela iniciativa de estabelecer plataforma para comércio de grãos dentro do BRICS – a BRICS Grain Exchange – visando o acesso seguro à estas *commodities*. Importa contextualizar, porém, tal iniciativa dentro do cenário de sanções sofrida pela Rússia, desde o início do conflito na Ucrânia, em 2022. Além disso, a ampliação da iniciativa da Rede de Universidades do BRICS teve como uma de suas áreas de oportunidade de pesquisa a agricultura sustentável e segurança alimentar, buscando novamente a cooperação dos países-membro dentro desta temática. O Fórum Empresarial também foi citado como ambiente de diálogo para diferentes pautas de interesse do bloco, inclusive agricultura (Brasil, 2024b). Um fortalecimento de caráter multilateral entre diferentes setores neste momento – como com a iniciativa *Grain Exchange*, a Rede de Universidades e o Fórum Empresarial –, evidencia a utilização das Cúpulas como espaços de negociação entre os países, a fim de retomar o objetivo central de reordenação internacional a partir do BRICS. Temas de interesse da Rússia se destacam como proposições para isso.

No que tange a última Reunião de Ministros de Agricultura do BRICS, a declaração conjunta de 2024 é marcada por um posicionamento mais crítico do bloco em relação às práticas ocidentais para o setor – notadamente, as sanções impostas ao comércio e produtos agrícolas russos –, movimento bastante influenciado pelo país anfitrião. O documento é dividido em subseções sobre segurança alimentar, comércio mútuo e sustentabilidade da produção agrícola. Sobre este primeiro, incorporam à necessidade de aumento de produtividade e desenvolvimento rural as necessidades de mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, agricultores familiares, comunidades locais e pessoas com deficiências. Além disso, reconhecem não apenas o uso de tecnologia e inovação no setor, mas também do resgate de culturas/sementes indígenas de alto valor nutricional e a relevância da agrobiodiversidade. Este tipo de discussão, apesar de não tão presente nas declarações finais das Cúpulas, demonstra um posicionamento do BRICS com a preocupação da qualidade dos alimentos, e não somente sua suficiência numérica (Rússia,

2024). Essa preocupação demonstrou estar crescendo em países como China, Brasil e Índia, nos últimos anos.

Em relação ao tópico comércio mútuo, os ministros reforçam a necessidade de tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento a partir das noções da OMC para o tema, bem como o avanço da diplomacia agrícola. Medidas de restrição comerciais e sanitárias para além do padrão internacional são vistas como empecilhos ao alcance pleno da segurança alimentar internacional, e citadas como medidas não científicas que dificultam tal objetivo. Além disso, a iniciativa russa de criação de uma “Bolsa de Grãos” do BRICS é entendida também como estratégica do ponto de vista comercial e de segurança. Por fim, em relação a sustentabilidade da produção agrícola, a declaração reforça a necessidade de compartilhamento de tecnologias de combate ao desperdício e mecanismos para reversão de solos/ecossistemas degradados, o que evidencia o objetivo de criação conjunta de cadeias de suprimento mais resilientes e adequadas ao atual cenário de crise climática. Novamente aqui são reforçados não apenas novas tecnologias, mas também saberes locais tradicionais/indígenas, a fim de endereçar tais questões. Por fim, a Cooperação Sul-Sul é citada também como fonte de aumento da produtividade agrícola não apenas dos países membros, mas de todos em desenvolvimento (Rússia, 2024). Nota-se ainda que em 2025, sob a presidência brasileira, será construído o novo Plano de Ação para Cooperação Agrícola do bloco, referente a 2025-2029.

A partir dos dados aqui levantados, é possível notar a construção conjunta de um entendimento compartilhado – ainda que ideologicamente – sobre o setor agroalimentar internacional no BRICS. O foco à segurança alimentar, ao comércio justo e às medidas para o desenvolvimento sustentável celebram a maneira em que o agrupamento tem enxergado o setor ao longo dos anos, e, nesse sentido, sua participação nele. Destaca-se que estes são temas comuns a todos os países, tratando de desafios que perpassam limites geográficos e, portanto, atingem todos os membros de algum modo. No que tange aos tópicos mais específicos, Rússia surge como país com maior força para o tema, expressando sua agenda nacional nas cúpulas e declarações finais do agrupamento. Presume-se que, para além do peso político e econômico em que o país exerce no bloco, seu posicionamento declaradamente “antiocidental” impacta em um papel mais propositivo neste sentido. É evidente também a influência em que os países anfitriões possuem em cada declaração, fazendo com que os documentos, ao longo dos anos, favoreçam mais ou menos alguns pontos específicos da agenda nacional de cada membro.

Nos últimos anos, com as crises que sucederam após 2020 – como a pandemia e o conflito russo-ucraniano – o BRICS demonstra em sua visão sobre o setor agroalimentar a

importância de mercados abertos e do acesso aos alimentos, reforçando o conceito de segurança alimentar estabelecido pela FAO (2003). Além disso, referências mais recentes à OMC e às normas internacionais vigentes reforçam o alinhamento do bloco ao sistema agroalimentar construído sob bases ocidentais, sem demonstrações de rompimento ou criação de alternativas alheias a este sistema. Contraditoriamente, porém, noções de agrobiodiversidade e preocupações com pequenos produtores surgem também abraçando novas tendências para o setor, que têm como foco a qualidade do alimento que se é consumido.

Neste sentido, entende-se a subjetividade circundante ao setor agroalimentar internacional, para o BRICS, como dialeticamente construída, integrando antigos modos de entender o sistema internacional e agendas bastante específicas nacionalmente junto às tendências recentes mais amplas de sustentabilidade. Tal movimento resgata noções neogramscianas de revolução passiva, uma vez que representa a transformação – ainda que gradual – de parte importante que compõe a hegemonia: seus significados intersubjetivos e imagens coletivas da ordem mundial. Ainda que as declarações não sejam suficientes para identificar de fato a incorporação de tais ideais em cada um dos seus membros, elas servem, ao fim e ao cabo, como referenciais de consenso mínimo entre o bloco para o tema. Limitados do ponto de vista do BRICS enquanto agente – propondo transformações –, os textos evidenciam a consideração do bloco enquanto espaço de agência ao incluir temas relevantes para a agenda de cada membro e seus objetivos. A partir disso é possível vislumbrar as transformações do significado do setor agroalimentar para o BRICS como uma contrapartida da hegemonia ideacional existente, elaborada a partir de consensos mínimos entre seus membros sobre novas tendências do setor. Analisados os principais elementos discursivos do papel do BRICS no atual sistema agroalimentar, a subseção seguinte avança na cooperação prática para essa questão, buscando resgatar de que forma o bloco tem atuado na transformação da atual ordem.

5.2 Desenvolvimento na prática: a cooperação para infraestrutura agroalimentar via NDB

Discorrido a respeito do aspecto ideacional do papel do BRICS no atual sistema agroalimentar internacional, importa agora analisar de que forma este posicionamento discursivo tem se apresentado na atual ordem, avançando para além da produção, comercialização e distribuição de alimentos. Ao retomar alguns pontos da abordagem neogramsciana para o tema, destaca-se que, internamente, capacidades materiais são todos aqueles recursos acumulados que auxiliam numa determinada ordem, assim como toda a riqueza que permite tal acumulação (Cox, 1981; Morton, 2007). Pensando nisso, buscando

identificar de que maneira o BRICS tem influenciado, enquanto bloco, no contexto de transformação da atual ordem agroalimentar internacional, será dado foco aos projetos desenvolvidos dentro do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), instituição financeira e representação da institucionalização máxima do agrupamento. Neste sentido, serão identificados projetos que possuam algum tipo de impacto para o setor, bem como as principais destinações de tais investimentos – para membros ou não membros oficiais do bloco. Além disso, espera-se investigar de que forma as iniciativas formalizadas no âmbito do BRICS, com a Plataforma de Pesquisa Agrícola em Nova Délhi, na Índia, tem impactado a ação conjunta do bloco neste setor.

O Novo Banco de Desenvolvimento teve acordo formal assinado pelos cinco membros do bloco em 2014, durante a VI Cúpula em Fortaleza, no Brasil. Criado formalmente em 2015, a instituição se classifica como um banco multilateral de desenvolvimento, criado para mobilizar recursos para infraestrutura e desenvolvimento sustentável de mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDCs, na sigla em inglês). Além dos cinco membros fundadores, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e Uruguai integram o grupo. Tendo como foco impactar positivamente o âmbito social, ambiental e econômico dos países envolvidos, os projetos aceitos pelo NDB são divididos em seis grandes áreas, sendo elas: (1) energia limpa e eficiência energética; (2) infraestrutura para transporte; (3) água e saneamento; (4) proteção ambiental; (5) infraestrutura social; e (6) infraestrutura digital. Ao total, o banco aprovou, até março de 2025, 96 projetos que totalizaram 32,8 bilhões de dólares em financiamentos. Destes, a área de infraestrutura para transporte se destaca entre as demais, representando cerca de $\frac{1}{3}$ do total investido (NDB, 2025).

Conforme demonstrado, o setor agroalimentar não se caracteriza como uma área específica de atuação do banco, o que não representa, porém, seu total descolamento dos projetos aceitos pelo NDB. As áreas de infraestrutura para transporte, água e saneamento e proteção ambiental são as entendidas como de maior influência para o setor, alinhadas também à visão do bloco no que diz respeito a segurança alimentar e nutricional do agrupamento e do mundo. Isso porque, assim como nas declarações das cúpulas, ambas as áreas de foco destacam a relevância da adequação e resiliência para com mudanças climáticas mais recentes, buscando posicionar os países do bloco dentro deste novo contexto.

A partir de tal consideração, destaca-se que dentre os 96 projetos aprovados pelo Novo Banco de Desenvolvimento, 38 deles estão dentro da área de infraestrutura de transporte

(39,58%), conforme o quadro abaixo⁷⁵. Destes, dois são destinados para melhoramento de estradas rurais na Índia e um deles na China. Adicionalmente, outros projetos que visam melhorar a infraestrutura dos países podem ser vistos como diretamente conectado com o setor agroalimentar, sendo Índia o principal membro beneficiado nesta área de investimento, com 14 projetos aprovados, seguido de China (13), África do Sul (4) e Brasil (4) e Rússia (3). Para a área de água e saneamento, responsável por 14 projetos aprovados (14,58%), Índia segue sendo o principal beneficiado, com 7 iniciativas, seguido de Brasil, Rússia e China com 2 projetos e África do Sul com somente 1. Essa área de atuação se destaca por auxiliar não somente no acesso à água potável para populações vulneráveis, mas também para prevenir desastres como secas e enchentes. Por fim, a área de preservação ambiental possui somente dois projetos aprovados (2,08%), ambos de realização na China (NDB, 2025).

Quadro 2 – Projetos aprovados das áreas de Transporte, Infraestrutura, Água e Saneamento e Preservação Ambiental por países do BRICS

Área/País	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Área pelo total de projetos NDB (%)
Transporte	-	-	2	1	-	38 (39,58%)
Infraestrutura	4	3	14	13	4	34 (35,41)
Água e Saneamento	2	1	7	2	2	14 (14,58%)
Preservação Ambiental	-	-	-	2	-	2 (2,08%)

Fonte: Elaboração própria (NDB, 2025).

A partir destes projetos reforça-se a utilização do BRICS e seus órgãos como espaço de negociação para obtenção de objetivos próprios. Conforme destacado anteriormente, a Índia possui questões políticas graves para seu setor agroalimentar internacional, dada relação conflituosa com pequenos e médios produtores rurais. Além disso, o país tem sido afetado especialmente por secas e enchentes nos últimos anos, reforçando sua necessidade por estruturas e tecnologias resilientes para o setor. O contexto indiano auxilia na compreensão dos projetos via NDB no país, com foco em infraestrutura, estradas, saneamento e acesso à água. No mesmo sentido, a expansão chinesa de produção agrícola e crescimento de sua demanda interna podem ser entendidos como justificativas das áreas focais de seus projetos no banco,

⁷⁵ O quadro apresenta apenas as áreas elencadas neste estudo, referentes à sua conexão mais direta ao setor agroalimentar. Demais projetos aprovados pelo NDB são nas áreas de Energia Limpa e Eficiência Energética, Infraestrutura Social, Infraestrutura Digital, Assistência Emergencial à COVID-19 e Multiáreas.

prezando pela infraestrutura e transporte. Ainda que não estejam diretamente relacionados com o setor agroalimentar, projetos deste tipo em países continentais como Índia, China e Brasil – terceiro colocado nos investimentos em infraestrutura – podem impactar diretamente o escoamento da produção de alimentos. Rússia, com uma participação mais direta nas declarações das Cúpulas, tem utilizado o NDB de maneira mais tangencial, com foco em água e saneamento.

Em relação às medidas tomadas via Cúpula dos BRICS para o setor agroalimentar, destaque é dado para a Plataforma de Pesquisa Agrícola (ARP, na sigla em inglês). A ARP foi formalizada em 2016 e lançada somente em 2021, e tem como missão promover o desenvolvimento agrícola sustentável a partir de cooperação estratégica para a segurança alimentar do bloco. Apesar de não possuir site atualizado, a Plataforma centraliza as referências em cada um dos países membros – responsáveis para a pesquisa no setor – bem como documentos relevantes como as declarações ministeriais das reuniões sobre agricultura no BRICS e planos de ação do bloco. A respeito deste último, a partir do último Plano de Ação para Cooperação Agrícola do BRICS 2021-2024, destaca-se a preocupação com a integração de pequenos produtores não apenas nos sistemas agroalimentares nacionais, mas também nos mercados internacionais; o compartilhamento de conhecimento tradicional e de novas tecnologia para a manutenção da qualidade dos bens alimentares produzidos; e o fortalecimento do comércio agrícola entre os membros (ARP, 2025).

De maneira geral, há poucos registros sobre as ações práticas tomadas pelo BRICS conjuntamente no que diz respeito ao setor agroalimentar internacional. Este fato faz com que seja retomada a tese de Karin Vazquez (2021) a respeito da bilateralização do bloco, a qual, a partir da abordagem de “multilateralismo *a la carte*”, destaca como atores internacionais têm preferido formas mais flexíveis de cooperação e governança, sem a rigidez de compromissos conjuntos formalmente acordados. A ideia de multilateralismo *a la carte* é enxergada, para o caso do BRICS, como parte do *continuum* coalizão-comunidade, onde a ação do bloco poderia seguir pelo caminho de fortalecimento de posições individuais de negociação com base na cooperação conjunta – a coalizão –, ou de fortalecimento de objetivos coletivos, inclusive por meio de sacrifícios individuais, a partir da ideia de crescimento conjunto – a comunidade (Brutsch; Papa, 2013 apud Vazquez, 2021).

Neste sentido, os primeiros anos de formalização do bloco podem ser entendidos como variações de ambos os caminhos de tal *continuum*, principalmente devido à busca de respostas às crises internacionais e o próprio objetivo de criação do agrupamento, transformar o modelo

de governança internacional vigente. Nos últimos anos, porém, observa-se uma bilateralização devido ao aumento dos custos de negociações multilaterais e as diferenças intrabloco. Assim, os membros do BRICS têm optado por negociações diretas entre seus pares, considerando suas demandas e interesses internos, ao mesmo tempo em que se beneficiam da participação no agrupamento quando a ação coletiva se demonstra estratégica. Isso significa dizer que a flexibilidade na cooperação permite que os diferentes países-membro interajam entre si de acordo com seus interesses, “expandindo o menu” de negociações de cada um. Essa noção se relaciona com a abordagem aqui utilizada de considerar o BRICS como espaço de agência para o tema agroalimentar, e não agente.

No entanto, Vazquez (2021) apresenta ainda que o avanço da bilateralização das relações do bloco pode gerar consequências graves à efetividade do BRICS a nível internacional, já que a ausência de “identidade normativa e ideacional” pode enfraquecer o alcance de uma comunidade de cooperação verdadeira. Além disso, a falta de discursos mais integrados a respeito dos novos problemas globais pode dificultar a ação concreta do bloco por meio do multilateralismo. Apesar de corroborar com a tendência identificada por Vazquez, evidenciada inclusive pelo pouco registro encontrado da materialização das iniciativas do BRICS para o setor agroalimentar internacional e por consensos generalistas em suas cúpulas, destaca-se a continuidade gradual das ações concretas e da própria institucionalização do agrupamento ao longo dos anos. Para além do Novo Banco de Desenvolvimento, a instituição da Plataforma de Pesquisa Agrícola demonstra um avanço neste mesmo sentido. Além disso, progressos em relação aos consensos durante as Cúpulas representam também oportunidades de adensamento das negociações do grupo – ainda que de maneira bilateral – que auxiliam na construção de modelos alternativos de governança, inclusive para o setor agroalimentar. Espaços de negociação como este servem, neste caso, como possibilidade de maior alinhamento entre as agendas nacionais, superando a heterogeneidade e tensões dela advindas. Por fim, será discutido a seguir o posicionamento do bloco a partir das três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea identificadas em seus países-membro.

5.3 BRICS e as três problemáticas: análise da transformação, rupturas e continuidades

Conforme apresentado ao longo desta pesquisa, as três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea representam uma atualização de questões agrárias clássicas da abordagem marxista, isto é, questões que permeiam a relação do homem com o campo sob o regime capitalista ao longo dos anos. A partir dessa relação histórica, constrói-se um esquema

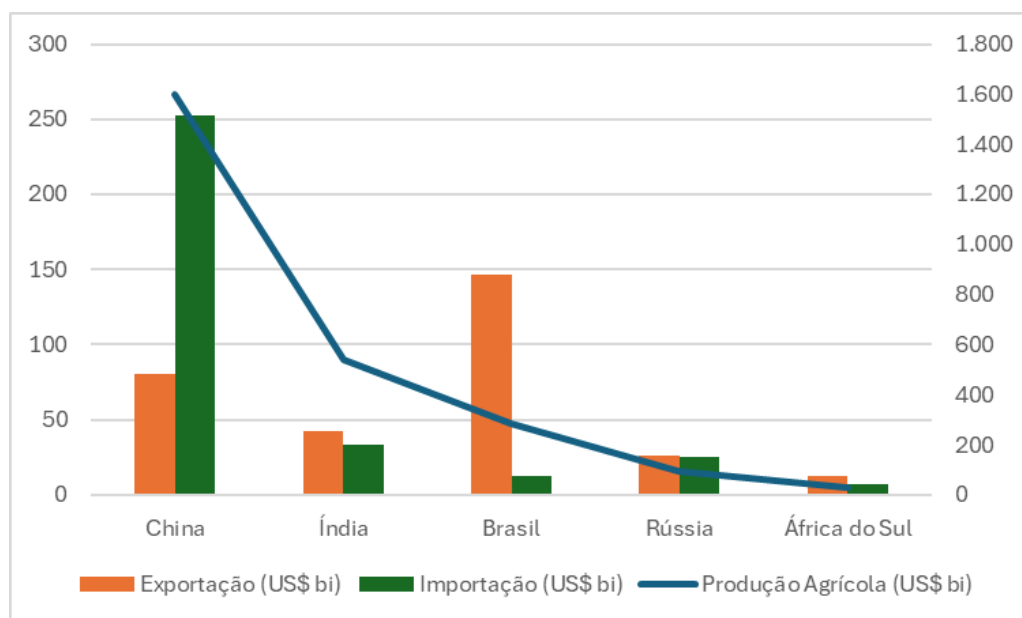
interpretativo que busca compreender o atual sistema agroalimentar a partir de sua (a) acumulação de capital; (b) reprodução social; e (c) poder e relações políticas (Escher, 2020). A partir do vislumbre das diferentes camadas do objeto de estudo aqui proposto, essa ferramenta analítica integra aspectos materiais, subjetivos e institucionais da atual realidade para o setor, uma vez que busca compreender de que forma as relações políticas, sociais e econômicas são constituídas interna e externamente na atual ordem agroalimentar internacional. A partir deste entendimento, buscar-se-á identificar convergências e divergências entre os membros do BRICS de acordo com as discussões realizadas nos capítulos 3 e 4 do presente estudo, buscando discutir mais a fundo o posicionamento do bloco a partir das agendas de cada país-membro.

Recuperando os resultados obtidos até então, torna-se evidente uma intensificação do que seria o terceiro regime alimentar discutido por Escher (2020), caracterizado principalmente pela corporativização, aumento do consumo de carne e alimentos ultraprocessados, demandas por produtos de maior qualidade e intensificação de tecnologias para o setor. Apesar destas tendências serem observadas em todos os países do BRICS, a China se destaca como o país guia neste processo, com movimentos bastante claros neste sentido. Além disso, o gigante asiático, junto com a Rússia, possui caráter notadamente “transformador”, conforme a nomenclatura da categoria aqui utilizada, já que, ao mesmo tempo em que apresentam as tendências internacionais e o reforço da atual ordem, são capazes de propor, intrabloco, mudanças que reforcem seus interesses e sirvam como alternativas dentro do modelo vigente. Essa contradição ocorre uma vez que China e Rússia, ao não quebrarem totalmente com as dinâmicas já estabelecidas, buscam privilegiar sua agenda e estratégias nacionais para o setor. Ponto fundamental para isso é a noção de autossuficiência aliada à segurança alimentar de ambos os países – algo não presente nos países da categoria “mantenedores”, por exemplo.

Passando para avaliação de cada uma das problemáticas, no que diz respeito à acumulação de capital, China se destaca como a maior produtora de produtos agrícolas em valores totais brutos (em dólares), somando 1,6 trilhão de dólares em 2023. Em seguida está a Índia com US\$ 536,9 bilhões, o Brasil com US\$ 281,7 bilhões, a Rússia com US\$ 95,5 bilhões e, por fim, a África do Sul como 26,3 bilhões. Além de liderar o ranking de produção, a China é também a maior compradora internacional do setor, totalizando 252,6 bilhões de dólares em importações de grãos e produtos agropecuários em 2023. Índia, a segunda colocada, totalizou 32,9 bilhões neste mesmo ano, uma diferença de quase 768% referente ao total chinês. Rússia, Brasil e África do Sul seguem a classificação com 25,2, 12,7 e 6,8 bilhões de dólares, respectivamente. Por fim, o único ranking em que a China não configura como a líder do bloco

é o de valor total exportado⁷⁶, lugar ocupado pelo Brasil com total de 146,6 bilhões de dólares em 2023. A China é a segunda colocada, com 80,5 bilhões de dólares, seguida por Índia (42,2 bilhões), Rússia (26,4 bilhões) e África do Sul (12,7 bilhões) (FAO, 2025a). As informações podem ser observadas no gráfico abaixo.

Figura 5 – Produção, exportação e importação de produtos agrícolas no BRICS em 2023 (em bilhões de dólares).



Fonte: Elaboração própria (FAO, 2025a).

Neste sentido, percebe-se o papel fundamental desempenhado pelos países do BRICS no que diz respeito ao abastecimento do sistema agroalimentar internacional. Apoiado sob os números, justifica-se o título de “maiores produtores agrícolas mundiais” utilizado pelo bloco a partir da VIII Cúpula em 2016, na Índia. De acordo com estimativas da FAO (2025a), o BRICS, em 2023, foi responsável por 51,67% do valor total produzido mundialmente em agricultura. Isso significa dizer que, dos mais de 5 trilhões de dólares produzidos internacionalmente, 2,6 trilhões foram produzidos por China, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul. Além disso, destaca-se a relevância da demanda interna de cada um desses países, principalmente no caso chinês e indiano.

Ainda que os bens alimentares produzidos por cada um de seus membros não representem necessariamente o todo de suas dietas – a citar o caso da soja brasileira, *commodity* produzida especificamente para a exportação – China e Índia se destacam como grandes

⁷⁶ Dados referentes ao item total de grãos e produtos agropecuários da FAO.

produtoras e consumidoras de sua própria produção, tendo em vista o significativo tamanho de suas populações. Além disso, a liderança brasileira no ranking de exportação evidencia o foco agroexportador do país, projeto político e econômico incentivado ao longo da história do país. Em relação aos principais produtos exportados de cada um em valores totais e, consequentemente, suas principais contribuições aos mercados internacionais agroalimentares, China se destaca por suas preparações alimentícias, Rússia por trigo, Brasil por soja, Índia por arroz e África do Sul por milho; o que evidencia um papel de maior valor agregado por parte da China neste contexto, já que não exporta somente *commodities* brutas.

Passando rapidamente pelos processos de transição agrária de cada um dos países-membro, aqui a diferenciação em categorias do bloco volta a fazer sentido, uma vez que China e Rússia se distinguem dos demais devido a maior participação popular no fortalecimento do setor durante seus momentos de coletivização de terras, que auxiliaram na organização econômica e social. Na China, porém, o Estado nunca deixou de liderar as transformações do setor, o que, mesmo após a descoletivização, auxiliou na modernização e reorganização agroalimentar do país. Na Rússia, por sua vez, o fim da União Soviética representou certo nível de abandono estatal do setor, que retomou com mais força somente durante o *boom* das *commodities* no início dos anos 2000 com o governo de Vladimir Putin. Já para os países classificados como mantenedores, o processo de transição agrária ocorreu de maneira mais destacada de cima para baixo. Com governos autoritários e desigualdades institucionalizadas, sejam elas de classe, raça ou geográfica, Brasil, Índia e África do Sul se assemelham ao ter incorporado, durante seus momentos de transformação agrária, políticas de caráter neoliberal para o setor, o que pode ser entendido como intensificador de tais desigualdades. Isso não significa dizer que nos casos chinês e russo o povo esteve de fato na liderança dessas reformas – já que o Estado foi, como dito, o guia destes movimentos – porém, ambos se diferenciam por contar com um maior apelo popular, sem foco exclusivo ao mercado internacional.

Em relação à corporativização, uma das tendências do atual regime agroalimentar internacional, China e Rússia se destacam ao trazerem para a estratégia nacional de autossuficiência suas *dragonhead enterprises* e *agroholdings*, respectivamente. Diferenciando-se dos países classificados como mantenedores, os casos chinês e russo apresentam como os países incorporam tal tendência em suas agendas mais amplas para o setor, transformando empresas em verdadeiras potências do agronegócio internacional, como feito mais destacadamente pela China – já que as *agroholdings* russas possuem maior relevância nacionalmente. Ainda que em países como Brasil e Índia também possuam significativas

políticas de incentivo e investimento ao setor privado agroalimentar, percebe-se um distanciamento destes e as agendas nacionais mais amplas, para além do comércio internacional. Neste sentido, China e Rússia demonstram utilizar a corporativização do atual sistema a seu favor, buscando oportunidades favoráveis ao seu próprio desenvolvimento sem romper totalmente com a ordem vigente.

A partir da problemática da reprodução social, percebe-se também uma notável diferença entre os países do bloco. Essa, porém, não segue as divisões categóricas feita ao longo dos capítulos, diferenciando os países transformadores e mantenedores. Isso porque a reprodução social está intrinsecamente relacionada não apenas aos aspectos culturais e tradicionais da alimentação do país, mas também à disponibilidade de alimentos e aos níveis de urbanização. Nesse sentido, China e Índia são exemplos de sociedades em ainda transição nutricional, exemplificado pelo impacto significativo da carnificação das dietas para a primeira e do aumento do consumo de leite para a segunda. Em ambos os casos o tamanho da população importa, tendo em vista o aumento também no consumo alimentos ultraprocessados, substituindo muitas vezes alimentos mais saudáveis. Além disso, a diversificação de produtos nos últimos anos fez com que ambos os países alterassem seus hábitos alimentares, transformando suas dietas entendidas como tradicionais. Na Rússia, Brasil e África do Sul a transição nutricional se encontra em um estágio mais maduro, com pouca alteração do que compõe a alimentação base nacional.

Ainda sobre a reprodução social, o cenário de segurança nutricional do BRICS chama também atenção para as disparidades internas, conforme demonstrado pela Figura 5. De acordo com dados de 2022, Índia é o país com a maior parcela de sua população em estado de subnutrição, totalizando 16,6%. Em segundo e terceiro lugar estão África do Sul com 7,9% e Brasil com 4,7%⁷⁷. Rússia e China contam com o melhor cenário com menos de 2,5% de sua população. Importa destacar, porém, a situação relativa de cada um dos países, dada o tamanho de suas populações – 2% do total chinês, por exemplo, ainda representa mais de 28 milhões de pessoas. Além disso, outro fator importante para a análise de segurança alimentar é a porcentagem da população incapaz de acessar uma dieta saudável em cada caso, com destaque bastante alarmante para Índia (74,1%) e África do Sul (66,7%). No caso sul-africano, o valor desta dieta é também o maior dentro do bloco, de 4,5 dólares por pessoa por dia. Em relação aos preços, a Rússia está em segundo lugar com 3,6 dólares e Índia em terceiro, com valor de

⁷⁷ Importa destacar que, para o caso brasileiro, apesar da subnutrição ter diminuído em relação ao biênio de 2004-2006, a prevalência de insegurança severa cresceu de 1,9% em 2016 para 9,9% em 2022.

3 dólares por pessoa por dia (FAO, 2023). Para o caso da Rússia, porém, destaca-se o impacto das sanções e da guerra na Ucrânia neste valor, que é aparentemente contornado a partir de uma maior parcela capaz de acessar tais produtos – ainda que mais caros.

Quadro 3 – Segurança alimentar nos países do BRICS em 2022.

País	% População Subnutrida	% Sem acesso a dieta saudável	Custo da dieta saudável (US\$/dia)
Índia	16,60%	74,10%	3,0
África do Sul	7,90%	66,70%	4,5
Brasil	4,70%	22,40%	3,3
Rússia	<2,5%	2,60%	3,6
China	<2,5%	10,90%	2,9

Fonte: Elaboração própria (FAO, 2023).

No que diz respeito ao poder político para o setor, a diferenciação entre as categorias aqui construídas de países transformadores e países mantenedores voltam a fazer sentido a partir dos dados encontrados. Isso porque China e Rússia, parte do primeiro grupo, possuem enfoque claro não apenas em eficiência e competitividade, mas também em autossuficiência. Isso significa dizer que, para além da definição clássica de segurança alimentar a partir do acesso aos alimentos, dando aos mercados internacionais papel significativo para isso, Rússia e China tem como premissa a produção interna de produtos alimentares para sua segurança nacional. Nesse sentido, políticas de definição de metas de produção são vistas nos dois casos, contemplando os principais elementos das suas dietas. É interessante compreender tal movimento pelo histórico de desconfiança que ambos os países possuem dos mercados internacionais, seu “posicionamento contrário” ao poder hegemônico estadunidense e seu Estado forte, historicamente. Isso não representa, entretanto, a ausência do Estado para o setor agroalimentar no caso dos países mantenedores, mas essa se dá de maneira distinta.

Sem a incorporação preocupações com autossuficiência, as políticas de desenvolvimento do setor estão bastante ligadas aos governos, não sendo observado um projeto de longo prazo a nível de política de Estado. Além disso, percebe-se a relação bastante próxima entre representantes do agronegócio e o poder público para os casos indiano e brasileiro, sendo visível, neste último, a participação direta desta classe na política do país. O setor no Brasil é bastante concentrado em grandes latifúndios, o que intensifica a desigualdade nos projetos políticos para o setor. Já na Índia, políticas neoliberalizantes tem dificultado o fortalecimento da classe agrícola do país, composta em grande maioria por pequenos produtores. As

contradições, nesses casos, são notáveis devido a busca por segurança e qualidade agroalimentar de um lado, e a defesa política do agronegócio e da produção em massa de outro – que geralmente produz *commodities*, e não alimentos. Por fim, na África do Sul a autossuficiência também dá lugar para a importância dos mercados internacionais em sua segurança alimentar. Porém, a baixa concentração do setor a distingue de Brasil e Índia, fazendo com que as contradições, para o seu caso, sejam relativas à busca por segurança alimentar com uma baixa integração do poder público – em si mesmo e para com a sociedade –, evidenciando as marcas de anos de segregação no país.

Finalmente, conclui-se que, se por um lado cada país do bloco está em um local específico na atual ordem agroalimentar, ou organiza-se internamente para o setor de maneira bastante distinta – não apenas do ponto de vista econômico e comercial, mas também político e social – por outro lado em todos os casos o sistema agroalimentar é entendido como uma arena em movimento, de constante e rápida transformação. As três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea auxiliam na compreensão de tal transformação, buscando evidenciar os diferentes aspectos envolvidos nesta discussão sob a égide do capitalismo. Entende-se também que a divisão entre econômico, político e social dos mecanismos estabelecidos ocorre a fins analíticos, buscando clarificar algum destes aspectos. Na realidade, porém, as problemáticas se entrelaçam, se complementam e são intrinsecamente conectadas uma à outra. Assim como a abordagem neogramsciana sobre hegemonia e transformação, essa ferramenta incorpora elementos materiais e subjetivos, que compõe a análise da agenda de cada um dos países-membro e acabam por influenciar o papel do BRICS no atual sistema agroalimentar internacional.

5.4 Conclusão

A partir do exposto neste capítulo foi possível problematizar de que forma o BRICS se posiciona na atual ordem agroalimentar, beneficiando-se de uma análise da expressão das agendas de cada membro dentro do agrupamento. Esta posição pode ser classificada como a semente de uma mudança, metáfora utilizada na abertura deste capítulo. Isso porque as tendências observadas no sistema de forma mais ampla demonstram estar bastante ligadas com as transformações guiadas pelos países do bloco, ainda que estes estejam em locais bastante distintos do atual sistema internacional. Por razão disso, e, a partir da conexão entre aspectos ideacionais e o desenvolvimento na prática, conclui-se que o BRICS tem servido como um espaço contraditório de articulação das agendas de seus membros. Isso porque, ao mesmo

tempo em que notáveis consensos emergem deste espaço – a citar preocupações com produções agroalimentares mais resilientes, que contemplem agricultura familiar e modelos de Cooperação Sul-Sul – os países do bloco ainda carecem de articulação entre suas agendas, propondo alternativas à atual ordem passíveis de serem usufruídas por todos seus membros. Neste sentido, ainda que seja “a semente de uma mudança”, a pauta agroalimentar no BRICS não floresce, neste momento, como disputa hegemônica do setor.

Além da tensão entre diferentes agendas e prioridades para cada membro, é necessário citar também as notáveis relações desiguais dentro do próprio bloco – como o distanciamento da posição de China e África do Sul na divisão internacional do trabalho, por exemplo, ou ainda, a relação de dependência mútua, mas com melhor tendência à China no complexo soja-carne Brasil-China. A superação da heterogeneidade intrínseca ao agrupamento se torna, para o caso agroalimentar, fundamental para proposições mais direcionadas ao rearranjo da atual ordem, capazes de se tornarem verdadeiras alternativas ao cenário de crise que se constrói. Considerada uma crise orgânica do sistema capitalista, que, conforme discutido por Babic (2020) com base em Gramsci, é uma crise que desafia os fundamentos da ordem construída até então, não é possível caracterizar, neste momento, o BRICS como líder de um movimento de reconstrução de tal ordem – ainda que reformista.

Isso não significa dizer, porém, que a atuação do bloco para o setor agroalimentar não tenha reflexos práticos e relevantes para as dinâmicas internacionais contemporâneas. Ao servir como espaço de articulação entre os principais produtores e comercializadores do setor, o BRICS abre diferentes possibilidades de negociação e organização entre seus membros. Conforme trazido por Vazquez (2021), a bilateralização é, ainda, caminho significativo para o estabelecimento de uma coalização eficiente, ou seja, a cooperação conjunta para temas relevantes para todos. Além disso, a presença de China e Rússia no agrupamento fortalece o caráter alternativo de suas políticas e ações, uma vez que estes são considerados, não apenas para o setor agroalimentar, como países questionadores da ordem ocidental. O desafio que se coloca é, portanto, equilibrar a agenda do grupo “transformador” do BRICS junto aos seus membros “mantenedores”.

Conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, o descompasso entre demandas das sociedades e os resultados obtidos pelo atual modelo de fato fazem com que a força hegemônica entre em crise de legitimidade, algo observável a nível social, político e econômico. Neste sentido, é considerado a existência de um solo fértil para o florescimento de dinâmicas já existentes nos países do BRICS, capazes de confrontar – ou reformar – a atual ordem, como

preocupações com o meio ambiente e fortalecimento de modos de produção mais resilientes, como àqueles vinculados à produção familiar de menor porte. Considera-se que a construção de um entendimento compartilhado sobre estes temas é um passo inicial neste sentido, sendo tal construção observada, de maneira incipiente, nas cúpulas do bloco.

Além disso, iniciativas que privilegiam a parceria e a cooperação para o setor tem sido fortalecida, principalmente por meio da pesquisa, compartilhamento tecnológico e investimento em infraestrutura entre os países-membro. Essas são citadas como as principais referências práticas do atual posicionamento do BRICS na ordem agroalimentar contemporânea, observadas neste capítulo a partir da atuação do NDB e do Plataforma de Pesquisa Agrícola. Apesar destes serem projetos em pleno desenvolvimento, com vias de crescimento nos próximos anos, a análise deste aspecto reforçou também a noção de bilateralização do BRICS, onde os países preferem a utilização estratégica do agrupamento de acordo com seus interesses, priorizando negociações bilaterais entre seus membros. O entendimento aqui feito é de que, mesmo considerando a bilateralização das relações como uma tendência atual do bloco, a própria existência do BRICS confere aos seus participantes a possibilidade de adensamento das negociações em grupo/bilateralmente, o que auxilia na construção de modelos alternativos de governança para o setor.

Em relação às convergências e aos distanciamentos internos dos países-membros, é possível concluir que a divisão construída na estrutura da pesquisa – transformadores e mantenedores – se fez acertada principalmente a partir do ponto de vista político, já que China e Rússia se diferenciam dos demais países do bloco nesse sentido. Tal divisão reforça a tensão observada no agrupamento para uma ação conjunta, tendo em vista a heterogeneidade de seus membros. O foco na autossuficiência e em políticas de longo prazo para o setor agroalimentar coloca China e Rússia em uma posição de construção de normas internacionalmente, tendo em vista seu peso no âmbito internacional. Brasil, Índia e África do Sul, para este caso, seguem uma lógica de *norm-taker*, adequando políticas internas de acordo com a conjuntura e os mercados internacionais. No aspecto econômico, de acumulação de capital, a China se destaca como maior produtora e importadora de alimentos, já o Brasil como principal exportador. Este aspecto é considerado de convergência entre os países já que, salvas as proporções, o setor agroalimentar representa parte importante da economia de cada um deles, servindo não somente como acesso a produtos necessários, os alimentos, mas também oportunidades comerciais relevantes economicamente.

Por fim, do ponto de vista da reprodução social, a relação é entendida como um distanciamento. Isso ocorre pois além da transição nutricional de cada país situar-se em um estágio diferente – neste caso, China e Índia de um lado e Brasil, Rússia e África do Sul do outro – a situação de segurança alimentar é também bastante diversa também – com números alarmantes para o caso indiano e sul-africano. Ainda que, a partir da análise das outras problemáticas seja possível perceber a crescente relevância da segurança alimentar em todos os países, a forma em que perseguem tal objetivo é também diversa. Neste sentido, é reforçada a noção de que o bloco é hoje bastante heterogêneo, o que pode ser entendido como risco, mas também oportunidade para o fortalecimento do mesmo.

Assim, a agenda agroalimentar dos países do BRICS se expressa no papel do bloco no atual sistema agroalimentar internacional de forma contraditória, porém significativa. Ainda que não configure uma liderança clara na disputa hegemônica por um novo modelo agroalimentar, o bloco atua como catalisador de possibilidades – um espaço onde se articulam discursos, interesses e práticas que, mesmo fragmentadas, apontam para possíveis alternativas à lógica dominante. Essa expressão é evidenciada não apenas nas declarações e projetos desenvolvidos pelo grupo, mas pela sua própria existência. Ao reunir países distintos entre si, com agendas e posições no sistema internacional bastante discrepantes, o BRICS se fortalece como um espaço de compromisso com a transformação da atual ordem. Nesse sentido, apesar de não se caracterizar enquanto alternativa hegemônica para o setor agroalimentar, o bloco aprofunda suas raízes em um terreno fértil para mudanças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema capitalista é, em si mesmo, um sistema de contradições. Analisar qualquer dinâmica ocorrida sob ele, nos tempos recentes, é tratar de incertezas que permeiam não apenas o âmbito econômico, mas também político e social. Sob uma perspectiva dialética, e, neste caso, utilizando a abordagem neogramsciana como guia, compreender tais transformações como movimentos vivos exige também incorporar elementos que estão em pleno desenvolvimento, objetos (de pesquisa) vivos compostos por aspectos objetivos e subjetivos. Junto a isso, retoma-se a ideia de que o estudo sobre sistemas agroalimentares avança para além de termos técnicos e classificações teóricas sobre o tema, tratando, ao fim e ao cabo, de uma das atividades mais essenciais aos seres humanos e seu desenvolvimento, e, por essa razão, para o desenvolvimento internacional.

Aqui, desenvolvimento está conectado à real condição de evolução do termo em sua gênese, pensando a (re)construção de sistemas internacionais menos desiguais e que atendam de fato a uma parcela significativa da população que não acessa de maneira adequada o alimento básico para sua sobrevivência – segundo dados da FAO (2023), 1 em cada 11 pessoas estava em situação de subnutrição em 2023, totalizando 733 milhões de pessoas. A ineficiência em responder as demandas atuais de alimentos demonstra, neste mesmo sentido, a suposição equivocada de “homoefficiência do capitalismo” (Ramos, 2013), já que diferentes locais – inclusive dentro do BRICS – desenvolveram-se de maneira desigual dentro do atual sistema agroalimentar. Além do claro impacto humano negativo, este cenário indica de forma mais clara a crise da então ordem construída, aquilo que a literatura discute como o segundo regime alimentar (Escher, 2020).

A partir deste contexto de crise é que surge o estudo do BRICS enquanto espaço de agência de relevante para a reconstrução da ordem, ou pelo menos, da readequação desta. Retomando sua origem, o bloco historicamente pretende criar condições mais favoráveis à sua inserção internacional, buscando fazer parte da governança da economia política internacional. Por identificar a partir do BRICS esses movimentos de reforma, ou pelo menos, problematizar tais movimentos, é que sua consideração como local deste novo processo de transformação se demonstrou acertado. Para o caso agroalimentar, foco do presente estudo, a relevância do agrupamento se torna ainda mais evidente uma vez que este compõe, em sua formação de origem, mais da metade da produção mundial de produtos agrícolas. Adicionalmente, a utilização da abordagem neogramsciana auxilia, conforme supracitado, na análise de sistemas complexos e constantemente instáveis como no setor agroalimentar, tratando de relações classificadas como “lutas inacabadas” de poder (Jakobsen, 2019).

Portanto, ao resgatar a hipótese apresentada no início desta pesquisa, a considera, por fim, como verdadeira, uma vez que a agenda dos países do BRICS se expressa de forma bastante dialética no papel do bloco para o atual sistema agroalimentar. Ao mesmo tempo em heterogeneidade do agrupamento o transforma em espaço de agência – e não ator propriamente – fazendo com que não haja um posicionamento uno do bloco no atual sistema agroalimentar, a união de países tão distintos sob o compromisso de transformação do sistema internacional possibilita a construção coletiva de entendimentos mais coerentes aos seus membros em um contexto de crise da ordem. Tais entendimentos, porém, não podem ser classificadas como alternativas hegemônicas, uma vez que elas representam apenas consensos discursivos comuns e projetos de cooperação mais adequados entre seus membros. Como reforço a este ponto, nota-

se que China e Rússia ao perseguirem seus interesses para o setor, não necessariamente rompem com dinâmicas já estabelecidas no atual regime agroalimentar. Ao considerá-los como países de maior poder propositivo dentro do BRICS, destaca-se certa limitação da atuação do bloco neste sentido.

Ainda que o contexto de crise orgânica da hegemonia seja marcado, entre outras coisas, pela fragilidade da governança global, pela politização da segurança alimentar e pela crescente desigualdade no acesso à alimentação – o que favoreceria uma reconstrução mais justa sob os moldes dos princípios do BRICS – não foi possível perceber o papel do bloco como um papel de disputa hegemônica. Conforme apresentado, as tensões que permeiam o agrupamento fazem com que sua atuação no atual sistema agroalimentar internacional siga sendo guiado particularmente por cada país-membro – que são, individualmente relevantes para o atual ordenamento. O papel do BRICS, nesse sentido, é reforçado enquanto arena de articulação, identificado como um solo fértil para a transformação da ordem agroalimentar internacional, mas que não floresce, até o momento, com mudanças profundas no atual regime. Ou seja, ainda que o impacto e a relevância do bloco para o setor sejam notáveis, não é possível afirmar a criação de alternativas hegemônicas a partir dele para o setor.

Retomando o papel do agrupamento neste atual regime agroalimentar internacional, principalmente a respeito das tendências gerais observadas na atual ordem, foi possível concluir que todas elas seguem presentes nos cinco países. Em relação à corporativização, mesmo naqueles onde não existem grandes multinacionais do agronegócio de participação internacional, empresas privadas lideram a produção e distribuição de alimentos. O caso da China é uma exceção para isso já que suas empresas estatais possuem grande parte na produção e participação em mercados internacionais. A respeito das transformações alimentares, China novamente se destaca devido ao aumento abrupto do aumento de consumo de carne no país, junto com produtos ultraprocessados. Índia participa desta tendência de forma menos intensa, mas, assim como os demais países do bloco, tem diversificado os produtos alimentares nos últimos anos, principalmente para a parcela mais rica da população.

A busca por tecnologia é também visível em todos os casos, sendo inclusive uma arena de cooperação e compartilhamento de experiências dentro do bloco. Todos os membros, a partir de um cenário de intensificação de mudanças climáticas, tem buscado desenvolver cadeias de produção alimentar mais equilibradas e resilientes. Apesar de não ter sido possível o aprofundamento desta discussão em cada caso, a China se destaca novamente como desenvolvedora de tecnologia para o setor, com centros de pesquisas bastante estabelecidos no

país. Nota-se, porém, que tal destaque segue padrões de desenvolvimento mais amplo, não significando a completa dependência dos demais países. Estes possuem também centros de pesquisa bastante desenvolvido para o setor, dado a relevância agroalimentar para todos – a citar o caso da Embrapa no Brasil. Por fim, a tendência observada em movimentos de luta pela qualidade dos alimentos é notável também em todos os casos, priorizando a segurança alimentar e nutricional a partir de uma visão saudável de alimentação. Apesar deste não ter sido o foco ao longo das análises individuais de cada país, foi possível notar a construção de redes alternativas de produção e distribuição, que privilegiam tal tipo de alimentação.

Sobre este último ponto, a avaliação mais profunda dos movimentos sociais e das lutas de classes travadas interna e externamente no bloco se apresenta como uma das principais possibilidades de avanço da pesquisa. Isso porque, compreendendo a crise do capital como a “crise de uma ordem social particular criada pela primazia de uma fração particular” (Van der Pijl, 2017, p. 37, tradução nossa⁷⁸), importa analisar de que forma a luta de classes criará condições para alternativas hegemônicas, contribuindo, neste sentido, para a transformação real da hegemonia. Apesar desta pesquisa considerar o aspecto social para análise do atual sistema agroalimentar internacional, tal consideração é feita de maneira mais superficial, sem adentrar nas lutas travadas internamente em cada país. A recuperação das questões agrárias clássicas marxistas corrobora com a relevância de tal ponto, buscando identificar como as relações sociais se dão e influenciam os processos de transformação agrária/agroalimentar. Avanços neste sentido são citados aqui como pretensões para o desenvolvimento futuro deste estudo.

Além disso, apesar de terem sido investigadas as realidades internas de cada país do bloco, o foco da análise aqui pretendida foi de caráter amplo, sistêmico, buscando identificar a expressão destas no papel do agrupamento. Por essa razão, um aprofundamento em cada uma das problemáticas ou em um caso específico poderiam contribuir para o fortalecimento do argumento construído ao longo da pesquisa, pretendendo identificar em profundidade a agenda de cada um dos membros no BRICS. Além disso, as três problemáticas se demonstraram ferramentas analíticas interessantes para o estudo proposto, sendo elas mesmas flexíveis a partir da escolha das categorias a serem observadas, por exemplo. Adicionalmente, ao corroborar com Jakobsen (2019) sobre a utilidade da abordagem neogramsciana para a análise do sistema agroalimentar, evidencia-se outros caminhos analíticos possíveis para fazê-lo, jogando luz sob pontos distintos de cada observação. Outras abordagens críticas também se demonstraram ser úteis para a análise proposta, a citar a Teoria Marxista da Dependência, que poderia servir para

⁷⁸ [...] *the crisis of a particular social order created by the primacy of a particular fraction.*

a investigação mais aprofundada sobre o impacto da heterogeneidade do bloco para a construção de modelos de cooperação agroalimentar do BRICS. Isso porque, conforme demonstrado ao longo do trabalho, mesmo trazendo novos paradigmas para o atual sistema, as relações intrabloco reproduz – ou abre espaço para reproduzir – dependências antigas entre seus membros.

As diferenças práticas de cada caso observado representam também uma dificuldade metodológica, considerada aqui a principal limitação deste estudo. Ao estabelecer categorias analíticas a partir das três problemáticas da questão agroalimentar contemporânea, buscou-se construir perfis mais amplos da agenda de cada membro do BRICS, a fim de compor o resultado desta busca junto à análise do bloco. Porém, ao longo da investigação notou-se certo desequilíbrio de informações entre um país e outro, não sendo possível uma análise padronizada dos membros do bloco. Seja por disponibilidade de informações, seja por dificuldade de acesso ou idioma – como no caso russo e chinês, por exemplo – foi possível identificar o papel de cada país de maneira relativamente desconforme, o que pode ser considerado uma fraqueza para o estudo.

Para além disso, ademais de todas as possibilidades de pesquisa que se abrem a partir deste estudo, por entendê-lo também como pontapé inicial para um projeto de maior robustez, são necessários esclarecimentos aos recortes aqui escolhidos. Ao ter escolhido uma análise dos cinco membros do bloco até 2024, não foi incorporado na pesquisa o mais recente movimento de *outreach* do BRICS, válido a partir de 2024. Isso fez com que o foco recaísse somente aos membros do agrupamento anteriores a este processo, não considerando Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, que oficializaram sua adesão no início deste mesmo ano, nem Indonésia, confirmada como membro no início de 2025. A escolha se deu por razões práticas da pesquisa (tamanho e disponibilidade de informações) e pela falta de clareza ainda presente no novo modelo do bloco, não estando claro, ao longo do desenvolvimento do estudo, de que forma os novos membros seriam “iniciados” no BRICS.

Além disso, alguns dos movimentos relevantes para a discussão aqui proposta não foram incorporados ao estudo, como o lançamento da Aliança Global contra Fome e Pobreza no G20 sob presidência brasileira, a oficialização do Acordo Mercosul União Europeia e o retorno de Donald Trump à presidência estadunidense. Estes eventos mais recentes podem ajudar a compreender melhor o papel do BRICS para a agenda agroalimentar de forma comparativa, observando o posicionamento de seus membros em discussões mais amplas internacionalmente. Em relação à Aliança Global, esta apresenta mecanismos interessantes para a governança

internacional da questão da fome, trazendo novos espaços de diálogo e compartilhamento de experiências entre os países do G20 no combate à fome e a pobreza. Além de possíveis transformações nas dinâmicas existentes para o setor agroalimentar – ou ao menos seu impulsionamento –, a iniciativa proposta pelo Brasil tem forte adesão não apenas do BRICS, mas também de outros países do Sul Global, que fortalece a urgência de questões como as tratadas neste estudo – as transformações do sistema agroalimentar.

A respeito do Acordo Mercosul e União Europeia, este foi celebrado, após anos de tratativas, no final de 2024, reunindo dois dos principais blocos econômicos do mundo. Com a busca de maior dinamização das relações comerciais e de investimento entre Mercosul e União Europeia, o acordo envolve também questões sensíveis de abertura e/ou proteção de setores estratégicos para cada região, notadamente o setor agrícola europeu. Neste caso, a incorporação deste acordo e suas possíveis consequências a curto e médio prazo poderiam agregar no debate aqui proposto, visando identificar de que forma atores estão se inserindo nos novos contextos do sistema agroalimentar internacional e de que forma o Brasil, representante sul-americano do agrupamento, tem negociado atividades relacionadas ao seu principal setor econômico com uma potência histórica para o setor.

Por fim, o retorno de Donald Trump como chefe do poder executivo dos Estados Unidos em 2025 representa chave importante para o estudo das transformações hegemônicas do setor. Isso porque, para além das disputas já travadas com a China e com o BRICS de forma geral – principalmente no campo do discurso – Trump retoma intenções isolacionistas de outrora, utilizando com mais força discursos de guerra comercial com antigos parceiros. Para o setor agroalimentar isso se torna especialmente relevante, uma vez que publicizou sua intenção inicial de impor tarifas para produtos chineses, mexicanos e canadenses, importantes parceiros do setor, que acabou se transformando em um “tarifaço” para mais de 180 países, impondo alíquota mínima de 10% inclusive para parceiros com relações comerciais ínfimas. Contra China, o presidente dos Estados Unidos afirmou elevar a taxa para 125%, retrocedendo o valor para outras nações (Rashid, 2025; Catto, 2025). Apesar de que, na prática, tais taxações não estejam bem definidas nem claras de como avançarão para além do discurso, as ações do presidente estadunidense podem ressoar de maneira destacadamente dura no sistema agroalimentar internacional.

As ações de Trump, ainda que parte da caquistocracia⁷⁹ de seu segundo mandato, refletem também a crise em que a ordem internacional tem vivido nos últimos anos, com a decadência do modelo estabelecido ainda após a Guerra Fria. As ameaças ao “fim do multilateralismo” liderado pelos Estados Unidos é expressão de uma das faces da crise orgânica que vem se construindo, um de seus sintomas mórbidos. Nestes momentos de incerteza, a célebre frase de Gramsci inspira a atenção às mudanças, e aqueles responsáveis por elas, uma vez que “o velho está morrendo e o novo não pode nascer”. Assim, o presente estudo situa-se neste contexto, já que tem como foco o papel do BRICS que reúne cinco – e agora dez – países de grande relevância internacional que, mesmo sem representar alternativa a hegemonia vigente – sem “poder nascer” –, buscam caminhos de transformação nesta ordem em crise. Além disso, o estudo do setor agroalimentar chama atenção para o fato de que, para além de disputas de poder e modelos de governança internacional, as relações internacionais têm impacto direto em elementos primordiais da vida humana e sua sobrevivência, como é o caso da alimentação.

Por fim, ao retomar a noção clássica neomgramsciana de que toda teoria é para alguém e para algum propósito, e, por isso, as construções teóricas não estão livres de significados políticos, este trabalho buscou evidenciar o papel de parte do chamado Sul Global no que tange a questão agroalimentar. Ao compreender as relações construídas em torno deste setor como desiguais e em crise – algo que se materializa em todo o sistema internacional de forma mais ampla – buscou-se avançar numa análise capaz de identificar transformações e construções alternativas de mundo. Apesar de não representar disputa hegemônica para o setor, o BRICS representa um espaço para países do Sul Global se fortalecer, confrontar e (re)inventar um futuro para o sistema agroalimentar internacional. Nesse sentido, espera-se que este tipo de discussão auxilie no avanço do debate de questões que evidenciam o pensar e agir dentro de um sistema desigual de desenvolvimento, buscando revisar o papel daqueles que estiveram, historicamente, à margem deste sistema. Mesmo com as contradições evidenciadas, comuns ao sistema capitalista contemporâneo, compreender este processo é não apenas identificar o papel do bloco na atual ordem internacional, mas também pensar nas possibilidades e limites de sua contribuição para a transformação. Em tempos de crise, o BRICS reforça que novas formas de cooperação e desenvolvimento seguem sendo demandadas, servindo como terreno onde, mesmo com instabilidade, as sementes de uma nova ordem seguem sendo plantadas.

⁷⁹ Referindo-se ao “governo dos piores”, caquistocracia (ou *kakistocracy*, em inglês) é um antônimo do que seria a aristocracia. O termo foi escolhido pela *The Economist* como a palavra do ano de 2024 devido as escolhas de Trump na formação de seu governo, em especial para os cargos ocupados por Matt Gaetz, Robert Kennedy Jr., Tulsi Gabbard e Pete Hegseth (Cantor, 2024).

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana; FOLLY, Maiara. O Novo Banco de Desenvolvimento e a institucionalização do BRICS. *In*: BAUMANN, Renato, et. al. **BRICS: Estudos e documentos**. Brasília: FUNAG, 2015, p. 79-214.

AFP. Após enormes protestos, Índia revoga leis de reforma agrícola. **Carta Capital**, 19 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/apos-enormes-protestos-india-revoga-leis-de-reforma-agricola/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ÁFRICA DO SUL. Department of Agriculture, Land Reform and Rural Development. **Economic Review of the South African Agriculture**. Statistics and Economic Analysis: Pretoria, 2022.

ÁFRICA DO SUL. **National Policy on Food and Nutrition Security**, ago. 2013. Pretoria, Departamento de Desenvolvimento Social e Departamento de Agricultura, Silvicultura e Pesca.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. **Implementation Evaluation of the National Food and Nutrition Security Plan** (Relatório). Pretoria, 2023a.

ÁFRICA DO SUL. Are South African industries dominated by a few firms? Departamento de Estatística, **Economic Growth**, 18 dez. 2024. Disponível em: <<https://www.statssa.gov.za/?p=17947>>. Acesso em: 05 jan. 2025.

AGRIBUSINESS. **Invest SA**, [s.d]. Disponível em: <<https://www.investsa.gov.za/key-sectors/agribusiness/>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

AKRAM-LODHI, A. Haroon; KAY, Cristóbal. Surveying the agrarian question (part 1): unearthing foundations, exploring diversity. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 177-202, 2010.

ANDERSON, Molly et al. **Who is tipping the scales?** The growing influence of corporations on the governance of food systems, and how to counter it. IPES Food, 2023.

ANDRETTI, Bernardo et al. Ecological study of the association between socioeconomic inequality and food deserts and swamps around schools in Rio de Janeiro, Brazil. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, p. 120, 2023.

ARP (Agriculture Research Platform). BARP, **Action Plans**, 2025. Disponível em: <<https://barp.org.in/ActionPlans>>. Acesso em: 04 mar. 2025.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

ASHER, Mukul. India's Agricultural Trade: An International Perspective. **Impri India**, 19 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.impriindia.com/insights/india-agricultural-trade/>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BABIC, Milan. Let's talk about the interregnum: Gramsci and the crisis of the liberal world order. **International affairs**, v. 96, n. 3, p. 767-786, 2020.

Banco Mundial. **Data**. Population, total, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?_gl=1%2A161nwli%2A_gcl_au%2AMTA1ODE5Mjg2OC4xNzI2NzQ5MzQ4&locations=CN-1W>. Acesso em: 19 set. de 2024.

BERNSTEIN, Henry. Agrarian questions then and now. **The Journal of Peasant Studies**, p. 22-59, 1996.

BESHARATI, Neissan; ESTEVES, Paulo. Os BRICS, a cooperação sul-sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional. **Contexto Internacional**, v. 37, p. 289-330, 2015.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. The Gordian Knot of agency—structure in international relations: A neo-Gramscian perspective. **European journal of international relations**, v. 7, n. 1, p. 5-35, 2001.

BIG VAT changes in South Africa on the cards in 2025. **Business Tech**, 06 jan. 2025. Disponível em: <<https://businesstech.co.za/news/government/805636/big-vat-changes-in-south-africa-on-the-cards-in-2025/>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BOFF, Leonardo. A ideologia é como a sombra: sempre nos acompanha. **Leonardo Boff**, 24 out. 2017. Disponível em: <<https://leonardoboff.org/2017/10/24/a-ideologia-e-como-a-sombra-sempre-nos-acompanha/>>. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. **II BRIC Summit of Heads of State/Government Joint Statement**. Brasília: BRICS, 2010. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/cupulas-anteriores>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Declaração de Sanya**. Sanya: BRICS, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Quarta Cúpula dos BRICS – Parceria dos BRICS para a Estabilidade, Segurança e Prosperidade – Declaração de Nova Delhi**. Nova Delhi: BRICS, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/quarta-cupula-dos-brics-parceria-dos-brics-para-a-estabilidade-seguranca-e-prosperidade-declaracao-de-nova-delhi-nova-delhi-29-de-marco-de-2012>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **V Cúpula do BRICS – BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização – Declaração de eThekwin**. eThekwin: BRICS, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza. Fortaleza: BRICS, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. VII Cúpula do BRICS – Declaração de Ufá. Ufá: BRICS, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. VIII Cúpula do BRICS – Declaração e Plano de Ação de Goa. Goa: BRICS, 2016b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-do-brics-go-a-india-15-e-16-de-outubro-de-2016-declaracao-e-plano-de-acao-de-go-a>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. IX Cumbre del BRICS – Declaración de Xiamen. Xiamen: BRICS, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/es/canales_servicio/prensa/notas-a-la-prensa/ix-cumbre-del-brics-declaracion-de-xiamen-xiamen-china-4-de-septiembre-del-2017-portugues>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. X Cúpula dos BRICS – Declaração de Joanesburgo. Joanesburgo: BRICS, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. XI Cúpula do BRICS – Declaração de Brasília. Brasília: BRICS, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasil-11-cupula-do-brics>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Declaração de Moscou da XII Cúpula do BRICS. Moscou: BRICS, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. XIII Cúpula do BRICS – Declaração de Nova Delhi. Nova Delhi: BRICS, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiii-cupula-brics-declaracao-de-nova-delhi>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Declaração de Pequim da XIV Cúpula do BRICS. Pequim: BRICS, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Declaração de Joanesburgo II – Sandton, Gauteng, África do Sul. Gauteng: BRICS, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. XVI Cúpula do BRICS – Declaração Final. Kazan: BRICS, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Acordo sobre agricultura**. Siscomex, [s.l] [s.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/arquivos-e-imagens/2021/05/omc_acordo_agricultura.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **ComexVis**, 2024a. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Governo liberou mais de R\$ 51 bilhões em crédito rural em 2016. **Ministério da Agricultura e Pecuária**. Notícias, 2016a. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-liberou-mais-de-r-51-bilhoes-em-credito-rural-em-2016>>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. Acordos. **Ministério da Agricultura e Pecuária**, Relações Internacionais, 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-comerciais/brasil-mercosul-1/acordos>>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Governo retoma política nacional de agroecologia e produção orgânica. **Secretaria Geral**. Notícias, 28 jun. 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/junho/governo-retoma-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>>. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. **Estratégia de Comércio Exterior**. Brasília: Governo Federal, 2023b.

BYRES, Terence J. The pursuit of Capitalist Agrarian Transition. **Journal of Agrarian change**, v. 16, n. 3, p. 432-451, 2016.

CANTOR, Matthew. ‘Government by the worst’: why people are calling Trump’s new sidekicks a ‘kakistocracy’. **The Guardian**, 21 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2024/nov/21/trump-administration-kakistocracy>>. Acesso em: 12 maio 2025.

CATTO, André. Trump eleva tarifa contra a China para 125% e anuncia redução nas taxas a outros países. **G1**, 09 abr. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/09/trump-anuncia-tarifa-de-125percent-contra-a-china-com-efeito-imediato.ghtml>>. Acesso em: 12 maio 2025.

CHINA. **China Statistical Yearbook 2023**. China: China Statistical Press, 2023. Disponível em: <<https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2023/indexeh.htm>>. Acesso em: 29 out. 2024.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Panorama do Agro**, 2024. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>>. Acesso em: 14 out. de 2024.

COFCO INTERNATIONAL. Transforming agriculture in a changing world. **Relatório de sustentabilidade**, 2021. Disponível em: <<https://br.cofcointernational.com/#Sustentabilidade>>. Acesso em: 19 set. 2024.

COSTA, Felipe et al. Sustentáveis e sua importância para a saúde coletiva. **Agron Food Academy**, 5 ago. 2021. Disponível em: <>. Acesso em: 14 mar. 2025

COTTA, Elaine. Em clima de tensão, o que pedem os agricultores da Índia? **AG Feed**, 16 fev. 2024. Disponível em: <<https://agfeed.com.br/caminhos-do-agro/em-clima-de-tensao-o-que-pedem-os-agricultores-da-india/#>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

COX, Robert. Production, the State and Change in World Order. In: CZEMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James (eds). **Global Changes and Theoretical Challenges: Approaches to World Politics for the 1990s**. Toronto: Lexington Books, p. 37-50, 1989.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

COX, Robert. Critical political economy. In: HETTNE, Björn. **International political economy: understanding the global disorder**. London: Zed Books, 1995.

CRISE na Ucrânia: o mundo ainda pode conter o impacto global na segurança alimentar com as políticas corretas, alerta o Diretor-Geral da FAO. **FAO Brasil**, Notícias, 08 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1505571/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DAY, Alexander. Capitalist Agrarian Change and the End of the Revolutionary Peasant Dialectic: Chinese Communist Party Rural Policies in Long-Term Perspective. In: DOYON, Jérôme; FROISSART, Chloé (ed.). **The Chinese Communist Party: a 100-Year Trajectory**. China: ANU Press, 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa.; LEITE, Sergio Pereira. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. **Revista Rosa**, v. 6, n. 2, dez. 2022.

DEMUNER, Davi Matias Marra; MENDONÇA, Filipe. Hegemonia e Resistência na Globalização: uma agenda neogramsciana. In: MENDONÇA, Filipe et. al (org). **Crises e transformações da Política Internacional do século XXI**. Curitiba: Editora CRV, capítulo 10, p. 187-203, 2020.

DOS REIS TEODORO, Letícia Albertina Loureiro. A contribuição das políticas sociais dos BRICS para o desenvolvimento dos países. **O Cosmopolítico**, v. 5, n. 2, p. 61-70, 2018.

ESCHER, Fabiano. A economia política do desenvolvimento rural na China: Da questão agrária à questão agroalimentar. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 26, p. 1-29, 2022.

ESCHER, Fabiano. A economia política internacional da questão agroalimentar na Rússia. **Estudos Internacionais**, v. 11, n. 3, p. 50-71, 2023.

ESCHER, Fabiano. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China e no Brasil: uma análise institucional comparativa**. Curitiba: Appris, 2020.

ESCHER, Fabiano. Variedades de capitalismo nos BRICS: uma perspectiva agroalimentar. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 75-110, 2021.

ESCHER, Fabiano. A economia política internacional da questão agroalimentar na Rússia. **Estudos Internacionais**, v. 11, n. 3, p. 50-71, 2023.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 656-678, 2019.

EUROPEAN COMMISSION. EPA SADC - Southern African Development Community, **Markets**, [s.d.]. Disponível em: <<https://trade.ec.europa.eu/access-to-markets/en/content/epa-sadc-southern-african-development-community>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

FADNAVIS, Anushree; JAIN, Rupam. Jovens manifestantes da Índia estão determinados a garantir reformas agrícolas. **CNN Brasil**, 25 fev. 2024. Disponível: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/jovens-manifestantes-da-india-estao-determinados-a-garantir-reformas-agricolas/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FAO. **FAOSTAT**: Compare Data. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2024. Disponível em: <<https://www.fao.org/faostat/en/#compare>> Acesso em: 06 set. 2024.

FAO. **FAOSTAT**: Compare Data. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2025a. Disponível em: <<https://www.fao.org/faostat/en/#compare>> Acesso em: 19 mar. 2025.

FAO. **FAOSTAT**: Ranking Data. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2025b. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#rankings/commodities_by_country>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FAO (Food and Agriculture Organization). **The state of food security and nutrition in the world**. Roma: FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2023.

FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, v. 6, n. 2, p. 77-105, 2007.

FORBES INDIA. Top 10 companies in India by market valuation in 2024. **Forbes India**, 25 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.forbesindia.com/article/explainers/top-10-companies-india-market-valuation/86307/1>>. Aceso em: 30 nov. 2024.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

GALE, Fred. A Neo-Gramscian Approach to International Regimes. In: _____. **The Tropical Timber Trade Regime**. Reino Unido: Macmillan Press Ltd., capítulo 3, p. 30-41, 1998.

GIOVANAZ, Daniel. Neoliberalismo causou 400 mil suicídios de agricultores na Índia, diz líder camponês. **Brasil de Fato**, 28 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/28/neoliberalismo-causou-400-mil-suicidios-de-agricultores-na-india-diz-lider-campones>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GOES, Eloisa Ferreira et al. África do Sul: os riscos da reforma agrária suave. Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil. **Outras Palavras**, 10 jun. 2024. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/africa-do-sul-os-riscos-da-reforma-agraria-isuave-i/>>. Acesso em: 02 jan. 2025.

GOMES, Mayara. 10 maiores exportadores de fertilizantes do mundo. **Sensix**, 01 ago. 2022. Disponível em: <<https://blog.sensix.ag/10-maiores-exportadores-de-fertilizantes-do-mundo/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

GOODMAN, David E.; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 4, p. 504-530, 1985.

GÖTZ, Linde; HEIGERMOSER, Maximilian; JAGHDANI, Tinoush Jamali. Chapter 4: Russia's food security and impact on agri-food trade. In: WEGREN, Stephen; NILSSEN, Frode (eds.). **Russia's role in the contemporary international agri-food trade system**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2022, cap. 4, p. 115-137.

GRILO, Mariana Fagundes; MENEZES, Caroline de; DURAN, Ana Clara. Mapeamento de pântanos alimentares em Campinas, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2717-2728, 2022.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, 2023.

GUO, Pei. The agricultural and rural sector in China: an overview. In: JANK, Marcos Sawaya; GUO, Pei; MIRANDA, Sílvia H. G. de (Ed.). **China-Brazil partnership on agriculture and food security**. Piracicaba: Esalq, USP, 2020. p. 46-71.

HALL, Ruth; KEPE, Thembele. Elite capture and state neglect: new evidence on South Africa's land reform. **Review of African Political Economy**, v. 44, n. 151, p. 122-130, 2017.

HOONSTRA, Harm. List of the Top Foreign Companies in China. **MSA**, 11 out. 2024. Disponível em: <<https://msadvisory.com/list-of-foreign-companies-operating-in-china/#:~:text=Nestl%C3%A9%2C%20the%20Swiss%20food%20and,strong%20brand%20in%20the%20country.>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

HOPEWELL, Kristen. New Protagonists in Global Economic Governance: Brazilian Agribusiness at the WTO. **New Political Economy**, 2013.

HUANG, Philip CC. China's new-age small farms and their vertical integration: agribusiness or co-ops?. **Modern China**, v. 37, n. 2, p. 107-134, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101742>>. Acesso em: 22 out. 2024.

INDIA. **Statistical Report on value of output from agriculture and allied sectors (2011-12 to 2022-23)**. Ministry of Statistics and Programme Implementation, jun. 2024a.

INDIA. National Food Security Act, (NFSA) 2013. **National Food Security Portal**, [s.l.], 2024b. Disponível em: <[https://nfsa.gov.in/portal/nfsa-act#:~:text=National%20Food%20Security%20Act%2C%20\(NFSA\)%202013&text=The%20basic%20concept%20of%20food,utilization%20and%20stability%20of%20food.](https://nfsa.gov.in/portal/nfsa-act#:~:text=National%20Food%20Security%20Act%2C%20(NFSA)%202013&text=The%20basic%20concept%20of%20food,utilization%20and%20stability%20of%20food.)>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ITPS (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social). A Revolta dos Agricultores na Índia. **Dossiê n. 41**, jun. 2021. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-41-agricultura-na-india/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

KAHLER, Miles. Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo. **International affairs**, v. 89, n. 3, p. 711-729, 2013.

KAPOOR, Mudit et al. **Changes in India's Food Consumption and Policy Implications: A Comprehensive Analysis of Household Consumption Expenditure Survey 2022-23 and 2011-12**. Economic Advisory Council to the Prime Minister (EAC-PM) Working Paper Series, EAC-PM, 2024. Disponível em: <<https://eacpm.gov.in/wp-content/uploads/2024/08/Changes-in-Indias-Food-Consumption-and-Policy-Implications.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

LAPPER, Richard. **Beef, Bible and bullets: Brazil in the age of Bolsonaro**. In: Beef, Bible and Bullets. Manchester University Press, 2021.

LIMA, Thiago; DIAS, Atos. Segurança alimentar russa: estratégia de autonomia para uma estrutura internacional de incertezas. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 5, n. 1, 2018.

LERCHE, Jens. The Agrarian Question in Neoliberal India: Agrarian Transition Bypassed?. **Journal of Agrarian Change**, v. 13, n. 3, p. 382-404, 2013.

MAGALDI, S. B.; MELAZZO, E. S. Notas sobre a discussão da "questão agrária" no capitalismo no contexto do pensamento marxista. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 4, p. 155-168, 2002.

MAKONI, Munyaradzi. **Searching for Nutrition in South Africa's Food Maze**. Inter Press Service (IPS), 24 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.ipsnews.net/2015/11/searching-for-nutrition-in-south-africas-food-maze/>>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MARTINS, Carlos Eduardo. As teorias do sistema mundo na transição para o longo século XXI. **Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo**, v. 1, n. 1, p. 44-66, 2021.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agriculture and human values**, v. 26, p. 281-295, 2009.

MEDINA, Gabriel. Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 1, 2021.

MEDINA, Gabriel; THOMÉ, Karim. Transparency in global agribusiness: transforming Brazil’s soybean supply chain based on companies’ accountability. **Logistics**, v. 5, n. 3, p. 58, 2021.

MELLO, Rafael Alexandre. Building bridges between dependency theory and neo-gramscian critical theory: the agency-structure relation as a starting point. **Contexto Internacional**, v. 44, n. 1, p. e20200109, 2022.

MOHANTY, B. B.; LENKA, Papesh K. Neoliberal reforms, agrarian capitalism and the peasantry. In: MOHANTY, B; B. **Critical perspectives on agrarian transition: India in the global debate**. Routledge India, 2016, cap. 6, p. 164-196.

MONTEIRO, Paula. Os Fundamentos do Direito a terra no Pós-Apartheid Sul-africano. **Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 14, n. 1, p. 205-217, 2012.

MORTON, Adam David. Hegemony and World Order: Neo-Gramscian Perspectives and the Global Political Economy. In: _____. **Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**. Londres: Pluto Press, capítulo 5, p. 111-136, 2007.

NGUBANE, Mngqobi. Política de apoio do Estado a produtores comerciais negros em terras redistribuídas na África do Sul: lições com o leste da província do Estado Livre. In: SAUER, Sergio (org.). **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul Global**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. **As novas ordens alimentares**. Editora da UFRGS, 2018.

NDB (New Development Bank). **Site oficial**, 2025. Disponível em: <<https://www.ndb.int/>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

NDDB (National Dairy Development Board). **Annual Report 2022-2023**. NDDB, 2024.

NTENGENTO, Wandiswa. Insegurança alimentar aumenta receio de tumultos na África do Sul. **Euro News**, 22 jul. de 2022. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2022/07/22/inseguranca-alimentar-aumenta-receio-de-tumultos-na-africa-do-sul>>. Acesso em: 07 jan. 2025.

NUNES, João. Para que serve a teoria das Relações Internacionais? **Relações Internacionais**, n. 36, 2012, p. 11-22.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development); FAO (Food and Agriculture Organization). **OECD-FAO Agricultural Outlook 2024-2033**. Relatório, 2 jul.

2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/publications/oecd-fao-agricultural-outlook-2024-2033_4c5d2cfb-en.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OLIVEIRA, Gustavo de LT; SCHNEIDER, Mindi. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 167-194, 2016.

OSHA (Occupational Safety and Health Administration). Description for 2099: Food Preparations, Not Elsewhere Classified. [s. i.]. Disponível em: <<https://www.osha.gov/sic-manual/2099>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. Notas sobre a Teoria Crítica de Robert W. Cox, a revolução passiva, o desenvolvimento desigual e combinado e os tempos históricos. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 8, n. 12, p. 343-358, 2023.

PETRENKO, Ihor. Top-10 international companies still operating in Russia in 2024 despite Russia's war in Ukraine. **News Insight**, 12 out. 2024. Disponível em: <<https://insightnews.media/top-10-international-companies-still-operating-in-russia-in-2024/>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & política**, v. 29, n. 2, p. 68-94, 2011.

PUBLIC LAW 480: "better than a bomb". **Middle East Report 145**. [s.l.], 1987. Disponível em: <<https://merip.org/1987/03/public-law-480-better-than-a-bomber/>>. Acesso em 09 set. de 2024.

RAMABULANA, T. R. The rise of South African agribusiness: The good, the bad, and the ugly. **Agrekon**, v. 50, n. 2, p. 102-109, 2011.

RAMOS, Leonardo, et al. Adensamento institucional e outreach: um breve balanço do BRICS. **Carta Internacional**, v. 13, n. 3, 2018.

RAMOS, Leonardo. Ordem e poder na economia política global: a contribuição neogramsciana. **Contexto Internacional**, v. 34, p. 113-150, 2012.

RAMOS, Leonardo. Pensando criticamente a economia política global: apontamentos para o estudo das potências médias emergentes., v. 2, n. 3, p. 233-256, 2013.

RASHID, Hafiz. Trump Kicks Off Trade War as Mexico, Canada, and China Take Revenge. **The New Republic**, 04 mar. 2025. Disponível em: <<https://newrepublic.com/post/192273/trump-tariffs-trade-war-china-canada-mexico-retaliate>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ROSSTAT (Federal State Statistics Service). **Russian Statistical Yearbook**. Moscou: ROSSTAT, 2023.

RUSSIA. **Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders**. Ecaterimburgo: BRICS, 2009. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/cupulas-anteriores>>. Acesso em: 20 fev 2025.

RUSSIA. **Joint declaration of the 14th Meeting of BRICS Ministers of Agriculture.** Kazan, 2024. Disponível em: <<https://brics-russia2024.ru/en/events/vstrecha-ministrov-glav-vedomstv/vstrecha-ministrov-selskogo-khozyaystva-briks/>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SAMUEL, Michael Vinrald; SHAH, Mrinalini. Comparative study of organized agri-food businesses in India. **Paradigm**, v. 13, n. 2, p. 69-79, 2009.

SANTOS DE OLIVEIRA, E.; PEREIRA DE JESUS, A.; MARTINEZ, R. A. Disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis nos municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna do estado da Bahia (Brasil). **Finisterra**, [S. l.], v. 56, n. 118, p. 111–129, 2021. DOI: 10.18055/Finis20943. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20943>. Acesso em: 13 mai. 2025.

SCIO (State Council Information Office of People's Republic of China). **Food Security in China.** China: White Paper, 14 out. 2019. Disponível em: <http://english.scio.gov.cn/2019-10/14/content_75300394_3.htm>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SECCHES, Daniela Vieira; VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo. Potências médias e potências emergentes na economia política internacional: uma aproximação teórico-conceitual. **Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020.

SOME 38 out of the top 50 international companies with the highest revenues in Russia have been operating there since the beginning of the war on Ukraine. **B4Ukraine**, 2022. Disponível em: <<https://b4ukraine.org/what-we-do/some-38-out-of-the-top-50-international-companies>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SONNINO, Roberta; et al. Políticas públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar. In: MARQUES, Flávia; CONTERATO, Marcelo; SCHNEIDER, Sergio (ed.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SWART, Rina; SAMBU, Winnie. Foods procured by people living in South Africa, using industry data. In: SOUTH AFRICA. **Foods procured, Nutritional status and Dietary Intake of People Living in South Africa.** Pretoria: Desktop review, National Department of Health, 2022, cap. 2, p. 15-39.

TERBLANCHE, N. S. The Spaza Shop: South Africa's first own black retailing institution. **International Journal of Retail & Distribution Management**, v. 19, n. 5, 1991.

TOP 10 Food Companies in China in 2021 by Retail Product Sales. **Global Data**, [s. d.]. Disponível em: <<https://www.globaldata.com/companies/top-companies-by-sector/consumer/china-food-companies-by-retail-product-sales/#>>. Acesso em 04 nov. 2024.

TRADING ECONOMICS. África do Sul - Taxa de Inflação. **Trading Economics**, 2025. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/south-africa/inflation-cpi>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). **USAID and PL-480, 1961-1969**. Department of Historian, [s.d]. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1961-1968/pl-480>>. Acesso em: 09 set. de 2024.

USDA (United States Department of Agriculture). **Grain: World Markets and Trade**. Estados Unidos: Foreign Agricultural Service, out. 2024.

VADELL, Javier et al (org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2 ed., 2024.

VAN DER PIJL, Kees. The BRICS—An Involuntary Contender Bloc Under Attack. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 1, p. 25-46, 2017.

VAZQUEZ, Karin Costa. Brazil and BRICS multilateralism à la carte: from bilateralism to community interest. **Global Policy**, v. 12, n. 4, p. 534-538, 2021.

WALSH, Corinna; VAN DEN BERG, Louise. The nutritional status of south african adults: a review of the literature published from 1997–2019 (narrative review based on reference tables). In: SOUTH AFRICA. **Foods procured, Nutritional status and Dietary Intake of People Living in South Africa**. Pretoria: Desktop review, National Department of Health, 2022, cap. 5, p. 205-408.

WEGREN, Stephen K. The state and agrarian reform in post-communist Russia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 34, n. 3-4, p. 498-526, 2007.

WENGLE, Susanne A. Agroholdings, technology, and the political economy of Russian agriculture. **Laboratorium. Журнал социальных исследований**, v. 13, n. 1, p. 57-80, 2021.

WESZ JR, Valdemar João; ESCHER, Fabiano; FARES, Tomaz Mefano. Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO's global strategy in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 4, p. 1376-1404, 2023.

WILKINSON, John; GOODMAN, David. Les analyses en termes de “food regime”: une relecture. In: ALLAIRA, G; DAVIRON, B. (Eds.). **Transformation agricoles et agroalimentaires: entre écologie et capitalisme**. [sl]: Quae. Capítulo 16, p. 275-290, 2020.

WILKINSON, John. The Globalization of Agribusiness and Developing World Food Systems. **Monthly Review**. New York, v. 61, n. 4, 2009.

WILKINSON, John. **O mundo dos alimentos em transformação**. Editora Appris, 2023.

WTO (World Trade Organization). **World Trade in agricultural products**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/ag_imp_exp_charts_e.htm>. Acesso em: 26 mar. de 2024.

YE, Jingzhong. Land Transfer and the Pursuit of Agricultural Modernization in China. **Journal of agrarian change**, v. 15, n. 3, p. 314-337, 2015.

ZHANG, Hangzhou. **Securing the “rice bowl”**: China and global food security. Singapura: Palgrave Macmillan, 2019.

ZHANG, H. Feeding the Chinese: Wither the self-sufficiency policy. **Retrieved December**, v. 14, p. 2017, 2016.

ZHAN, Shaohua. **China and Global Food Security**. Cambridge University Press, 2022.